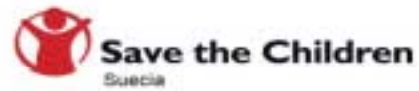


**Crianças Combatentes em Violência Armada Organizada: um estudo de crianças e adolescentes envolvidos nas disputas territoriais das facções de drogas no Rio de Janeiro**



FORD FOUNDATION



Luke Dowdney  
ISER / Viva Rio  
Rio de Janeiro, 2002



Primeira Edição para apresentação no *Seminário sobre Crianças Afeitadas pela Violência Armada Organizada*, Rio de Janeiro, 9 Setembro, 2002.

Coordenador: Luke Dowdney

Consultor Técnico: Michel Misse

Pesquisadoras Assistentes: Jane Santos da Silva  
Leila Lino de Souza Lima  
Leriana Del Giudice Figueiredo

Estatístico: Marcelo de Sousa Nascimento

Financiadores: Save the Children Sweden  
The Ford Foundation Brazil

Designer Gráfico: Adriana Thevenard

Fotografias: Luke Dowdney  
Anja Kessler

Apoio: Di Menor – MV Bill and Celso Atayde

Agradecimentos: Save the Children Sweden  
Ford Foundation  
UNESCO

## Índice

- Parte 1. Sumário**
- Parte 2. Introdução**
- Parte 3. Metodologia**
- Parte 4. Origem dos dados**
- Parte 5. O comércio de Drogas no Rio – Uma Perspectiva Histórica**
- 5.1 O comércio de drogas no Rio
  - 5.2 As facções antes da cocaína e antes do tráfico
  - 5.3 Os anos 80: Cocaína, o *Comando Vermelho* e a definição de territórios
  - 5.4 Os anos 90: a continuação das disputas territoriais e o surgimento de novas facções
  - 5.5 Mudanças no interior da comunidade
- Parte 6. O Domínio das Facções: A Especificidade do Comércio de Drogas no Rio de Janeiro**
- 6.1 Estrutura Interna do Comércio de Drogas no Rio de Janeiro
  - 6.2 Controle da comunidade: reciprocidade forçada e presença simultânea
  - 6.3 A territorialização das comunidades de favela
  - 6.4 Polícia, favelas e tráfico
  - 6.5 O aumento da violência armada no Rio de Janeiro
- Parte 7. O envolvimento de crianças e adolescentes nas facções de drogas e no combate armado.**
- 7.1 O aumento da utilização de crianças e adolescentes no tráfico de drogas
  - 7.2 Recrutamento: opções limitadas e escolhas individuais – os atrativos do tráfico
  - 7.3 As funções: funções das crianças e jovens no tráfico; sua participação na segurança armada
  - 7.4 Pontos em comum: crianças e adolescentes empregados no tráfico como grupo definido
  - 7.5 A utilização crescente de crianças e adolescentes como combatentes armados
  - 7.6 Taxas de mortalidade de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro
  - 7.7 As perspectivas dos jovens: favelas, facções e identidade

**Parte 8.      *Violência Armada Organizada: perspectivas internacionais e definições propostas.***

- 8.1      Definições tradicionais e conceitos novos: A Violência Armada Organizada
- 8.2      Criminosos ou “crianças soldados”: como definir as crianças empregadas pelas facções da droga no Rio de Janeiro
- 8.3      Perspectivas internacionais: os direitos das crianças em situações de conflito, e como ocupar-se das crianças combatentes na Violência Armada Organizada
- 8.4      Critérios interculturais para estudos regionais e internacionais

**Parte 9.      *Soluções locais: tratando do problema das crianças no tráfico no Rio de Janeiro***

- 9.1      A saída: perspectivas futuras das crianças traficantes
- 9.2      Soluções: investimento social - opções para a comunidade, as crianças e adolescentes
- 9.3      O sistema de justiça juvenil no estado do Rio de Janeiro; a 2ª. Vara da Infância e Juventude e o DEGASE- Departamento Geral de Ações Socio-educativas

**Parte 10.     *Conclusões***

**Anexo 1      *Glossário***

**Anexo 2      *Mapas***

**Anexo 3      *Bibliografia***

**Diagramas, Gráficos, Tabelas e Mapas**

- |                 |    |   |
|-----------------|----|---|
| <b>Diagrama</b> | 6a | Os três níveis de tráfico de drogas no Rio de Janeiro           |
|                 | 6b | A rede de <i>donos</i> nas facções de drogas                    |
|                 | 6c | Estrutura organizacional à nível de favela 1                    |
|                 | 6d | Estrutura organizacional à nível de favela 2                    |
|                 | 6e | Estrutura organizacional à nível de favela 3                    |
|                 | 6f | Reciprocidade forçada   |
|                 | 7a | Você se sente protegido pelos grupos armados na sua comunidade? |

- 7b De quem você está sendo protegido?
- 7c Você se identifica com alguma facção de drogas?
- 7d Você pode freqüentar qualquer favela no Rio de Janeiro ?
- 7e Razões para não freqüentar qualquer favela
- 7f Quantas vezes você já foi agredido pela polícia?

## Gráficos

- 6a Vítimas das ações policiais ('Autos de Resistência') Rio de Janeiro State 1997-2000. Numeros Absolutos. Fonte SSP-RJ
- 6b Taxas homicídio no município do Rio de Janeiro
- 6c Taxa de mortes por PAF no município do Rio de Janeiro
- 6d Armas acauteladas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro, 1950 a 2001
- 6e Tipos de armas acauteladas no Estado do Rio de Janeiro (1950-2001)
- 6f Armas de grande calibre ou alta velocidade do projétil acauteladas no Estado do Rio de Janeiro, 1980-2001
- 6g Tipos de armas identificadas pelos jovens entrevistados nas favelas
- 6h Descrições de armas identificadas pelos jovens entrevistados nas favelas
- 6i Taxa de Mortes por PAF, todas as idades (Estado da Califonia, Estado de Washington, Estado de New York, Estado do Rio de Janeiro e Cidade do Rio de Janeiro)
- 7a Ocorrências policiais envolvendo menores de 18 anos, município do Rio de Janeiro, 1980-2001
- 7b Taxas homicídio e PAF no município do Rio de Janeiro, menores de 18 anos
- 7c Taxas de PAF no município do Rio de Janeiro por grupos de idade
- 7d Autos de resistência no Estado do Rio de Janeiro
- 7e Taxa de Mortes por PAF, menores de 18 anos (Estados da Califonia, New York, Washington, Rio de Janeiro e Cidade do Rio de Janeiro)
- 7f Taxa de Mortes por PAF, 13 - 14 anos (Estados da Califonia, New York, Washington, Rio de Janeiro e Cidade do Rio de Janeiro)

- 7g Taxa de Mortes por PAF, 15 - 17 anos (Estados da Califonia, New York, Washington, Rio de Janeiro e Cidade do Rio de Janeiro)
- 7h Qual é o maior problema na sua comunidade?
- 7i Por que existem pessoas visivelmente armadas na sua comunidade?

**Tabelas**

- 6a Comparações entre o número de mortes em combate em conflitos modernos e mortes por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro

**Mapas**

- 6a Favelas dominadas pelas facções de drogas rivais no município do Rio de Janeiro
- 6b Taxas de mortalidade por arma de fogo por bairro no município do Rio de Janeiro (população geral)
- 6c Mortes por PAF e os territórios das facções de drogas rivais no município do Rio de Janeiro
- 7a Taxa de mortalidade de adolescentes (13-14 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro
- 7b Taxa de mortalidade de adolescentes (15-17 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro
- 7c Taxa de mortalidade de jovens (18-20 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro

## 1. Sumário

Como o Rio de Janeiro não está oficialmente em estado de guerra, as crianças e adolescentes que trabalham, armadas, para as facções da droga na cidade são classificadas como delinqüentes juvenis, criminosos ou membros de quadrilhas. No entanto, o papel dos que tomam parte nas disputas territoriais das facções da droga talvez tenha mais em comum com a vida das “crianças soldados” em situações de guerra do que com a vida dos membros de quadrilhas, segundo definições tradicionais, encontrados em outras áreas urbanas do mundo. Uma categorização adequada das crianças que trabalham para as facções no Rio é considerada crucial para que sua sina seja reconhecida, compreendida e enfocada no Brasil e pela comunidade internacional.

A especificidade do mercado de varejo da droga ilegal no Rio de Janeiro e os níveis de violência armada e de mortalidade provocada por armas de fogo gerada por essa violência apresentam-se diferentes do varejo de drogas já documentado em outros lugares do mundo. A assimilação desses fatores é aqui considerada central para a compreensão da participação de crianças e adolescentes nas disputas territoriais das facções no Rio. Além disso, uma correta definição dessa situação, que parece insuficientemente clara segundo as definições tradicionais de “guerra” ou “crime organizado”, é fundamental para a apreensão integral da sua realidade, o mapeamento da sua ocorrência em outros lugares e a elaboração de estratégias locais e internacionais corretas para lidar com sucesso com tal situação.

As mudanças de escala e de estrutura no comércio de drogas do Rio desde o início dos anos 80, com a chegada da cocaína, a formação e a militarização das facções da droga, seguida de sua fragmentação e da intensificação das disputas armadas entre as facções, tiveram um efeito muito negativo sobre as comunidades de favela. Com essas mudanças, os traficantes no interior das comunidades passaram a ser uma presença constante e fortemente armada, cada vez mais violenta, mais jovem, menos respeitadora dos membros da comunidade e que não mais protegia as crianças.

Atualmente, o mercado de varejo da droga no Rio de Janeiro é dominado por três facções, com base nas favelas, que controlam a venda de cocaína e de maconha na cidade. As facções devem ser vistas como uma rede de atores independentes afiliados (*donos*), que se dão apoio mútuo para fins defensivos e ofensivos. Os *donos* controlam as vendas do varejo de drogas no interior das comunidades por meio de empregados, organizados numa estrutura hierarquizada e militarizada. Os especialistas em segurança estimam que os empregados das facções totalizam cerca de 1% da população das favelas, ou seja, por volta de 10.000 pessoas, a maioria armada. Estima-se que entre 5.000 e 6.000 dessas pessoas tenham menos de 18 anos.

Baseadas em estruturas locais preexistentes de controle e proteção, as facções da droga desenvolveram um sistema de “reciprocidade forçada” para atender às suas necessidades de defesa e a necessidade de “lei” e “ordem” por parte da comunidade. A “reciprocidade forçada” é sustentada por uma tática dupla de apoio mútuo e de um sistema punitivo violento em caso de não-colaboração.

As favelas não são os únicos lugares onde se vendem drogas e, apesar de serem bases logísticas essenciais e defensáveis, elas representam a manifestação mais pobre e menos sofisticada do tráfico. Os empregados das facções são geralmente da comunidade, sendo aceitos como uma força sócio-política semi-legítima, tanto por medo

como pela falta de alguma alternativa séria. Não é a completa ausência do poder público que habilita as facções a dominarem as comunidades faveladas, mas antes o fracasso do poder público em estabelecer um contrato social com os moradores. Esse contrato social é sustentado muito efetivamente pelas facções.

O policiamento nas comunidades de favela segue uma diretriz repressiva de “invasão” e “ocupação”. As invasões são feitas como uma operação militar, na qual os policiais entram na favela, atingem seu objetivo e vão embora. A ocupação de uma comunidade pelos policiais ocorre se houver distúrbios comuns na comunidade ou algum conflito especialmente violento entre facções. As agressões policiais a moradores são comuns e a mentalidade policial de “culpado até prova do contrário” ou “atirar primeiro” quer dizer que a matança de moradores inocentes pela polícia ocorre regularmente. A corrupção policial também é lugar comum, seja vendendo drogas, armas e recebendo pagamentos dos traficantes, seja em seqüestro de alguns deles em troca de resgate. O comportamento dos policiais nas favelas estimula uma atitude igualmente violenta das facções e suscita entre os moradores das favelas a sensação de abandono pelo poder público.

O Rio de Janeiro se tornou cada vez mais violento desde os anos 70. Isso se evidencia muito claramente pelo número crescente de homicídios na cidade, que em média são em 80% provocados por armas de fogo. Esse número exagerado de mortes por arma de fogo é encontrado em regiões da cidade onde ocorrem regularmente confrontos armados entre facções, em razão da alta concentração de grupos rivais próximos uns dos outros. Esse aumento marcante da mortalidade por armas de fogo foi acompanhado do aumento da apreensão de armas pela polícia (inclusive aquelas de alto poder de fogo). Os traficantes têm usado cada vez mais armas potentes ou armamento leve, como Kalashnikov AK-47, H&K G3 e granadas de mão, desde meados ao fim dos anos 80, em disputas territoriais e outros crimes relacionados, que têm efeitos correlatos para as comunidades de favelas e os espaços em seu entorno, tais como o fechamento do comércio e das escolas municipais durante tiroteios ou seguindo ordens dos traficantes.

Como é demonstrado pela análise comparativa dos índices de mortalidade provocada por armas de fogo entre 1990-1999, as armas de fogo estão matando muito mais pessoas no estado do Rio de Janeiro e na cidade do Rio do que nos estados da Califórnia, de Washington ou de Nova York, nos Estados Unidos, estados conhecidos pela violência relacionada com quadrilhas e com armas. Além disso, a análise comparativa da mortalidade relacionada com conflitos contemporâneos na cidade do Rio de Janeiro mostra que em certos períodos, registraram-se mais mortes por armas de fogo no Rio do que na Colômbia, Sierra Leoa, ex-Iugoslávia, Afeganistão, Uganda e Israel.

Apesar das crianças e adolescentes terem estado no passado envolvidos com o tráfico, hoje nas favelas o envolvimento é maior do que antes. As crianças que eram empregadas por revendedores de droga, antes do surgimento das facções em geral, não eram armadas e recebiam “presentes” em vez de dinheiro ou de um salário fixo em pagamento de seus serviços. O aumento do número de crianças trabalhando no tráfico começou no início dos anos 80 quando as facções começaram a se estabelecer nas favelas do Rio e se intensificou principalmente a partir de 1993, quando as disputas entre facções se tornaram muito mais intensas. A partir desse período, crianças e adolescentes começaram a substituir traficantes mais velhos no trabalho, já que muitos estavam presos ou mortos em confrontos com rivais ou com a polícia.

As crianças estão expostas ao tráfico desde muito cedo na favela, e aquelas que se interessam pelo tráfico começam a “andar” com traficantes, passando ao trabalho em tempo integral entre 10 e 15 anos. Entram voluntariamente, não sendo forçadas ou coagidas pelas facções para começar a trabalhar. A “escolha” do trabalho no tráfico pode ser definida como a “melhor alternativa entre opções limitadas”. As opções limitadas são mostradas de modo cru por um conjunto de fatores preexistentes, comuns a todas as crianças das favelas do Rio: a dominação pelas facções, a pobreza, a falta de acesso ao mercado formal de trabalho e o tráfico visto como forma aceitável de emprego. A “escolha” é também afetada pelos atrativos do tráfico e por outras influências, vistas como comuns a todos os envolvidos, como o envolvimento de parentes e de outros grupos de referência.

Os empregos das facções nas favelas do Rio abertos a crianças e adolescentes são principalmente: *olheiro/fogueteiro; vapor, gerente de boca, soldado e fiel*. No nível inferior de emprego, a divisão do trabalho não é sempre específica e responsabilidades cruzadas resultam na participação ativa da maioria dos menores na segurança e na defesa armada da favela contra facções rivais e contra batidas policiais.

Algumas experiências e funções compartilhadas unificam as crianças traficantes como grupo distinto. Por exemplo: o processo de recrutamento; a idade; o trabalho numa estrutura hierárquica aplicada por meio de regras e punições; o pagamento pelos serviços; a prontidão de 24 horas; receber armas dos superiores da facção; um maior envolvimento nos combates armados, e a sobrevivência numa vida de “matar ou morrer”.

Os homicídios por armas de fogo são a maior causa externa de morte de crianças e adolescentes no Rio. Os níveis dessas mortes de jovens menores de 18 anos cresceram muito desde o fim dos anos 70. O grupo etário entre 15 e 17 anos é o mais afetado pelas mortes por tiros, em particular nas regiões da cidade onde são mais comuns os conflitos entre facções, refletindo que o número de menores que trabalham na segurança armada dos territórios das facções é maior nessa faixa etária. Entre 1990-1999, os níveis de mortalidade de menores na cidade e no estado do Rio de Janeiro foram bem mais elevados do que nos estados norte-americanos da Califórnia, de Washington e de Nova York. Além disso, os índices de mortes de menores por tiro no estado do Rio de Janeiro são piores do que em alguns lugares do mundo em estado de conflito armado tradicionalmente definido. Por exemplo, morreram oito vezes mais menores no Rio, por tiro, entre 1987 e 2001, do que crianças israelenses e palestinas em conflitos nos territórios ocupados no mesmo período.

Além de defenderem o comércio da droga, uma forte proporção de jovens das favelas, não envolvidos no tráfico declara que as facções nas suas comunidades defendem os moradores contra outros grupos armados e contra a polícia. Apesar da grande maioria dos jovens não envolvidos com o tráfico dizer que não se identifica com as facções, a metade deles não frequenta comunidades controladas por “outros” grupos, “rivais”. O policiamento corrupto e violento e a presença das facções nas comunidades de favelas afetaram depreciativamente a visão que têm muitas crianças e adolescentes que cresceram nas favelas desde meados dos anos 80 sobre as relações sociais, os moradores de outras favelas e a legitimidade do governo e da polícia na manutenção da lei, da ordem e da justiça.

Comparando definições tradicionais de “guerra” com pontos precisos referentes às facções no Rio, constatamos que o Rio não pode ser considerado em estado de “guerra”

ou de “conflito armado” pela simples razão de que o Estado não é objeto deliberado de ataque. As facções têm objetivos economicamente orientados por sua própria definição. Apesar da organização paramilitar, a nível local, da dominação territorial e quase política de espaços geográficos, do alto número de combatentes armados (inclusive ex-militares), da presença armada constante nas comunidades que dominam, das armas de uso militar e dos níveis de violência armada que mata bem mais de 1.000 civis e combatentes a cada ano, as facções da droga não têm interesse em tomar o lugar do estado.

Apesar do estado não ser objeto específico de ataque, é um dos participantes dessa situação de “conflito”, em razão do contínuo confronto armado com as facções. Mas, seu envolvimento é secundário. Os representantes do estado, como a Polícia Militar, são alvos de ataques armados somente como medida de defesa, quando traficantes importantes são caçados para serem presos, em razão de execuções clandestinas ou quando o estado interfere na possibilidade de progresso econômico da facção.

Aceitando-se que o Rio de Janeiro não está em estado de guerra, segue sendo útil compreender as tendências cambiantes da guerra moderna, a fim de encontrar uma definição abrangente dos conflitos de facções na cidade. As semelhanças entre o que Kaldor (1999) descreveu como “nova guerra” e os conflitos de facções no Rio são surpreendentes, mas não definem completamente as disputas de facções do Rio.

É necessária uma conscientização internacional das situações de conflito armado, que não são adequadamente abrangidas pelas definições atuais de “crime organizado” ou “guerra”. É um passo necessário, pois a definição correta nos ajuda a compreender corretamente esses fenômenos e, assim, a sugerir soluções, conscientizar, compartilhar experiências com situações similares de conflito em outros lugares do mundo e enfrentar o principal problema enfocado por esse relatório: a participação e a morte, em consequência, de crianças e adolescentes em situações de conflitos até agora não-definidas, e que definimos aqui como *Violência Armada Organizada*.

Existem fortes semelhanças entre as crianças empregadas pelas facções da droga no Rio de Janeiro e as “crianças soldados”, no que diz respeito ao aspecto funcional e definido. Mas as crianças das facções da droga são basicamente empregados armados de grupos economicamente definidos dentro da categoria da *Violência Armada Organizada*. Não são “soldados” lutando num “conflito armado” ou numa “guerra” tradicionalmente definidos. Apesar das semelhanças demonstradas, definir as crianças armadas empregadas pelas facções da droga como “crianças soldados” falha em mostrar as realidades típicas da *Violência Armada Organizada*, e é contraproducente para imaginar estratégias e programas destinados a ajudá-los. Também existem problemas semânticos e práticos sérios na categorização dessas crianças como “criminosos” ou como “delinquentes juvenis”, e esta pesquisa propõe que as crianças (toda pessoa menor de 18 anos) que trabalham armadas para as facções da droga do Rio sejam chamadas **crianças combatentes da Violência Armada Organizada**.

Medidas específicas para lidar com crianças combatentes da *Violência Armada Organizada*, a nível internacional, precisam ser elaboradas, pois o direito humanitário internacional atual e os programas humanitários para crianças-soldados não são adequados para lidar com esse fenômeno muito especial. É preciso o reconhecimento internacional do papel das *crianças combatentes* em situações de *Violência Armada Organizada*, com o levantamento de outros lugares do mundo em que elas são utilizadas em situações semelhantes.

Como a Violência Armada Organizada pode assumir formas variadas segundo os países, ao ser documentado o fenômeno em outros lugares, convém estabelecer critérios de definição para uma comparação intercultural, que não dependa de definições fechadas, como apresentadas aqui no caso do Rio de Janeiro. Dadas as variações possíveis da Violência Armada Organizada em vários países, tais critérios devem ser abertos para debate.

As soluções locais para esse problema também devem ser enfocadas. Elas podem variar segundo cada país e segundo os contextos culturais. Por exemplo, tratar da questão das crianças combatentes no Rio de Janeiro não é um assunto militar ou basicamente de segurança pública porque, enquanto continuar a existir mercado para drogas ilegais, também hão de continuar as disputas territoriais pelo controle das vendas. O tráfico e a violência a ele relacionada nas favelas do Rio são um sintoma de outros problemas, como a pobreza e a presença muito limitada do poder público. Para prevenir o envolvimento de crianças combatentes no tráfico do Rio, é preciso investimento na comunidade como um todo. Além de tratar desses problemas identificados, há dois temas comuns que devem ser enfocados ao se tratar da participação das crianças no tráfico no Rio: prevenção e reabilitação. As crianças combatentes que trabalham para as facções precisam do apoio certo e de opções alternativas para “escolher” não se envolverem no tráfico ou optar por sair dele, se já estiverem envolvidas.

No Rio de Janeiro, é preciso implementar mais programas de prevenção nas favelas, pelo estado ou pela sociedade civil, oferecendo verdadeiras alternativas culturais e econômicas ao tráfico para crianças e adolescentes. Programas que ofereçam educação, a verdadeira inclusão no mercado de trabalho formal e a perspectiva de uma vida melhor, com métodos realistas. Os programas de reabilitação devem ser planejados especificamente para crianças e adolescentes que trabalham no tráfico e incluir a capacitação de crianças combatentes em outras profissões, métodos para reintegração na sociedade e na comunidade local e tratamento psicológico para lidar com sua antiga participação em situações de combate ou seu envolvimento em matanças e torturas. Pode-se aprender lições para a reabilitação de crianças combatentes do tráfico no Rio através de programas de desmobilização de crianças soldados em situações de guerra. A reabilitação de crianças combatentes no Rio deve incluir melhorias no sistema judiciário para jovens e a implementação de programas oficiais e da sociedade civil que continuem a trabalhar com jovens infratores depois de saírem da internação. O fracasso desse tipo de providência terá por resultado a volta do adolescente ao trabalho armado no tráfico, após a sua saída da detenção.

### **Conclusões**

- 1) Propõe-se nesta pesquisa que as disputas territoriais das facções da droga no Rio de Janeiro sejam conhecidas como uma situação de Violência Armada Organizada.
- 2) Também se propõe que crianças e adolescentes menores de 18 anos que trabalham para as facções da droga no Rio, participando de disputas territoriais armadas, sejam categorizados como crianças combatentes numa situação de Violência Armada Organizada.
- 3) Esta pesquisa solicita que mais investimentos sejam realizados para desenvolver e implementar programas específicos destinados tanto a prevenir a participação de

crianças combatentes nas disputas das facções da droga, como a reabilitar aquelas já envolvidas.

- 4) Esta pesquisa solicita o reconhecimento internacional da sina das crianças combatentes que participam da Violência Armada Organizada, que sejam documentados outros lugares do mundo onde crianças servem como combatentes armados em situações semelhantes de não-guerra e as emendas convenientes às convenções internacionais pertinentes ao problema.

## 2. Introdução

Este programa de pesquisa foi concebido em conseqüência da participação do **Viva Rio** em alguns seminários e eventos internacionais sobre o envolvimento de crianças na guerra e em grandes conflitos armados.

Tornou-se claro para o **Viva Rio** no decorrer desses eventos que o papel de crianças e adolescentes participando em disputas territoriais das facções da droga no Rio de Janeiro tem mais em comum com a vida das “crianças soldados” em situações de guerra do que com a vida dos membros de quadrilha como são tradicionalmente definidos e encontráveis em outros centros urbanos do mundo. Apesar dessas semelhanças e dos níveis intensos de conflito entre as facções e com a polícia, que causa índices exagerados de mortalidade por tiros na cidade, comparáveis às perdas em combate em muitas guerras contemporâneas, o Rio de Janeiro não está em estado de guerra e, por isso, crianças e adolescentes que trabalham, armadas, no tráfico de drogas do Rio são categorizadas como delinqüentes juvenis, criminosos ou membros de quadrilhas.

Apesar de poderem existir semelhanças entre as crianças que trabalham para as facções da droga no Rio de Janeiro e jovens de *gangues* em outros centros urbanos, o **Viva Rio** estimou que incluir as crianças que trabalham para o tráfico no Rio nesta última categoria não representa a realidade de sua situação. Além disso, pensou-se que, para que a situação das crianças e adolescentes que trabalham para traficantes no Rio fosse reconhecida, compreendida e enfocada no Brasil e pela comunidade internacional, a especificidade da situação no Rio de Janeiro merecia uma pesquisa mais aprofundada.

Durante a elaboração da pesquisa, tornou-se claro para os pesquisadores que as manifestações do comércio ilegal de drogas no Rio envolvem níveis de violência armada, índices de mortalidade por tiros, uma organização local paramilitar, a territorialização geográfica, a dominação quase política das comunidades pobres e a participação de autoridades do estado – principalmente da Polícia Militar e da Polícia Civil – em níveis até agora não documentados em nenhum lugar do mundo. Também se tornou claro aos pesquisadores que a compreensão desses fatores era uma questão-chave para apreender a participação de crianças e adolescentes nas disputas territoriais das facções da droga no Rio. Além disso, também ficou claro que uma definição correta dessa situação – que parece insuficientemente definida pelas expressões tradicionais tanto de “guerra” como de “crime organizado” – era fundamental para uma compreensão abrangente de sua realidade, levantar sua ocorrência em outros lugares e desenvolver as estratégias corretas para enfrentá-la com sucesso.

Assim, esta pesquisa tem como objetivos:

- 1) Definir corretamente as disputas territoriais armadas das facções da droga no Rio de Janeiro;
- 2) Definir corretamente as crianças que trabalham armadas para facções da droga no Rio;
- 3) Conscientizar sobre tal situação, a nível nacional e internacional;
- 4) Propor algum tipo de solução local para prevenir com sucesso a participação de crianças nas disputas de facções e a reabilitação daquelas já envolvidas;
- 5) Propor algumas medidas necessárias para que a comunidade internacional reconheça a existência do problema e o enfoque;

- 6) Abrir um debate internacional sobre situações similares em outras partes do mundo, para estabelecer critérios interculturais que permitam identificá-las e, em seguida, focar o problema em todos os lugares em que existe.

### 3. Metodologia

Como expomos na introdução, esta pesquisa tem por objetivo definir as disputas territoriais das facções da droga no Rio de Janeiro, a fim de verificar se é mais adequado tratá-las como situação comparável – segundo as definições tradicionais - à do crime organizado ou do conflito armado. Com isso, queremos verificar se as crianças que participam dessa situação social podem ser consideradas, mais adequadamente, crianças-soldados ou como criminosos e “membros de quadrilhas”.

Refletiu-se sobre o modelo desta pesquisa, levando em conta a necessidade de utilizar diversas técnicas de coleta de dados importantes. Todavia, também se concluiu que a especificidade do universo a ser estudado, a dificuldade no acesso a informantes e os problemas de segurança dos pesquisadores em situações nas quais vigora o código do silêncio mostraram que os métodos estatísticos para definir amostras dos entrevistados, principalmente sobre aqueles diretamente envolvidos no tráfico, não podiam ser utilizados. Inversamente, os pesquisadores optaram por um estudo qualitativo controlado, no qual a saturação de dados importantes representa um limite suficiente de verificação.

Como foi sugerido por Howard Becker (1970) e por outros autores que lidaram com essas questões metodológicas, podemos concluir que, para os objetivos desta pesquisa, mesmo não podendo verificar uma teoria ou uma hipótese, se os dados obtidos são suficientes para descrever uma situação e ,assim, compará-la a duas outras situações já bem definidas na literatura especializada – neste caso, a guerra e as quadrilhas criminosas – então, para os objetivos dessa pesquisa, obtiveram-se dados suficientes para saturar o significado da situação pesquisada.

É importante acrescentar que, ao definirmos os limites desta pesquisa e durante sua realização, os pesquisadores levaram em conta as definições da situação fornecidas pelos atores sociais relevantes, a fim de que eles mesmos apresentassem os conflitos e as tensões que vivem diariamente. Além disso, é preciso acrescentar que nossas conclusões – surgidas da análise dos dados descritivos levantados – devem ser consideradas como propostas conceituais a serem adicionalmente pesquisadas, para serem aperfeiçoadas ou refutadas.

#### **4. Fontes dos dados**

O universo de pesquisa deste estudo foi projetado para compreender as crianças e adolescentes que trabalham, armados ou não, para as facções da droga nas favelas do Rio de Janeiro.

Assim, as fontes seguintes de informações qualitativas relevantes foram escolhidas para pesquisar, de modo abrangente, o tema: crianças e adolescentes atualmente trabalhando no tráfico de drogas; jovens adultos atualmente trabalhando no tráfico e envolvidos com ele desde a infância ou a adolescência; ex-trafficantes que trabalhavam no tráfico nas décadas de 70, 80 e 90; jovens não-envolvidos no tráfico mas que vivem em comunidades faveladas dominadas pelas facções da droga; adultos não-envolvidos no tráfico mas que vivem em comunidades faveladas dominadas pelas facções da droga; adolescentes detidos no sistema judicial para jovens por infrações relativas ao tráfico de drogas; programas sociais existentes que trabalham com jovens em “risco” em comunidades de favela; a equipe cirúrgica da emergência do Hospital Souza Aguiar; relatos importantes dos jornais de cobertura nacional e local; a polícia; outras pesquisas relevantes para o tema, constantes da bibliografia especializada.

A fim de compreender totalmente as funções cotidianas das crianças que trabalham para as facções do tráfico, também foram efetuadas análises comparativas entre a vida das crianças empregadas pelas facções e os casos documentados da vida de crianças soldados trabalhando em situações de guerra. Essa análise comparativa também envolveu o levantamento do direito humanitário internacional pertinente à proteção de crianças durante hostilidades e em situações de guerra.

Os dados para esta pesquisa foram coletados entre dezembro de 2001 e junho de 2002, nas fontes seguintes.

##### **Fontes de dados quantitativos**

#### **1) Observação e Entrevistas semi-estruturadas com crianças, adolescentes e jovens adultos que trabalham para facções da droga**

Foram feitas entrevistas gravadas, abertas mas orientadas, com 25 crianças, adolescentes e jovens adultos do sexo masculino, atualmente trabalhando para facções da droga em favelas do município do Rio de Janeiro. As perguntas foram orientadas para os seguintes temas: antecedentes (inclusive família, escola, trabalho e comunidade); recrutamento (inclusive a primeira função no tráfico); função atual (inclusive utilização de armas, conflito armado e uso de drogas); envolvimento com facções da droga (inclusive polícia, facção a que pertence, outras facções, regras e punições, morte, amigos e dinheiro); o futuro (inclusive no tráfico, fora do tráfico, soluções).

As entrevistas foram realizadas em três comunidades de favela diferentes, escolhidas em razão de histórias documentadas de dominação por facções do tráfico. Cada comunidade foi visitada em mais de uma ocasião durante o dia e à noite, para que fossem observadas as condições de trabalho dos traficantes nas favelas.

Também foram efetuadas entrevistas em instituições correcionais para jovens. Os entrevistados, enquanto detentos, haviam sido presos por infrações ligadas ao tráfico e provinham de várias comunidades da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Assim os dados foram coletados em diversas comunidades, sendo as entrevistas efetuadas nos três ambientes seguintes:

- Na favela, durante as horas de trabalho dos entrevistados, à tarde (entre 16 e 19 horas);
- Na favela, durante as horas de trabalho noturno dos entrevistados (entre 23 horas e 2 horas);
- No ambiente prisional, com os entrevistados detidos por tráfico.

Os entrevistados tinham entre 12 e 23 anos, sendo a idade média de 16 anos e 5 meses. Dos entrevistados, 55% eram negros, 40% mestiços e 5% brancos. Aqueles com mais de 17 anos foram escolhidos para entrevistas por terem começado a trabalhar no tráfico como crianças ou menores; a idade média de entrada no tráfico em tempo de trabalho integral dos entrevistados era de 13 anos e um mês. Todos nasceram e cresceram na comunidade em que trabalhavam, exceto três.

60% passaram a viver sozinhos quase imediatamente após entrarem para o tráfico e 30% dos entrevistados continuaram a viver com a mãe solteira, e apenas 10% com ambos os pais. Três deles haviam perdido os pais antes de se envolverem no tráfico, e três outros haviam perdido o pai, e a maioria dessas mortes havia sido violenta ou relacionada com as drogas.

Dos 80% que declararam ter pais vivos, pelo menos um dos pais estava empregado quando entraram para o tráfico; na maioria dos casos, a mãe é geralmente prestadora de serviços como doméstica, ainda que a maioria sem vínculo formal. Quarenta por cento dos entrevistados declararam ter parentes empregados no tráfico, sempre do sexo masculino, pais, irmãos, primos, tios...

Cinquenta e cinco por cento tinham tido um trabalho lícito antes de entrar para o tráfico, sempre informalmente, em toda sorte de trabalhos manuais, de camelô a ajudante de mecânico. Na média, os entrevistados começaram a trabalhar entre 12 e 14 anos.

Sem exceção, todos os entrevistados tinham saído da escola pouco antes ou logo depois de entrar para o tráfico. Nenhum havia completado o primeiro grau, tendo na média chegado à 4ª série. Isso quer dizer que, na média, os entrevistados tinham estudado a metade do curso primário, o que deveria ser atingido aos 11 anos. A idade média em que deixaram a escola é de 13 anos e dois meses.

## **2) Entrevistas semi-estruturadas com ex-trafficantes e com informantes importantes**

Três ex-trafficantes de comunidades diferentes foram entrevistados sobre a história e a estrutura do tráfico no Rio. Dois deles haviam trabalhado no tráfico nos anos 80 e 90 e o terceiro tinha sido empregado no tráfico, ainda criança, no fim dos anos 70. Outro informante que tinha um vasto conhecimento do tráfico no Rio de Janeiro, em razão de algumas amizades – apesar de não estar envolvido no tráfico sob nenhum aspecto – também foi entrevistado sobre a história e a estrutura do tráfico; as citações de suas declarações trazem a indicação “Informante 1”.

## **3) Entrevistas em grupo com jovens das favelas**

Foram realizados debates em grupo, em seis ocasiões, com dois grupos separados de adolescentes (um grupo só de rapazes e outro com participantes de ambos os sexos), na faixa entre 12 e 23 anos, que viviam em duas comunidades diferentes dominadas pelas facções, mas não envolvidos com o tráfico. Houve um total de 30 jovens nos dois grupos; eles participam de programas sociais destinados a oferecer aos jovens alternativas ao tráfico e à criminalidade em geral. Os tópicos incluíam: violência, o tráfico, armas de fogo, polícia e perspectivas futuras.

#### **4) Entrevistas em grupo com moradores adultos**

Um total de 120 adultos, moradores de dez favelas diferentes, também foram entrevistados, em dez grupos diferentes (cada um de uma comunidade). Esses grupos eram formados por agentes de saúde comunitários que vivem na favela e as entrevistas baseavam-se nos seguintes tópicos: problemas da comunidade; a situação de crianças e adolescentes na comunidade; mudanças históricas na comunidade; violência relacionada às armas de fogo na comunidade; regras comportamentais na comunidade; o futuro da comunidade e soluções para os problemas da comunidade. Os pesquisadores que conduziram essas entrevistas em grupo não mencionaram o tema do tráfico, salvo se fosse trazido para a discussão pelos entrevistados, mas eles eram estimulados a falar livremente dos temas acima.

#### **5) Questionários**

Doze jovens que participam de um programa educacional do **Viva Rio, Zeladores**<sup>1</sup>, que já estavam sendo treinados para aplicar *surveys*, foram escolhidos para aplicar um questionário com jovens de suas comunidades. O questionário foi elaborado para investigar a opinião dos jovens das favelas sobre os traficantes e a polícia, em termos de violência, tratamento, proteção e identidade. Os 12 jovens selecionados trabalharam com os pesquisadores para finalizar seu formato e completaram o treinamento para aplicação do questionário. O treinamento ensinava como selecionar uma amostragem de jovens da comunidade, para que os resultados não refletissem simplesmente a opinião de um grupo específico, que houvesse compartilhado as mesmas noções sobre violência, tráfico e polícia, por exemplo (como membros de uma mesma igreja ou da mesma quadrilha). Nenhum dos jovens que responderam ao questionário tinha envolvimento direto com o tráfico. Em quatro comunidades de favela, 100 questionários foram aplicados para jovens entre 18 e 24 anos.

#### **6) O sistema de justiça para menores**

Durante a pesquisa, os pesquisadores entrevistaram detentos, agentes e assistentes sociais nas seguintes instituições, fechadas e abertas, geridas pelo DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas:

- Pólo de Liberdade Assistida da Ilha do Governador;
- Instituições de semidetenção (CRIAM-Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (Santa Cruz, Bangu, Ricardo de Albuquerque, Penha e Ilha do Governador);

---

<sup>1</sup> *Zeladores* cria classes de educação fundamental e coordena trabalho voluntário com base na comunidade para jovens de 18 a 24 anos nas favelas ou bairros pobres na região metropolitana do Rio.

- Educandários de Internação: Educandário Santo Expedito (ESA), Escola João Luis Alves.

Durante a pesquisa, um dos pesquisadores também recebeu autorização do juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude para acompanhar os processos de adolescentes detidos por tráfico ou delitos conexos na 2ª Vara. Os processos foram acompanhados a partir do ponto em que o adolescente foi trazido para o prédio da 2ª Vara, até encontrar o juiz e receber a sentença, denominada “medida sócio-educativa”. O Juiz também foi entrevistado pelos pesquisadores, assim como assistentes sociais da 2ª Vara.

## **7) Programas sociais existentes**

Os pesquisadores visitaram os importantes programas sociais seguintes, que trabalham principalmente com crianças e adolescentes “em situação de risco”, e coordenados por ONGs e fundações: Afroreggae, Aldeias Infantis SOS Brasil, Associação Beneficente Rio Criança Cidadã-ABRCC, Fundação São Martinho, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, CRIAA – Centro Regional Integrado de Atendimento ao Adolescente, Fundação ABRAPIA, Fundação Bento Rubião, FIA - Fundação da Infância e Adolescência, Viva Rio (Tele Salas; Zeladores da Cidadania; Jardineiros do Bairro; Criança Esperança; Luta pela Paz).

Os seguintes importantes programas sociais do poder público que também trabalham principalmente com crianças e adolescentes “em situação de risco” foram visitados: Projeto Rio Jovem (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) ; Vida Nova/Jovens pela Paz (Secretaria Estadual de Ação Social); Programa de Acompanhamento com Pais e Responsáveis; PASE - Programa de Acompanhamento Sócio-Educativo (2ª Vara da Infância e Adolescência); Pólos de Liberdade Assistida; Centro de Tratamento para Dependentes Químicos; Centros Profissionalizantes; Projeto “Nossa Casa”; Projeto Preservida (DEGASE); CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar.

## **8) Direito Humanitário Internacional, sobre os direitos da criança em situações de conflito**

Também foram pesquisadas as disposições do direito humanitário internacional que tratam dos direitos da criança em situações de conflito. Ver o capítulo 8.4.

Em razão das previsões dos instrumentos de direito internacional existentes, qualquer traficante de menos de 18 anos é chamado de “criança traficante” ou “criança combatente” neste texto.

## **9) Os jornais locais e nacionais brasileiros**

Foi feita uma análise de recortes pertinentes sobre o tráfico, a violência armada e a polícia, selecionados dos seguintes diários durante o período da pesquisa: O Globo, O Dia, Extra, Jornal do Brasil, O Povo.

## **10) A Polícia**

Foi realizada uma entrevista com o major Antônio Carlos Carballo Blanco, da Polícia Militar, antigo comandante do GPAE (Grupo de Policiamento de Áreas Especiais, unidade

de policiamento comunitário), sobre policiamento nas favelas. Os pesquisadores também falaram com um coronel da Polícia Militar, que pediu anonimato.

### **11) A equipe cirúrgica da emergência do Hospital Souza Aguiar**

Foi realizada uma entrevista em grupo com a equipe cirúrgica da emergência do Hospital Souza Aguiar (principal hospital de pronto-socorro da cidade do Rio de Janeiro), sobre os tipos de ferimentos provocados por arma de fogo e a idade dos pacientes em geral atendidos naquele hospital. Do grupo fazem parte o Dr. José Alfredo Padilha, o Dr. Leonardo, o Dr. Josué Kardek e o Dr. Martinelli.

### **12) Bibliografia**

Contendo análises das pesquisas pertinentes preexistentes sobre o tráfico de drogas no Brasil, crianças brasileiras no tráfico e crianças soldados em situações de guerra.

### **Fontes quantitativas**

Os dados secundários das fontes pertinentes de informação quantitativa seguintes foram analisados, com o objetivo de melhor pesquisar os fatores importantes relacionados com crianças e adolescentes trabalhando, armados ou não, para as facções da droga nas favelas do Rio.

#### **1) Estatísticas de saúde pública**

Todas as estatísticas sobre homicídios e sobre índices de mortalidade relacionados a armas de fogo (Parte 6 e 7) foram fornecidas pelo Datasus, do Ministério da Saúde, e pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. As estatísticas sobre mortalidade por armas de fogo nos estados da Califórnia, Washington e Nova York foram fornecidas pelo National Center for Injury Prevention and Control (Centers for Disease Control and Prevention) nos Estados Unidos da América.

#### **2) Estatísticas criminais**

A 2ª Vara da Infância e da Adolescência e a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro forneceram todas as estatísticas do cap. 7.1 sobre delitos juvenis ou vítimas juvenis de homicídio doloso.

#### **3) Estatísticas policiais**

As estatísticas sobre vítimas fatais da ação policial entre 1997 e 2001 do cap. 6.4 foram levantadas dos boletins de ocorrência da Polícia Civil.

#### **4) Estatísticas sobre armas curtas e leves**

As estatísticas sobre apreensões de armas de fogo no estado do Rio de Janeiro no cap. 6.5 têm origem no Departamento de Fiscalização de Armas e Explosivos/Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

## 5. O comércio de Drogas no Rio – Uma Perspectiva Histórica

### 5.1 O comércio de drogas no Rio

A história do tráfico de drogas no Rio de Janeiro pode ser retraçada a partir do início do século XX (Misse, 1999). Todavia, com a chegada de cocaína em grande quantidade no fim dos anos 70 e, mais marcadamente, no começo dos anos 80, o comércio de drogas no Rio passou por uma transformação dramática. O Rio de Janeiro tornou-se um ponto de trânsito cada vez mais importante para exportação de cocaína para os Estados Unidos, a Europa e a África do Sul. Também é centro de consumo das drogas que entram pelos portos, aeroportos e rodovias e, apesar do mercado de varejo do Rio não ser tão importante quanto o dos países industrializados do Ocidente, é muito rentável e está em crescimento.

A América do Sul é o maior produtor mundial de cocaína e importante produtor de maconha. Como o Rio de Janeiro é também um importante centro regional de exportação dessas drogas, elas compõem quase a totalidade do mercado de varejo da cidade. A heroína, o crack<sup>2</sup>, alucinógenos e drogas sintéticas, inclusive *ecstasy* e *speed* estão quase totalmente ausentes na cidade. A Polícia Federal estima que cerca de 20% da cocaína que chega ao Rio não é exportada e destina-se ao consumo local (NEPAD & CLAVES 2000:27). O quanto isso representa realmente depende da fonte de informação<sup>3</sup> mas, mesmo considerando a estimativa mais elevada de 44,4 toneladas no atacado, no valor de US\$171,4 milhões entrando na cidade a cada ano para ser fracionada e vendida a varejo, o mercado pode ser considerado modesto, se comparado aos US\$6,5 bilhões consumidos a cada mês nos Estados Unidos. No entanto, a importância do mercado de varejo na cidade é dramaticamente demonstrada pelo fato de as vendas *mensais* a varejo da cocaína em 2000 representarem cinco vezes o orçamento *anual* do governo do Estado naquele ano para habitação (NEPAD & CLAVES, 1998:27).

Devido em grande parte ao lucro instantâneo da cocaína, o mercado varejista da droga no Rio foi reestruturado nos anos 80 em termos de escala, de organização e de uso da violência como instrumento aceitável, com o objetivo de alcançar metas econômicas e manter a disciplina interna. A violência relacionada com a droga e com disputas territoriais entre facções rivais pode ser considerada o principal fator para o aumento em 140% de mortes provocadas por armas curtas na cidade, entre 1979 e 2000<sup>4</sup>.

Hoje no Rio o tráfico existe sob a forma de grupos armados, ou facções, que submetem as comunidades das favelas urbanas aos seus interesses políticos e econômicos por meio da dominação territorial ou paramilitar (Souza, 2001:61). Misse refere-se a redes de grupos de traficantes, hoje entrincheirados nos limites geográficos de centenas de favelas, como tendo característica “territorial-político-militar” (Misse, 1999:301). A estrutura

---

<sup>2</sup> O crack, produzido com a cocaína, está muito presente em São Paulo; no entanto, até o momento em que este relatório foi escrito, os grupos de traficantes do Rio recusavam-se a produzir e vender crack, preferindo a cocaína para ser cheirada ou fumada.

<sup>3</sup> Em 2000, a Polícia Federal estimava que 7,2 toneladas de cocaína entraram na cidade para ser, em seguida, retalhada e vendida a varejo. A estimativa da Polícia Civil era de 12 toneladas e a DRE (Delegacia de Prevenção e Repressão a Entorpecentes) citava 44, 4 toneladas (NEPAD & CLAVES 2000).

<sup>4</sup> Em 1979, houve 1123 registros de mortes por armas de fogo no município do Rio de Janeiro. Em 2000, este número subiu para 2649. O número mais elevado foi em 1994, com 3182 homicídios provocados por armas de fogo. (Datusus, Ministério da Saúde. Ver capítulo 6.5.

paramilitarizada das facções e sua dominação sócio-política repressiva das comunidades de favela em 2002 serão discutidas no capítulo 6. Pode-se identificar três fases claras na formação das facções e sua territorialização posterior das favelas do Rio: 1) Antes da cocaína e do *Comando Vermelho*; 2) Os anos 80: a cocaína, o *Comando Vermelho* e a definição dos territórios; 3) Os anos 90: a continuação das disputas territoriais e o surgimento de novas facções.

## 5.2 As facções antes da cocaína e antes do *Comando Vermelho*

Nos anos 50, o mercado de varejo de drogas ilegais no Rio de Janeiro era composto principalmente pela venda da maconha. A maconha, cultivada basicamente no Nordeste, era consumida nas favelas, prisões e em algumas áreas de prostituição da cidade. Apesar da cocaína importada da Bolívia estar à disposição da classe média ainda nos anos 60, ela era vendida em escala muito pequena e sua rede de distribuição era independente daquela da maconha baseada nas favelas (Misse, 1999). Mas a distribuição da maconha na cidade era relativamente organizada, seu tráfico era difuso, de estrutura não-sofisticada e muitas vezes vendida por membros da comunidade a uma clientela local e localizada (Souza, 2001).

*“a maconha começou com um grupo muito pequeno da comunidade a fumar. Na verdade ela não era traficada assim (como é hoje) em 1975, por exemplo (...) a maconha era muito mais para uso pessoal, né, de pessoal envolvido em roubo, de usar arma para assaltar, começava a fumar maconha para relaxar a tensão, mas de repente passou a ver que podia vender. E aí foi aos poucos (o pessoal da comunidade) começou também a comprar maconha”.*

Ex-traficante dos anos 70 e 80

Sendo parte da comunidade local, os revendedores locais respeitavam os padrões da comunidade, muitas vezes proibindo que fumassem maconha diante de crianças;

*“reprendiam quem fumasse na frente de crianças, batiam mesmo em quem fumasse na frente de crianças, não traficava na frente de crianças, evitavam mesmo”.*

Ex-traficante dos anos 70 e 80

Apesar de andarem armados, os traficantes usavam, no máximo, revólveres calibre 38, escondidos sob a camisa, fora da vista. Armavam-se para se protegerem mas não tinham patrulhas organizadas de defesa do território da favela, nem sistema de vigilância sofisticada como as facções de hoje em dia. Em termos de organização e de nível de violência – defensiva ou ofensiva –, os traficantes do Rio daquele tempo podiam ser mais apropriadamente comparados com os pequenos traficantes de rua das cidades européias ou dos Estados Unidos do que com seus homólogos do Rio de hoje.

Apesar das diferenças de escala, de estrutura e de importância para a cidade, as origens do uso das favelas por facções territorialmente organizadas com pontos de venda estratégicos e possíveis de serem defendidos podem ser encontradas naquele período. Os termos utilizados hoje se originaram naquele tempo, como *boca de fumo*, *olheiro*, *vapozeiro* (mais tarde, *vapor*), e disputas entre *bocas*, entre bandos rivais, ainda que em

escala muito menor do que agora, eram documentadas pelos jornais nos anos 60 (Misse 1999:342-349). Além disso, em razão da tradicional ausência de agentes do estado para fazer valer a lei e a ordem nas comunidades faveladas, personagens historicamente importantes do lugar (principalmente assaltantes a mão armada, bicheiros<sup>5</sup> ou pistoleiros/vigilantes) conhecidos como *donos*, tiveram um papel importante nas relações sócio-políticas da comunidade, inclusive mantendo a ordem pela violência ou ameaça de violência. Essa tradição de dominação, inclusive de manutenção da ordem por meio da violência, tornar-se-á mais tarde exclusividade dos traficantes no interior das favelas dominadas por redes de facções organizadas.

Surgindo dessa base menos sofisticada, citam-se as cinco razões seguintes para a transformação do mercado de drogas desorganizado e de pequena escala, no Rio, nos anos 80 (Misse, 1999):

- O crescimento da demanda por drogas ilegais;
- A chegada da cocaína colombiana a baixo preço e sua alta rentabilidade em relação à maconha;
- O aumento do policiamento violento e repressivo durante a ditadura;
- A chegada de armas leves de uso militar;
- O estabelecimento e organização de facções da droga.

### 5.3 Os anos 80: Cocaína, o *Comando Vermelho* e a definição de territórios

A organização sistemática do mercado de droga a varejo no Rio de Janeiro nas prisões com a criação da primeira - e provavelmente ainda a mais poderosa - facção da droga, o *Comando Vermelho*, marca o início da escalada da violência armada organizada.

Em resposta ao número crescente de assaltos a bancos por grupos de oposição ao regime militar, para financiar atividades revolucionárias contra o aparelho militar do estado (Amorim, 1995), o governo decretou a Lei de Segurança Nacional, em 1969. Em consequência, todos os suspeitos de assalto armado a bancos e instituições financeiras e de crédito foram julgados por tribunais militares. Os acusados podiam ser condenados a penas de 10 a 24 anos de prisão em estabelecimento de segurança máxima, ou condenados à morte se houvesse vítima fatal em consequência do assalto. Assim, entre 1969 e 1976, prisioneiros políticos e prisioneiros comuns compartilharam algumas prisões de segurança máxima, inclusive a Cândido Mendes, na Ilha Grande, antigo presídio situado a três horas do Rio.

A influência educativa dos prisioneiros políticos sobre a população de internos de crime comum e o papel dessa influência no início do *Comando Vermelho* são discutidos (Misse, 1999 versus Amorim. 1995). Mas é geralmente aceito que alguns prisioneiros comuns copiaram noções de organização de grupos e de reciprocidade - utilizadas por prisioneiros políticos para obter algumas vantagens dentro do sistema carcerário. Assim, alguns presos por assalto a banco criaram um grupo, chamado de *coletivo*, no fim dos anos 70, que viria a ser conhecido por *Falange Vermelha* e, depois, *Comando Vermelho*<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> *Jogo do Bicho* é uma contravenção com base na rua, semelhante ao jogo de números que dominava os cortiços urbanos nos Estados Unidos, durante a primeira metade do século XX. Aqueles que dirigem o jogo do bicho são conhecidos como bicheiros.

<sup>6</sup> O nome *Comando Vermelho* foi originalmente dado à Falange Vermelha pela imprensa do Rio, e não pelo próprio grupo.

A *Falange Vermelha* ocupou-se originalmente da proteção do grupo e da dominação da população carcerária, assim como de obter direitos dentro do sistema penitenciário. Mas sua importância real na estrutura criminosa da cidade surgiu quando seus membros perceberam que sua organização, no interior da prisão, poderia ser utilizada para organizar o crime do lado de fora, para obter lucros com menores custos. Além disso, ela ajudava a reunir recursos para pagar pela liberdade de seus membros, através da corrupção de agentes penitenciários e policiais (Misse, 1999). Por ter sua base na prisão, o *Comando Vermelho* tinha poder sobre seus membros tanto dentro como fora do sistema penitenciário, pois todo profissional do crime sabe que, se liberado, poderá voltar a ser preso. Deixar de cumprir as instruções do *Comando Vermelho*, quando livre, significava voltar para a prisão como traidor, para ser punido pelo grupo.

*“Se a gente vive num mundo capitalista, a única forma de se ter poder na cadeia é você ter dinheiro para poder comprar tua fuga. É a única forma que você teria para poder garantir que o dinheiro da rua entrasse na cadeia era você organizar todas as cadeias e ameaçar quem tava na rua, ou porque ele seria preso algum dia ou então seria morto. E ele precisa acreditar que pior do que ele morrer era ele ir preso, se ele fosse preso como traidor, a cada dia se arrancaria uma unha dele, um olho e uma orelha, e o sistema carcerário teria que permitir isso porque ele (o coletivo) teria dinheiro para poder pagar para fazer atrocidades, através da corrupção.”*

Informante 1

O *Comando Vermelho* nasceu na prisão e, como veremos no capítulo 6.1, na prisão continua seu poder até hoje. No fim dos anos 70, os membros encarcerados do *Comando Vermelho* começaram a organizar as atividades criminais (principalmente assaltos a banco e seqüestros) no Rio de Janeiro, comprando, em seguida, sua liberdade com ganhos ilícitos cuidadosamente introduzidos nas prisões. Isso coincidiu com a chegada da cocaína, trazida da Bolívia, do Peru e da Colômbia ao Rio de Janeiro para exportação aos países ocidentais e para consumo local. Assaltantes de bancos liberados, vinculados ao *Comando Vermelho* perceberam os gordos lucros que podiam ser auferidos com a venda de cocaína. Assim, realizaram alguns assaltos a bancos e seqüestros para financiar um movimento organizado rumo ao negócio do varejo de drogas.

O tempo de definição geográfica do *Comando Vermelho* ocorreu entre 1983 e 86 (Misse, 1999). *Bocas* de fumo tradicionais, com base nas favelas e trabalhando com maconha, foram entendidas como base ideal para a venda da cocaína a varejo, e os membros do *Comando Vermelho* começaram a organizar a si mesmos e seus territórios nas favelas, dentro de uma estrutura imprecisa de apoio mútuo. A fim de monopolizar o mercado, armas e dinheiro eram emprestados aos membros para a compra de um primeiro carregamento de cocaína e, assim, para assumir *bocas* de fumo existentes ou criar novas *bocas*, sob a bandeira coletiva do *Comando Vermelho*, em troca de uma porcentagem dos lucros futuros. *Quadrilhas* hierarquicamente estruturadas (apresentadas no capítulo 6.1) foram implantadas nas favelas para defender pontos de venda e as comunidades vizinhas

contra invasões policiais ou ataques de “neutros”<sup>7</sup>, e entre 1984 e 1986 começaram a surgir os primeiros *soldados do tráfico*<sup>8</sup>.

Repetida de modo quase idêntico em diferentes territórios de favela, a organização local era baseada em necessidades militares de defesa e invasão e na divisão do trabalho para empacotamento e venda da droga. Esta estrutura permanece basicamente sem modificação até hoje. Durante esse período, o tráfico ficou sendo conhecido como “o movimento” e o papel do *dono* na comunidade tornou-se um posto quase exclusivo dos traficantes, ao contrário dos bicheiros e assaltantes de antes, ou dos grupos de extermínio, como já vimos<sup>9</sup>. Cada *dono* estava em sintonia com outros *donos*, também pertencentes ao *Comando Vermelho*, e assim, na sua origem, o *Comando Vermelho* pode ser visto como uma rede de atores independentes afiliados, e não como uma organização rigidamente hierárquica com uma única figura central (Misse, 1997; Souza 2001). Apesar da hierarquia no interior da quadrilha terminar na posição do *dono*, o *Comando Vermelho* não deixava de ter um certo grau de liderança. Isso se demonstra muitas vezes por meio de um *dono* especialmente poderoso e respeitado, que teria um papel informal de coordenador, para resolver alguma disputa interna e as decisões de importância mútua. Nos primeiros estágios do *Comando Vermelho*, afirmou-se que essa função teria sido assumida por Rogério Lengruber, vulgo *Bagulhão*.

*“Não que o Bagulhão fosse dono do Comando Vermelho, ele era um grande líder, porque era um homem que era respeitado e era tido como uma referência, mas ainda assim ele não mandava em todos os morros do Comando Vermelho, ele apenas era aquele que organizava a questão e centralizava para ele parte das decisões, então na verdade ele não mandava no morro dos outros e nem no dinheiro dos outros, os morros, mesmo nessa época, já eram independentes”.*

Informante 1

A estrutura organizacional do *Comando Vermelho* constava fundamentalmente da:

- Difusão do comércio de droga no Rio, através da formação de uma rede de quadrilhas;
- Da criação de quadrilhas com base territorial, organizadas paramilitarmente, nas favelas;
- Da inserção de *donos e gerentes* traficantes como força sócio-política localmente reconhecida, mantenedores da ordem social no interior da comunidade.

A chegada da cocaína, sua rentabilidade e a natureza da droga também foram fundamentais na criação e estruturação desses grupos armados e nos níveis elevados de violência a eles ligados, a partir de meados dos anos 80.

*“(... com) maconha... não havia morte por você por exemplo querer fumar mais (sem pagar), você de repente levava um tiro na mão,*

---

<sup>7</sup> “Neutros” refere-se a grupos armados das favelas que controlam o tráfico em sua comunidade mas não devem lealdade ao *Comando Vermelho* ou a outra facção.

<sup>8</sup> Os *soldados* recebem um salário fixo de um *dono* local para defender seu território (ver capítulo 6.1)

<sup>9</sup> Ainda há comunidades controladas por grupos de extermínio, muitas vezes compostos por policiais, que, pelo uso da força, defendem suas comunidades da entrada dos traficantes. Tais comunidades são hoje uma minoria.

*levava tapa na cara, surra, mas não morria. Ninguém era morto por isso. Agora quando cocaína entrava era diferente (...) É a natureza da droga que é completamente diferente (...) eu falo porque eu já experimentei (...) a cocaína ela muda completamente a tua personalidade, se você quer você fica violento, você fica 10 vezes mais violento, mais nervoso, assustado, com medo, tudo se multiplica (...) se você abusa do uso da cocaína, você acaba não sendo um bom soldado. Você vira um risco para a boca de fumo (...) teve esse cara que usou a cota dele e pediu para usar mais, o gerente deixou, o cara ficou tão alucinado à noite que deu um tiro na cabeça do outro, achou que era um policial (...). Depois, claro, foi morto (...) então como falei, pó é um negócio perigoso”.*

Ex-trafficante dos anos 70 e 80.

A rentabilidade da cocaína resultou na militarização excessiva dos grupos armados, para controlar e defender bocas e, mais tarde, as comunidades onde se localizavam. Apesar do dinheiro gerado pela venda da droga ter se tornado uma importante fonte de renda, que estimula o desenvolvimento econômico local dentro das comunidades de favelas, a ampla maioria do lucro não circula na comunidade e vai para o dono da boca e os matutos, que geralmente vivem fora da favela.

*“o lucro sempre saiu (da favela) porque por exemplo, de 50 mil geralmente era distribuído para gente (soldados, vapores, olheiros etc.) uns 5 mil (10%), 10 mil (20%) o gerente tirava para ele, os outros 30 mil ele guardava em algum lugar e você não via mais no dia seguinte”.*

Ex-trafficante dos anos 70 e 80.

#### **5.4 Os anos 90: a continuação das disputas territoriais e o surgimento de novas facções**

A morte de alguns membros importantes do *Comando Vermelho* na segunda metade dos anos 80 levou à desconfiança crescente e à rivalidade entre seus chefes. A partir de 1986, o *Comando Vermelho* começou a fragmentar-se internamente e as disputas pelo controle de territórios entre donos tornaram-se comuns e cada vez mais violentas. O aumento do número de mortíferos conflitos durante a segunda fase do tráfico marcou a decomposição crescente de uma organização fundada na confiança mútua, que havia prevalecido durante a primeira fase. A rede social implantada a partir do sistema carcerário ainda continua a existir, mas tem sido desmantelada por traficantes cada vez mais jovens, em conflito contínuo para ocupar novos territórios ou para tomá-los de donos mais velhos (Misse, 1999). Em meados dos anos 90, outras facções haviam sido criadas, quando donos ligados ao *Comando Vermelho* começaram a ter diferenças inconciliáveis. Durante esse período, três outras facções foram criadas: o *Terceiro Comando*, o *Comando Vermelho Jovem* e *Amigos dos Amigos*.

A criação do *Terceiro Comando* como facção dirigida estritamente ao negócio demonstrava o sentimento puramente econômico que orientava o novo movimento. O crescimento dessas facções que agora dominam o varejo de drogas no Rio de Janeiro e, em conseqüência, as favelas da cidade, conduziu a:

- Maiores disputas territoriais entre grupos armados que dominam as diversas comunidades faveladas;
- Maior militarização desses grupos armados, inclusive com importação e utilização de armamento de uso militar;
- Utilização de aparelhagem tecnológica de vigilância para fins de defesa (rádios, walkie-talkies, etc.);
- Estruturas administrativas e de gestão mais avançadas;
- Estratégias policiais mais violentas e repressivas nas favelas;
- Maior utilização de crianças e jovens no combate armado.

(Souza, 2000)

Como resultado, criou-se uma subcultura militarizada dentro das favelas do Rio de Janeiro, com grupos fortemente armados em combate intermitente, mas regular. Os confrontos armados entre facções rivais ou com a polícia tornaram-se comuns e grupos armados agora dispõem de *“um arsenal de fazer inveja a qualquer grupo terrorista ou mesmo às forças legais de segurança. Todo esse aparato encontra-se nas mãos de jovens inexperientes, por vezes adolescentes, muitos dos quais sequer conseguem segurar o peso da arma”* (Relatório da DRE, op.cit., NEPAD & CLAVES 2000:44)

## 5.5 Mudanças no interior da comunidade

A crescente violência armada e as mudanças na escala e na estrutura do comércio de drogas no Rio, que ocorreu com a chegada da cocaína, a formação de facções da droga e a territorialização das favelas, tiveram um efeito muito prejudicial nas comunidades de favela.

Refletindo sobre a transformação do mercado da droga no Rio, moradores das comunidades disseram, em entrevistas, perceber uma clara diferença entre o comportamento dos revendedores dentro da comunidade nos anos 70 e o de agora, quando os traficantes estão mais organizados e fortemente armados. Os moradores de diferentes comunidades viram essas mudanças ocorrendo em diferentes momentos, do início dos anos 80 ao começo dos anos 90. Isso mostra que a dominação das comunidades faveladas aconteceu em graus, momentos e comunidades diferentes, não sendo um movimento uniforme. Ao falarem de “como era” antes da chegada da cocaína e da formação das facções, os comentários foram:

- **Os revendedores respeitavam os moradores e os valores familiares mais do que hoje**

Como é discutido no capítulo 6, o respeito aos moradores é parte fundamental das relações entre eles e os empregados das facções, hoje em dia. Todavia, moradores mais antigos acham que, anteriormente, os revendedores eram mais velhos, mais maduros e mais respeitadores dos moradores e dos valores familiares.

*“antigamente existia um respeito”*

*“por mais poder que um traficante tivesse, ele não tinha coragem de desrespeitar esse código de honra, que diz ‘respeito à família’”*

*“antes de ter esses grupos (...o tráfico) não era dominado por adolescentes. Eram pessoas mais velhas (...) eram pessoas que respeitavam os moradores, eles não permitiam a entrada de estranhos na comunidade e de ninguém fazendo arruaça. Os moradores eram respeitados”*

- **Os traficantes vendiam drogas de modo escondido e sigiloso**

Os traficantes procuravam esconder suas atividades dos moradores, não vendendo abertamente ou não deixando que usassem drogas na comunidade.

*“antigamente o tráfico era escondido”*

*“antes existia, mas você praticava era só você, ninguém sabia (...) hoje não, faz questão de saber”*

*“antigamente eles tinham vergonha do cheiro da maconha, de prejudicar alguém”.*

- **Os traficantes não andavam armados abertamente na comunidade**

Os traficantes também escondiam suas armas, não transitando visivelmente armados no interior da favela.

*“antigamente eles guardavam revólver no mato, escondiam (...) hoje em dia andam armados, querem mais é aparecer”*

*“antigamente (arma) era aquela coisa meio escondida. Agora qualquer esquina você vê”.*

- **Os traficantes não usavam drogas, nem deixavam os consumidores as usarem na frente dos moradores**

O estigma ligado ao uso de drogas abertamente, no interior da comunidade, era suficiente naquele tempo para que os traficantes escondessem esse fato.

*“30 anos atrás, não andavam armados, muito mal fumavam a maconha deles na comunidade”.*

*“eu me lembro que há 20 anos atrás não se fumava maconha na rua, ou se fumava, quando uma pessoa mais velha passava quem tivesse fumando escondia”.*

- **Os traficantes não deixavam crianças serem envolvidas no tráfico ou, se as empregavam, nunca era com uso de armas**

Na época antes das facções, crianças e jovens adolescentes eram deixados completamente fora do tráfico pelos traficantes ou, se eram empregados, não tinham armas<sup>10</sup>.

*“eu via chefe da boca de fumo dar tapa em criança que pedia para entrar na boca”.*

*“eu acho que sempre teve crianças envolvidas (...) mas foi um pouco mais devagar”.*

*“antigamente os adolescentes e crianças eram só aviõzinhos<sup>11</sup>. Elas não ficavam naquele meio (...) agora não, agora elas são armadas mesmo.”*

Ao refletirem sobre os traficantes, moradores de favelas disseram que uma nova cultura do tráfico, na comunidade, havia surgido desde os anos 80, sendo a droga hoje vendida abertamente. Os traficantes são uma presença constante, abertamente armada, no interior das favelas, com traficantes famosos se tornando os ídolos da juventude das favelas. Desde a dominação das comunidades de favela pelas facções, os moradores comentam que:

- **Agora os traficantes mostram-se abertamente - e fortemente – armados**

Houve um aumento considerável do poder de fogo utilizado pelos traficantes desde o início dos anos 80, sendo as armas abertamente exibidas dentro da comunidade. Armas leves mais letais (como Kalashnikov AK-47, Colt AR-15, H&H G3 e granadas de mão) são agora utilizadas, enquanto anteriormente os traficantes usavam principalmente armas curtas, como o calibre 38 (os tipos de armas geralmente utilizados são discutidos no capítulo 6.5).

*“... hoje o armamento é pesado mesmo (...) é do exército, granada...”*

- **Os traficantes são mais bem organizados**

A melhor organização dos traficantes, depois do aparecimento das facções, como já foi dito, também foi observada pelos moradores:

*“antes era mais expansivo. Hoje o tráfico é mais sitiado. Ele está dividido como o setor de uma empresa”.*

- **Os traficantes são cada vez mais violentos**

A utilização crescente da violência pelos traficantes, contra outros traficantes e contra moradores da comunidade, também foi observada pelos moradores. Os traficantes são

---

<sup>10</sup> Os pesquisadores entrevistaram um ex-traficante que havia sido *olheiro*, quando criança, no fim dos anos 70, e a quem os traficantes para os quais trabalhava haviam dado uma pistola calibre 22, quando ele tinha 13 anos. No entanto, a arma era para que ele resolvesse um caso de provocação na escola que freqüentava, e não para utilização funcional, no seu emprego.

<sup>11</sup> Crianças encarregadas de levar mensagens ou drogas a outros traficantes ou a clientes.

mais temidos agora do que no período antes das facções e menciona-se sua utilização da violência como fator que afeta a cultura dos jovens.

*“Eu acho que o que mudou foi a crueldade (...) a proliferação da violência e a arma, porque (quando eu era jovem) eu dava cadeirada, hoje o moleque do baile funk dá tiro<sup>12</sup>”.*

- **Os traficantes vêm de fora da comunidade**

Apesar deste fenômeno não ser próprio a todas as comunidades de favela, houve um aumento marcante, após o surgimento das facções, de traficantes que vêm de fora da comunidade. Em razão da lealdade às facções entre os *donos* que controlam o tráfico em diferentes favelas, os traficantes ligados a grupos de outras comunidades são cada vez mais empregados como *soldados* ou mesmo como *gerentes gerais*. Anteriormente, os traficantes locais pertenciam à comunidade na qual trabalhavam. O aumento do número de traficantes de fora inquieta muitos moradores, na medida em que, neste caso, não existem laços de parentesco muito comuns entre traficantes e moradores da mesma comunidade. A ausência desses relacionamentos faz com que os moradores se sintam como que ocupados por uma força externa, menos comedida no seu trato com os moradores:

*“... porque tá vindo de fora. Eles não conhecem os moradores. Então eles estão fazendo tudo o que quer (...) porque não tem ninguém para combater eles”.*

O relacionamento entre moradores e traficantes será tratado mais detalhadamente no capítulo 6.2.

- **Os traficantes são mais jovens**

Como já foi mencionado, percebe-se um aumento do número de crianças e adolescentes empregados pelas facções desde os anos 70 e o período antes das facções. Não só há mais crianças envolvidas, como também começam mais jovens e cada vez mais empregadas com utilização de armas, o que não ocorria anteriormente. O tema é tratado mais profundamente no capítulo 7.

- **As crianças já não são protegidas**

O envolvimento crescente de crianças e adolescentes armados afetou a noção de **criança** como grupo diferente, merecedor de proteção contra a violência. Os traficantes da época pré-facções eram mais preocupados com a necessidade de proteger as crianças, evitando que presenciassem pessoas usando drogas ou que corressem algum perigo.

*“Eu não vi nenhum deles, antigos, cheirando, com armas, eu não vi nada disso. Pelo contrário, quando eles iam se confrontar com alguém, eles avisavam. Iam lá na porta: ‘bota as crianças prá dentro, vai ter briga, vai ter tiro’. Hoje em dia não tem isso, tá na*

---

<sup>12</sup> *Baile Funk* é uma festa geralmente dentro da favela onde se toca música *funk*. Essas festas às vezes são patrocinadas pelos traficantes, como meio de estimular a venda de drogas.

*rua, tem criança de 3, 4 anos de idade, e, infelizmente, vai ver eles morrer”.*

Apesar das mudanças radicais da natureza do relacionamento entre traficantes e moradores, tais como são percebidas por estes últimos, a dominação das comunidades pelas facções só tem sido possível por ser baseada em estruturas existentes, historicamente, de controle social e de proteção, o que será melhor discutido no capítulo 6.2.

## 6 O Domínio das Facções: A Especificidade do Comércio de Drogas no Rio de Janeiro

### 6.1 Estrutura Interna do Comércio de Drogas no Rio de Janeiro

O que diferencia o mercado ilegal de varejo de drogas no Rio de Janeiro daquele de outras cidades brasileiras e do exterior é a sua estrutura relativamente organizada a nível local, suas pretensões quase políticas e a sua capacidade de elaborar uma rede horizontal de proteção mútua (Misse, 2001). O mercado ilegal de varejo de drogas no Rio é dominado por três facções da droga<sup>13</sup>, que englobam toda a cidade; também existem alguns grupos armados não-alinhados como uma facção, conhecidos como *neutros*, também com base em comunidades de favela. As facções não são estruturadas como se entende um *cartel* ou uma *máfia*, com um chefe supremo único, que toma as decisões finais sobre todas as atividades do grupo, mas seriam mais bem compreendidas como rede de atores afiliados independentes (*donos*), que garantem apoio mútuo para fins defensivos ou ofensivos. Apesar de independentes, os *donos* agem dentro de uma estrutura que opera em três níveis, mostrados no **Diagrama 6a**.

#### Nível 1: *Atacadistas e Matutos*

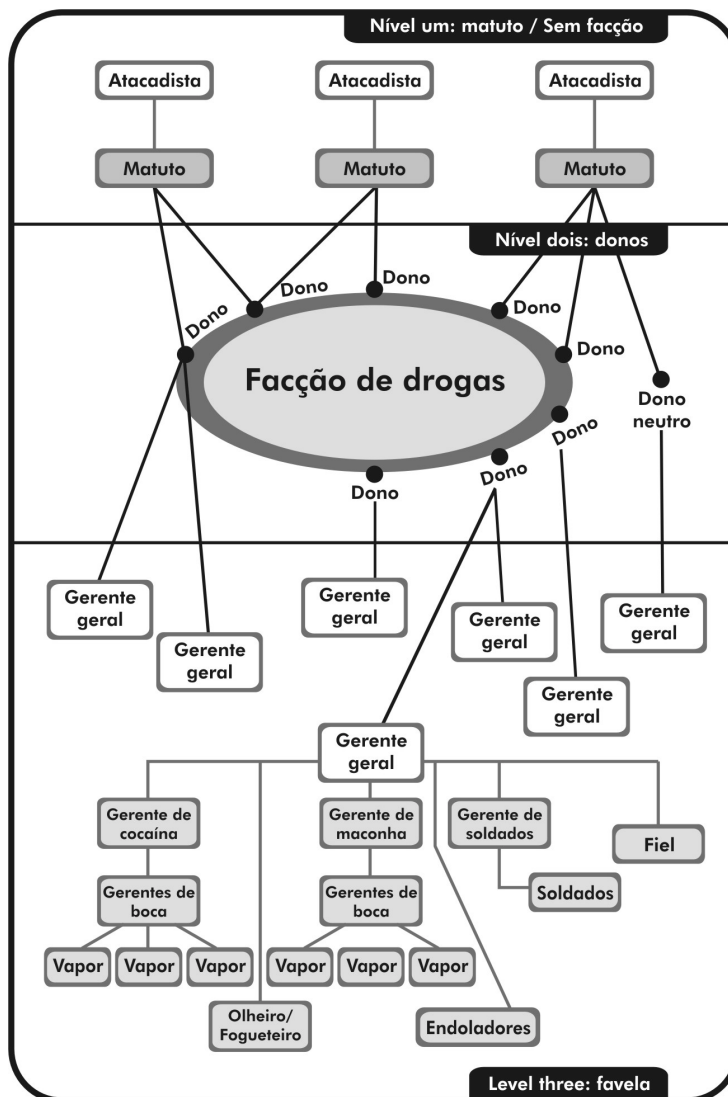
Tanto a imprensa como a polícia brasileiras têm geralmente superestimado a importância dos traficantes no âmbito da favela. Os *donos* com base na favela têm sido mostrados como atores-chave no interior do mercado brasileiro da droga e são caçados pela polícia segundo este critério. A população do Rio conhece bem o nome dos *donos* e das comunidades faveladas que eles controlam, mas ignora amplamente o fato de que esses mesmos *donos* não poderiam agir sem os *atacadistas*, que organizam a importação da cocaína, nem sem os *matutos*, que levam a cocaína para o coração das favelas que os *donos* controlam, como é de domínio público. Além de ser incorreto, o foco da mídia sobre os *donos* distrai a atenção do público dos responsáveis pela importação em larga escala da cocaína, forçando a atenção para pessoas da favela como totalmente responsáveis pela violência ligada ao tráfico no Rio.

O controle das importações de cocaína pelos *atacadistas* significa que os *donos* dependem totalmente deles para prosseguir em seu negócio. Nos poucos casos em que os *donos* conseguiram alcançar o nível de *atacadista*, por meio de contatos diretos em países produtores, sua importância como importadores foi amplamente exagerada pela mídia. Isso conduziu a caçadas dessas pessoas pela polícia, com sua subsequente prisão. Por exemplo, *Fernandinho Beira-Mar*, dono anteriormente alinhado com o *Comando Vermelho*, foi extraditado da Colômbia depois de sua prisão pelo exército daquele país, quando ele se escondia entre as FARC<sup>14</sup>. Sua procura e sua prisão e extradição seguiram-se a uma campanha da mídia que o mostravam como sendo o maior e o mais perigoso importador de droga no Brasil. *Beira-Mar* foi recentemente citado pelo jornal O Globo como sendo responsável por 60% do tráfico de droga em todo o país<sup>15</sup>, o que não é confirmado por diferentes informantes.

<sup>13</sup> *Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos*. Em 2002, o *Comando Vermelho Jovem*, uma cisão do *Comando Vermelho* criada de meados para o fim dos anos 90, parece haver sido reabsorvida pelo *Comando Vermelho*, não mais existindo como grupo independente.

<sup>14</sup> *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*, movimento guerrilheiro colombiano.

<sup>15</sup> O Globo, 19/06/02.



Sendo o número de *atacadistas* e *matutos* estimado em um máximo de cem pessoas (NEPAD & CLAVES 2000), mostrar *Beira-Mar* dominando o comércio de cocaína no Brasil é muito exagerado. Segundo um entrevistado, ex-traficante do *Comando Vermelho*, *Beira-Mar* está longe de ser tão importante:

*“... o que ele tem é o contato... tem pessoas por fora dele que é mais do que ele. Ele é só o testa... Há cinco anos atrás você via o Beira-Mar andando por aqui... como uma pessoa normal. A mídia transformou ele no ‘Fernandinho Beira-Mar’ – o número um do país”*

A satanização de Beira-Mar e sua prisão, em seguida, significam que aqueles que se situam acima dele provavelmente nunca serão procurados.

*“Esses atores que ascenderam ao estágio de atacadista são os primeiros ou, talvez, os únicos a serem capturados”(NEPAD & CLAVES 2000:35).*

O mercado atacadista da cocaína baseia-se na importação de países produtores latino-americanos, como a Colômbia, a Bolívia ou o Peru. É ágil, descentralizado e tem pouca ou nenhuma hierarquia. Os atacadistas são geralmente atores independentes, que possuem os contatos internacionais necessários nos países produtores, acesso a esquemas de lavagem de dinheiro, contatos com organizações criminosas internacionais e acesso aos níveis mais elevados de poder do estado, quando não são eles próprios membros de órgãos de estado (NEPAD & CLAVES, 2000:23-24). O Brasil é basicamente um país de trânsito para exportação de cocaína aos países ocidentais, e o Rio é importante ponto de saída para essas exportações. Como já foi salientado, por volta de 20% da cocaína que chega ao Rio destina-se ao consumo local da cidade. Os atacadistas e matutos são muitas vezes responsáveis pela importação de armas, tanto como da cocaína, para as quais encontram um mercado lucrativo nas facções do Rio, fortemente armadas.

Atacadistas e matutos são independentes das facções da droga. Intermediários entre o atacado e o varejo, os matutos se movem livremente entre facções, podendo vender drogas e armas a donos de qualquer favela, seja qual for a facção a qual está afiliado o dono.

*“O matuto é como um motorista de ônibus, ele pega qualquer um”  
Ex-traficante dos anos 90*

Os matutos recebem proteção de todas as facções, assim como vendem a todo mundo.

*“... a lei é uma lei do crime, não está escrito, mas estabelece qual família que não se mexe... e essa mesma lei diz que matuto não pode ser mexido, matuto tem que ficar fazendo o trabalho dele. Então, na verdade, o matuto é o contato... como ele vai trazer as drogas ninguém nem quer saber, então quem tem facção é só favela, é só morro.”*

Informante 1

## **Nível 2:        *Donos***

As facções da droga no Rio de Janeiro são compostas de lealdades entre donos, unidos em uma rede frouxa de apoio mútuo, tanto dentro como fora do sistema penitenciário.

*“... o que existe, na verdade, é um grande complexo de presos que têm a mesma afinidade política e para que essa política não se quebre, eles dominam uma facção.”*

Informante 1

Neste caso, “afinidade política” não tem o sentido geral de “política”, mas significa objetivos de interesse mútuo ou a possibilidade de apoio recíproco, com fins de lucro e de progresso territorial. Assim, as facções podem ser vistas não como corporações altamente estruturadas, mas como grupo de donos independentes, ligados por alianças

frouxas e de interesse mútuo. Se essas alianças deixam de ser úteis para os objetivos de um dono ou se elas se tornam uma ameaça a esses objetivos, um dono pode sair da atual facção e declarar “neutro” seu território<sup>16</sup>, juntar-se a outra facção ou mesmo criar uma nova facção<sup>17</sup>. Por exemplo, a *Amigos dos Amigos* é uma cisão do *Comando Vermelho*, tendo estrutura interna similar à do *Comando Vermelho* e do *Terceiro Comando*. Em razão da natureza heterogênea das comunidades de favela, essa série de afiliações e de “relações políticas” é mais eficaz do que um órgão corporativo que tomasse decisões para todos os afiliados da facção.

*“... os morros são independentes, cada morro tem a sua realidade, cada batalhão da polícia militar, por exemplo, tem o seu preço, cada guarnição do patrão tem a sua relação. Então não dá para um determinado líder determinar como vai ser a relação com cada batalhão, com cada região, com cada favela, que são realidades que mudam a cada momento”*

Informante 1

No entanto, dentro dessa rede frouxa de donos independentes, existe uma estrutura dentro da qual os donos filiados a uma facção precisam saber como agir.

*“O CV<sup>18</sup> vai ser o CV, mas ali (na favela) quem impõe é ele (o dono)... se quiser botar fogo na favela dele ele bota. Mas ele tem que saber o que está fazendo... tem que ter consciência do que tá fazendo... ter sempre harmonia com todo mundo para o seu ritmo da favela sempre ‘ta bom.’”*

Ex-trafficante dos anos 90.

Nem o *Comando Vermelho* nem as outras facções da droga têm um líder único. Um dono não fica subordinado a outro ao entrar para uma facção. Todavia, do mesmo modo que em qualquer grupo de pessoas, um ou dois indivíduos do grupo podem se tornar mais poderosos ou mais respeitados do que outros em razão de sua capacidade pessoal de liderança, da extensão do território controlado, da quantidade de dinheiro que fatura ou do número de soldados que comanda.

*“... depende muito mais da articulação particular de cada um para ser um pouco mais ouvido, etc., mas não faz essas pessoas mais importantes dentro do quadro.”*

Informante 1

Apesar de não existir um líder único, as facções têm algumas pessoas importantes que podem ser vistas como “pontos de referência” para outros donos dentro da facção. Como no caso da origem do *Comando Vermelho*, a estrutura existe tanto dentro como fora do sistema penitenciário. Essa estrutura é demonstrada no Diagrama 6b.

Os donos mais poderosos do *Comando Vermelho* estão atualmente na prisão, de onde continuam a controlar seus territórios pelo celular e por meio de visitas de seus colegas. Como a maioria desses donos está na mesma prisão de segurança máxima, Bangu 1, na Zona Oeste do Rio, eles conseguiram centralizar o controle da facção por meio de uma

---

<sup>16</sup> Os neutros geralmente tem uma estrutura organizacional similar à das maiores facções no âmbito da favela. Todavia, os neutros usualmente não contam com apoio recíproco de outros neutros em outras favelas, diferente de outros grupos armados alinhados com uma mesma facção.

<sup>17</sup> Mudar de facção ou criar nova facção é raro, mas acontece.

<sup>18</sup> CV é uma sigla de *Comando Vermelho*.

estrutura baseada na prisão, dirigida por um “presidente” e um “vice-presidente”. Estes não controlam o território de outros donos, nem recebem dinheiro de outros donos, mas dirigem a vida na prisão, sobre disputas internas da facção que ocorrem fora da prisão e tomam a decisão final sobre todos os assuntos de interesse mútuo dos afiliados da facção.

*“... ele determina uma série de coisas... ele decide a tua vida na cadeia... mas no teu morro ele não decide”*

Informante 1

Um ex-traficante referiu-se à estrutura interna do *Comando Vermelho* como sendo alguma coisa entre uma cooperativa de trabalho e um poder de estado:

*“É tipo assim um Estado, não tem dono do Estado, é o presidente, o vice-presidente... é como uma rede que tem um secretário, tipo assim, ele organiza, é tipo uma cooperativa”.*

O resultado é que o poder do *Comando Vermelho*, como organização, de fato, reside no interior do sistema penitenciário.

*“... quem manda mais no Rio de Janeiro é a cadeia”.*

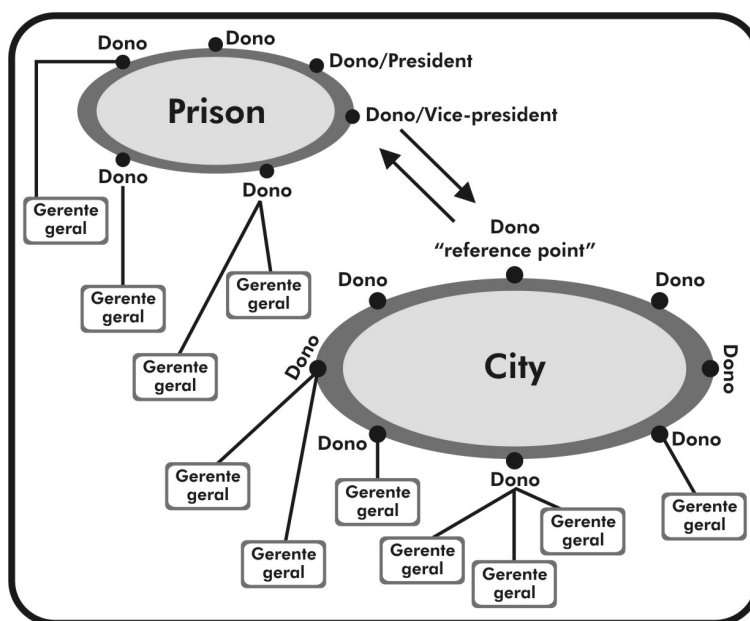
Ex-traficante dos anos 90

*“O maior poder do crime não está na rua, está na cadeia.”*

Informante 1

*“Sempre foi assim. Na cadeia tem o presidente e ali ele bate o martelo... tudo é desenrolado dentro da cadeia... ele bate o martelo e passa para essa pessoa aqui fora... e tudo que acontece fora o pessoal da cadeia tá sabendo.”*

Ex-traficante dos anos 90



Em entrevista, membros do *Comando Vermelho* afirmam que sua facção têm se esforçado para organizar-se melhor nos últimos anos, indicando um dono fora da prisão na qualidade de “coordenador” externo, ou “ponto de referência”. Em razão da natureza da estrutura das facções, isso não significa que tal personagem possa ser vista como líder; como explica um traficante, “não é questão de mandar... ele orienta”. Também é uma maneira de manter um vínculo direto entre os interesses da facção dentro e fora da prisão.

*“Teve uma reunião há quatro meses atrás, onde chamou todos os donos de todas as áreas do Rio de Janeiro, do Comando Vermelho, onde (o cara que é o ponto de referência) bateu o martelo e disse que amigo que é amigo tem que se respeitar um ao outro... pára de brigar contigo que nós somos da mesma facção ... teve lá todo mundo, agora as coisas estão organizadas. Hoje qualquer caô que tem na rua, qualquer bralhada que tem, qualquer guerra, assim, passa por ele, pra ele avaliar o que está certo e o que é errado, para ele poder passar pro pessoal lá dentro (da cadeia).”*

Ex-traficante dos anos 90

Um detetive declarou que as facções estão entrando em uma terceira fase de organização, na qual cada facção só tem um personagem principal<sup>19</sup>. Como o diretor geral de uma empresa, esses líderes de facção decidem quem vai gerenciar cada ponto de venda. Mas tão alto nível de estrutura organizacional ainda não foi concretizado.

### **Nível 3: Favela**

A dominação da favela por uma facção da droga é visível pelas pichações<sup>20</sup> que marcam seu território, assim como pelas quadrilhas armadas que patrulham no interior das comunidades. A organização da facção no ambiente da favela baseia-se na necessidade de vender droga aos clientes, de defender a boca de fumo contra invasões de facções rivais ou de batidas policiais e de invadir os territórios de outras facções. As ligações frouxas encontradas entre donos são substituídas por uma estrutura rigidamente hierarquizada e militarizada com postos claramente definidos, fato que se repete de modo quase idêntico em todas as favelas, independentemente de sua afiliação a facções ou de sua posição neutra.

A seguir, apresentamos um breve resumo dos postos no interior dessas unidades das facções, com base nas favelas e altamente organizadas. Como o volume de droga vendido em cada favela é diferente e a maioria dos salários é paga por comissão, não é possível estipular quanto ganha um trabalhador em cada posto. No entanto, incluiu-se a estimativa de salários médios ganhos em algumas das funções de mais baixo nível, segundo declarações de entrevistados, e outras fontes; esses salários tendem a não sofrer grandes variações. Os salários auferidos até pelos trabalhadores mais jovens e de categoria mais baixa das facções, com base em favelas (olheiro) são até cinco vezes mais altos que o salário mínimo mensal (R\$220, ou US\$88). Essas funções, geralmente abertas a crianças e adolescentes, estão marcadas com asterisco, e serão analisadas em detalhe no capítulo 7.3.

---

<sup>19</sup> Ricardo Hallack (Delegacia de Repressão às Ações do Crime Organizado) op.cit. O Globo 16/06/02, Caderno Especial p.2, “Administração igual à de um supermercado”.

<sup>20</sup> “CV”, “TC” ou “ADA” são pintados nas paredes como siglas (respectivamente do *Comando Vermelho*, do *Terceiro Comando* e de *Amigos dos Amigos*) que marcam o território da facção.

**Dono:** Função superior, autônoma, pode controlar algumas favelas. Improvável que more na própria favela, mas a visita regularmente. Responsável pela compra da cocaína e da maconha que será vendida na favela por meio de contato com um matuto, pelo fornecimento de armas aos empregados com base na comunidade, pelo relacionamento com outros donos em comunidades ligadas à mesma facção, pelo pagamento de suborno à polícia, etc. Tem a palavra final em qualquer decisão no âmbito dos territórios dominados por ele. Também é chamado de o cara, o patrão, o homem, o cabeça, o amigo<sup>21</sup>.

**Gerente geral:** O “gerente geral” do dono no interior da favela, responsável pela supervisão das operações cotidianas de venda de droga, defesa da favela e invasão de outras áreas. Relaciona-se diretamente com o dono. Ganha por comissão<sup>22</sup>, segundo a quantidade de droga vendida na comunidade. Também pode ser chamado de gerente de frente, braço direito, segunda voz.

**Sub-gerente:** Há três **sub-gerentes** principais, cada um reportando-se diretamente ao gerente geral. O **gerente do preto** é responsável por toda a venda de maconha na comunidade, o **gerente do branco** é responsável por todas as vendas de cocaína e o gerente dos soldados é responsável por todos os soldados e coordena a segurança da favela. O **gerente de preto** ganha por comissão, segundo as vendas de maconha vendida na comunidade, o gerente de branco também ganha por comissão, segundo as vendas de cocaína. O **gerente de soldados** ganha um salário semanal ou mensal, pago diretamente pelo gerente geral ou o dono. Os **sub-gerentes** também são chamados de gerente de maconha, gerente de cocaína e gerente de segurança, respectivamente. (Os pesquisadores encontraram alguns **sub-gerentes** com menos de 18 anos, mas a vasta maioria dos **sub-gerentes** tem mais de 18 anos).

**Gerente de boca\*:** cada boca de fumo (ponto de venda) tem um gerente responsável pelas vendas, tanto de maconha como de cocaína, naquele ponto. Uma favela pode ter vinte ou mais bocas. Ganha por comissão, segundo o volume de droga vendido em sua boca.

**Soldado\*:** Segurança armado. Ganha um salário semanal/mensal para defender a boca de fumo e a comunidade circundante contra invasões. É presença constante e abertamente armada na comunidade. Também utilizado para invadir outros territórios ou guarnecer o bonde que sai da favela para levar droga ou armas para outras favelas ou conjuntos habitacionais em toda a cidade. Algumas comunidades maiores dominadas por facções do tráfico têm até 500 soldados. Ganham entre R\$1500 e 2500 por mês (US\$600 a 1000).

**Fiel\*:** Guarda pessoal de segurança, armado, de confiança do gerente geral ou de um sub-gerente. Ganha salário mensal/semanal. Também é chamado de fiel do dono ou gerente de confiança.

---

<sup>21</sup> Apesar de *o amigo* referir-se ao *dono*, *um amigo* pode referir-se a qualquer traficante afiliado à facção, e *os amigos* é usado como coletivo para referir-se a traficantes como grupo.

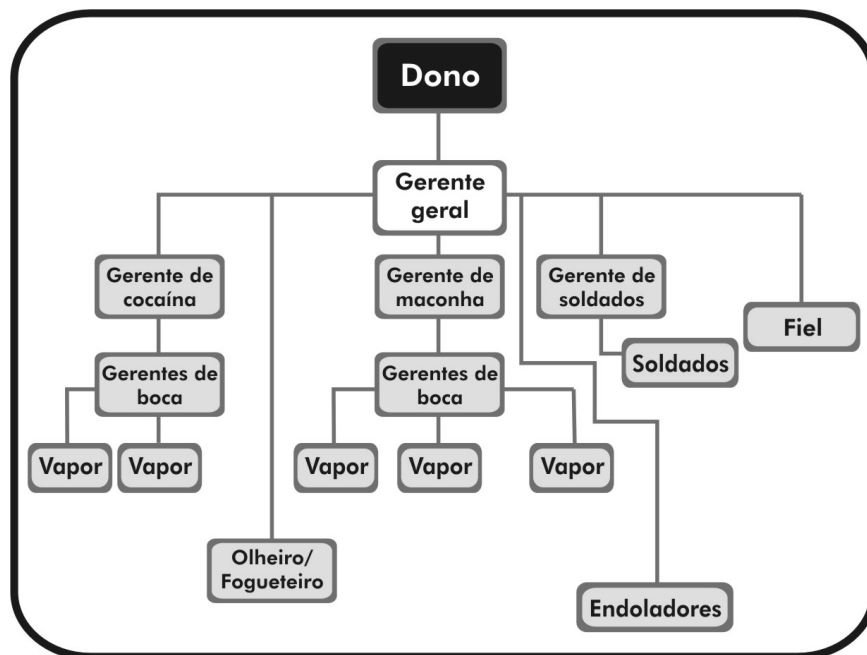
<sup>22</sup> Os traficantes de qualquer nível que ganham por comissão não compram a droga antes de vendê-la no nível seguinte, ou a um cliente; as drogas são entregues livremente, descendo a hierarquia, devendo os membros da facção restituir o que *tomaram emprestado*. Isso cria problemas quando a droga *emprestada* não é paga; as medidas disciplinares por falta de pagamento são brutais, geralmente culminando com a execução do infrator.

**Vapor\*:** Vende droga diretamente aos clientes na boca de fumo e responde diretamente ao gerente de boca. Os vapores ganham por comissão, segundo a quantidade de droga que vendem na boca. Ganham entre R\$1500 e 3000 (US\$600 e 1200) por mês.

**Olheiros\*:** Vigilantes. Colocados em posições estratégicas por toda a favela para avisar sobre batidas policiais ou invasões de facções rivais. Podem usar rádio ou foguetes de artifício para avisar aos colegas sobre qualquer visita indesejável ao local. Quando usam fogos, são conhecidos como fogueteiros. Geralmente são escolhidos pelo gerente geral, que lhes paga um salário semanal/mensal, ganhando cerca de R\$50 por dia (US\$20). Também chamado de contenção.

**Endoladores\*:** Empacotadores tanto de maconha como de cocaína. Empacota droga em pequenas embalagens que serão vendidas por R\$3, R\$5 e R\$10<sup>23</sup>. Recebe salário semanal/mensal. Empregado e supervisionado diretamente pelo gerente geral, gerente de preto ou gerente de branco.

A estrutura hierárquica dos empregos das facções a nível da favela está exposto no **Diagrama 6c**.

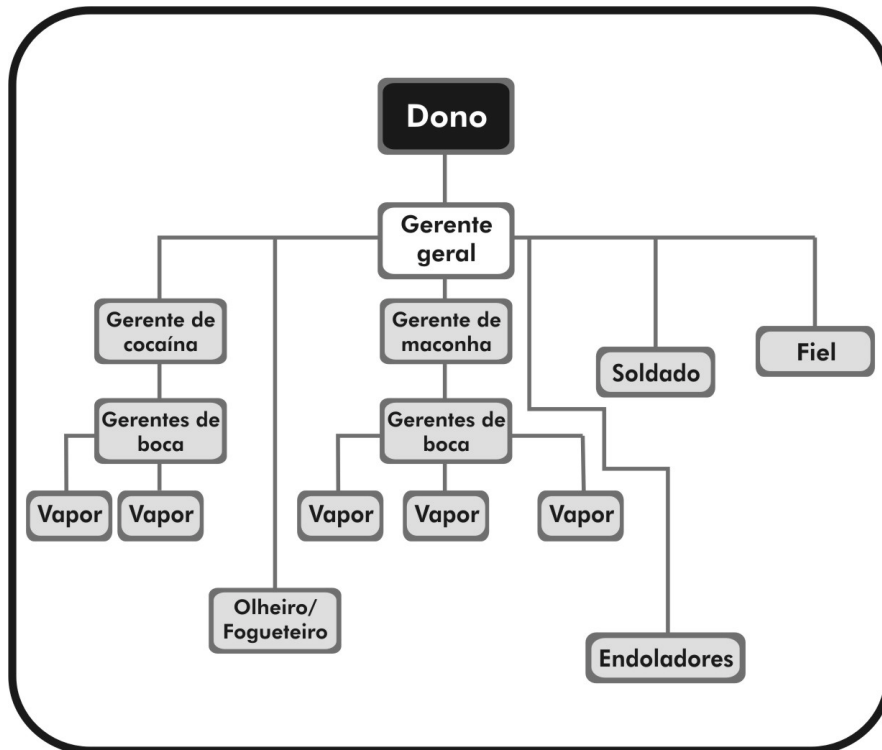


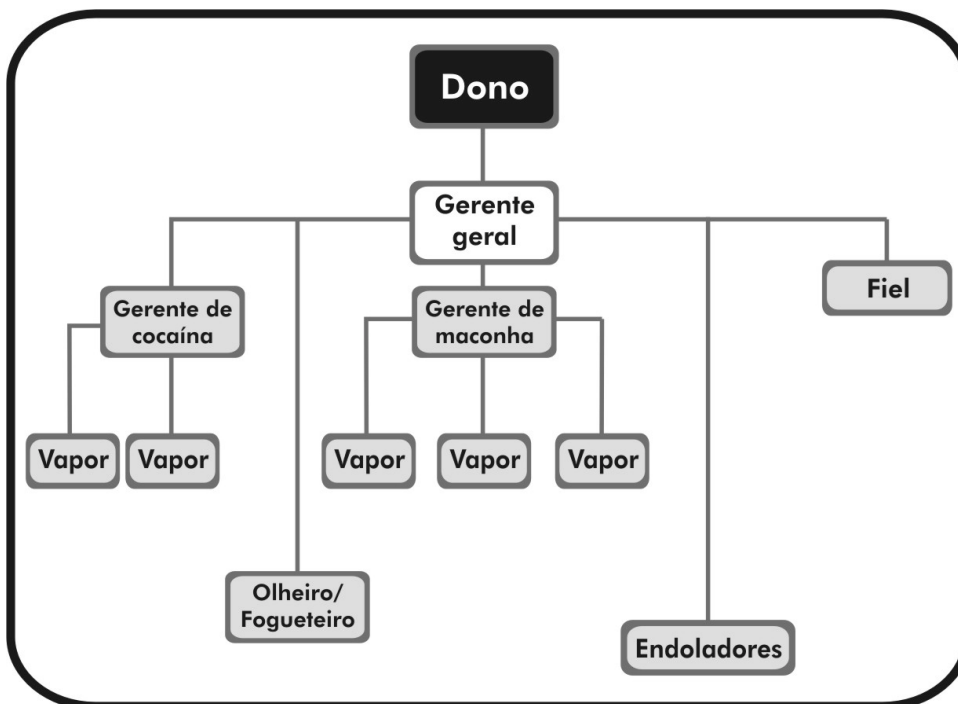
O **Diagrama 6c** baseia-se no trabalho de Misse (1998) e foi confirmado durante esta pesquisa por traficantes, no decorrer de entrevistas. A função de fiel também foi acrescentada aqui, tendo sido identificada durante as entrevistas. Parece ter surgido mais recentemente.

<sup>23</sup> Equivalente respectivamente a US\$ 1,20, 1,90 e 4.

As estruturas organizacionais locais podem sofrer ligeiras variações, dependendo do volume de venda de drogas, do tamanho da comunidade, do estilo de liderança do dono e da localização geográfica da comunidade em relação a favelas próximas, controladas por outras facções.

Esses fatores influenciam a probabilidade de invasão por outra facção ou de batida policial e definem assim o nível de organização interna. Quanto mais alta a ameaça de invasão, mais estruturada será a unidade de tráfico local e, assim, todas as funções acima mencionadas serão preenchidas. Todavia, em comunidades que interessam menos à polícia ou nas quais é menor o risco de invasão por facções rivais, as funções podem ser compartilhadas ou não existirem. Por exemplo, apenas em comunidades faveladas de grande porte, nas quais as facções utilizam um grande número de soldados, é que existe a função assalariada de gerente de soldados; geralmente, nas comunidades nas quais a venda de drogas é reduzida e, em consequência, menor o número de empregados, a segurança pode ser organizada pelo gerente geral (ver **Diagrama 6d**). Nas comunidades nas quais a venda de droga é mais baixa, havendo menor risco de ser encampada por facções rivais, os empregados, às vezes, assumem uma dupla função, sendo todos responsáveis pela segurança armada da favela, sob o comando direto do gerente geral (ver **Diagrama 6e**). O caso das crianças e dos adolescentes que trabalham em funções de segurança armada é tratado no capítulo 7.3.





A possibilidade de denominarmos como organização as frouxas ligações entre donos afiliados à mesma facção, com a conseqüente estrutura hierárquica encontrada dentro da favela, depende da definição de “organização”. Todavia, à exceção dos diversos lemas<sup>24</sup> das facções, não há diferenças ideológicas, religiosas, políticas ou étnicas entre as facções da droga no Rio de Janeiro que as distingua uma da outra. As facções têm o progresso econômico como objetivo principal e todas utilizam estruturas de poder similares para alcançar esse objetivo.

O número total de pessoas ativamente empregadas no comércio de drogas a varejo no Rio depende da fonte de informação. A imprensa assegura que as facções do Rio contam com 3000 membros armados (dispondo de um arsenal de 1500 fuzis e metralhadoras)<sup>25</sup> e, segundo outras estimativas, no que diz respeito apenas aos menores, são 7.000<sup>26</sup> atualmente trabalhando no tráfico. César Maia, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, estima que existem 10.000 traficantes armados na cidade<sup>27</sup>. Os especialistas em segurança tendem a concordar que os empregados das facções perfazem 1% da população das favelas do Rio, o que dá o número de 10.000 pessoas.

Houve contato com cerca de 70 traficantes em três favelas diferentes no decorrer do trabalho de campo para esta pesquisa. Os pesquisadores estimam que entre 50 e 60% desses traficantes tinha menos de 18 anos. Caso tal quadro se reflita nos empregados das facções nas outras comunidades de favela do Rio, pode-se dizer que entre 5.000 e

<sup>24</sup> O lema do *Comando Vermelho* é “Paz, Justiça e Liberdade”, e do Terceiro Comando é “Viver e Deixar Viver”.

<sup>25</sup> O Globo, 16/06/02, Caderno Especial, p.6-7, “O confronto entre o poder do estado e o poder do crime”.

<sup>26</sup> O Globo, 22/04/02, p.8, Tráfico já reúne 7000 menores.

<sup>27</sup> Em entrevista, Extra, 22/05/02.

6.000 menores trabalham atualmente nas facções da droga. Como está dito nos capítulos 7.3 e 7.5, a vasta maioria destes é armada.

## **6.2 Controle da comunidade: reciprocidade forçada e presença simultânea**

### **6.2.1 Introdução**

Este capítulo discute o controle e o domínio dos traficantes de droga na maioria das comunidades de favela no Rio de Janeiro. Como visto no capítulo 5, desde seu aparecimento nos anos 80, as facções de droga se tornaram uma força sócio-política reconhecida em nível de favela. Seu poder foi aceito pelas comunidades devido ao medo e a uma total falta de alternativas. O domínio dos traficantes esteve baseado em estruturas historicamente existentes de controle social e proteção, que se desenvolveram em um sistema de 'reciprocidade forçada' mantida por uma tática dupla empregada por traficantes de droga, de coerção encorajadora e violência repressiva.

### **6.2.2 *Donos* e modelos pré-existentes de controle social**

Embora tenha havido um aumento no uso da violência, como ferramenta para manter a ordem social, a dominação dos traficantes de droga nas comunidades de favela foi construída em estruturas locais preexistentes de controle e proteção, que foram utilizados pelos *donos de favela* dos anos 50 e 60.

Nas favelas sempre faltaram representantes do poder público para apoiar a lei e a ordem. Devido em parte à grande expansão descontrolada desde os anos sessenta, que se seguiu à migração urbana das massas rurais, as favelas de Rio de Janeiro existiram quase que "separadamente" da cidade.

As favelas são enclaves de pobreza que têm pequena infra-estrutura com poucos serviços públicos e quase nenhuma representação política. Essa tradicional ausência do estado fez com que surgissem figuras locais importantes conhecidas como *donos*, que prestavam serviços em tempos de sofrimento (dando, por exemplo, comida e remédios para os pobres e idosos) e protegiam a comunidade da violência, aplicando uma ordem social. Como a ordem social no Brasil foi mantida tradicionalmente pela violência ou pela ameaça dela, até mesmo pelo governo (Leeds, 1998), os *donos* tenderam a ser figuras fortes, com reputação para assassinatos clandestinos. Durante os anos 50 e 60, bicheiros, vigilantes, ladrões armados ou donos de bocas tenderam a preencher essa função (Misse, 1999). Mais adiante, os criminosos eram associados com o papel de *donos* devido às noções paternalistas do "bandido social" ou do antigo "valente" ou malandro, que, em troca de proteção da população local, não roubava nem deixava roubar dentro da sua comunidade ou de pessoas de comunidades protegidas de criminosos de outras áreas e até mesmo distribuía livremente objetos roubados a pessoas necessitadas da comunidade<sup>28</sup>. Tais criminosos garantiam de certa forma a ordem social local e levavam a cabo os julgamentos em disputas domésticas ou de vizinhança (Misse, 1999). Havia também uma distinção clara entre o "trabalhador" e o "criminoso", o primeiro merecedor de respeito e proteção devido a uma superioridade moral percebida (Zaluar, 1985). Como

---

<sup>28</sup> Mineirinho, conhecido assaltante dos anos 60, supostamente roubava carregamentos de leite e de carne para distribuir em sua comunidade (Amorim 1995:51).

disse um senhor durante uma entrevista, as pessoas que mantêm a ordem na favela são um “mal necessário.”

A normalidade e aceitação de tais relações foram ainda fortalecidas por uma relação simbiótica existente há muito e baseada em clientelismo entre as comunidades de favela e o governo. Os benefícios públicos ou serviços sociais, que deveriam ser providos uniformemente em comunidades de favela pelos políticos, são trocados por votos em um sistema mantido por “favores” (Leeds, 1998:253). A existência de uma figura todopoderosa, mas paternalista, conhecido como patrão, data da escravidão, nas plantações, sendo o Brasil o último país a abolir a prática legal da escravidão em 1888. Escravos libertos, na virada do século vinte, eram alguns dos colonos originais que habitaram as primeiras comunidades de favela.

### **6.2.3 Dominação de facção: “Reciprocidade forçada” e afetando instituições sociais legitimadas**

Seguindo a transformação do comércio de droga do Rio de Janeiro no começo dos anos 80<sup>29</sup>, a posição de *donos* se tornou exclusiva de traficantes dentro das favelas, dominado por *facções da droga*. Os donos do tráfico preservaram, utilizaram e desenvolveram essa posição, criando um sistema de controle baseado em violência ou na ameaça de violência por meio do qual os traficantes recebem proteção da comunidade em troca de oferecer o que o estado tradicionalmente não tem provido: a manutenção da ordem social, apoio, estímulo econômico e atividades de lazer. Através de uma presença constantemente armada dentro da comunidade e do uso crescente da violência como meio de controle, as facções da droga se tornaram uma “força política” ou uma “forma incipiente de governo” dentro das favelas que dominam (Zaluar, 1983:32; Zaluar, 1995).

Com o poder legitimado pela aceitação ou a neutralidade da comunidade, as facções aplicam a ordem social por meio de uma série de códigos de comportamento que servem às necessidades deles e às da comunidade como se fossem de “lei” e “ordem”. Os códigos de comportamento são apoiados em uma tática dupla de apoio e de violência punitiva para os não complacentes<sup>30</sup>.

Embora as facções ofereçam serviços que o governo não provê, o controle delas é de uma natureza tirânica<sup>31</sup> e sua relação com a comunidade pode ser vista como uma “reciprocidade forçada”. Entretanto, essa troca recíproca é “forçada”, principalmente, pelo fracasso de governos em promover uma alternativa séria e não-violenta à provisão da ordem social e serviços públicos pela presença das armas dos traficantes de droga. Como resultado “... pelo menos nas favelas a democracia foi substituída pela criação da “narcocracia”, sendo uma estrutura econômica e política que é resultado do envolvimento geral, direta ou indiretamente, do tráfico de drogas” (Leeds, 1998:246). O termo “narcoditadura” pode ser o mais representativo dessa situação, e não há expressão de qualquer processo democrático dentro da comunidade.

<sup>29</sup> Como se menciona na parte 5.

<sup>30</sup> “Vencer na moral [...] vencer na força”(Zaluar 1983:25).

<sup>31</sup> Além do uso da força, a natureza tirânica do controle das facções é demonstrado claramente pelo fato de, apesar das regras de comportamento na comunidade (*as leis do tráfico*) ditadas pelas facções serem muito semelhantes em todas as favelas, sua aplicação exata depende da personalidade ou da liderança do *donos* ou *gerente geral* do lugar (Leeds 1998:242) e qualquer decisão referente a punições depende de seu critério pessoal.

Como demonstra o modelo seguinte, as facções de drogas impõem seu poder de “reciprocidade forçada” por meio do qual fazem uma série de ofertas e demandas que, mesmo não escritas, são compreendidas por ambos, membros da comunidade e traficantes.

**Diagrama 6e**

<b>“Reciprocidade Forçada”</b>	
<b>Oferta dos traficantes</b>	<b>Demanda dos traficantes</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção da ordem social e proteção contra crimes e conflitos</li> <li>• Apoio ao desenvolvimento da economia local</li> <li>• Investimento em atividades de lazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Código do silêncio – protegendo-os da polícia e contando com o anonimato dentro da comunidade</li> <li>• Uma base para a venda local de drogas</li> <li>• Seguir os códigos de comportamento – “as leis do tráfico”</li> </ul>
Mantido por coerção e apoio	Encorajado por um sistema de violência punitiva

Este modelo é apoiado por uma tática dupla de apoio mútuo (6.2.4) e a aplicação tirânica pelos traficantes de droga de um sistema de violência punitivo para aqueles que não colaborarem (6.2.5).

A dominação das facções na comunidade tem afetado enormemente as instituições locais, “...todos os atores políticos e sociais que existem em uma localidade dominada por traficantes de drogas estão sob sua influência, mesmo que isso não signifique estar sob o seu controle.” (Souza, 2000:76) Entretanto, membros locais acabam se “contaminando” e têm que aprender novos métodos de diálogo com traficantes pois “...na presença destes novos atores sociais que mostram sua dominação territorial e privatizam o uso de força, é necessário aprender a se reorganizar” (Souza, 2000:76). Os atores sociais que não se “reorganizam” ou que não sabem em que situações não discordar dos traficantes são mortos ou expulsos da comunidade.

“Em 1990, os traficantes invadiram a sede da Associação de Moradores [na favela de Santa Marta] e impediram a instalação de um telefone público, provavelmente para não facilitar o acesso da comunidade à polícia. O secretário da associação protestou contra os traficantes e foi morto dois meses depois, acusado de ser um informante da polícia. Em seu funeral, o presidente da associação acusou os traficantes de terem matado o secretário. Três meses depois o presidente e sua esposa também foram mortos” (Leeds, 1998:252).

A Comissão contra a Violência e a Impunidade afirmou que, entre 1992 e 2001, 100 líderes de comunidade foram assassinados por traficantes de droga e mais de 100 foram expulsos<sup>32</sup> de suas comunidades. Como resultado da invasão da Polícia Militar de forma violenta e repressiva nas comunidades de favela e o controle das facções de traficantes, “... os moradores das favelas estão presos entre dois grupos armados: a polícia e grupos de traficantes” (Leeds, 1998: 252).

#### **6.2.4 Apoio mútuo**

##### **6.2.4.1 Traficantes de drogas precisam da comunidade**

As favelas no Rio de Janeiro são geralmente construídas em morros, cheias de labirintos e, geralmente, com poucos pontos de entrada e saída. Devido a essas características, elas são perfeitas como bases para a venda de drogas e possíveis de serem defendidas. Não só as favelas oferecem proteção de espaço contra a polícia e facções rivais, mas se suficientemente apoiados, seus moradores oferecem aos traficantes de droga a possibilidade de esconderijos durante batidas policiais. Além disso, conhecendo todos os moradores e tudo o que acontece dentro da comunidade, os traficantes ficam protegidos contra infiltrações de grupos rivais e da polícia.

Respeitar e tratar bem os moradores das favelas é um modo de garantir a proteção da comunidade. Se as necessidades da comunidade são respeitadas, torna-se mais fácil conseguir o apoio contra a polícia, aderindo a um código de silêncio ou fornecendo as informações necessárias para evitar a deslealdade interna ou a invasão de uma facção rival.

*E- E as pessoas do movimento respeitam as pessoas da comunidade?*

*T- Respeitam, claro! Um respeita o outro. Não é porque é bandido que não vai respeitar o morador, tem que respeitar. Eles respeitam a gente e a gente também tem que respeitar eles. Porque a gente também precisa deles, pra correr pra dentro da casa deles, às vez. Se esconder de polícia. Então, se a gente não dá apoio ao morador, o morador não vai dá à gente, então como é que a gente vai tê vai ficar desunião. Então tem que ter união, todo mundo tem que fechar com morador. Um tem que tê união com outro...”*

*fiel do gerente geral, 16 anos*

O respeito dos traficantes de droga com os trabalhadores foi constatado em entrevistas na comunidade: “os traficantes, eles respeitam o trabalhador”.

Mesmo um traficante de droga mirim sabe que a comunidade tem que ser bem tratada para que a coexistência pacífica possa ser desenvolvida.

*(“...[a comunidade] é só lazer, só lazer, tá ligado não tem esculacho. O amigo trata todo mundo bem. O geral gosta do amigo, é um cara que gosta da comunidade”*

*Olheiro, 14 anos)*

Traficantes apresentaram esse “respeito mútuo” como uma união necessária. Um *gerente de segurança* de 17 anos de idade, responsável por toda a segurança da facção em uma

---

<sup>32</sup> Comissão contra a Violência e a Impunidade/ALERJ, tal como foi publicado n'O Globo, 20/07/01.

favela com mais de vinte mil moradores, explicou como a comunidade é importante para os interesses da facção e como é que a facção adquire sua força (A união que faz a força)

#### 6.2.4.2 A comunidade depende dos traficantes

A única presença substantiva do estado nas comunidades de favela em 2002 vem da provisão limitada de programas sociais (escolas, centros de saúde etc.), o modesto começo de uma infra-estrutura urbana<sup>33</sup> e uma política de segurança pública repressiva e violenta, baseada na invasão policial e na ocupação, em vez de uma presença contínua da força policial<sup>34</sup>. Como foi observado mais acima, devido ao clientelismo e à instituição efetiva de uma “narco-ditadura”, as populações de favela têm pouca voz ou representação política. Elas estão distantes das noções da proteção estatal, em razão de um sistema judicial ineficiente e corrupto que não serve às suas necessidades adequadamente. Subseqüentemente, o estado é visto, pelos moradores da favela, como praticamente ineficaz dentro da comunidade, já que falha na sua parte do contrato social, i.e., “cumpra a lei e pague seus impostos e o estado lhe fornecerá suas necessidades básicas e o protegerá.” O fracasso do governo em cumprir sua parte do contrato social permite às facções de drogas mostrar-se à comunidade como a melhor alternativa prática para a manutenção da ordem social e para prover às suas necessidades, “... ruim com eles [facções de droga], pior sem eles. Um casamento infeliz, mas necessário” (Zaluar, 1983:11; Zaluar, 1995)<sup>35</sup>.

Não só o estado tem falhado em honrar o contrato social, como o comportamento da Polícia Militar - seu representante principal para a manutenção da ordem pública – também apresenta um histórico de violência, homicídios clandestinos e corrupção dentro da comunidade, que faz com que sejam detestados (Leeds, 1998:243). Como explicaram alguns adolescentes de favela *não envolvidos com o tráfico*, em entrevista em grupo:

*“Eu queria que não existisse policial, porque eles não defendem ninguém...”*

*“Os policiais são todos corruptos e maltratam o morador”*

*“Eles [a policia] não tem moral na comunidade”*

*“Trato todo mundo [na comunidade] bem. Às vezes o morador me pedia dinheiro pra comprar arroz, bujão de gás. Aí que que eu fazia?, ia lá embaixo roubava os mercadinhos tudo. Botava tudo na Kombi, fazia vária cestas básicas, aí dava. As vezes eu mesmo pegava dinheiro e comprava.”*

*Gerente de boca, 16 anos*

---

<sup>33</sup> Segundo previsão de programas oficiais como o *Favela Bairro*, que traz arruamento, habitação, saneamento e outras infra-estruturas para algumas favelas.

<sup>34</sup> À exceção do GPAE – Grupo de Policiamento de Áreas Especiais, programa que proporciona uma presença do policiamento comunitário na favela do Cantagalo. Esse programa é coordenado pelo governo do estado, em parceria com o Viva Rio.

<sup>35</sup> O fracasso do estado em cumprir sua parte do contrato social é demonstrado ainda pelo fato que, nas comunidades nas quais as facções não são uma força real, a manutenção da ordem social e a proteção contra o crime são asseguradas por grupos de vigilantes armados ou esquadrões da morte, muitas vezes compostos – ironicamente – por policiais que não estão de serviço ou policiais aposentados da região (*polícia mineira*).

*E – E como você falava de ajudar a comunidade, os moradores, como o tráfico ajuda a comunidade ?*

*T – Ah assim, veículo roubado com alimento, damos à comunidade, em dias de festa, damos comida à comunidade. Todos os tipos de comida e também geladeiras, som...*

*Fogueteiro, 13 anos)*

Muitos entrevistados mostraram mais confiança no sistema informal de justiça da facção, embora seja apoiado, em parte, por um sistema de violência punitiva, do que na provisão estatal de segurança pública.

*“...você vai confiar num policia que tu nunca viu que você sabe que pode ser safado ou não, ou você vai confiar no seu vizinho, que mesmo entrando na boca ele é teu vizinho, que foi criado junto contigo? Vou confiar no meu vizinho...”*

*Morador da favela*

Em conseqüência, para todos os efeitos práticos, as facções se tornaram um poder sócio-político legitimado dentro das favelas que elas dominam. Como um adolescente de favela não envolvido com traficantes de droga explicou em entrevista, “o poder do traficante é maior que o do governo”. Como mostram as declarações de moradores de dez comunidades de favela dominadas pela lei das facções, esta falta de opções criou uma dependência da comunidade no apoio aos traficantes de droga e na capacidade deles manterem a ordem.

*“se você tiver na sua casa, tiver faltando uma comida, aconteceu alguma coisa contigo lá fora [da favela], você precisou de dinheiro e não tem, o traficante vai meter a mão no bolso porque ele sabe que você é um cidadão de bem e vai falar: ‘se você precisar de mim, você não vai passar fome. Toma aí, se um dia você puder você me paga’”.*

*“Eles [traficantes] ajudam. Se você está precisando de um remédio, se você está precisando de uma alimentação, eles vão lá ajudam. Se você vai fazer uma festa lá, eles patrocinam as festinhas dentro da comunidade.”*

*“As regras existem e de certo modo eles ajudam organizar a comunidade.”*

*“Se mete só se roubarem a gente, eles se metem pra defender morador.”*

*“No morro não existe assalto, não pode ter briga. Tem certas coisas que até ajuda na organização do morro.”*

Muitos da geração mais jovem, que pouco conhecem além da dominação da facção na comunidade, confiam neste sistema de ordem social. Entrevistas com adolescentes de favelas mostraram que eles confiam nos traficantes de droga (“a gente confia no tráfico”). Porém, todos os moradores estão atentos ao custo para sua liberdade pessoal e para o perigo de aderir a esse sistema.

*“É uma proteção que custa caro... isso tem um preço muito alto.”*

*“É uma falsa segurança. Ninguém realmente se sente seguro.”*

#### **6.2.4.3 Estímulo da economia e investimento em atividades de lazer aumentam o domínio da facção**

Os traficantes de droga beneficiam pequenas comunidades de favela, garantindo trabalho para milhares de pessoas desempregadas e assim injetam dinheiro vivo na comunidade (Souza 2000:75). Souza identificou esses cinco grupos, como sendo os principais beneficiários econômicos dentro das comunidades:

- 1) Empregados de facção (*donos / gerentes gerais / sub-gerentes / soldados / vapores / olheiros / endoladores etc.*);
- 2) Os moradores recebem “presentes” ou a satisfação de necessidades básicas em momentos de especial aflição;
- 3) Famílias que dependem dos salários de empregados de facção;
- 4) Os trabalhadores e vendedores que vendem quase exclusivamente para os empregados das facções (fornecendo comida, roupas etc.);
- 5) Famílias que dependem dos trabalhadores do grupo 4.

O estímulo da economia nas comunidades de favela pelos traficantes de droga se tornou um canal direto, contudo ainda limitado, para a redistribuição de riqueza entre ricos e pobres e serve para fortalecer a posição de dominação da facção. Porém, a maioria do lucro (entre 60-70%) deixa a comunidade e vai para o *donos*, que geralmente vive fora da favela.

O domínio da facção é fortalecido por seu investimento em atividades de lazer: eventos musicais (como os bailes funk) e festas na comunidade. Com a exceção do recente projeto *Conexões Urbanas*<sup>36</sup>, que leva bandas brasileiras famosas para se apresentarem em espetáculos gratuitos nas favelas do Rio, as facções da droga são praticamente os únicos grupos que financiam tais eventos culturais dentro da comunidade. Os bailes funk também ajudam as vendas de drogas, já que muita gente vem de fora da favela para aproveitar a festa grátis e comprar drogas.

#### **6.2.4.4 As ligações entre a comunidade e os traficantes fortalecem o apoio mútuo**

Além da necessidade de proteção, os traficantes têm verdadeiras ligações com a comunidade e, portanto, algumas razões autênticas para cumprir sua parte no contrato social.

Embora as noções de “apoio mútuo” possam ser vistas como um estratagema de *marketing* para gerar a submissão da comunidade e, em consequência, o seu controle,

---

<sup>36</sup> *Conexões Urbanas* é coordenado pelo Afro Reggae e financiado pela prefeitura do Rio de Janeiro.

os membros mais jovens das facções de traficantes de droga – especialmente - trabalham dentro das comunidades de favela onde eles cresceram. As crianças e adolescentes têm um laço forte com suas comunidades. Isto é fortalecido pelo fato de as divisões territoriais de facções da droga estarem baseadas nos limites geográficos preexistentes das comunidades de favela dentro da cidade. Ao perguntar a crianças que trabalham para as facções por que eles gostam das suas respectivas comunidades, as respostas seguintes são características:

*“Ah, porque aqui eu conheço todo mundo, meus amigos, tenho uma relação boa com todo mundo aqui, tá entendendo? Comunidade, com as senhoras, os senhores [pessoas não ligadas com trafico]. Eu gosto daqui”.*

*“pessoas da comunidade são maneiras, tem acompanhamento comigo desde pequeno, todo mundo gosta de mim aqui...”*

Muitos moradores também têm ligações particulares com traficantes, devido ao fato de terem crescido juntos ou ter familiares envolvidos com o tráfico de drogas.

*“Eu cresci numa família onde meu tio já tinha morrido porque se envolveu nisso. Ai vem meu primo e meu irmão. Então no morro você tem parente aqui... eu fui criada ali, meus vizinhos também se envolveram nisso... então eu não vou me afastar.”*

Moradora da favela

Membros de facções entrevistados demonstraram compreender bem que, embora os traficantes de droga e os moradores não envolvidos fossem da mesma comunidade e a representassem, ainda assim existe uma diferença fundamental entre eles, o que marca o funcionamento da ajuda mútua. Os moradores devem ser leais à facção local, mas não podem ser participantes (“tem que fechar mas não pode se envolver”). Como explicou um traficante:

*“ ...a comunidade gosta da gente, mas não se envolve com a gente... a comunidade é a comunidade. A comunidade também... não pode saber tudo que a gente faz. Os nossos assuntos, né... a comunidade não pode saber”*

Como uma continuação da figura de “crime paternal” desenvolvida durante os anos 50 e 60, essa lógica diferenciadora continua professando que um criminoso é um criminoso e um morador é um morador, mas que o morador deve proteger o criminoso e esse proteger o morador. No entanto, para manter o status de um morador merecedor de proteção, ele não deve se envolver no tráfico ou em crimes.

*M4: Aqui ninguém rouba de ninguém, você pode deixar suas coisas aqui sem problema. Aqui a gente é mais de fortalecer. Se tem um morador precisando de um bujão de gás, a gente fortalece mesmo, se tem outro morador precisando de um lugar para morar porque a casa a chuva derrubou, a gente fortalece mesmo. Como teve a enchente, não foi a prefeitura e não foi FHC que ajudou não. O povo se ajudou. Aqui a gente faz a nossa forma de viver, então, quando a gente mais precisa o mundo vira as costas... Se a gente não ajudar quem vai ajudar? O governador vai ajudar? Esses caras aí, só vem aí em época de eleição, grita aí, joga camisas pro alto, depois vira as costas pra favela...)*

## 6.2.5 Regras e punições: um sistema punitivo de violência para não colaboradores

É preciso lembrar-se que o sistema de apoio mútuo apresentado acima continua porque a população de favela tem pouca opção. Se for dada uma alternativa realista pelo governo, é improvável que os moradores das favelas aceitem os traficantes de droga como força política quase legítima ou como sendo sua representação. Esta é uma realidade a que as favelas têm sido forçadas e conseqüentemente submetidas à necessidade da “reciprocidade forçada” que, simultaneamente, coage e castiga por meios clandestinos e violentos.

*“Nenhum morador da favela é dono da casa dele. Se o cara quiser que ele sai, ele vai sair... largar tudo pra trás, não leva nada, só leva a vida”.*

Morador da favela

### 6.2.5.1 As leis do tráfico

*“A comunidade tem suas próprias leis”.*

Morador de favela

Por mais paternalistas que os traficantes mostrem ser em relação à comunidade e, apesar de seu discurso de apoio e de respeito mútuos, a posição dominante das facções do tráfico na comunidade no fundo é mantida e aplicada através de códigos rígidos de comportamento e de ameaças cruéis. Os traficantes de drogas e os moradores entrevistados explicam que, se os moradores romperem as regras estabelecidas, os traficantes têm autoridade para proferir sentenças e aplicar as punições necessárias.

*“Na verdade, [os traficantes] julgam, condenam e dão a sentença”*

Morador de favela

Embora esse sistema de regras e castigos efetivamente apóie a ordem social na falta de uma força policial efetiva ou, pelo menos, presente, o propósito real de tal sistema é manter a polícia fora da favela e, assim, longe dos traficantes. Nesse sentido, os traficantes reproduzem a ausência do estado nas favelas. Como explica uma moradora da favela:

*“Você não pode ir na polícia dar parte que você foi estuprada ou uma criança foi estuprada... o marido te bateu, alguma coisa assim, você não pode, porque isso traz a polícia pra dentro da favela.”*

As regras precisas em cada comunidade podem diferir um pouco, segundo alguns fatores: o nível de domínio da facção; a estrutura local da quadrilha; a personalidade e o estilo de liderança do *dono*. Em algumas favelas, as facções são mais rigorosas no controle do comportamento dos moradores. Um controle mais rígido da população local é geralmente conseqüência da alta rentabilidade do mercado da droga na região e, por isso, a facção sente a ameaça de invasão por uma facção rival ou a ameaça de chamar a atenção da polícia. Em determinados casos, os traficantes somente se envolvem com problemas dos moradores a pedido destes (“só se metem se alguém chamar”). Esses casos costumam acontecer em regiões de baixa rentabilidade e, por isso, com quadrilhas menos estruturadas. Nas comunidades em que o tráfico é mais ativo, o controle da facção

também é mais ativo. As regras não são escritas, mas são aprendidas pela comunidade através da coexistência cotidiana com os traficantes.

*“Ninguém chega pra você e fala “não pode roubar, não pode não sei o que”, você vê, você se habitua, você entrar na sistema...no dia-a-dia você vê e assimila as coisas”*

morador da favela

As seguintes regras de comportamento aplicadas pelas facções nas favelas foram citadas em entrevistas com mais de 100 moradores de dez comunidades, no decorrer desta pesquisa. As regras são muito semelhantes em todas as favelas dominadas pelas facções, mas nem todas as regras abaixo existem em todos lugares.

- Nada de roubos na comunidade
- Nada de brigas (físicas) entre moradores
- Nada de estupros
- Nada de assédio sexual a crianças
- Não bater na mulher
- Não conversar com a polícia
- Não ser dono de uma arma sem os traficantes saberem

A obediência a essas regras específicas tem efeito secundário sobre o comportamento mais geral no interior da comunidade, por medo de chamar a atenção dos traficantes.

*“...se perturbaram a paz, por exemplo, se tá jogando ping-pong na rua e algum morador reclamar, tem que parar de jogar. Se ninguém reclamar, pode continuar jogando.”*

Criança que mora na favela

As regras não envolvem o comportamento fora da comunidade. Mas (ver cap. 6.3) pequenos delitos cometidos por moradores fora da comunidade, nas vizinhanças, só podem ser cometidos em lugares indicados pelos traficantes, e delitos mais graves precisam da permissão dos traficantes, pois podem provocar uma batida policial.

#### **6.2.5.2 Punições**

*“Na primeira vez você é avisado. Na segunda vez você vai sofrer as conseqüências”*

morador da favela

As punições são geralmente aplicadas por empregados de nível inferior das facções e vão da expulsão da comunidade à raspagem da cabeça das mulheres, levar um tiro nas mãos ou nos pés, surra, e morte. Do mesmo modo que as regras, a aplicação das punições depende da vontade do *dono* ou *gerente geral* do lugar e também da gravidade da infração.

*“Varia do espírito deles. Se acharem que leva á morte, leva a morte”*

morador da favela

Mas os culpados de infrações mais graves, como estupro, assédio sexual de crianças ou informações à polícia quase sempre são punidos com execuções. A lista de punições a seguir foi elaborada com moradores de dez comunidades de favela, durante entrevistas.

- **Surra**

*“se a mulher fala, “meu marido me bateu” ...ele [traficante] vai lá e espanca o cara.”*  
morador da favela

*“eu mesmo sofri uma punição uma vez, porque eu fiz uma coisa errada...eu peguei uma atiradeira a quebrei uma lâmpada. O morador foi lá reclamar...a pessoa mandou chamar o responsável daquele ato e eles puniram...dez madeiradas na mão.”*

morador da favela

- **Raspar a cabeça das mulheres**

*“duas mulheres brigam, a cabeça de uma é raspada, a da outra também”*  
morador da favela

- **Tiro nas mãos ou pés**

*“Ele levou uma punição por ter roubado a boca. Ele levou um tiro na mão...”*  
morador da favela

*“dar tiro no pé, dar tiro na mão”*

morador da favela

- **Expulsão da comunidade**

*“isso quando não bota a família pra correr. Já mandaram uma porção de família embora...”*

morador da favela

- **Execução**

*“quando acontece um estupro...estuprador morre, acabou...”*

morador da favela

Para infrações mais sérias, a tortura pode ser aplicada antes da execução, para servir de advertência mais forte a possíveis infratores. Muitas vezes os estupradores são castrados vivos, e ultimamente a prática de colocar pneus à volta do pescoço e queimar vivos os infratores depois de aplicar uma surra tem sido usada para infrações graves.

Dentro desses códigos de comportamento definidos, empregados das facções entrevistados consideram que estão certos quando aplicam qualquer punição, inclusive a execução. Ao conversarem sobre seu policiamento da comunidade segundo essas regras, os entrevistados frisaram claramente quem tinha poder e o que isso significava para manter a ordem social. E um *vapor* de 17 anos explica:

*T: ...nós é a comunidade...se tem tarado, nós mata esse cara por que ele é*

*vacilão...se tem roubo na favela é nós que resolve, tem briga de família é nós que resolve, tudo aqui é nós que resolve mermo, os bagulhos da comunidade é nós mermo.*

*E: Então tem regras sobre como a pessoa pode se comportar aqui na comunidade?*

*T: Tem regras...não pode roubar na favela nem estuprar ninguém, nem brigar, vários bagulhos, tudo nós resolve.*

*E: E se uma pessoa da comunidade faz uma coisa que está contra as regras, o que acontece com aquela pessoa?*

*T: Depende do negócio que ela fazer, se estuprar uma criança, é a morte. Se roubar na favela, é castigo ou sair da favela.*

*E: Essas coisas já aconteceram aqui?*

*T: Acontecem ainda.*

*E: Como você pensa disso?*

*T: Acho esses caras aí o maior vacilão; porra não sei o que dá na mente deles de estuprar uma criança, de roubar um carro da favela mesmo, roubar a casa dos outros, som e meter o pé, não sei o que dá na mente desses caras não.Certo.*

*E: Aí se você tem que punir alguém desse tipo, você faz.*

*T: Puno, tem que punir, é a regra do comando vermelho, se vacilar nós pega mermo*

As regras e punições não têm sempre o pretexto de manter a ordem social ou “apoio mútuo”. As regras podem se relacionar explicitamente com o simples domínio territorial . Por exemplo, em alguns territórios do *Terceiro Comando*, os moradores não podem usar roupas vermelhas, a cor do *Comando Vermelho*. A desobediência pode levar a execuções.

Isso ficou demonstrado depois da construção do *piscinão* (enorme piscina natural na praia de Ramos), na zona norte do Rio, cercado por favelas controladas pelo *Terceiro Comando*. Por causa do grande número de freqüentadores nos fins de semana, tornou-se um ponto de venda de drogas muito rentável para o *Terceiro Comando*. Ao proibir os moradores de suas favelas de utilizarem o local, o *Comando Vermelho* esperava limitar o número de compradores, afetando assim os lucros da rival. Dois adolescentes ignoraram a proibição foram ao *piscinão*, e foram executados. Os relatos seguintes foram extraídos de jornais:

### **Adolescente é morto por traficantes do CV no caminho de volta do piscinão**

Extra, 09/01/2002.

Júlio César Ferreira, 15 anos, foi agredido até a morte... em frente a favela Parque União... “Tudo aconteceu porque eles viram o menino caminhando em frente à comunidade com short de praia, com areia nas pernas e com o cabelo ainda molhado. Era óbvio que ele esteve no piscinão, que está na área do Terceiro Comando. Foi um massacre. Os traficantes daqui não aceitam o fato da venda de drogas ter aumentado lá e caído aqui” – disse um morador da favela Parque União que não quis se identificar.

### **Jovem morre porque foi ao piscinão**

O Dia, 15/01/2002.

O traficante Edmilson Araújo Coutinho, 28 anos, conhecido como “Pitita” foi preso na noite passada... ele confessou ter assassinado Adriana Laurentino da Silva, 18 anos,.... de acordo com o traficante a jovem tinha desobedecido suas ordens. “Pitita”, um dos líderes do tráfico de drogas nas favelas de Capivari é ligado ao Comando Vermelho e decretou que nenhum morador da sua área poderia ir ao piscinão de Ramos.

Alguns traficantes entrevistados disseram desconfiar dos moradores e, ao mesmo tempo que difundiam a idéia de confiança mútua e de unidade ao falar do relacionamento comunidade/tráfico, sabiam que a comunidade não tinha obrigação moral de seguir seus códigos de comportamento. Compreendiam que a única razão pela qual os moradores respeitavam as regras era a necessidade de manter a ordem social e o medo de punições em caso de desobediência. Ou como disse um deles:

*E- E relações com moradores aqui, são boas?*

*T- São, são, mas não pode agradar todo mundo, não dá pra agradar todo mundo, as vez, vai entrar numa casa, porra, a pessoa não deixa você entrar...também não é obrigado deixar tu entrar, mas não é boa não, porque isso aí agente fica bolado.*

Gerente de maconha, 22 anos

Muitos soldados que trabalham nas favelas dominadas tanto pelo *Comando Vermelho* como pelo *Terceiro Comando* são trazidos de outras comunidades alinhadas. Isso criou um grupo de mercenários, mais profissional, que controla mais facilmente a comunidade, pois esses *soldados* não têm nenhum relacionamento com os moradores, tampouco nenhum escrúpulo em aplicar punições a quem desobedece às regras.

Mas muitos traficantes entrevistados demonstram clara afinidade com os membros da sua própria comunidade, que também são pobres mas ganham a vida honestamente com um trabalho lícito. Esses entrevistados consideram que a aplicação do código de comportamento é uma maneira de proteger os moradores meritórios, que obedecem à “lei”. Mas, como se observa pela necessidade de “união” entre traficantes e moradores, também existe a consciência de que proteger e ocasionalmente ajudar materialmente os moradores é um modo de defender os interesses da facção.

### **6.2.5.3 Os traficantes também respeitam as regras**

Em geral, os traficantes também seguem as leis que impuseram aos moradores e levam a sério o respeito dos direitos dos moradores “honestos” e “não-envolvidos” que respeitam as regras.

*“Se eu dizer pra você que entra na casa das pessoas, que obrigam ela a guardar as coisas, isso não existe. É tudo na rua mesmo, ali. Eles respeitam o nosso portão”*

morador da favela

Do mesmo modo que os moradores, os traficantes também são punidos, se desobedecerem às regras. Quando perguntado sobre o que acontecia se desrespeitassem membros da comunidade, os traficantes entrevistados foram claros:

E- O que acontece se você, por exemplo, não respeitasse um morador daqui?

T- Oh, não pega bem... aqui é assim... se de repente você agredir alguma pessoa ou algum morador... só porque de repente você pede a alguma pessoa pra fazer um favor, que não é envolvida, a pessoa vai e fala que não vai fazer, e você ir e bater na pessoa, falar que vai dar tiro... aí você vai tá errando, porque é morador e ninguém é obrigado a fazer nada... aí de repente eu fico afastado, né... sai da boca porque desrespeitou, morador. Ou assunto mais grave, né... invadir casa de morador, as coisa assim, né... não que acontece aqui, mas tem caso...o caso assim...dão uns tapa...chegar a ponto de agredir morador, a dar tiro no morador, a cobrança é séria

Gerente de maconha, 22 anos

Já houve casos da comunidade enviar abaixo-assinados a *donos* do *Comando Vermelho* presos contendo queixas sobre algum traficante que não respeitava os moradores “honestos”. Nestes casos, o traficante pode ser removido para outra comunidade ou ser punido. Esse tipo de ação disciplinar é importante para manter a ordem no interior da quadrilha e também porque o fato de obedecer às regras impostas à comunidade ajuda a legitimar moralmente a posição que as facções divulgam a seu próprio respeito, de que mantêm a ordem social.

#### 6.2.6 Poder paralelo ou presença simultânea?

Em razão dos tipos de controle e dominação da comunidade examinados acima, os políticos, a polícia e a mídia brasileira se referem muitas vezes às facções como um “poder paralelo”. Depois da execução do jornalista Tim Lopes por traficantes do Comando Vermelho no início de junho de 2002, o ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, declarou que as facções da droga estavam ocupando o lugar do estado. Referindo-se às facções como “estado paralelo”, ele comentou que “Tim foi preso, julgado executado. O que é isso? É uma ação de estado”<sup>37</sup>. Em 12 de junho, o presidente do Tribunal de Justiça do estado do Rio, Marcus Faver, declarou publicamente que as facções da droga tinham se tornado um “estado paralelo”, que está destruindo a instituição de segurança para os cidadãos<sup>38</sup>.

Em graus variados, segundo as favelas, as facções controlam a ordem social por meio de um sistema de reciprocidade forçada e de punição por desobediência, na maioria das 800 favelas do Rio de Janeiro<sup>39</sup>. Isso significa mais de um milhão de pessoas, cerca de 20% da população da cidade.

Mas, se o governo do estado cumprisse o contrato social com as populações faveladas e tivesse uma presença importante nas comunidades faveladas por meio de investimentos na infra-estrutura local, em medidas de segurança pública que focalizasse a presença de uma polícia comunitária honesta e não-repressora, em estímulos à economia local e proporcionasse empregos e serviços públicos, os traficantes não conseguiriam manter o controle e a dominação da comunidade nos níveis acima descritos.

---

<sup>37</sup> Veja on-line, *Ministro diz que tráfico ocupa espaço do Estado*, 11/06/02.

<sup>38</sup> O Dia, 19/06/02, p.8.

<sup>39</sup> Segundo uma estimativa, baseada no Censo de 2000, do IPLAN RIO (*Instituto de Planejamento da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro*), calcula-se que haja entre 750 e 800 favelas na cidade do Rio (os números exatos ainda não haviam sido publicados quando este relatório foi escrito).

O objetivo principal das facções é lucrar com a venda de drogas ilegais. O controle das comunidades é um modo de assegurar-se uma base defensável de venda da droga no varejo para alcançar esse objetivo de lucro. É o quase total abandono, pelo governo do estado, das comunidades de favela, nos últimos 50 anos (pelo menos quanto ao cumprimento de sua parte do contrato social) que tornou possível o controle e a dominação das favelas pelas facções da droga. Esse controle não resultou da capacidade das facções de suplantar o estado do ponto de vista político, social ou militar. Elas apenas ocuparam um espaço que o poder público fracassou em ocupar.

Por essas razões, as facções da droga não podem ser vistas como um estado ou poder paralelo, que seja alguma ameaça à manutenção do governo ou do estado. Como o controle que exercem se deve à incapacidade do governo de estar plenamente presente na favela, as facções devem ser vistas como “presença simultânea” em relação ao controle sócio-político das populações faveladas, mais do que como “poder paralelo” em oposição ao estado.

### **6.2.7 Resumo**

Para resumir, podemos ver que, baseadas em estruturas históricas de controle da comunidade e de manutenção da ordem social, as facções da droga desenvolveram um sistema de “reciprocidade forçada” para servir às suas necessidades de defesa e às necessidades de “lei” e “ordem” da comunidade. A “reciprocidade forçada” é aplicada através de tática dupla: de apoio mútuo e de um sistema de violência punitiva em caso de desobediência. Isso se torna necessário porque, apesar dos empregados das facções terem vínculos reais com a comunidade, além de certo interesse em seu bem-estar, a aplicação das regras de comportamento serve principalmente aos interesses das facções, e não ao bem estar da população, como muitas vezes se afirma. As facções são aceitas pela comunidade como uma força sócio-política legítima em razão do medo e da falta de alternativas sérias. Não é a total ausência do poder público que capacita as facções a continuarem a dominar as favelas, mas sim a incapacidade do estado de cumprir sua parte do contrato social. Esse contrato social é aplicado de modo muito efetivo pelas facções. A dominação das favelas pelas facções só é possível em razão das falhas do governo e não se deve a alguma intenção ou capacidade das facções de suplantar política, social ou militarmente o poder público. O resultado é que as facções devem ser consideradas mais como uma “presença simultânea” em termos sócio-políticos do que como um “poder paralelo” que ameace a existência do estado.

### **6.3 A territorialização das comunidades de favela**

Como vimos no capítulo 5.2, o comércio de drogas no Rio de Janeiro possui tradicionalmente uma forte ligação com as comunidades de favela. Durante os anos 50 e 60, ainda que difusa e sem sofisticação, a distribuição da maconha dentro da cidade tinha sua base nas favelas e a droga era vendida geralmente a uma clientela local pelos membros da comunidade. Após o crescimento da demanda de drogas ilegais na classe média e a chegada da cocaína no início dos anos 80, essa estrutura de varejo com base nas favelas foi desenvolvida pelas facções da droga, que surgiam como pontos de venda estratégicos e passíveis de serem defendidos.

Com a transformação do comércio de drogas no início dos anos 80, atingiram-se novos níveis de violência. Isso foi principalmente causado pela chegada da cocaína e sua extrema rentabilidade, o aumento do policiamento violento e repressivo, as lutas entre

facções e o tráfico e a utilização de armas leves de uso militar. Neste cenário, as comunidades de favela proporcionaram bases perfeitamente defensáveis, nas quais as vendas de droga estariam protegidas contra a vigilância policial e as incursões de facções rivais.

Em razão da sua rede de becos, de pontos de acesso restrito e do fato de que muitas estão situadas em morros, as favelas são geograficamente convenientes do ponto de vista da defesa militar. O aumento da vigilância e sistemas de alerta antecipado, baseados em *olheiros* bem posicionados, surgiram com o crescimento das disputas territoriais entre facções. A intensificação de tais disputas nos anos 80 também foi responsável pela militarização das estruturas locais das facções e pela introdução do *soldado* da facção, especificamente para defesa territorial e contra invasões. Além da proteção do espaço, como vimos no capítulo 6.2, o controle da comunidade por meio da “reciprocidade forçada” significa que as facções recebem proteção da comunidade contra a polícia e contra incursões de facções rivais. Uma “lei do silêncio” existe e é aplicada, protegendo os traficantes da prisão e dos processos. Conhecer a todos da comunidade e saber de tudo que acontece os protege das invasões de facções rivais e da infiltração policial. Assim, a favela oferece às facções vantagens territoriais e também a possibilidade de domínio sócio-político sobre a comunidade. Em ambos os casos, seus objetivos basicamente econômicos são facilitados.

As favelas não são o único lugar onde há a venda de droga e, apesar de serem bases logísticas essenciais e defensáveis, representam a manifestação mais pobre e menos sofisticada do tráfico de drogas. É nas favelas que se travam as batalhas de controle territorial, que se armam crianças, que as comunidades são ameaçadas pelo fogo cruzado e onde morre a maioria das vítimas da violência relacionada às drogas. Além da trágica realidade cotidiana, a maior parte do lucro do tráfico não fica na comunidade, mas passa para a cadeia de pessoas poderosas que não pertencem a uma facção da droga, mas à elite social e política brasileira.

O **Mapa 6a** (Anexo 2) retrata os territórios das facções na cidade do Rio de Janeiro. Baseia-se em relatório policial de 2002, da DRE<sup>40</sup> e nos depoimentos de traficantes ativos. Cada área marcada no mapa representa uma comunidade de favela controlada por uma das facções da droga. O objetivo do mapa é demonstrar quantas áreas de conflito potencial e de confronto entre facções rivais existem na cidade.

No decorrer da pesquisa, os pesquisadores receberam informes de que o *Comando Vermelho Jovem* havia sido recentemente re-assimilado pelo *Comando Vermelho* e, como essas duas facções raramente entram em confronto, ambas são representadas no **Mapa 6a** por áreas indicadas em vermelho. Em razão de um pacto de apoio mútuo contra o *Comando Vermelho*, firmado em 2001, no **Mapa 6a**, tanto o *Terceiro Comando* como *Amigos dos Amigos* estão marcados em amarelo.

Em alguns casos, as facções têm influência limitada em áreas não-faveladas, chamadas de *asfalto*, que cercam a favela. Todavia, as áreas de favela e de *asfalto* são geralmente consideradas domínios separados, não pertencendo o *asfalto* à facção em termos de controle ou de atividade criminosa.

---

<sup>40</sup> *Delegacia de Repressão a Entorpecentes*

*“O asfalto é totalmente diferente da favela. Hoje no asfalto existem os assaltantes. Os assaltantes não têm facção. A maioria dos assaltantes hoje não existe facção, eles tão investindo no dinheiro. Tipo assim, tem uma fábrica aqui no Comando Vermelho, ali perto da boca de fumo<sup>41</sup> do Comando Vermelho, eles vão assaltar, eles vão meter e vão embora. Porque eles não têm ligação com aqueles caras. A maioria dos assaltantes prefere não ter ligação com o pessoal do Comando Vermelho nem do Terceiro.”*

Ex-soldado dos anos 90

O que é importante observar sobre este mapa é que o número de comunidades de favela demonstra um crescimento substancial em termos de territórios dominados pelas facções durante os últimos 20 anos. Além disso, como são constantes os conflitos territoriais entre facções rivais, o mapa só é demonstrativo do período em que foi elaborado e pode ter mudado um pouco até a sua publicação. Apesar das facções invadirem e assumirem de forma bem sucedida um território rival, as comunidades não mudam facilmente ou freqüentemente de uma facção para outra, em razão da dificuldade de expulsar traficantes antigos, que têm boas relações com a comunidade local. Os empregados das facções no interior das favelas têm perfeita consciência da importância de um bom relacionamento com a comunidade, para conservar proteção e domínio territorial.

*“... hoje a maior arma do crime não se chama fuzil, granada, é a sabedoria e a comunidade. A maior arma do crime é a comunidade. Desde que você não trata bem sua comunidade, não adianta, que você pode ter cem fuzil na favela que tu não fica, se você vem de fora, você não fica. [Se a comunidade está bem com os caras] não tem como. Não adianta você falar que vai ser assim; ‘vamos invadir e ficar’. Não tem como ficar.”*

Ex-soldado dos anos 90

*“As comunidades hoje, para evitar certas inconveniências, elas preferem que os seus líderes criminosos sejam seus moradores, os meninos que nasceram e foram criados naquelas próprias favelas. Porque é muito complicado quando vem pessoas de outras comunidades que não conhecem ninguém, que não têm nenhuma relação passada com ninguém, que nunca jogou futebol com os filhos das pessoas, enfim que não tem nenhum passado naquele local e aí o respeito fica sempre em segundo plano, e até por causa disso, bandido que mora na comunidade tem prioridade [...] quando há alguma invasão os próprios moradores, eles são os primeiros a denunciar à polícia aonde que os novos bandidos estão escondidos. E aí hoje existe no crime uma frase que diz o seguinte: ‘Tomar o morro é fácil, difícil é ficar.’ Exatamente por conta disso, por conta da relação posterior à invasão.”*

Informante 1

Para que uma facção seja bem sucedida na invasão de uma comunidade dominada por rivais, é importante ter ao seu lado traficantes ou outros componentes da comunidade. Essas pessoas são chamadas “crias”, pessoas literalmente criadas na comunidade que, por alguma razão, pensam que seria melhor para elas que outra facção assumisse o controle.

---

<sup>41</sup> Mas não dentro da favela.

*“... hoje invasão funciona tipo assim, realmente, para tu invadir hoje tem que ter cinqüenta por cento dos “cria”. Os cria, que são da comunidade... pode ser até pessoa do Terceiro Comando mesmo que vira Comando Vermelho. Que às vezes acontece a pessoa tá ali dentro da comunidade e não tá bem com os cara. Aí, tem uma estrutura, já é cria no lance, entendeu.”*

Ex-soldado dos anos 90

Apesar de existirem muitos casos documentados de comunidades de favela sendo tomadas por facções rivais, existem alguns outros fatores que estimulam os confrontos armados entre esses grupos, mantendo muito elevados os níveis de violência armada nas favelas.

*“... as guerras que existem hoje é por causa do ódio, é só para poder matar, e não só para tomar o morro dos outros, embora a imprensa diga o contrário [...] as guerras existem também para tomar alguns morros, mas não com a incidência que se diz por aí. As vezes, por exemplo, como uma facção toma conhecimento que está chegando uma carga para uma outra facção, para um outro morro, muitas vezes os caras vão lá e dão bote no caminhão do morro, e a imprensa toma conhecimento do tiroteio e imagina que seja uma guerra de quadrilha e diz que estavam invadindo o morro. Então na verdade, muitas das guerras que existem são motivadas por várias razões desconhecidas da mídia e para ela só existe uma razão que é alguém tomar o morro de alguém.”*

Informante 1

Como resultado da territorialização das comunidades de favela pelas facções, como base logística destinada à venda de drogas e à proteção, os moradores da favela têm sido prejudicados das seguintes formas:

- 1) As populações faveladas são envolvidas no meio de intenso conflito armado que não é de sua responsabilidade. Em consequência, morrem homens, mulheres e crianças inocentes. Os especialistas em segurança estimam que por volta de 1% das comunidades faveladas estão diretamente envolvidas no tráfico. No entanto, a comunidade inteira é regularmente alcançada pelo fogo cruzado dos conflitos entre facções rivais e pelas batidas policiais. Muitos moradores da favela entrevistados declararam que, nos momentos de conflitos entre facções ou de intensa atividade policial, eles dormem no chão para evitar que sejam vítimas de balas perdidas. As habitações das favelas, em muitos casos, não são de construção sólida e os projéteis de alta velocidade atirados por armas de uso militar usadas pelos traficantes atravessam facilmente as paredes das moradias, ferindo ou matando quem está no interior das casas.
- 2) O controle e a dominação das comunidades de favela dificulta o processo democrático e restringe a aplicação dos direitos de cidadania, garantidos a todos pela Constituição Brasileira. As populações faveladas vivem sob o controle titânico repressivo das facções, que se sustenta através da “reciprocidade forçada” (ver capítulo 6.2). Apesar de muitas comunidades aparentemente apoiarem os traficantes do lugar, elas têm muito poucas opções para o estabelecimento de uma ordem social, em razão da incapacidade do poder público de estar efetivamente presente. Em alguns espaços, os candidatos a cargos eletivos precisam negociar com os traficantes locais antes de fazer campanha no interior da favela. Tais negociações podem até incluir a promessa de apoio ou de proteção política, caso consigam ser eleitos.

- 3) A dominação territorial das favelas pelas facções da droga mudou a cultura das favelas. Os níveis extremamente elevados de conflito armado, a dominação sócio-política e as punições violentas afastaram as populações do processo jurídico legítimo e fortaleceram uma cultura de violência recíproca no interior das comunidades. Para muitas pessoas da comunidade, os conflitos do dia-a-dia são resolvidos aderindo à arbitragem do traficante de droga, que pode resultar em punição violenta, em expulsão da comunidade ou na execução do 'culpado'. A cultura jovem no interior da favela tem sido especialmente afetada e muitas crianças e adolescentes demonstram estreitos vínculos de lealdade a sua facção local, estejam ou não envolvidos na venda de drogas (queira ver capítulo 7.7).
- 4) A livre circulação de muitos moradores de favelas, especialmente jovens, entre comunidades pertencentes a facções rivais é restrita (queira ver capítulo 7.7). Essas restrições aumentam a divisão e a rivalidade entre comunidades de favela, além de depreciar a mesma como força unificada capacitada a votar em candidatos políticos que possam representá-la no governo.
- 5) As populações faveladas são estigmatizadas pois a palavra *favela* tem se tornado sinônimo de *tráfico* e de violência na mídia nacional. Isso afeta profundamente a visão que a sociedade tem sobre os membros dessas comunidades, aumentando a discriminação no mercado de trabalho e contribuindo para legitimar os freqüentes abusos de autoridade por parte da polícia e de outros órgãos de governo.

“Uma das expressões da dominação é a construção de uma identidade dos dominados pelo dominador. E uma das técnicas de repressão é a estigmatização de quem se quer reprimir. E a imagem que tem sido construída no Brasil [para o povo da favela] é: pobre, criminoso e perigoso.” (Zaluar, 1983:33)

#### **6.4 Polícia, favelas e tráfico**

O policiamento nas comunidades de favela no Rio de Janeiro é realizado pela Polícia Militar, de responsabilidade do estado, através de algumas orientações, tais como: postos com base nas favelas (conhecidos como DPO<sup>42</sup> ou PPC<sup>43</sup>); patrulhas de polícia motorizada (chamadas PATAMOs<sup>44</sup>) e, se necessária, a utilização de alguma das seguintes unidades:

- 1) *Batalhão de Choque*: força especializada em tratar de distúrbios;
- 2) *Batalhão de Operações Especiais* (BOPE): unidade altamente treinada para tratar de situações críticas, como um forte conflito armado entre facções rivais;
- 3) *Grupamento Especial Tático-Móvel* (GETAM): também utilizado em confrontos armados muito fortes.

O sistema policial brasileiro divide a função de policiamento preventivo e ostensivo em espaços públicos e a de investigação policial entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, respectivamente. Em consequência, a Polícia Civil também pode entrar em favelas à procura de um suspeito ou no decorrer de uma investigação criminal. Quanto a órgãos

---

<sup>42</sup> DPO – Destacamento de Policiamento Comunitário

<sup>43</sup> PPC – Posto Policial Comunitário

<sup>44</sup> PATAMO – Patrulhamento Tático Motorizado

relacionados com a repressão ao tráfico, a Polícia Civil dispõe de uma força especializada chamada DRE (*Delegacia de Repressão a Entorpecentes*), que investiga o tráfico de droga no âmbito estadual.

Os DPOs não foram criados na maioria das favelas do Estado do Rio de Janeiro. Quando existentes nas favelas, dispõem geralmente de quatro agentes de polícia, ou menos. Em razão de sua localização e da forte incidência de corrupção na polícia, como veremos, os policiais militares nas DPOs são geralmente pagos pelos traficantes locais, tanto para a sua própria segurança como pelo valor desse pagamento. Os DPOs são falhos no policiamento efetivo das favelas, em razão de seu número muito limitado, do pequeno número de policiais em cada posto e pelo fato de, como postos isolados no interior das favelas, muitos DPOs terem ficado envolvidos por corrupção pela facção local.

As PATAMOs também são um meio muito limitado de policiamento das comunidades faveladas, já que a maioria das favelas não tem estradas de acesso pelas quais os veículos possam circular, e quando há acesso, ainda assim, apenas uma pequena parte das habitações está construída ao longo dessas estradas. A maioria das habitações só é acessível por meio de becos, que se alcançam a pé. Apesar de ser obrigação da Polícia Militar operar o mesmo número de patrulhas nas favelas que nas outras partes da cidade, na realidade essas patrulhas só acontecem esporadicamente na maioria das favelas e inexistem em muitas outras.

O resultado é que uma presença policial regular e objetiva não é a realidade nas favelas do Rio. Pelo contrário, a prática policial nas comunidades faveladas segue uma política repressiva de “invasão” e “ocupação” das favelas e das quadras em seu perímetro. As invasões ocorrem com o objetivo de prender suspeitos ou de cumprir algum objetivo tático. São executadas como uma operação militar, na qual os agentes de polícia entram na favela, atingem seu objetivo e retiram-se imediatamente.

*“[... a polícia] entra na favela com um objetivo específico e depois sai [...] é uma operação de guerra, é um comando [...] ela entra com um objetivo tático até um determinado ponto, estoura uma pilha de armas, um local de endolação, prende alguém, e se retira.”*

Major Antônio Carlos Carballo Blanco, Polícia Militar

Se ocorrem distúrbios no interior da comunidade ou um conflito particularmente violento entre facções da droga, a Polícia Militar, depois do incidente inicial ter sido tratado pelo Batalhão de Choque ou o BOPE, pode decidir a favor de uma ocupação, na qual um grande número de policiais permanece nas ruas e becos da comunidade durante um tempo limitado, como dissuasão contra novos distúrbios. Quando a possibilidade de novos distúrbios – relacionados ou não com a droga – não é mais vista como ameaça, a polícia sai da comunidade. Além dessas duas táticas policiais, barragens policiais conhecidas como “blitzes” são, às vezes, erigidas em volta das favelas para controlar a identidade de quem entra ou sai das comunidades e para procurar armas, objetos roubados ou drogas.<sup>45</sup> Assim, na prática, as táticas de policiamento no interior das favelas são diferentes de outras regiões urbanizadas e as ações de polícia dentro das favelas são tratadas como se uma unidade militar entrasse em território inimigo durante uma guerra.

---

<sup>45</sup> As blitzes também ocorrem longe das favelas e em outras partes da cidade.

*“... é perigoso ficar [na favela durante uma operação policial] por uma série de motivos. Um, porque não tem uma urbanização que te garanta uma circulação de policiais com facilidade, e dois, porque não tem uma infraestrutura que te garanta o suprimento de água, comida, as condições necessárias para se permanecer no espaço [...] do ponto de vista logístico, da ação. [ A ação policial na favela] é comparável com os grupos de assalto ou comandos que fazem missões especiais.*

Major Antônio Carlos Carballo Blanco, Polícia Militar

Não é surpreendente que tais táticas de policiamento depreciem a visão que têm os policiais da favela e de seus moradores.

*“...no imaginário do policial, quando ele entra numa favela sem conhecer as pessoas que vivem na favela, ele olha para uma pessoa como se aquela pessoa fosse uma pessoa eventualmente ligada diretamente ou indiretamente ao tráfico de armas, uma pessoa que pode estar acobertando uma estrutura criminosa que para ele é extremamente complicada[...] as inseguranças do policial por sua vez vai fazer que ele tenha atitudes e ações que são totalmente diferenciadas das ações e atividades que ele teria no asfalto<sup>46</sup>. Por exemplo, o nível de desconfiança do policial na favela tem que ser superior ao nível de desconfiança que o policial tem no asfalto. Na favela, imagino, eu, que o policial que não tem contato mais regular com a comunidade que esteja esporadicamente situada naquele espaço, acredito eu que, na pior das hipóteses todos são suspeitos até que se prove o contrário. No asfalto esse tipo de comportamento não se verifica com tanta facilidade.”*

Major Antônio Carlos Carballo Blanco, Polícia Militar

Além dessa visão negativa sobre os moradores da favela, os policiais têm maior sensação de insegurança ao invadirem ou ocuparem favelas. Isso se deve, em parte, à falta de urbanização e de organização social no interior da favela, em comparação com outras áreas da cidade e ao fato de existirem, na maioria das favelas, facções fortemente armadas que podem trocar tiros com a polícia.

Ao chegar à favela, a polícia é recebida pelo ruído dos foguetes lançados pelos *fogueteiros*, avisando a outros traficantes de sua presença. Isso tem um forte efeito psicológico sobre os policiais, aumentando a sensação de estarem sendo atacados, o que pode gerar, inclusive, uma reação imediata, *“disparando a arma imaginando que está sendo vítima de um ataque”*. (Major Antônio Carlos Carballo Blanco, Polícia Militar).

Essa sensação de insegurança aumenta os excessos da polícia contra membros inocentes da comunidade e, em consequência, as relações entre policiais e moradores são de hostilidade. Os policiais são vistos como violentos, perigosos e ofensivos. O mau relacionamento polícia/moradores piora pela represália imposta pelos traficantes a qualquer tentativa de contato. Todavia, a violência e a impunidade policiais fortificam a fé dos moradores na “lei do tráfico”<sup>47</sup> como melhor opção de ordem social. Na realidade, torna mais forte a posição dos traficantes no interior da comunidade; esta teme, não confia, não gosta da polícia e não a vê como protetora de seus direitos de cidadãos brasileiros. Os moradores estão encurralados entre conflitos armados entre facções, de um lado, e um policiamento repressivo, violento e corrupto, de outro.

---

<sup>46</sup> *Asfalto* se refere a áreas urbanas que não são favelas.

<sup>47</sup> Ver capítulo 6.2

*“... se o marginal quiser invadir a comunidade, ele invade à noite que tem menos morador na rua. E a polícia invade a qualquer hora, ela não respeita, e o morador fica no meio.”*

Morador de favela

*“... o policial matou meu tio, meu primo pequeno viu[...] quando ele fez 17 anos ele entrou pra bandidagem. Com 23 anos já tava morto.”*

Morador de favela

*“A polícia não respeita ninguém que mora no morro. Quem mora no morro não presta. Para eles não existe trabalhador.”*

Morador de favela

*“A violência policial é uma coisa muito séria. Quando meu irmão era menor, se envolvia nisso [tráfico]. Ele tinha 12 anos. Não esqueço uma vez que o policial entrou na minha casa e meu irmão não estava. Ele virou para minha mãe e falou assim: ‘se eu pegar o seu filho na pista eu vou matar seu filho, vou encher a cara dele de tiro...”*

Morador de favela

*“A polícia vem dando tiro à tarde, que é horário que criança tá descendo pro colégio...”*

Morador de favela

*“Nosso medo é só esse, a polícia chegar [...] porque a comunidade sabe quem é morador e quem não é, mas o policial não conhece.”*

Morador de favela

*“... se vier um policial ali, o próprio morador que não é envolvido, não trafica, trabalha, tem sua família, é de bem, pode avisar, ‘ó, tá vindo a polícia aí”.*

Morador da favela

Mesmo jovens traficantes entrevistados comentaram o tratamento violento a moradores não envolvidos, pela polícia.

*“A polícia esculacha a comunidade, eles esculacham nós que é pobre.”*

Gerente de maconha, 22 anos

*“A polícia arromba casa, rouba casa, esculacha morador, a comunidade não quer isso”*

Vapor, 18 anos

Além da violência policial na comunidade, a mentalidade policial de “culpado até provar inocência” e de atirar primeiro significa que a morte de moradores inocentes pela polícia é uma ocorrência comum. Os seguintes relatos na imprensa foram publicados durante esta pesquisa, e este tipo de notícia é freqüente na mídia brasileira.

### **Mulher morre e família acusa PMs de agressão**

O Globo 11/02/02

Vendedora teria sido espancada aos protestar contra policiais que mataram seu sobrinho em favela da ilha do Governador. Segundo testemunhas, depois de ter visto o corpo do sobrinho sendo levado em um carrinho de mão, Rosinilda xingou os policiais, foi imobilizada com uma gravata, arrastada pelos cabelos e teve o corpo chutado.[...] Ela morreu de hemorragia no aparelho digestivo.

### **Três mortos a tiros na Maré**

O Dia 28/06/02

Três pessoas morreram, entre eles um PM, em intenso tiroteio entre a polícia e traficantes, na Favela Nova Holanda na madrugada de ontem[...] Pela manhã, moradores ameaçaram fechar a Avenida Brasil em protesto pela morte de Alexandre de Oliveira Mattos, 28 anos, que trabalha no Aeroporto Internacional do Rio [...ele] foi encontrado morto na rua Teixeira Ribeiro. A PM desconhece como aconteceu o crime, mas os moradores acusam policiais pelo assassinato.”

As citações seguintes, de entrevistas com moradores de favelas e com um traficante adolescente, ilustram ainda mais o comportamento letal da polícia nas comunidades de favela.

*“Meu irmão não era envolvido, e [policiais] mataram meu irmão. Ele estava voltando com duas garotas, aí levaram ele pra um canto e mataram. E minha tia pediu pra ver o corpo pra saber se era ele. Sabe o que o policial falou? ‘Vai pra Andaraí[ho hospital local]. Nem deixaram ver se era ele ou não.’”*

Morador da favela

*“São umas incursões meio doidas que a polícia faz, que ninguém está esperando e bota a população em risco. Por isso de vez em quando tem uma bala perdida que matou não sei quem. Só morre inocente quando a polícia sobe na favela.”*

Morador da favela

*“...os PM<sup>48</sup> já matou morador inocente. No morro uma criancinha de 3 anos morreu[...] Os policiais entram no morro atirando. Não quer saber de morador. Não quer saber de nada.”*

Vapor, 17 anos

Em razão da disposição geográfica, da ausência de organização social, das táticas policiais diferenciadas e “guerreiras” e da presença de facções fortemente armadas nas favelas, não há dúvida de que, ao entrarem nessas comunidades, os policiais sofrem alta carga de tensão e têm a sensação de estarem sob ameaça. Apesar de haver maior número de confrontos armados entre polícia e facções da roga nas favelas, do que entre criminosos e policiais em outras áreas urbanas, estatisticamente a polícia está mais segura nas favelas durante ações policiais do que em ações em todas as outras regiões urbanas.

---

<sup>48</sup> Polícia Militar

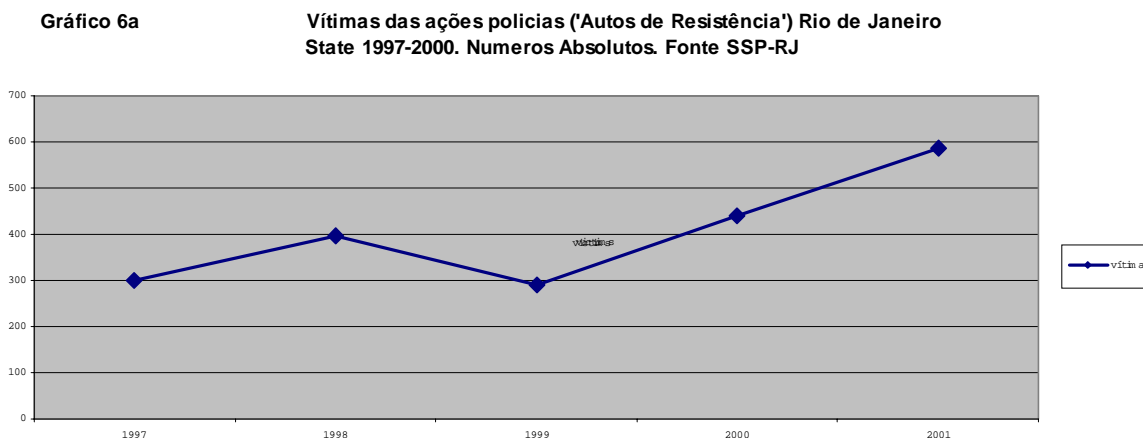
Baseado no estudo de dados da Polícia Militar sobre vítimas fatais em confrontos armados da polícia no Rio de Janeiro entre janeiro de 1993 e julho de 1996, Ignacio Cano mostra que, nas favelas, um policial é morto a cada 75 ações armadas, com vítimas civis, e um policial é ferido a cada 12 ações. Fora das favelas e suas vizinhanças, em outras regiões urbanas da cidade, um policial morre a cada 35 ações armadas, com vítimas civis, e um policial é ferido a cada 8 ações (Cano, 1997:65).

Mais preocupante é o fato de que, apesar de haver menos possibilidades de ser ferido ou morto por bala numa favela, a polícia mata mais civis nas favelas do que em outras áreas urbanas. Entre 1993 e 1996, em 671 confrontos armados fora das favelas, a polícia matou 430 pessoas. No mesmo período, nas favelas, em 523 confrontos armados, a polícia fez 512 vítimas fatais (Cano, 1997:64)

Segundo dados oficiais do Censo de 1991<sup>49</sup>, a população residente nas favelas era de 882.667 pessoas, e a população não-favelada era de 4.598.100 habitantes “Considerando essa proporção, a incidência de homicídios pela polícia nas favelas é seis vezes maior que fora das favelas. O índice de letalidade (relativo à ação policial) nas favelas (3,6) é duas vezes maior do que o das outras áreas (1,6), indicando a clara intenção de matar, por parte da polícia, em suas ações nas áreas mais pobres da cidade”.(Cano,1997:64-65).

Uma das razões para tais números pode ser as mortes extrajudiciais, pela polícia, dentro das comunidades faveladas. Em razão do nível elevado de homicídios pela polícia nas favelas, é comum fontes oficiais, a mídia e mesmo muitos policiais afirmarem que as favelas são tão amplamente dominadas pelas facções fortemente armadas, que a polícia é incapaz de entrar nelas sem ser alvejada. Ainda que possam ser alvejados quando em busca de um traficante, a realidade é que *“essa situação de existirem grupos criminosos que impedem o acesso da polícia, isso não existe no Rio de Janeiro e nunca existiu”*. Major Antônio Carlos Carballo Blanco, Polícia Militar.

A capacidade da polícia de entrar à vontade em favelas dominadas por facções da droga pode, em alguns casos, ter relação também com a corrupção policial e com o fato de policiais muitas vezes estarem envolvidos, a certo nível, com os traficantes locais.



<sup>49</sup> Anuário estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1993-1994, Governo do Rio de Janeiro.

*“A polícia pode entrar na comunidade por causa da infra-estrutura que tem, mas ao mesmo tempo sempre um acordo com o tráfico”.*

Ex-traficante

Em geral, os traficantes não trocam tiros com a polícia, salvo se eles são o alvo direto da ação policial ou se a polícia atira primeiro. Apesar de sua militarização nas últimas duas décadas, o tráfico é, antes de mais nada, um negócio comercial. A ocupação policial de uma favela, que geralmente ocorre se um policial é morto por traficantes, é ruim para os negócios. As drogas não podem ser vendidas abertamente e os consumidores procuram outras comunidades para comprar o produto.

*“... se os homens entra, mete bala, mas depois eles vão voltar de novo, vão vir com tudo e ocupam a comunidade[...] então é melhor sair. Se der pra você sair, sai. Se não der ...fazer o que? Chapa quente.”*

Ex-soldado, 29 anos

*“... não é toda vez que precisa dar tiro [na polícia] não. Às vezes é tranquilo, você não quer confronto, ai você se adianta [mas] se o patrão já tá bolado na cadeia que não tá indo muito dinheiro para ele, fala ‘mete bala’“*

Gerente de maconha, 23 anos

Como já foi discutido em outra parte desta pesquisa, os empregados das facções estão sujeitos a regras de comportamento e são severamente punidos se atiram sem uma boa razão.

*“...pra se dar um tiro numa favela o dono da boca vem perguntar: ‘porque deu aquele tiro?’. Eu já vi um dono dando um tapa no próprio soldado dele, tirando a arma dele porque ele deu um tiro à toa.”*

Ex-Soldado, 29 anos

Mas, se o traficante é o alvo direto de uma invasão policial, ele pode ser morto pela polícia ou ser preso. Nesse caso, os traficantes abrem fogo nos policiais que se adiantam. Nessa situação, um *olheiro*, *vapor* ou *soldado* pode receber a ordem de atirar na polícia, ou em sua direção, à vista, para dar tempo a seus superiores o tempo de fugir. Mas, na maioria dos casos, os traficantes tendem a evitar o confronto com a polícia quando possível.

Em razão das falhas visíveis do sistema judiciário, dos altos níveis de tensão, da impunidade, da corrupção policial e do fato de policiais serem mortos por traficantes, alguns policiais participam de homicídios extrajudiciais.

*“A morte dum bandido [por policial] de repente é a queima de arquivo que eventualmente pode ser usado contra o próprio policial [...] Em alguns casos, a vida do criminoso é muito cara para o policial. Ele não mata o criminoso, porque é fonte permanente de renda [...] ou] pode ser um bom policial, que mata porque ele não acredita em outra situação[...]. Quando o sistema passa a sensação de impunidade ao policial, muitos policiais, até, entre aspas, ‘bem intencionados’, tomam esse tipo de decisão drástica, que é matar uma pessoa que tinha cometido um crime.”*

Como se demonstra no Gráfico 6<sup>A</sup>, ocorreu um aumento alarmante do número de vítimas fatais da polícia, em ações policiais, entre 1997 e 2000 no estado do Rio de Janeiro. Em 1997, a polícia foi responsável pela morte de 300 civis, e este número subiu para 587 mortes de civis em 2001. Em sua pesquisa sobre homicídios por policiais entre 1993 e 1996, Cano mostrou que, no exame do corpo das vítimas da polícia, havia evidência de execução sumária por policiais: a metade das vítimas da polícia naquele período tinha quatro ou mais ferimentos por bala; a maioria mostrava, pelo menos, um ferimento nas costas ou na cabeça; em 40 dos 697 casos investigados, as vítimas foram atingidas à queima roupa; em dois casos, as vítimas foram alvejadas mais de 25 vezes (Cano 1997:68-69).

O fato da atividade de policiamento no Rio de Janeiro ser uma ocupação de tão alto risco certamente dá mais força a uma mentalidade “guerreira”, que legitima a morte do “inimigo” na mente dos agentes de polícia.

O nível de corrupção policial que envolve receber pagamento dos traficantes para conservar-lhes a liberdade de ação é um lugar comum no Rio de Janeiro. Segundo Misse (1998), a venda da liberdade aos criminosos pela polícia cresceu drasticamente no Rio de Janeiro desde os anos 70. Misse se refere a essa transação como venda de “mercadoria política”, que inclui cobrar dos criminosos por alguns serviços relacionados com segurança pessoal, inclusive a proteção contra a lei. O escândalo público moral de tal impunidade serve para pressionar figuras políticas no sentido de implementar uma postura mais forte contra a criminalidade, o que, por sua vez, mantém alto o preço da liberdade. Todavia, como o tráfico pode pagar esse custo, os traficantes continuam a pagar. Além de libertar traficantes em troca de pagamento, prendê-los ocasionalmente também é um método importante para manter alto o preço da liberdade, já que os níveis de oferta e de demanda da “mercadoria política” precisam estar equilibrados. Misse afirma que compreender a venda de “mercadorias políticas” é fundamental para explicar os problemas da violência relacionada à droga e à criminalidade no Rio de Janeiro. “A corrupção policial que envolve negociar a liberdade de criminosos comuns [...] é um exemplo da “mercadoria política” produzida pela desapropriação do poder de Estado (neste caso, o poder de polícia), utilizando recursos políticos (a autoridade concedida ao agente pelo Estado) para concretização de objetivos privados” (Misse, 1997:91).

Além de receber propinas para garantir a liberdade de traficantes, também é comum entre agentes de todas as corporações policiais (Militar, Civil e Federal) envolvidos em corrupção seqüestrar traficantes importantes em troca de resgate. Se o resgate não é pago pelo *dono* ou pelo *gerente geral* do traficante, a vítima é assassinada ou “oficialmente” presa e processada.

*“Teve uma prisão do dono do nosso morro que foi pego pela polícia. Eles pediram 300 mil<sup>50</sup>, mais 35 quilos de ouro, mais 4 motos e 12 carros [...] As motos e os carros foram e foi 200 mil limpinho. Então, há interesse de acabar? Não há interesse.”*

Morador de favela

---

<sup>50</sup> Cerca de US\$120.000

*“Eu tava vendendo, me prenderam sendo que eles vieram de carro particular, não deu pra gente levar, o moleque [na contenção] distraiu aí pegou a gente. Mas sendo que eles ficaram fazendo contato [com seus superiores], apanharam dinheiro pra me soltar.”*

Gerente de maconha, 23 anos

Entrevistador: Já perdeu amigos para a polícia?

*“...vários amigos, papo de 200 real<sup>51</sup> mata o cara, covardemente, a troco de nada[...] pediram duas ‘pernas’ [gíria para R\$200] para soltar o neguinho, o contato não bateu, não tinha dinheiro, mataram o moleque. Não só ele como outros, vários amigos aí morreram no orelhão [gíria para ‘informante’]”*

Gerente de segurança, 17 anos

Um coronel da Polícia Militar declarou a um pesquisador que, com o aumento da participação dos jovens no tráfico, tem se tornado comum policiais seqüestrarem adolescentes de uma facção e vendê-lo a traficantes de um grupo rival. Os adolescentes assim vendidos são torturados pelos traficantes rivais para obter informações ou assassinados. Isso foi confirmado por jovens das favelas que entrevistamos, além de afirmar que esses fatos são de conhecimento público para a maioria dos moradores das favelas.

O envolvimento de policiais no fornecimento de drogas ilegais e armas às facções da droga também é corrente.

*“... a relação da força policial com o tráfico de drogas no Rio de Janeiro tem se mostrado intimamente comprometida [...] em quase todos os casos de apreensão de drogas e contrabando de armas [...] existe envolvimento de membros dessas corporações” (Werneck e Rocha 1999, op.cit. NEPAD & CHAVES 1998:27)*

*“ eles próprios [a polícia] é que sustenta o tráfico na comunidade [...] se quisessem acabar [com o tráfico] acabariam”*

O comportamento da polícia nas favelas, como mencionado acima, o tratamento que ela inflige a moradores inocentes, a execução extrajudicial de suspeitos e de inocentes, os altos níveis de corrupção e a impunidade aparente têm por conseqüência:

- 1) suscitar entre os moradores das favelas a sensação de estarem abandonados pelo Estado. Essa sensação, por sua vez, estimula as comunidades de favela a aceitar e a depender de um sistema de justiça informal criado pelos traficantes (a “lei do tráfico”), como única opção de ordem social.
- 2) provocar revolta entre as crianças e adolescentes da favela e o ódio contra a polícia, sentindo-se estimulados a se unir às facções como forma de vingança.

*“A violência policial agride muito a criança e o adolescente... porque no horário da criança vir pra escola a polícia tá dando tiro[...] A criança tá descendo pra escola e vê o pai sendo morto por um policial fardado ou vê sua mãe ganhar tapa na cara*

---

<sup>51</sup> Cerca de US\$80.

*por um policial fardado. Essa criança cresce como? Vendo a boca de fumo como recurso de se vingar.”*

Morador da favela

- 3) elevar os níveis de violência na cidade, o que, por sua vez, estimula um comportamento igualmente violento dos criminosos.

Táticas militares de policiamento nas favelas, excessos da polícia e tratamento violento contra os moradores, inclusive com execuções, sem dúvida colaboraram para estimular a militarização das facções e a maior utilização da violência armada desde os anos 70. Além disso, o envolvimento da polícia na venda de armas de uso militar aos traficantes tem ajudado diretamente na militarização das facções e na dominação das comunidades de favela, com o conseqüente aumento dos níveis de mortalidade na cidade.

## **6.5 O aumento da violência armada no Rio de Janeiro**

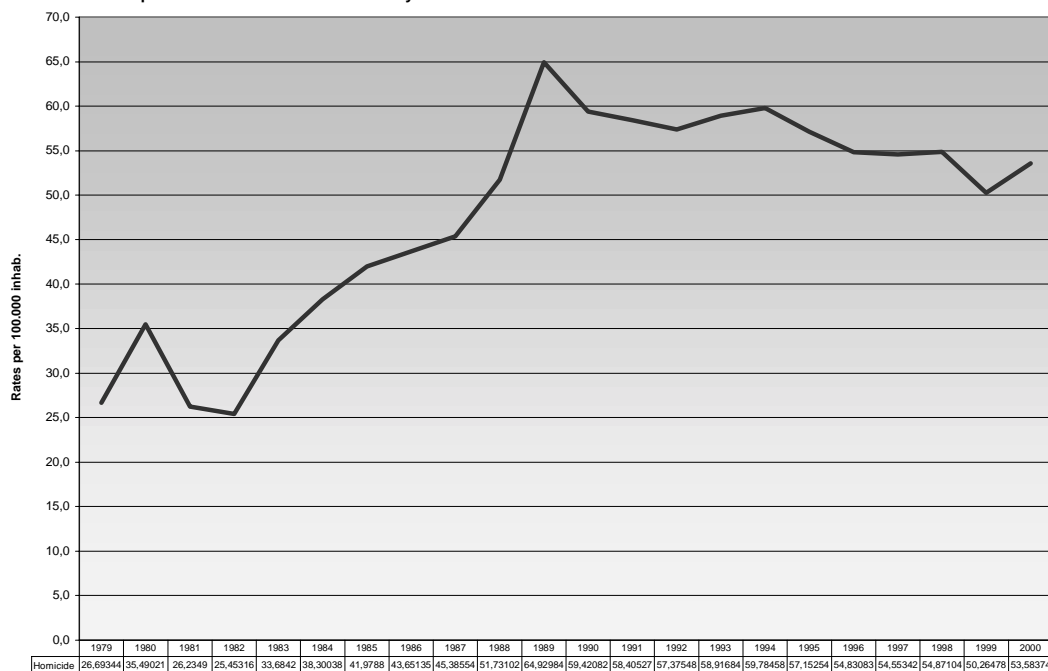
Este capítulo examina os crescentes níveis de violência no Rio de Janeiro desde os anos 70, focalizando especialmente a violência armada. As taxas de mortalidade da cidade, inclusive provocadas por arma de fogo, são apresentadas por ano e por região, assim como a também crescente apreensão de armas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro. Os tipos de armas apreendidas pela polícia durante a segunda metade do século XX também são analisados, focalizando-se as mais letais e buscando a forte relação entre o aumento crescente da apreensão de armas e o surgimento das facções militarizadas da droga.

São mostrados os tipos de armas utilizados por traficantes no interior da comunidade, segundo um questionário verbal aplicado a 100 jovens de quatro favelas, confirmado por relatórios de polícia e relatos da imprensa. Os pesquisadores também observaram traficantes portando os tipos de armas identificados por essas fontes, no decorrer de entrevistas com traficantes nas favelas. Discute-se em seguida os ferimentos causados por tais armas, após uma entrevista em grupo com uma equipe cirúrgica do atendimento de emergência do Hospital Souza Aguiar. Finalizando, e utilizando-se alguns relatos da mídia coletados durante a pesquisa, são brevemente analisados os tipos de violência armada que ocorrem entre facções da droga e em confrontos com a polícia, assim como os efeitos dessa violência sobre a cidade.

### **6.5.1 O aumento das taxas de mortalidade no Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro tem se tornado cada vez mais violento desde os anos 70. Isto é mais claramente demonstrado no número crescente de homicídios na cidade, visível no **Gráfico 6b**.

Graph 6b Homicide rates in the city of Rio de Janeiro



Source: DATASUS, SMS-RJ

Em 1980, houve 1807 homicídios registrados na cidade do Rio de Janeiro, ou seja, 35,5 homicídios por 100.000 habitantes. Dramaticamente, atingiu-se o número mais elevado em 1989, com 3516 homicídios registrados, equivalentes a 64,9 homicídios por 100.000 habitantes; em 2000, este número havia baixado para 3135 homicídios registrados, ou 53,6 por 100.000 habitantes.

Ao examinarmos a causa desses homicídios, encontramos como ampla maioria o uso de armas de fogo. Além disso, como se vê no **Gráfico 6c**, a evolução das mortes desse tipo de causa, entre 1979 e 2000, é muito semelhante à evolução dos homicídios durante o mesmo período. Isso significa que a porcentagem de mortes relacionadas a armas de fogo, comparada ao total de homicídios registrado, não varia maciçamente, representando em média 80 a 90% do número total de homicídios.

Gráfico 6c Taxa de mortes por PAF no município do Rio de Janeiro



Fonte: DATASUS, SMS-RJ

Em 1980, houve um total de 1430 mortes provocadas por armas de fogo no Rio de Janeiro, ou seja, 79,1% de todos os homicídios registrados naquele ano. Em 1989, o número elevava-se a 3182 mortes por armas de fogo (90,5% dos homicídios registrados), e em 2000, o número caiu para 2649 mortes, representando 84,5% dos homicídios registrados naquele ano.

Para compreender a significação desses números de mortes por armas de fogo, em termos de escala, no fim deste capítulo mostraremos a comparação com os números e mortes por armas de fogo em três cidades dos Estados Unidos e o número de mortos em combate e de civis em alguns conflitos contemporâneos.

À parte do fato de a violência na cidade do Rio de Janeiro estar principalmente relacionada com armas de fogo, notamos que ela é específica de alguns bairros da cidade, não afetando de maneira igual a população de todas as regiões.

Isto está claramente demonstrado no **Mapa 6b** (Anexo 2). Algumas regiões da cidade são comparáveis a cidades da Europa e dos Estados Unidos, quanto ao número de mortes por armas de fogo por 100.000 habitantes (menos de 10/100.000). Outras áreas têm índices semelhantes aos de áreas de conflito (acima de 100/100.000) ou de guerra, com algumas regiões tendo índices superiores a 501/100.000.

O **Mapa 6c** (Anexo 2) combina os territórios das facções da droga com os níveis de mortalidade por armas de fogo por 100.000 habitantes nos bairros da cidade. Como se pode observar neste Mapa 6 C, os confrontos armados provocados pela alta concentração de facções rivais muito próximas uma(s) da(s) outra(s) resultam com freqüência em altos níveis de mortes por armas de fogo nos bairros envolvidos.

Os índices de mortalidade indicados têm como fonte estatísticas da Secretaria Municipal de Saúde do Rio<sup>52</sup>. Apesar de serem uma indicação precisa dos homicídios e mortes por arma de fogo, somente são incluídos os casos registrados pelo necrotério da cidade<sup>53</sup>.

Além dos homicídios deste tipo registrados, existem aqueles em que o corpo da vítima não é resgatado pela autoridades, tendo um destino ilegal dado pelo autor do homicídio. Apesar de ser impossível avaliar quantas vítimas de morte violenta não são contabilizadas nas estatísticas oficiais, sabe-se que o Rio de Janeiro tem cemitérios ilegais, tendo alguns sido descobertos pela polícia. Essas sepulturas ilegais e anônimas são usadas por facções da droga, por criminosos em geral e por esquadrões da morte da polícia, para encobrir os homicídios cometidos. Muitas vezes são encontrados no interior ou nos arredores das favelas situadas em morros ou cercados de áreas florestadas. Os seguintes relatos de jornais foram publicados durante a pesquisa:

#### **Descoberto cemitério do tráfico no Morro dos Macacos<sup>54</sup>**

O Dia 19/04/02

A prisão de José Ricardo Santiago Mateus[,,] levou a Polinter à descoberta de um cemitério clandestino na divisa dos morros dos Macacos e Pau da Bandeira [...] Uma equipe de bombeiros ajudou nas escavações. Duas covas foram encontradas. Em uma delas, havia um crânio com perfuração à bala no lado direito e na outra, um corpo queimado, junto com pneus.

#### **Polícia encontra cemitérios clandestinos e ossadas**

Veja on-line 11/06/02

A polícia do Rio de Janeiro vasculhou a Favela da Grota, no complexo do Alemão, em busca do corpo do jornalista Tim Lopes, assassinado por traficantes na semana passada. Na operação foram encontradas evidências claras da matança promovida pelos criminosos. Em uma parte do morro, os policiais acharam um cemitério clandestino. Valas improvisadas guardavam ossadas já em decomposição e covas demarcadas aguardavam a chegada de novas vítimas. Os investigadores definiram o local como apenas mais um dos diversos pontos de execução da favela. Outro provável local de assassinatos é um pequeno lago [...] a alguns metros dali, onde estavam duas vértebras e pedaços de costela humana.

### **6.5.2 A utilização crescente de armas de fogo potentes no Rio de Janeiro**

O aumento marcante de homicídios por arma de fogo no Rio de Janeiro tem sido acompanhado do aumento de apreensões de armas pela polícia no estado. O fenômeno pode ser o resultado de um policiamento mais efetivo, mas há também um aumento

---

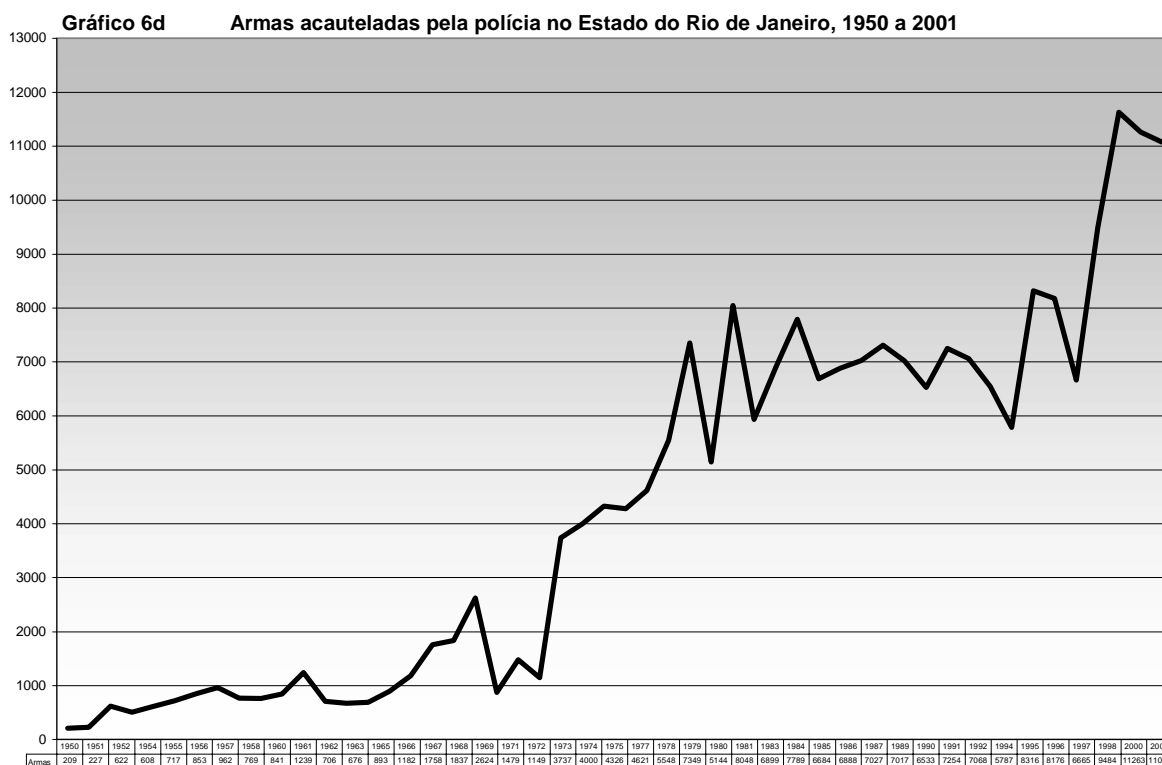
<sup>52</sup> DATASUS SMS RJ

<sup>53</sup> O Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto.

<sup>54</sup> Morro dos Macacos é uma favela num morro na parte norte da cidade do Rio de Janeiro, na base do qual existe uma delegacia de polícia.

correlato do número de mortes por arma de fogo e de apreensões, o que pode indicar que existe um número crescente de armas em circulação e em uso na cidade.

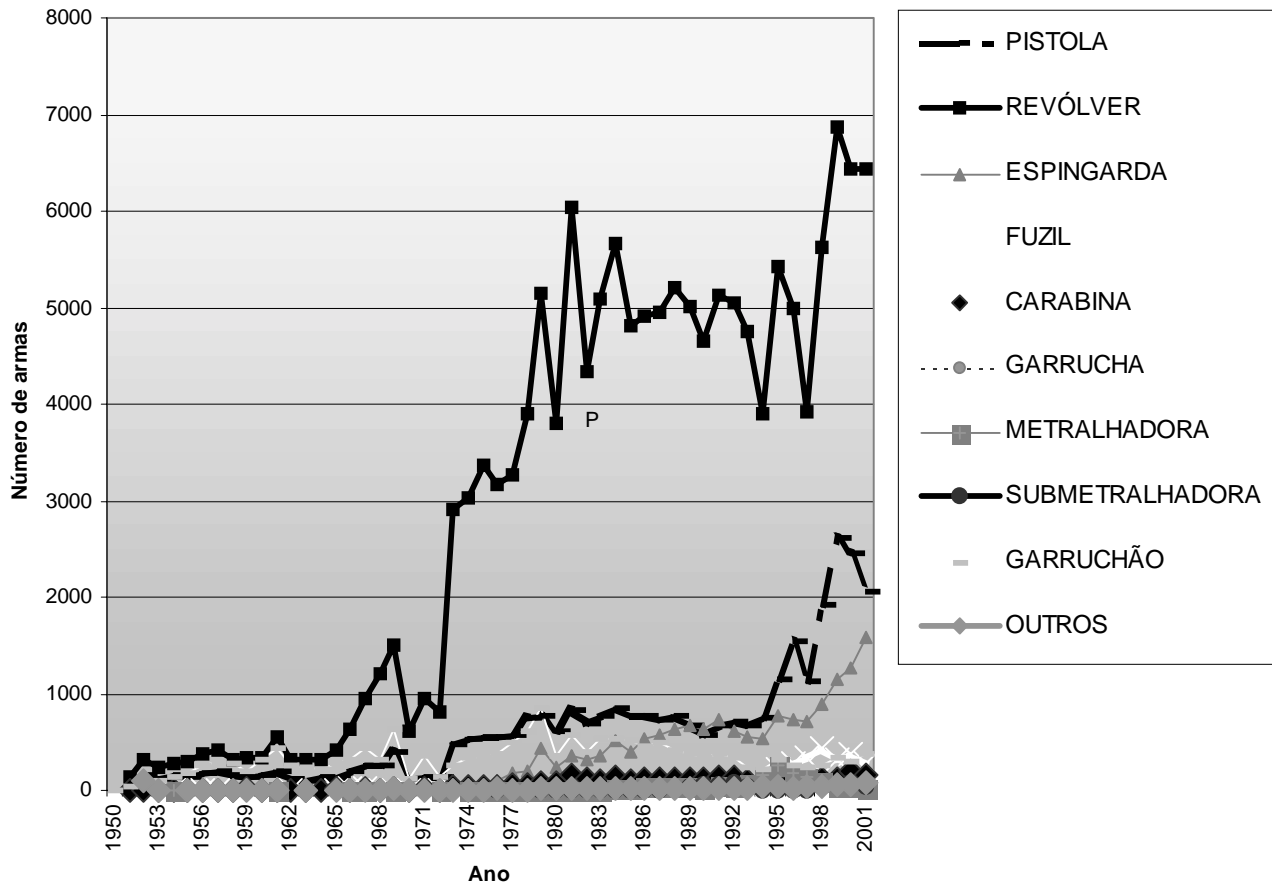
Como se indica no **Gráfico 6d**, abaixo, houve um aumento constante do número de armas apreendidas pela polícia no Estado do Rio de Janeiro, do fim dos anos 60 até 2000. Em 1999, o número recorde de 11.633 armas ilegais foi apreendido pela polícia do Rio, contra 841 armas em 1960.



Fonte: Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, SSP-RJ

Como se observa no **Gráfico 6e**, abaixo, ao avaliar-se os tipos de armas de fogo que têm sido apreendidas em número crescente, vemos que os revólveres são a arma principal, sendo a ampla maioria dessa tendência crescente. Entre 1960 e 1969, 3891 revólveres foram apreendidos, ou seja, 51,8% das armas leves apreendidas no período. Entre 1990 e 2001, esse número havia aumentado dramaticamente, chegando ao total de 53.526 revólveres, ou 70,3% do total de armas leves. Em 2001, foram apreendidos pela polícia 6433 revólveres ilegalmente portados no Estado do Rio de Janeiro.

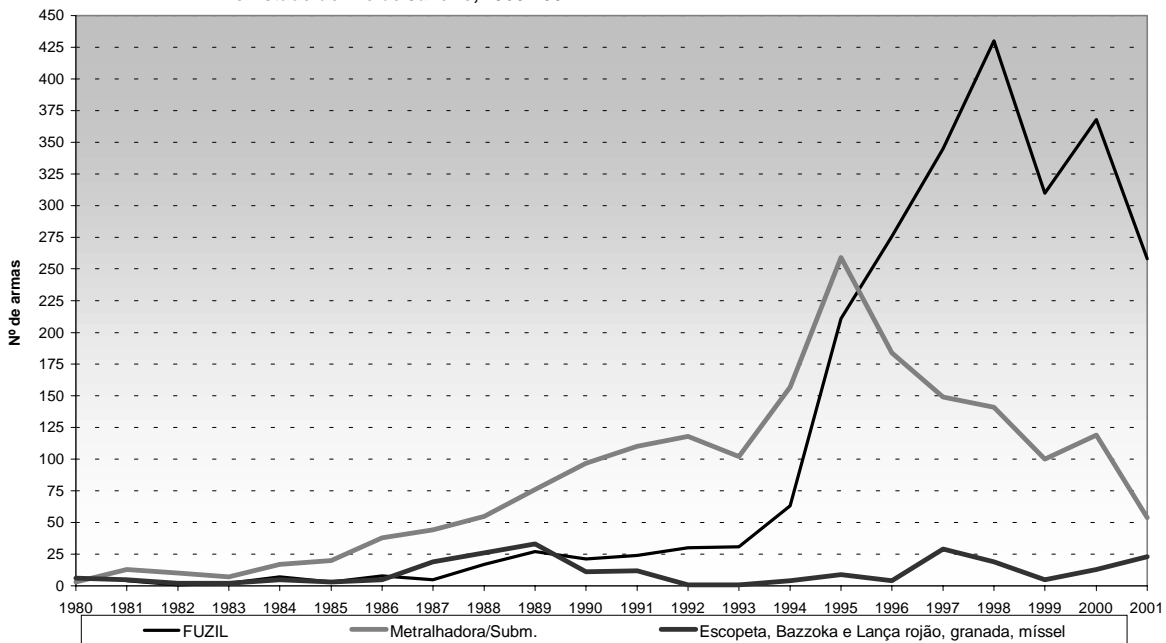
Gráfico 6e TIPOS DE ARMAS ACAUTELADAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1950-2001)



Apesar dos revólveres serem a maioria das armas de fogo apreendidas pela polícia no estado, também houve um aumento alarmante do número de armas de alto poder de fogo apreendidas. O poder de fogo de uma arma depende mais da velocidade do projétil (bala) do que do calibre desse projétil. Projéteis lentos de armas de grosso calibre como um .44 Magnum, por exemplo, têm a força máxima para imobilizar um alvo humano, mas tende a não ferir exageradamente os órgãos internos, pois a bala, com o impacto, tem sua velocidade diminuída e imobiliza-se com o impacto. Quanto mais alta a velocidade do projétil, mais danos são provocados nos órgãos internos, pois a bala continua sua trajetória ao penetrar no corpo, demorando mais a imobilizar-se. A combinação do projétil de grosso calibre com a alta velocidade aumenta o poder de fogo de uma arma. Armas como fuzis, metralhadoras e submetralhadoras tendem a lançar projéteis de maior calibre e em alta velocidade e, por isso, são utilizadas na guerra, para infligir um dano maior ou matar soldados inimigos.

O poder de fogo de uma arma também é aumentado pelo número de tiros lançados por segundo/minuto. Fuzis automáticos ou semi-automáticos, metralhadoras e submetralhadoras podem, assim, ser considerados mais poderosos e capazes de provocar um dano maior no corpo humano do que outras armas que não lançam tantos tiros por segundo/minuto.

**Gráfico 6f** Armas de grande calibre ou alta velocidade do projétil acauteladas no Estado do Rio de Janeiro, 1980-2001



Fonte: Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos, SSP-RJ

Obs.- A expressão “armas leves” no gráfico 6 F inclui bazucas, lança-foguetes, granadas e mísseis

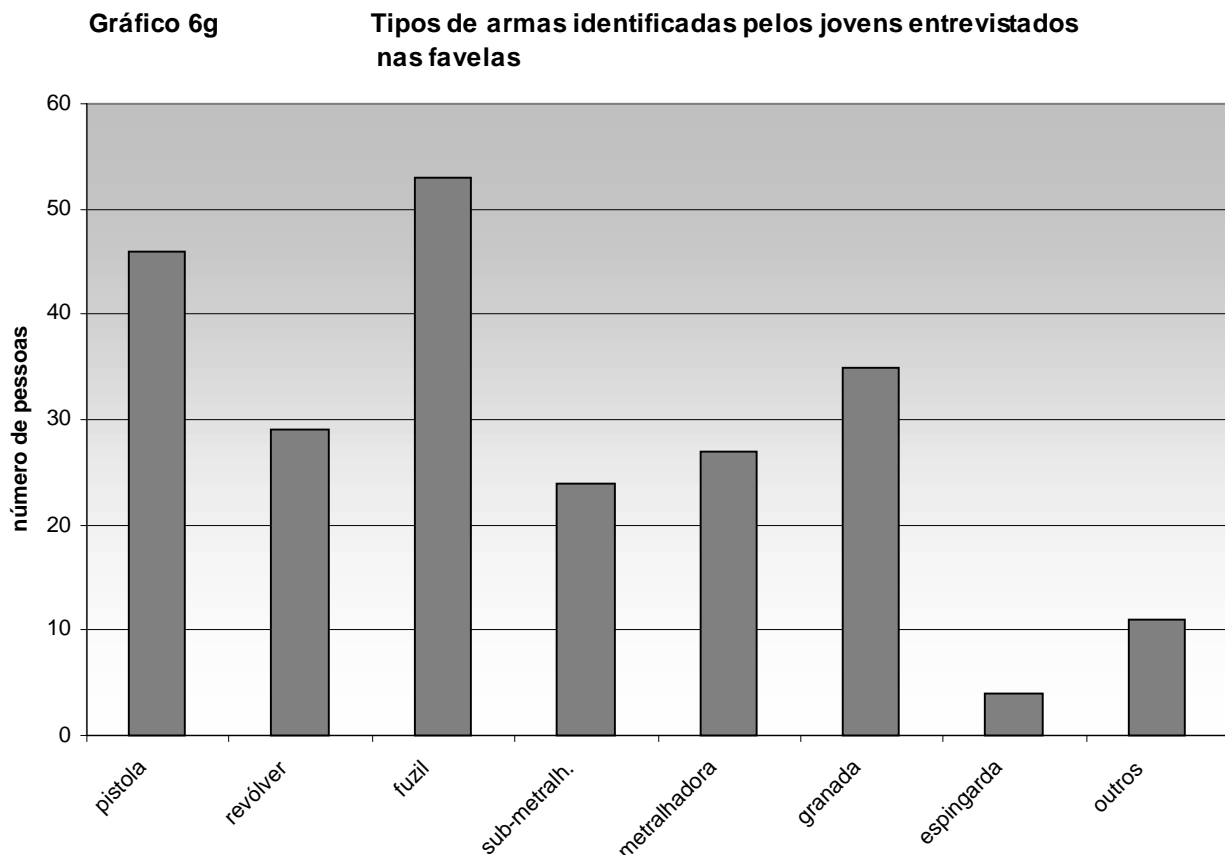
Como se evidencia no **Gráfico 6f**, desde 1985 ocorreu um forte aumento do número de armas com alto poder de fogo apreendidas pela polícia nas ruas do Rio de Janeiro. Em 1981, a polícia apreendeu 4 fuzis de assalto, 3 metralhadoras e submetralhadoras e 6 espingardas e armas leves de alto poder. O número de fuzis de assalto apreendidos pela polícia alcançou seu nível máximo em 1998, com um total de 430 apreensões. O número máximo de metralhadoras e submetralhadoras apreendidas ocorreu em 1995, com 259 apreensões, e o de espingardas e armas leves, em 1997, com 29 armas apreendidas.

O aumento drástico da apreensão de armas de alto poder, iniciado no fim dos anos 80, acompanha o surgimento das facções da droga, sua fragmentação, sua militarização e as subseqüentes disputas armadas por territórios, do mesmo modo que o aumento dos confrontos com a polícia. A utilização de tais armas corresponde aos tipos de confronto armado relatados pelos jornais do Rio, e foram igualmente relatados em entrevistas com traficantes e moradores das favelas no decorrer desta pesquisa. Este fenômeno também se reflete nas estatísticas de mortes por armas de fogo no Rio de Janeiro desde os anos 70. São os mesmos tipos de armas utilizados por exércitos em guerra.

As entrevistas com moradores de favelas indicaram igualmente uma diferenciação nos tipos de armas utilizadas pelos traficantes nos dias de hoje, em comparação com os que eram usados no período antes das facções. Os moradores comentaram que, nos anos 70, os revendedores em geral usavam revólveres calibre.38, enquanto hoje se usam abertamente poderosos fuzis e metralhadoras. Segundo os entrevistados, essa mudança

ocorreu no fim dos anos 80, dado confirmado pelas estatísticas de apreensões aqui demonstradas, que comprovam o aumento das apreensões a partir daquela época.

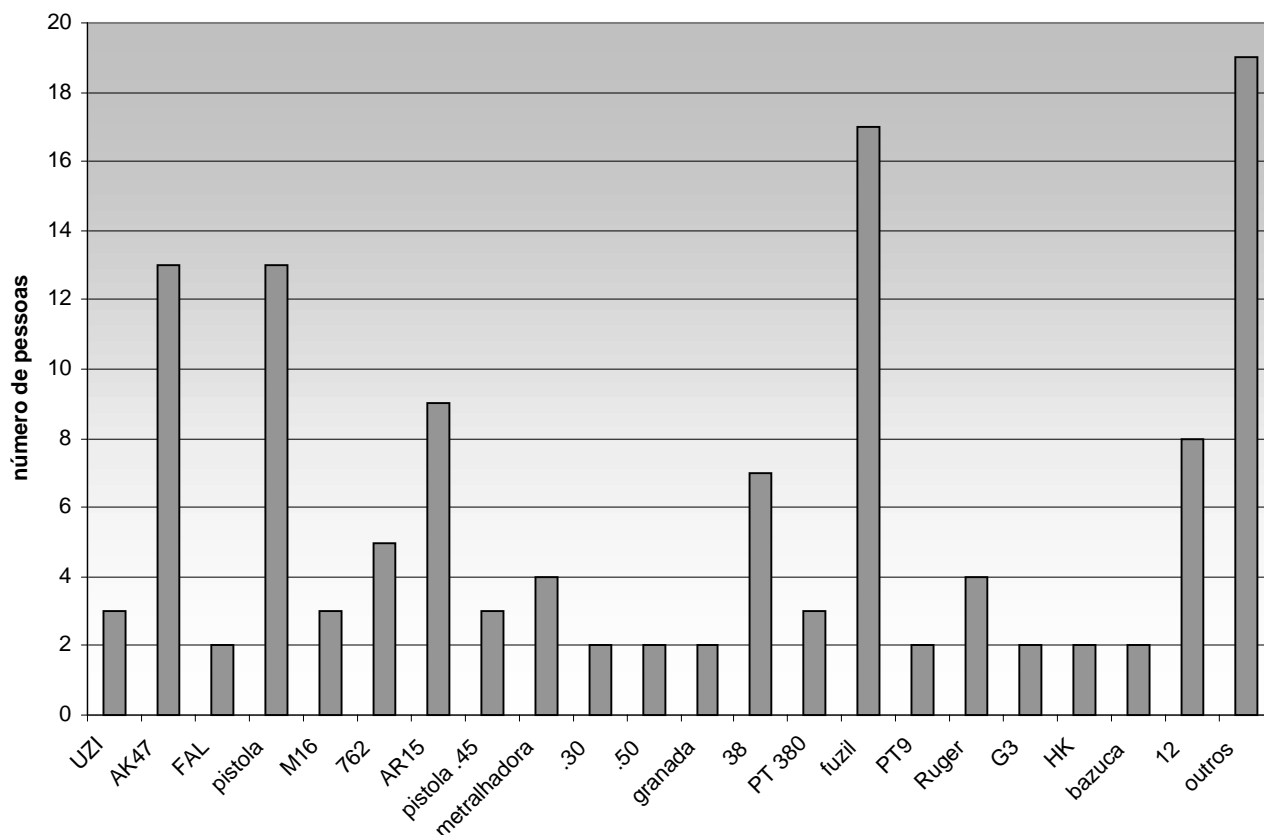
Durante um questionário, verbalmente aplicado<sup>55</sup>, com 100 adolescentes e jovens de seis comunidades faveladas, as armas de fogo seguintes foram identificadas como sendo abertamente exibidas e utilizadas pelos membros da facção local no interior da favela: pistolas, revólveres, fuzis de assalto, metralhadoras, sub-metralhadoras; espingardas e granadas de mão. As respostas figuram no **Gráfico 6g**, abaixo.



Apesar de não estarem envolvidos com o tráfico ou em outra atividade que requeira o conhecimento específico de armas de fogo, muitos dos jovens que participaram do questionário, em razão da exposição cotidiana a essas armas, puderam identificar especificamente os fabricantes e modelos, como figuram no **Gráfico 6h**, abaixo. Algumas dessas armas não foram reconhecidas pelos pesquisadores, sendo provável que se refiram a expressões de gíria, utilizadas pelos próprios traficantes no interior da comunidade.

<sup>55</sup> A metodologia completa e os resultados desse questionário são encontrados no capítulo 7.7

**Gráfico 6h**      **Descrições de armas identificadas pelos jovens entrevistados nas favelas**



A imprensa brasileira também registrou o uso pelos traficantes dos tipos de armas identificados pelos jovens da favela no questionário. Os relatos de jornais coligidos durante a pesquisa identificaram as armas leves seguintes, como apreendidas de traficantes pela polícia: Colt AR-15, H&K G-3, FAL, AK-47, granadas de mão M09 e M-60, Ak-47 com grampo cilíndrico, munição calibre.762, bazucas. Segundo relatório publicado em 2000 pelo Centro de Inteligência e Segurança, as facções criminosas do Rio têm um arsenal de 60.000 armas leves, inclusive fuzis, metralhadoras, pistolas, revólveres, espingardas, munição e bazucas. Durante trabalho de campo relacionado com esta pesquisa, os pesquisadores viram traficantes, inclusive crianças, exibindo abertamente as armas seguintes no interior das comunidades faveladas: fuzis Colt AR-15, H&K G-3 e AK-47, revólveres e pistolas.

O aumento da utilização de armas com alto poder de fogo também foi confirmada pela equipe cirúrgica da emergência do Hospital Souza Aguiar. Durante entrevista em grupo no decorrer desta pesquisa, os médicos explicaram que o tipo de ferimento mais comum é aquele provocado por armas de fogo, em pacientes, principalmente, do sexo masculino. Acrescentaram que os tipos de ferimento por bala que tratam hoje são diferentes dos tipos de 10 anos antes. Isso se deve ao fato de que os ferimentos são provocados pela

utilização de tipos diferentes de projéteis (balas/velocidade), de armas, e de agressões (situação de combate na qual a arma é usada) desde 1990.

*“Houve um aumento significativo de letalidade pelos armamentos que estão sendo utilizados hoje em dia. No Rio de Janeiro há uma situação de guerra civil, onde estas gangues utilizam armamento militar, basicamente militar, com uma letalidade maior [...] o Souza Aguiar hoje é um dos hospitais que tem maior experiência em tratamento desses pacientes com lesões por armamento militar.”*

Dr. Martinelli, Emergência, Hospital Souza Aguiar

Em razão do uso crescente de armamento militar, os pacientes que chegam à emergência com ferimentos à bala chegam em estado mais grave do que antes, quando os ferimentos eram provocados por um ou dois tiros de arma calibre 9 mm, .32 ou .38. Os médicos comentaram que raramente encontram atualmente uma bala alojada no corpo do paciente, pois hoje os tipos de ferimentos são provocados por projéteis de alta velocidade, que penetram no corpo, provocam ferimentos múltiplos ou amputações e saem do corpo. Além disso, os ferimentos múltiplos provocados por diversas balas de grosso calibre e alta velocidade hoje são a norma.

*“... antigamente a gente via orifício de bala entrando e saindo ou só entrando sem sair. Mas você via orifícios e destruição em torno desses orifícios, a fratura na perna que a bala acertou, coisas assim. Hoje você não vê orifícios, vê amputações, você vê arrancamento de tecidos e que você sabe que foi uma bala de alta velocidade, fuzil uma coisa assim. Então você não vê o que você via antigamente. Baleado significava que o cara tinha orifícios de bala e algumas vezes tinha deformidades, mas você via mais orifícios de bala. Hoje você vê muitas deformidades. Você vê pedaços de pés faltando, a lesão que ele falou, do garoto da mão destruída. Você vê muito isso hoje em dia.”*

Dr. Josué Kardek, Emergência, Hospital Souza Aguiar

Além dos diversos tipos de ferimentos à bala encontrados hoje nos pacientes, os médicos também observaram que as lesões provocadas pelas armas atuais também significam que estão recebendo menos pacientes vivos, sendo maior o número dos que já chegaram mortos.

A preocupação dos médicos a propósito da utilização de armas de guerra pelos traficantes também se reflete na opinião geral do público, segundo quem as armas leves ilegalmente importadas são a ferramenta principal que propicia os níveis crescentes de violência no Rio de Janeiro. Esse ponto de vista tende a encobrir o aumento dramático da utilização e do comércio ilegal de revólveres e pistolas, claramente demonstrado pelas apreensões cada vez maiores pela polícia, como se vê no **Gráfico 6c**. É importante observar que a ampla maioria das armas ilegalmente utilizadas por civis na cidade é de punho, das quais muitas fabricadas no Brasil, por empresas como Taurus e Rossi, vendidas legalmente a países intermediários como o Paraguai e contrabandeadas de volta ao Brasil. A importância da utilização de armas de punho como ferramenta principal da violência armada na cidade não deve ser subestimada. Todavia, também deve estar claro que o uso de armas mais letais, acima mencionadas, foi uma estratégia deliberada dos traficantes com base nas favelas, em razão dos combates armados nos quais estão envolvidos.

### **6.5.3 Conflitos armados das facções da droga, a violência com eles relacionada e seus efeitos**

O aumento dos conflitos armados relacionados com as facções da droga no Rio desde os anos 80 repercutiu claramente, por um lado, nos crescentes níveis de morbidez e mortalidade e, por outro, na maior circulação e uso de armas de alto poder. Esses conflitos são geralmente de natureza territorial, com o objetivo de se assegurar o controle de pontos de venda de drogas e as comunidades faveladas adjacentes. Existem também outros cenários relacionados com armas, ligados ao surgimento das facções no Rio e responsáveis pelo aumento da mortalidade na cidade. Usando como exemplos alguns relatos dos jornais publicados durante o período desta pesquisa, os tipos de violência armada estimulada por disputas entre facções e por táticas policiais repressivas são citados abaixo.

O objetivo desta pesquisa é investigar o envolvimento de crianças e adolescentes em conflitos armados entre facções e a violência com eles relacionada. Para facilitar a correta compreensão da situação dentro da qual agem crianças e adolescentes, é preciso descrever os níveis e os tipos de confronto armado dos quais participam. Esta pesquisa não tentou quantificar o número de confrontos entre facções ocorridos durante o trabalho de campo, mas quer apenas dar uma indicação de sua frequência e de seu tipo. Além disso, como muitos confrontos ocorrem sem o conhecimento ou a intervenção da polícia, ou não são relatados pela imprensa, seria difícil dar conta de todos os conflitos entre facções, entre polícia e facções ou outros crimes relacionados e ocorridos durante determinado período. Assim, as citações de jornais forais escolhidas como exemplos típicos da violência relacionada com as facções que ocorre cotidianamente no Rio e não são representativas do número de conflitos entre facções, confrontos com a polícia, mortes clandestinas ou incidentes correlatos durante aquele período.

#### **1) Invasão de território rival por uma facção e outros conflitos entre facções**

Os seguintes conflitos armados são referidos como invasões de facções pela imprensa. Todavia, como foi visto no capítulo 6.3, algumas razões não são relatadas pelos jornais. Além da tentativa de tomar pontos de venda da facção rival, podem haver invasões para vingar uma morte, simples rivalidade ou tentativa de apreender carregamentos recentes de drogas ou armas. As disputas entre facções são fatos diários na cidade do Rio de Janeiro e há a possibilidade de que as comunidades dominadas por facções rivais permaneçam em estado de “guerra” (invasões armadas contínuas) durante semanas ou meses. Portanto, se diz de comunidades de favela que estão “em guerra”. Traficantes entrevistados declararam já terem participado de invasões que envolveram até 200 combatentes durante muitas horas.

#### **Tiroteio e Pânico na Maré: guerra entre CV e Terceiro Comando causa a morte de 2**

O Dia 09/01/02

*A disputa pelo domínio dos pontos de vendas de drogas no Morro do Timbau, da facção criminosa Terceiro Comando, resultou em confronto com a polícia e deixou em pânico motoristas que passaram pelas proximidades do Complexo da Maré, no final da noite de segunda-feira. Traficantes do Parque União, do Comando Vermelho, tentaram formar um bonde de carros roubados para invadir a favela rival. [...] Um grupo de 15 bandidos da Favela Parque União, armados de fuzis e pistolas, se instalou em pontos estratégicos da*

*Avenida Brigadeiro Trompoviski, na entrada da Ilha do Governador, para roubar carros. [...] Na guerra, dois bandidos – um deles identificado como Eduardo Moreno dos Santos, o Dudu – morreram e três pessoas ficaram feridas, entre elas dois PMs.*

### **Tiroteio no Parque Royal: bandidos do CV tentam invadir a favela e um morador é morto. Dois traficantes ficaram feridos**

O Povo 24/01/02

*Três horas de tiroteio, um homem morto por bala perdida e dois traficantes feridos. Este foi o saldo da tentativa de invasão à Favela Parque Royal, na Ilha do Governador, na madrugada de ontem [...] a invasão ocorreu por volta das 3h. Os traficantes do Parque Royal foram surpreendidos por um grupo de aproximadamente 15 bandidos, fortemente armados de fuzis e pistolas, iniciando o tiroteio, que durou até às 6h. Os marginais trocaram tiros nos becos, vielas e lajes da favela. Pela manhã, foi possível ver os estragos e as marcas de balas nas paredes, janelas e até caixas d'água. Durante o confronto, Cláudio Alexandre foi atingido por uma bala perdida. Ele estava em casa, na Rua do Campo, e acabou sendo baleado na cabeça. [...] O menor N. V. S., 17 anos, e Renan Lima Nicolau, 19, foram baleados.*

### **Piscinão vira rota de fuga: traficantes de facções rivais voltaram a se enfrentar**

O Povo 16/04/02

*Na guerra entre as duas facções, três homens foram executados a tiros, sendo que um deles teve o corpo carbonizado e a cabeça cortada, que ficou exposta durante quase todo o dia de ontem na Rua Uricuri, em frente ao número 164, no meio da favela. [...] Os outros dois mortos são Alessandro Ferreira dos Santos, 19 anos, e o irmão dele A F. S., de 16 anos, cujos corpos foram encontrados em um dos becos da favela. [...] Os corpos dos rapazes também permaneceram durante um bom tempo no interior da favela. [...] A tentativa de invasão aconteceu no início da madrugada. Fortemente armados, vários traficantes do Comando Vermelho chegaram em um "bonde", formado por, pelo menos, quatro vans. Eles queriam assumir o controle do tráfico de drogas na Roquete Pinto, que fica à beira da Avenida Brasil. Mas os bandidos locais reagiram e houve troca de tiros.*

### **Tráfico volta a impor o medo: bandidos se enfrentam e deixam às escuras parte de Santa Teresa e Rio Comprido**

O Globo 28/05/02

Mais uma guerra do tráfico de drogas levou pânico ontem aos moradores do Rio. Um confronto entre traficantes dos morros do Fallet, no Rio Comprido, e da Coroa, em Santa Teresa, deixou às escuras parte das favelas e das ruas dos dois bairros, porque os marginais atiraram em transformadores. [...] Segundo a polícia, cerca de 15 bandidos armados com fuzis e pistolas foram vistos invadindo o Fallet [...] Policiais do 1º BPM (Estácio), do Grupamento Especial

Tático (Getam) e do Batalhão de Operações Especiais (Bope) ocuparam os acessos aos morros.

## **2) Confrontos armados entre facções e a polícia**

Os traficantes geralmente não atiram nos policiais que entram nas favelas, exceto quando se trata de batida policial ou se os policiais atiram primeiro. Todavia, em parte devido à ação policial, há regularmente confrontos armados entre polícia e facções nas favelas. Além disso, durante esta pesquisa, registraram-se alguns incidentes, como traficantes atacando delegacias e postos policiais e matando policiais fora da favela. Os confrontos armados com a polícia fora das favelas geralmente ocorrem em razão do *bonde*, carreta de traficantes armados, geralmente em carros roubados, transportando drogas ou armas entre favelas, fazendo contato com uma patrulha policial ou barragem de polícia, ou passando por uma delegacia ou posto policial que esteja no itinerário. Em outros casos, os traficantes podem atacar delegacias de polícia como retaliação, por várias razões como: revide de uma batida policial, violência ou morte clandestina na favela, prisão de colegas, conflitos com policiais corruptos ou simples ódio da polícia.

### **Perseguição pára metrô: traficantes pulam muro da linha 2 após confronto em Honório Gurgel. Dois do bando de Linho morreram**

O Dia 01/11/01

*A caça ao traficante Paulo César Silva Santos, 29 anos, o Linho, ontem pela manhã no Morro Jorge Turco, em Honório Gurgel, terminou em dois tiroteios, duas mortes, dois policiais feridos e a Linha 2 do metrô parada por três horas e 45 minutos. No confronto, eram mais de 50 traficantes armados de fuzis contra 20 policiais [...]* “Era um exército do TC. Temos duas hipóteses: ou estavam em reunião, ou se preparavam para invadir a Favela do Metrô (em Colégio)”, acredita o delegado. [...] No tiroteio, o inspetor da Drae, Mário Paixão, foi baleado nas pernas pelo traficante Ricardo João de Moura, 16 anos, o Coração Gelado, que morreu no confronto. Com ele foram encontrados um fuzil AK-47, dois carregadores, um celular, 300 gramas de maconha, 21 papalotes de cocaína e duas jaquetas camufladas.

### **Sete policiais feridos em confrontos: num dos tiroteios, traficantes quebraram vidros da delegacia de Bonsucesso**

O Globo 10/02/02

*Sete PMs ficaram feridos, cinco em estado grave, em dois confrontos com traficantes ocorridos ontem de madrugada em Bonsucesso e Manguinhos [...]* Um grupo de traficantes atirou contra um carro do Batalhão de Operações Especiais (Bope), que patrulhava o lugar. Ao ser atacado, o motorista do veículo perdeu a direção, rodou na pista, derrubou um poste de luz e bateu violentamente contra um muro de concreto. O automóvel ficou destruído e os cinco policiais que estavam nele ficaram gravemente feridos, pelo menos um deles atingido por um disparo de AR-15.

**Traficantes atacam polígono de segurança: dois carros da PM são metralhados durante a madrugada em Ricardo de Albuquerque**

Extra 20/02/02

*Os bandidos, ocupando cinco veículos e duas motos, passaram num "bonde" (uma espécie de comboio) pela Avenida Marechal Alencastro, atirando na direção da praça. Dois carros do 14º BPM foram metralhados.*

**Traficantes ainda são ameaça para delegacias do Rio**

O Povo 07/03/02

*As ameaças de invasão nas delegacias continuaram na noite de terça-feira. Ontem de madrugada, a polícia reforçou o policiamento na frente da 22ª DP (Penha), para onde foram dados vários telefonemas. Armados com fuzis e pistolas, 12 agentes da própria delegacia da Penha e da 6ª DP (Cidade Nova) ocuparam pontos estratégicos na frente da unidade para impedir que as ameaças se transformassem em realidade.*

**Ataque a tiros e granada contra PM**

O Dia 17/05/02

Dois soldados ficaram feridos nas ações dos grupos armados com fuzis, metralhadoras e uma granada M-4 [...] Foram 110 tiros disparados contra as duas unidades.

**3) Balas perdidas**

As disputas armadas entre facções e as confrontações armadas com a polícia ocorrem principalmente no âmbito das comunidades faveladas, mas também nas regiões *asfaltadas* da cidade. Como mostram os relatos seguintes, os moradores de favela em particular, mas também a população em outras áreas, correm o risco de ficarem entre dois fogos durante tais conflitos. Como as habitações das favelas não são solidamente construídas, os moradores muitas vezes são mortos ou feridos no interior de seus lares.

**Rapaz é morto na laje de casa**

Extra 26/01/02

*O ajudante de caminhão Marco Leandro Alves Macedo, de 22 anos, morreu depois de levar um tiro na barriga durante a operação do 9º BPM (Rocha Miranda) na Favela da Palmeirinha [...] Parentes do rapaz acusam os policiais de terem entrado na favela atirando a esmo.*

**Bala perdida mata menina em Inhaúma: adolescente de 13 anos foi atingida durante tiroteio entre PMs e traficantes**

Extra 12/02/02

*Renata foi baleada logo depois de sair com os pais de uma festa na casa de parentes, em Olaria, por volta das 15h30m. O carro da família ficou no meio do fogo cruzado entre o comboio do tráfico e policiais do Grupamento Especial Tático Móvel (Getam).*

**Nem grávida escapa da fúria do tráfico**

O Povo 09/04/02

*Um bonde do Morro do Macaco invadiu o da Matinha [...] Uma granada foi detonada e um casal acabou morrendo. No morro do Salgueiro, na Tijuca, uma criança foi vítima de bala perdida.*

**Bala perdida mata mulher em Anchieta: a vendedora Simone, que estava dormindo, deixou dois filhos. Sua mãe também foi atingida, mas passa bem**

O Globo 13/05/02

[...] Simone foi vítima de uma bala perdida disparada num confronto entre policiais militares e traficantes da Comunidade Jardim Independência, em Anchieta. Dois outros jovens, identificados pela PM como traficantes, também morreram. Revoltados, moradores do local incendiaram um ônibus da linha 727 (Javatá-Pavuna). Depois da troca de tiros, entre 1h e 4h, começou a troca de acusações. Moradores disseram que as balas foram disparadas por policiais do 9º BPM (Rocha Miranda), sem que houvesse confronto com traficantes.. Às 2h, uma bala teria perfurado o muro da casa de Simone.

#### **4) Execuções clandestinas**

Homicídios intencionais, por traficantes ou por policiais, também ocorrem como resultado de disputas de facções, controle de comunidades e corrupção policial. Esses assassinatos geralmente não acontecem durante os confrontos armados, sendo execuções organizadas.

**Traficantes de Acari rendem e matam PM dentro da favela: em Itaboraí, outro policial é assassinado por bandidos**

Extra 18/12/01

*[...] o PM teria sido arrancado de dentro do carro do 9º BPM, na Rua Piracanjuba, e levado para um outro ponto da favela, onde foi torturado e morto. Um fuzil que estava com ele também teria sido roubado pelos bandidos.*

**Traficante acusado de torturar PM é morto em Acari**

Extra 09/02/02

*De acordo com policiais do 9º BPM (Rocha Miranda), Beijo morreu durante um confronto com PMs da unidade. Ele é acusado de torturar o soldado Tiago dos Santos Gonçalves, de 31, na noite de quinta-feira.*

**Virou churrasco de bandido: não satisfeitos em matar desafeto, traficantes o queimaram dentro do carro, que explodiu**

O Povo 14/03/02

*[...] O veículo [...] foi largado [...] pelos assassinos de um homem, cujo corpo foi encontrado no porta-malas do carro. Sobre o banco traseiro, a polícia encontrou um bilhete com os seguintes dizeres: "Esse não estupra mais criança de 10 anos".*

**Um rio de mortos: violência no Rio de Janeiro deixou saldo de treze mortos em vários pontos até o início da noite**

O Povo 20/03/02

*... as vítimas, dois homens negros e um branco, estavam na Rua Araraguá [...] Além do rosto desfigurado, eles estavam com as mãos amarradas para trás e vários hematomas pelo corpo, indicando que houve tortura antes da execução [...] a polícia suspeita de vingança ou acerto de contas e de ligação das vítimas com o tráfico de drogas.*

**Território livre para o tráfico: bandidos executam líder comunitário, matam segurança da primeira-dama e expulsam famílias de morro**

O Globo 26/07/02

*... No morro da Serrinha, em Madureira, o vice-presidente da Associação de Moradores e mestre de bateria da escola de samba Império Serrano, Antônio Carlos Soares de Araújo, o Macarrão, foi assassinado a tiros na noite de anteontem. No Morro dos Macacos, em Vila Isabel, traficantes invadiram uma casa, levando duas famílias a ficarem escondidas durante cinco horas e meia num matagal, até serem resgatadas por policiais civis e levadas para uma delegacia. Em Manguinhos, o sargento da PM Cléber Lopes Lobo, segurança da primeira-dama do município, Mariângela Maia, foi morto com um tiro, provavelmente ao tentar escapar de uma falsa blitz montada por bandidos na Rua Leopoldo Bulhões.*

## 5) Crimes armados correlatos

Existem crimes cometidos por membros das facções que também são responsáveis pelo aumento dos índices de mortalidade provocados por armas de fogo. Esses crimes ocorrem fora das comunidades de favela mas podem ser considerados diretamente ligados às atividades das facções com base em favelas. Consistem principalmente na formação de *bondes* para invadir territórios rivais ou para transportar drogas ou armas de um ponto a outro da cidade. Os *bondes* são formados por automóveis roubados à mão armada em áreas do *asfalto*, geralmente próximas às favelas. Forma-se então um cortejo, ou carreata, armada, capaz de resistir à ação policial. Muitas vezes, resulta na morte, ferimento ou seqüestro dos donos dos automóveis que tentam resistir ou de inocentes pegos pelo fogo cruzado se o *bonde* enfrenta uma patrulha policial ou uma *blitz*.

**“Bonde” transforma ruas em praças de guerra: bando que pretendia invadir favela rouba carros e enfrenta a PM; sargento morre e quatro bandidos são presos**

O Globo 02/03/02

*Tiroteios, roubo de carros, vítimas tomadas como reféns, quatro traficantes presos e um PM assassinado. Esse foi o resultado da ação de bandidos, na noite de anteontem e na madrugada de ontem [...] Fortemente armado, um comboio de traficantes do Comando Vermelho, formado por 27 carros e 14 motocicletas, roubou veículos e desafiou a PM. O “bonde” de traficantes – que incluía até uma caminhonete equipada com um fuzil .30 fixo num tripé – pode ter ligação, segundo a polícia, com uma ação parecida ocorrida na*

*madrugada anterior nas ruas de Inhaúma. Para a polícia, a ação foi planejada na noite de quinta-feira, durante reunião dos bandidos na favela Vila Cruzeiro, na Penha, sob a chefia do traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. Após a reunião, que teria contado com integrantes do CV de diferentes favelas do Rio, os bandidos decidiram invadir o Morro do Quitungo, na Vila da Penha, comandado pelo traficante André Luiz Fernandes, o Merran, das facções rivais Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA).*

Além de ser prejudicial à economia da cidade<sup>10</sup> e de provocar um clima de medo e de vulnerabilidade crescentes entre seus habitantes, há alguns efeitos diretamente relacionados para os moradores das favelas e as regiões urbanas adjacentes, provocados pela violência acima mencionada. Utilizando ainda, como exemplos, relatos de jornais do período da pesquisa, relacionamos esses efeitos a seguir, não sendo representativos do número de incidentes que ocorreram no período mencionado.

### **1) Ocupação de favelas pela polícia**

Como foi visto no capítulo 6.4, a ocupação de comunidades de favela pela Polícia Militar geralmente ocorre como resultado direto de confrontos entre facções. Em razão dos níveis elevados dessa violência armada, principalmente nas comunidades de favela no Rio, em 1994 as Forças Armadas Brasileiras assumiram o controle da segurança pública no Rio durante uma campanha massiva chamada “Operação Rio”. Isso incluía a ampla ocupação de comunidades de favela em toda a cidade. Atualmente, os seguintes relatos de jornais são bons exemplos do tipo de ocupação de favelas pela Polícia Militar.

#### **Morros vizinhos são ocupados: para garantir a segurança do Sambódromo, 500 PMs ficarão de prontidão**

Extra 09/02/02

*[...] A novidade será a ocupação policial em todo o complexo de favelas e conjuntos residenciais da Maré, para garantir a segurança de foliões no piscinão de Ramos. Serão 634 policiais espalhados pelas favelas de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda, Baixa do Sapateiro, Timbau, Salsa e Merengue e os conjuntos da Vila do João e Parque Esperança. Região disputada pelas facções criminosas conhecidas como Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos.*

#### **Vila Isabel pede socorro: PM ocupa morros após confrontos de traficantes, mas clima de medo continua. Escolas deixam de funcionar**

O Dia 28/05/02

*Os conflitos entre traficantes de facções criminosas rivais pelo controle do tráfico de drogas no Morro dos Macacos, em Vila Isabel,*

---

<sup>10</sup> Calculando-se o custo de atendimento médico, os anos de trabalho perdidos em razão da incapacidade ou da morte prematura, as perdas materiais, o custo da segurança pública e dos seguros privados, o ISER calculou o custo total da violência na cidade do Rio de Janeiro, em 1995, em US\$2.058.177.615,89, o que representa 5% do PIB da cidade no mesmo ano (*Magnitude, Custos Econômicos e Políticos de Controle da Violência*, ISER, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1998)

*começaram na madrugada de sexta-feira, e somente ontem a Polícia Militar entrou na área. Oito favelas do Complexo dos Macacos foram ocupadas por 200 homens, mas o medo dos moradores continuava. Cinco escolas municipais que funcionam na região tiveram as aulas suspensas por falta de alunos.*

## **2) Protestos e manifestações dirigidos por moradores no asfalto**

Em reação a atividades de policiais corruptos em favelas, às vezes os moradores descem para o asfalto próximo para protestar. Esses protestos geralmente acontecem quando a polícia mata moradores que não estavam envolvidos com o tráfico ou em outra atividade criminosa. Em certos casos, os próprios traficantes estimulam esses protestos, quando, por exemplo, a polícia mata algum deles. As manifestações muitas vezes se tornam violentas, com propriedades públicas sendo alvo de atentado e a depredação de ônibus.

### **Revolta na Cidade de Deus: moradores acusam PMs de matar menina e rapaz e ferir garoto a tiro. Protesto fecha a Linha Amarela**

O Dia 25/01/02

*Horas depois que um Gol branco passou pela Rua Daniel com três homens atirando – policiais militares à paisana, segundo testemunhas - , moradores da Cidade de Deus fecharam, ontem à tarde, a Linha Amarela e a Estrada do Gabinal, em Jacarepaguá, num protesto contra a morte da estudante Raquel Santos Prudente, 14 anos, baleada no pescoço [...] Felipe Martins, 19 , que também passava pelo local, foi baleado no peito e morreu à noite no Hospital Lourenço Jorge.[...] Revoltados com a morte da estudante, aproximadamente 200 moradores fecharam, por volta das 16h, a pista sentido Zona Norte da Linha Amarela [...] manifestantes atacaram PMs com coquetéis Molotov e tijolos.[...] Aproximadamente 60 moradores da Favela da Pixuna, no Complexo dos Bancários, Ilha do Governador, depredaram e incendiaram ônibus [...] em protesto contra a morte de Jefferson Ferreira Dias, 21 anos [...] Jefferson foi assassinado na manhã de ontem por PMs do 17º BPM (Ilha), que o retiraram de dentro de uma casa onde havia entrado para se esconder e o balearam no peito [...] o morador era ligado ao tráfico: “Por que não o levaram para a delegacia?”*

### **Rio Comprido pega Fogo: quatro feridos, dois ônibus e um carro incendiados. Este foi o saldo de mais um dia de fúria na cidade**

O Povo 29/01/02

*[...] A Polícia Militar não conseguiu conter a fúria dos moradores que, literalmente, desceram os morros do São Carlos, do Querosene e Coroa, no Rio Comprido, na Zona Norte da cidade, deixando rastros de fogo nos bairros do Estácio e Catumbi [...] As cenas eram o retrato de uma guerra surda e ainda não declarada, embora as batalhas sejam constantes.*

## **3) Fechamento do comércio local e das escolas municipais**

Em razão dos intensos conflitos entre facções e polícia, as lojas e as escolas municipais são muitas vezes fechadas por seus donos e seus diretores, respectivamente, nas favelas atingidas ou nas áreas adjacentes. Em certos casos, é uma reação espontânea provocada pelo medo de que os alunos ou os lojistas sejam vítimas do fogo cruzado; em outros casos, os traficantes ordenam o fechamento durante certo tempo como sinal de respeito por algum traficante do lugar que tenha sido morto.

**Guerra do tráfico deixa mais de 4,5 mil alunos sem aula e comércio fechado na Zona Oeste. Pm interdita três ruas**

O Dia 02/10/01

*Confronto entre quadrilha de Celsinho da Vila Vintém contra bandidos do Comando Vermelho, em Santa Cruz, fecha 10 escolas e obriga a PM a interditar três avenidas, para proteger alunos e pedestres.*

**Portas fechadas pelo tráfico no Rio Comprido: bandidos impõem luto ao comércio por causa da morte de dois homens em confronto com a polícia**

O Dia 10/12/01

*Uma troca de tiros entre policiais e traficantes dos morros dos Prazeres, em Santa Teresa e Escondidinho, no Rio Comprido, voltou a assustar os moradores. Vinicius Silva Borges, 20 anos, e Sérgio Moreira Silva, 23, foram mortos no confronto, sábado. Por ordem dos bandidos, padarias e bares da Rua Barão de Petrópolis ficaram fechados ontem. Uma faixa preta indicando luto foi colocada num acesso ao Morro do Escondidinho.*

**Tráfico ainda desafia polícia: apesar de operações diárias no Alemão, bandidos mandam fechar três escolas**

O Globo 14/06/02

*Apesar da presença ostensiva da polícia há dez dias no Complexo do Alemão, desde a morte do jornalista da Rede Globo, Tim Lopes, o tráfico ainda dita ordens na área. Três escolas da região, que têm 2.347 alunos no total, tiveram as aulas suspensas ontem a mando dos traficantes. Estudantes e professores deixaram os prédios às pressas após receberem telefonemas ordenando o fim das aulas.*

#### **4) Conseqüências para instituições locais e para órgãos oficiais**

Os confrontos armados dentro e nas imediações das favelas também atingem o funcionamento normal de outras instituições do lugar ou de órgãos de governo. Por exemplo, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mudou-se de sua sede próxima à favela da Mangueira em razão dos constantes confrontos entre traficantes e polícia. Durante a pesquisa, seções eleitorais foram transferidas por estarem em áreas consideradas de risco por causa de confrontos entre traficantes.

**Tráfico leva TRE a mudar seção eleitoral: pelo menos quatro postos em áreas de risco já foram transferidos por causa de tiroteios**

O Globo 13/01/02

*No ano em que serão realizadas eleições para deputados, governadores, senadores e presidente, o tráfico de drogas dá mais uma prova de ousadia: acaba de forçar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) a mudar o endereço de quatro seções eleitorais do Rio localizadas em áreas de conflitos de bandidos. Os pedidos de remanejamento foram encaminhados ao TRE pelos próprios moradores. Os postos de votação funcionavam em escolas municipais administradas pela prefeitura e foram transferidos por causa dos constantes tiroteios envolvendo bandidos de quadrilhas rivais ou resultantes de confrontos entre policiais e traficantes.*

## **5) Surgimento de refugiados**

Como foi mencionado no capítulo 6.2, moradores de favelas, em certas ocasiões, ficam sem lar quando são expulsos da comunidade pelos traficantes. Isso geralmente ocorre quando o morador desobedece às regras dos traficantes (ver lista de regras em 6.2). Quando expulsos, caso os moradores se recusem a sair, são mortos. Se não têm para onde ir, acabam morando na rua. Durante a pesquisa, os pesquisadores encontraram dois menores na instituição de acolhimento São Martinho, no centro da cidade, que haviam sido expulsos de suas casas pelos traficantes, por motivos não revelados, e que estavam vivendo na rua. Além do surgimento de refugiados, quando os confrontos armados são especialmente intensos, os moradores são forçados a sair da comunidade e viver em outro lugar durante um longo período.

### **Violência de bandidos gera os refugiados do tráfico: moradores do Morro dos Macacos continuam em abrigos improvisados sem poder voltar para casa**

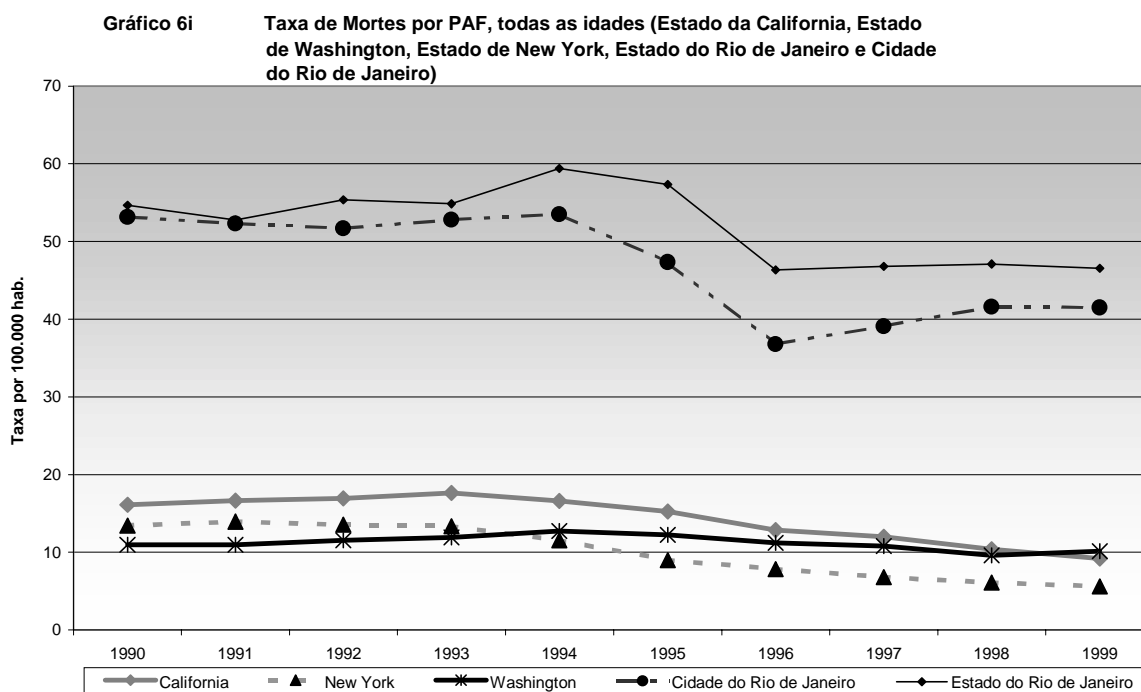
O Globo 28/05/02

*Anoitecia no Morro dos Macacos ontem quando o porteiro X., de 24 anos, abandonou a favela com a filha de 8 meses, a mulher, o irmão e três sobrinhos. Fugindo da guerra do tráfico que aterroriza a comunidade desde sexta-feira, eles levaram colchonetes, sacolas de roupa e comida. No rosto, medo e incerteza. Como eles, dezenas de moradores deixaram suas casas – muitas ainda sem luz – e foram para abrigos. São os refugiados do tráfico. “Moro aqui desde criança, mas esses últimos dias têm sido de muito sofrimento. Tivemos até de nos esconder debaixo da cama [...] Doméstica, de 38 anos, Y. também deixou o morro. Acompanhada dos cinco filhos menores [...] foi passar a noite na quadra da escola de samba Unidos de Vila Isabel [...] “Moço, mataram um homem debaixo de minha janela”.*

## **6.5.3 Comparação dos índices de mortalidade com outras cidades e em conflitos atuais**

Com o objetivo de apreender o significado dos índices de mortalidade relacionados a armas de fogo, principalmente provocados pelas disputas entre facções e por confrontos entre facções e polícia no Rio de Janeiro, segue-se uma curta comparação de índices de mortalidade provocada por armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, no estado da Califórnia (EUA), no estado de Washington (EUA) e estado de

Nova York (EUA). Esses estados foram escolhidos por terem relatos documentados de violência relacionada com quadrilhas e armas de fogo em seus centros urbanos. Ver **Gráfico 6i** abaixo.



Como se mostra no **Gráfico 6i**, entre 1990-1991, as mortes relacionadas com armas de fogo entre a população tanto da cidade como do Estado do Rio de Janeiro eram em número muito mais elevado do que nos estados da Califórnia, de Washington e de Nova York, nos Estados Unidos.

Por exemplo, o índice de mortalidade no estado da Califórnia em 1999, foi de 9,2 por 100.000 habitantes, com 3054 mortes. No mesmo ano, o Estado do Rio de Janeiro tinha um índice de 46,5 por 100.000, com 6614 mortes. No mesmo ano de 1999, a cidade do Rio de Janeiro registrou um índice de 41,5 por 100.000, com 2410 mortes.

Também em 1999, o índice de mortalidade provocada por armas de fogo no estado de Washington foi 10,2 por 100.000, com 585 mortes, e no estado de Nova York, 5,6 por 100.000, com 1016 mortes. O índice em ambos os estados norte-americanos era bem mais baixo do que na cidade e no estado do Rio de Janeiro

Tendo ficado claro que se morre muito mais de tiros no Rio de Janeiro do que em alguns estados norte-americanos conhecidos por terem um índice relativamente elevado de mortes provocadas por armas de fogo e por problemas relacionados com violência de quadrilhas organizadas, segue-se uma comparação entre o número estimado de mortes em combate durante conflitos modernos e as mortes por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro. Foram escolhidos, para efeito de comparação, os conflitos na Colômbia, em Angola, em Serra Leoa, na antiga Iugoslávia, no Afeganistão, em Uganda e em Israel. Ver Tabela 6a.

Os dados referentes às mortes estimadas em combate foram fornecidos pelo SIPRI-Instituto Internacional de Pesquisas sobre a Paz, de Estocolmo.

**Tabela 6a Comparações entre o número de mortes em combate em conflitos modernos e mortes por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro**

Pais	Grupos envolvidos	Ano de formação	Número de tropas	Ano início Intervenção Armada	Ano	Estimativas de Mortes no conflito	Mortes por PAF, Cidade de Rio de Janeiro
Colômbia	Gov. da Colômbia vs. FARC	1949	Grupo 1: 280 000* / Grupo 2: FARC: 15 000-20 000	1978	1997	500-1 000	2241
	Gov. da Colômbia vs. ELN	1965	Grupo 3: ELN: 3 000-5 000	1978	1998	1 000-1 500	2399
Comentários: FARC: Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). ELN: Ejército de Liberación Nacional (Exército de Liberação Nacional) * Incluindo forças paramilitares. ** Esse número inclui as mortes devido ao conflito desde 1964, quando outros grupos participaram, além dos listados acima.					1999	>1000	2410
					2000	>1000	2656
					Total no período do conflito 1978-2000	> 39 000**	49913
Pais	Grupos envolvidos	Ano de formação	Número de tropas	Ano início Intervenção Armada	Ano	Estimativas de Mortes no conflito	Mortes por PAF, Cidade de Rio de Janeiro
Angola	Gov. de Angola, Namíbia vs. UNITA	1975	Grupo 1: Angola: 130 000, Namíbia: . . . / Grupo 2: 10 000-30 000	1998	1997		
	Comentários: UNITA: Uniao Nacional Para a Independencia Total de Angola * Esse quadro de mortes serve somente como uma indicação do número mínimo absoluto de mortes no conflito; Estima-se que o número real seja bem maior, nesse caso, o número subestimado de mortes em 2000 prejudica a comparação.					1998	> 1 000
					1999	> 10 000	2410
					2000	> 1 000*	2656
					Total no período do conflito 1998-2000	> 11 000**	7465
Pais	Grupos envolvidos	Ano de formação	Número de tropas	Ano início Intervenção Armada	Ano	Estimativas de Mortes no conflito	Mortes por PAF, Cidade de Rio de Janeiro
Serra Leoa	Gov. de Sierra Leone, United Kingdom, ECOMOG vs. RUF, AFRC	1991	Grupo 1: Sierra Leone: 10 000-15 000*, United Kingdom: 800 / Grupo 2: 10 000-15 000	1991	1997	Sem Inf.	Sem Inf.
	Comentários: ECOMOG: ECOWAS (Economic Community of West African States) Monitoring Group. RUF: Revolutionary United Front. AFRC: Armed Forces Revolutionary Council. Em sua maioria formado por forças de resistência civil, incluindo a Kamajors milícia. Uma minoria composta de soldados treinados da /AFRC: A maioria de rebeldes armados sem treinamento militar.					1998	< 1500
					1999	> 6000	2410
					2000	-	-
					Total no período do conflito 1991-1999	> 11 000	23480
Pais	Grupos envolvidos	Ano de formação	Número de tropas	Ano início Intervenção Armada	Ano	Estimativas de Mortes no conflito	Mortes por PAF, Cidade de Rio de Janeiro
Yugoslavia	Gov. da Yugoslavia vs. UCK	1997	Grupo 1: 110 000* / Grupo 2: 15 000-17 000	1998	1997	-	-
	Gov. da Yugoslavia vs. NATO forces**	1999	Grupo 3: 30 000-40 000	1999	1998	1 000-2 000	2399
Comentários: UCK: Ushtria Clirimtare e Kosoves (Kosovo Liberation Army, KLA). OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte* Aproximadamente 40 000 tropas, incluindo forças paramilitares, foram enviadas para Kosovo. ** 13 países dos 19 membros da OTAN enviaram tropas: Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha, Turquia, Reino Unido e EUA.					1999	1 000-3 000	2410
					2000	s/inf.	s/inf.
					Total no período do conflito 1998-2000	2 000-5 000	7465
Pais	Grupos envolvidos	Ano de formação	Número de tropas	Ano início Intervenção Armada	Ano	Estimativas de Mortes no conflito	Mortes por PAF, Cidade de Rio de Janeiro
Afeganistão	Gov. do Afeganistão vs. UJFSA*, Multinational coalition**	1992	Grupo 1: 20 000-40 000 / Grupo 2: 10 000-20 000	1992	1997	> 2000	2241
					1998	> 2000	2399
					1999	> 2000	2410

As tabelas acima dão uma estimativa de mortes em consequência de combates de militares e civis, por ano (dados disponíveis: 1997-2000) e totais (número total de mortes em consequência de combates do início do conflito até 2000). Por este método, é possível fazer comparações diretas entre o número de mortes nos conflitos acima mencionados e o número de mortes por arma de fogo no Rio de Janeiro por ano (1997-2000) e totais (segundo a data de início de cada conflito).

Não se utilizaram índices de mortalidade por 100.000 habitantes para esta comparação, em razão da dificuldade para calcular estes números em situações de guerra; o envolvimento de tropas e de outras pessoas fora da população local complica tais cálculos.

Como se demonstra nas tabelas acima, apesar do número de mortes em consequência de combates por ano (1997-2000) em cada conflito citado poder ser mais alto ou mais baixo do que o número de mortes por arma de fogo na cidade do Rio de Janeiro, vemos que, ao compararmos o número total de mortes por combates naqueles conflitos com os dados de mortos por tiros no Rio de Janeiro, em períodos determinados, há mais mortes por tiros no Rio do que por combate em qualquer daqueles conflitos, à exceção de Angola.

A despeito do Rio de Janeiro não estar em guerra, um número bastante maior de pessoas morre em consequência de tiros na cidade do Rio de Janeiro do que em quase todos os principais conflitos armados citados acima.

## **6.6 Conclusão**

Como vimos neste capítulo, a utilização de armas de alto poder e os tipos de violência armada provocada por conflitos entre facções e confrontos destas com a polícia no Rio atingem uma escala bastante pior do que a violência armada geralmente encontrável em áreas não envolvidas em conflitos armados ou guerras civis. Além disso, esses níveis extremos de violência armada geram taxas de mortalidade comparáveis, se não mais elevadas, aos de conflitos deste tempo.

## 7. O envolvimento de crianças e adolescentes nas facções de drogas e no combate armado.

### 7.1 O aumento da utilização de crianças e adolescentes no tráfico de drogas

Apesar de crianças e adolescentes sempre terem estado envolvidos com o tráfico, atualmente, essa relação em comunidades de favela é mais intensa do que nunca.

Mesmo antes das mudanças no comércio de varejo da droga no Rio, no início e meados dos anos 80, crianças já estavam envolvidas, em níveis variados, na venda de drogas no interior da comunidade. Empregar ou não crianças no tráfico no período antes das facções dependia de quem vendia drogas na comunidade, e de sua opção pessoal sobre a utilização de trabalho infantil. Tem-se afirmado que não se empregavam crianças no tráfico em nenhuma função naquele tempo. Ainda que isso fosse o caso em algumas favelas por vontade de algum revendedor local, a realidade é que, eram empregados com menos frequência do que hoje, do mesmo modo que eram empregados como *olheiros* do *jogo do bicho*<sup>56</sup> nos anos 60 e 70, as crianças também eram empregadas como *olheiros*, mensageiros ou *aviãozinhos* (transportadores de droga) por traficantes naquele mesmo período. Ainda que empregadas antes do surgimento das facções, as crianças não eram armadas e costumavam receber “presentes” em vez de dinheiro, ou um salário fixo, em troca de seus serviços.

*“...[os traficantes falaram] vamos dá um tênis para as crianças, vamos dá uma roupa, começaram com marcas de grife né, no início da década de 80 a roupa de grife que era a Adidas que eram caríssimas as roupas, então davam agasalho Adidas, short Adidas, chuteira [...] era uma coisa curiosa porque eles davam exatamente coisas que ajudariam a gente, teoricamente, a continuar sendo criança”*

Ex-traficante juvenil dos anos 70

Como veremos abaixo, as mudanças no comércio de drogas nos anos 80 são, em parte, responsáveis pelo aumento do emprego de crianças desde aquele tempo. Uma dessas mudanças, a chegada da cocaína no mercado de varejo, aumentou radicalmente a rentabilidade do comércio de drogas e, em consequência, reestruturou as relações de trabalho para as crianças, que anteriormente recebiam “presentes” em troca de trabalho. Além disso, as crianças começaram a ocupar outras funções (ver capítulo 7.3) e sua situação de emprego mais elevada passou a exigir que fossem pagas em dinheiro.

*“Com a chegada da cocaína isso mudou [...] a partir daí o investimento de dinheiro em cima do tráfico ficou muito maior e com isso eles se viram na necessidade de em vez de dar agrado, em vez de dar uma roupa, um tênis, dar dinheiro logo e alguns agrados de vez em quando, mas muito mais dinheiro, ‘aí, toma, compra o que quiser”.*

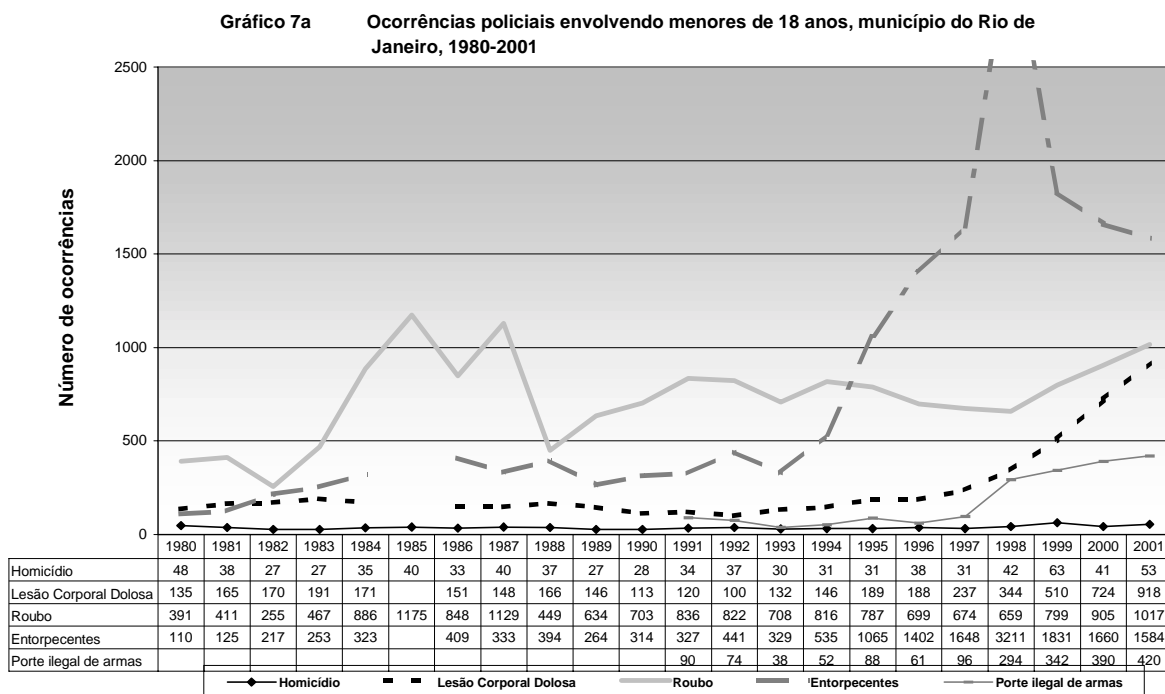
Ex-traficante juvenil dos anos 80

Além de depoimentos de moradores de favelas (ver capítulo 5.5) e de ex-traficantes que trabalhavam no tráfico nos anos 80 e 90, o forte aumento do envolvimento de crianças e

---

<sup>56</sup> Misse, 1998:299/Queiroz 1978, citado em NEPAD & CHAVES:59.

adolescentes no comércio de drogas desde o início dos anos 80 é bem demonstrado pelas estatísticas de criminalidade que apontam para um aumento substancial do número de menores presos por delitos ligados ao tráfico nos últimos 20 anos.



Como está indicado no **Gráfico 7a**, houve um aumento drástico no número de menores presos por delitos ligados ao tráfico<sup>57</sup> entre 1980 e 2000, de 110 em 1980 para 1584 prisões registradas em 2001. Mesmo se esse aumento resulta do policiamento mais eficiente no que diz respeito a esses delitos, esse crescimento massivo de 1340% de prisões de adolescentes por delitos ligados à droga entre 1980 e 2001 ainda mostra um aumento substancial do número de menores de 18 anos envolvidos no tráfico.

Além disso, vemos esse aumento começando nos início dos anos 80, quando as facções da droga começaram a se instalar nas favelas do Rio e a aumentar o seu crescimento, principalmente a partir de 1993, quando as disputas entre facções se intensificaram. A partir dessa época, crianças e adolescentes começaram a substituir traficantes mais velhos em funções antes ocupadas somente por adultos. Isso se deveu ao fato de muitos adultos estarem presos ou terem sido mortos, abrindo caminho para que mais crianças entrassem no comércio da droga, como trabalho em tempo integral. A partir de 1996, constatamos prisões de menores de 18 anos por delitos relacionados com o tráfico em número consideravelmente mais elevado do que por roubo, homicídio, danos corporais e porte ilegal de armas.

O **Gráfico 7a** também mostra aumento alarmante do porte ilegal de armas entre 1991 e 2001. Em 1991, foram 90 prisões de menores de 18 anos por esse delito, número que se elevou a 420 em 2001. O crescimento pode estar relacionado às funções que exigem

<sup>57</sup> Inclusive tráfico (artigo 12) e uso de drogas (artigo 16).

armamento e cada vez mais ocupadas por crianças e adolescentes a partir daquela época, em razão do trabalho para as facções (ver capítulo 7.5).

As razões pelas quais crianças entram para o tráfico são examinadas no capítulo 7.2. Apresentamos aqui alguns fatores essenciais que facilitaram o aumento do envolvimento de crianças e adolescentes no tráfico desde o início dos anos 80.

### **1) Menores razões de esperança, de possibilidade de emprego e de opções para os jovens**

O tráfico tem se tornado cada vez mais acessível para crianças e adolescentes desde o início dos anos 80 e mais atraente em razão da ausência de possibilidades alternativas de emprego, de ascensão social, de status e de dinheiro.

*“É a falta de esperança porque é tudo difícil, já moram num lugar que não é nada bom [...] aí já tem aquela convivência [com os traficantes...] na visão deles eles acham que tráfico é a opção mais fácil”.*

Morador da favela

Nas comunidades faveladas, é comum crianças e adolescentes trabalharem para contribuir na renda familiar. As oportunidades de emprego para essa faixa etária diminuíram, ao mesmo tempo em que o tráfico, como meio de progresso material, tem se tornado mais acessível. Como está registrado em relatório recente da Organização Internacional do Trabalho, o Rio registrou o maior declínio na participação da faixa etária de 15-17 anos no mercado de trabalho formal. O nível global de emprego nessa faixa decresceu em mais da metade entre 1991 e 2000 (OIT, 2002:5).

### **2) Maior aspiração por bens de consumo entre as crianças**

A exigência das crianças de participar da crescente cultura do consumo aumentou com o surgimento de comerciais mais sofisticados na televisão e com campanhas de *marketing* dirigidas a uma população sempre mais jovem. O número de televisões nas favelas aumentou desde os anos 70, ajudando a facilitar uma aspiração crescente por bens materiais entre os pobres. Crianças e adolescentes das favelas têm muita consciência das metas de consumo da sociedade mas, tendo pais pobres e poucas possibilidades de emprego, têm poucos meios de concretizar essas metas. O tráfico propicia um meio acessível de chegar a esse fim. A importância crescente que as crianças e adolescentes das favelas dão à compra de bens de consumo é suficiente para que muitos achem que vale a pena arriscar sua vida ou matar para satisfazer seus desejos.

### **3) A normalização e o domínio crescentes do tráfico nas comunidades**

Como também será discutido no capítulo 7.2, a partir do início dos anos 80, as crianças têm crescido em comunidades faveladas dominadas pelas facções do tráfico. A normalização do tráfico na comunidade durante os últimos 20 anos influenciou sem dúvida o envolvimento crescente de crianças e adolescentes com o comércio da droga.

*“Às vezes eles entram porque acha aquilo normal, já vê aquilo todo dia”.*

Morador de favela

As crianças também têm sido cada vez mais influenciadas pelo envolvimento crescente de grupos de referência importantes, como a família, amigos e uma progressiva geração de pais que trabalham no tráfico.

*“Hoje em dia você cresce com a pessoa que é envolvida com o tráfico, foi amigo de escola a vida toda, às vezes alguém da sua família”.*

Morador da favela

Como também assinalamos no capítulo 7.2, desde meados dos anos 80, desenvolveu-se uma subcultura jovem nas comunidades faveladas que promove e glorifica os traficantes como ídolos que desafiam a polícia tão temida, que se recusam a sofrer a pobreza comum aos demais moradores. Essa subcultura e o maior domínio dos traficantes na comunidade – como detentores de poder e de status – serviram para aumentar ainda mais o interesse e a participação dos jovens no tráfico.

#### **4) O aumento do número de famílias monoparentais na comunidade e a perda dos valores familiares**

As mudanças na cultura da favela em relação à perda dos valores familiares e morais e o aumento no número de mães chefes de família desde a época pré-facções foram citados por moradores como fatores essenciais do envolvimento crescente de crianças e adolescentes com empregos nas facções do tráfico.

*“As comunidades antigas, que é a referência das famílias. Tem os valores morais, os valores sociais [...] esses estão sendo perdidos.”*

Morador da favela

#### **5) O surgimento de facções da droga que “aceitam” ativamente a participação de crianças**

O surgimento das facções da droga no início dos anos 80 ocorreu, em parte, como resultado da entrada de cocaína a preço acessível, em larga escala, no mercado de varejo da droga no Rio, da demanda maior dos consumidores pela droga e de sua maior rentabilidade. Como qualquer negócio de varejo em expansão, havia a necessidade de mais pontos de venda e de mais pessoal para atendê-los. As crianças já tinham um papel no tráfico antes da chegada da cocaína, quando eram empregados como *olheiros*, mensageiros e *aviõezinhos*. Com a expansão do tráfico nos anos 80, houve maior procura por crianças para atender a essas funções. Além disso, com o número elevado de prisões e mortes de traficantes adultos, houve também uma demanda maior por outras funções, como *vapores* e *soldados*. Como as crianças já estavam envolvidas no tráfico, era uma progressão natural empregá-los também naquelas funções. O trabalho de crianças no tráfico nunca foi forçado mas, em vista da demanda crescente por trabalhadores e o interesse maior pelo tráfico entre as crianças, pelas razões já enumeradas acima e no capítulo 7.2, as facções alegremente “aceitaram” o trabalho de crianças.

### **7.2 Recrutamento: opções limitadas e escolhas individuais – os atrativos do tráfico**

#### **“Andando” com os “amigo”**

A idade média de entrada no tráfico como trabalho em tempo integral entre os entrevistados é de 13 anos e um mês. Todavia, para começar a subir na escala

hierárquica dos empregos em tempo integral nas facções, a criança demora meses ou mais “andando” com traficantes ativos, denominados com a incorreção gramatical “os amigo”. Como explicou concisamente um entrevistado:

*“Nada acontece um dia pra outro.”*

Gerente de soldados, 17 anos

As crianças e os traficantes compartilham diariamente os espaços públicos na comunidade e, por esse motivo, passam muito tempo próximos. Assim, os traficantes confiam às crianças tarefas simples, como levar um recado para outra pessoa da comunidade ou comprar um refrigerante. Se isso pode ser a primeira parte de um processo de seleção de possíveis empregados, não é um sistema deliberado de avaliação para o emprego. Essas incumbências são muitas vezes confiadas a crianças que não estão interessadas em trabalhar no tráfico mas que estão por perto ou que são conhecidas dos traficantes por serem vizinhas. Os traficantes são uma presença constante na comunidade e é um processo normal a interação com eles para garotos impressionáveis e que passam muito tempo na rua.

Se a criança demonstra interesse sustentado no tráfico quando “anda” com os traficantes, pequenas tarefas de importância menos relacionadas com o trabalho do tráfico podem lhe ser confiadas, como levar armas para casa para guardá-las, levar armas ou drogas na rua e carregar munições. A esta altura, pode ser que a criança receba dinheiro por essas tarefas. Neste caso, não se trata também de um sistema deliberado para testar a confiabilidade ou capacidade da criança, mas o processo funciona como tal. Além disso, também indica que o traficante dá valor ao conhecer o possível empregado, isto é, “é conhecido” na comunidade; demonstra, ainda, que crianças de até oito anos estão regularmente em situações de perigo potencial em razão de sua proximidade com soldados da facção.

*“Foi num dia, eu comecei a andar com os cara, comecei a carregar mochila, bolsa de bala, aí eu fiquei andando com os cara aí. Agora sou gerente de boca, aí eu porto minha pistola mermo, eu gosto mermo.”*

Gerente de boca, 16 anos

*“Você começa olhando... e tem um traficante ... onde você mora, você conhece aquele moleque que nasceu contigo, que tá lá hoje... tu conhece ele, ele pede pra você guardar uma arma ou... guardar alguma coisa pra ele... você vai guardando, daqui a pouco você vai, você vai se... tá entrando no meio, sem você perceber, você já tá no meio”.*

Soldado, 16 anos

Depois das crianças e adolescentes terem “andado” bastante com traficantes, estão aptas a começar a trabalhar. Os pesquisadores não encontraram nenhum caso de criança ou adolescente que entrou para o tráfico em tempo integral e que não tenha passado por um processo semelhante ao citado acima ou, pelo menos, sem ser “conhecido” e conhecer os traficantes locais. E o mais importante é que os pesquisadores não souberam de nenhum caso em que crianças e adolescentes tenham sido explicitamente solicitados, coagidos ou forçados a juntar-se a uma facção. Todos os entrevistados declaram que precisaram pedir emprego, depois de “andar” com traficantes de “baixo escalão” durante um tempo suficiente. Dependendo da dimensão da comunidade e do número de *bocas de fumo* em

operação, as crianças e adolescentes pedem emprego ao *gerente de boca* ou ao *gerente geral*.

*E – E como aconteceu?*

*T – Ah, normal, pedi aos amigo, o amigo deixou e eu enfrentei e entrei na situação.*

*E – E você foi para o amigo, para pedir para entrar?*

*T – É, tem que pedir ao amigo, é responsabilidade dele.*

*Vapor, 16 anos*

Assim, o recrutamento para um emprego na facção é um processo voluntário que começa em idade muito jovem, com as crianças circulando com os traficantes em sua comunidade, escolhendo estar na companhia de traficantes e, em seguida, pedindo permissão para juntar-se à *boca de fumo*. Ao entrarem para a *boca de fumo*, as crianças aprendem o serviço no trabalho, por um processo chamado de “*formação*”.

*“Formação é você tá no contato dia-a-dia com os amigos, né... você tá ligado à firma, né... ao tráfico de drogas... aí você tá formado, né. Porque a gente não é... nossa vida é diferente da vida de trabalhador... vida de outro... nós é o tráfico, convive com o tráfico, droga, boca de fumo. Então ser formado é isso, você contato com os amigo, tá ligado em tudo da boca.”*

*Gerente de maconha, 23 anos*

### **Noções de infância**

Nem todas as crianças são aceitas para emprego nas facções, por várias razões: uma evidente inabilidade da criança para ser um trabalhador competente; o *gerente geral* interessado pode não gostar de trabalhar com crianças muito jovens (isto é, de menos de 12 anos); ou os pais podem pedir ao gerente geral que não deixe seus filhos se envolverem com o tráfico – dependendo da situação, os traficantes podem concordar. Mas, se forem consideradas capazes de serem olheiros (a primeira função assalariada no tráfico), a maioria das crianças que solicitam o ingresso com seriedade é aceita.

Todos os traficantes adultos entrevistados declararam que o tráfico não era um trabalho adequado para crianças ou menores. Mas, ao se referirem à participação ativa de crianças e adolescentes, inclusive com o uso de armas, os traficantes entrevistados não avaliaram a infância ou a menoridade segundo o conceito de idade, mas segundo a maturidade e o preparo (*ser preparado*) necessários à atividade cotidiana do tráfico.

*E – Você acha normal que crianças estão andando armadas?*

*T – Ué, a gente usa prá se defender. Crianças não. Como eu disse, anda quem tá preparado.*

*E – Mas, pessoas de 13, 14 anos é criança.*

*T – É, mas tem uns que já é mais preparado prá manusear a arma.*

*Soldado, 18 anos*

Um gerente de preto chegou a mencionar que recusava formalmente empregar crianças, chegando a devolvê-los aos pais caso pedissem emprego, minutos depois de ter permitido que os pesquisadores entrevistassem e fotografassem uma criança de 12 anos carregando uma pistola 38, que trabalhava como *vapor*. Sua definição de “criança” baseava-se principalmente na capacidade e “preparo” da criança para trabalhar, não a

idade. As crianças consideradas confiáveis ou maduras também eram consideradas mais “adultas e menos infantis”. Esse gerente só citou uma idade ao dizer quando a pessoa deixa de ser criança, em números, depois de formalmente solicitado. Mesmo assim, teve dificuldade em estipular um número preciso.

*T – Ah, se a criança, ou algum menor quiser vir... a gente não deixa entrar no tráfico. A gente não deixa. A gente não deixa. Por isso que ninguém pede prá entrar.*

*E – Mas eu já conversei com vários menores que trabalham no tráfico, que foram deixado entrar.*

*T – Menor sim... de certa idade... aqueles menor. A gente fala os...já tá mais adulto, é isso que eu quero dizer, os já mais adulto.*

*E – O que que é uma criança então prá você? Até que idade?*

*T – Poxa, até 14 anos.*

*E – Até 14 anos é uma criança.*

*T - 14 já tá... prá cima já sabe...*

*E – Já sabe o que?*

*T – É, de 13, né... prá baixo ainda é criança.*

*E – Então, de 13 prá cima, é... já era, é adulto.*

*T – É. Quem a gente considera os mais adultos, os que já... a gente já sente mais confiança... os que já levam... a gente já sente mais firmeza na conversa, no papo.*

*E - ... Você achava que quando você tinha 14 anos e você entrou no crime você era criança?*

*T – Não! Eu não me achava mais criança.*

*Gerente de preto, 23 anos*

Um gerente de boca entrevistado declarou que a infância acaba quando a criança começa a pensar como um criminoso, e não como criança, perdendo assim a inocência e a condição de criança. Também declarou aos pesquisadores que toda sua equipe de vapores era composta de menores de 18 anos.

*E – O que que tu acha? Normal que crianças entrem nisso, tu acha bom?*

*T – Eu não acho normal não...*

*E – Quando você foi gerente tu aceitava criança no tráfico?*

*T – Não. Não gostava não. Tinha uns que eram menor mas já era tudo velhinho já né...Já era brabo.*

*E – Como assim velhinho?*

*T – Assim menor de tamanho né, mas que antigamente já matava já cortava. Já tinha mente criminosa... era menor assim de tamanho, baixinho, mas com 15 anos, 14 anos mas era tudo baixinho... [mas] eles tinham maldade na mente. A mente deles já era muito maldosa já.*

*Gerente de boca, 16 anos*

Este mesmo gerente de boca só tinha 16 anos no momento da entrevista, e apesar de ainda se considerar jovem, em razão de seu envolvimento criminoso ele se diferenciava de outros menores pelas razões que ele diferenciava os menores que empregava.

*E – Você se sente novo ou você já é um adulto. Como você se sente?*

*T - Eu me sinto como jovem, mas minha mente já é muito poluída... tem muita maldade.*

Um *gerente de segurança* de 17 anos disse que, uma vez envolvido no negócio, a diferença entre menor e adulto não existe mais. Além do mais, ele pessoalmente considerava os menores como sendo freqüentemente mais competentes que os adultos em certas funções do tráfico.

*E – Você falou que essa vida não é boa para menor entrar. Como você tem uma posição de responsabilidade agora, seria possível para você dizer que não quer mais menor trabalhando com isso, só adulto agora?*

*T – Não seria possível porque é como eu te falei, o menor, às vezes tem mais capacidade do que um adulto, do que um coroa. A gente pensa que não... mas a aparência engana pra caralho. Eu também não vou te falar que ele tão capaz quanto o outro, o melhor, mas o cara tá ali, e desde o momento que ele está ali ele é bandido, seja menor ou maior é bandido.*

*Gerente de soldados, 17 anos*

Além de serem mais competentes em certas funções no tráfico, as crianças são evidentemente mais baratas quanto a salários e ficam menos tempo presas quando detidos pela polícia.

O tráfico também foi considerado um lugar negativo e perigoso para trabalhar pelas crianças do tráfico. No entanto, quando solicitadas a uma definição, ficou claro que essas crianças entrevistadas não se consideravam crianças.

*E – Você acha bom... crianças no tráfico?*

*T – Criança não.*

*E – E tu acha que você é criança?*

*T – Eu sô adolescente, tenho 12 anos.*

*E – 12 anos é criança? O que é uma criança?*

*T – Uma criança? Ah... se você é criança, não pode entrá na vida do tráfico .*

*E – Mas você falou pra mim que entrou com 11 anos de idade.*

*T – É*

*E – Então você era criança.*

*T – Era criança, mas agora já tenho 12 anos já.*

*Fogueteiro, 12 anos*

Além da confiança, da capacidade e do “preparo” serem definitivos quando os traficantes examinam a noção de infância e o que é ser menor, a compreensão da responsabilidade individual era outro fator a influenciar os entrevistados sobre o que é ser ou não ser criança. Isso tem relação com opções de vida, isto é, se um menor faz a opção de envolver-se com o tráfico - como é sempre o caso – e está “preparado” para essa opção, então o menor é responsável pelo que venha a lhe acontecer, inclusive morrer.

As noções de responsabilidade pessoal e de opção individual foram uma constante nas entrevistas com traficantes de qualquer idade. Isso reflete tanto a personalidade individualista da maioria das crianças envolvidas no tráfico – como será discutido mais abaixo – como noções de responsabilidade pessoal que integram a estrutura de trabalho do tráfico nas favelas. Trabalhando em uma hierarquia bem definida, espera-se dos membros do tráfico que respeitem códigos, havendo a possibilidade de a desobediência aos quais ser sancionada pela morte. Como as punições por essas infrações são aplicadas por colegas de trabalho, os traficantes muitas vezes são obrigados a matar pessoas que consideram como amigas. Um dos meios para encarar a pressão

psicológica, sem dúvida muito estressante, de saber que podem ser obrigados a matar um colega ou um amigo, ou ser morto por um deles, é aceitar uma mentalidade de grupo que professa: “aconteça o que acontecer a cada um de nós, é o resultado moralmente justificável de nossas opções”. Então, apesar de concordarem que, teoricamente, é errado empregar crianças no tráfico, ao avaliar, em termos práticos, as crianças e adolescentes que já iniciaram o processo de “andar” com traficantes, os próprios traficantes começam a ver essas mesmas crianças como sendo parte de um mundo no qual cada um é completamente responsável por suas opções, individualmente responsável por essas escolhas. Quando uma criança é considerada capaz (“preparada”) para participar de um mundo no qual a responsabilidade individual é primordial, ela começa a ser vista menos como criança e mais como adulto, já que as crianças tradicionalmente não são consideradas responsáveis por seus atos.

*“Isso não é certo pra criança... Eu acho que não é certo. Mas entra quem qué, cada um tem seu destino, sua vida. Cada um faz o que qué, tem sua vida.”*

*Fiel do gerente geral, 16 anos*

*“A gente não pode mandar na vida de ninguém, né! Por mim, não aceitaria que... porra... um moleque de 12, 13 anos tava numa boca de fumo, mas o que a gente vai fazer?”*

*Gerente de maconha, 23 anos*

*“Deus deu uma vida para cada um. Tá ligado, você tem a sua e eu tenho a minha, e a direção está na sua frente, você escolhe.”*

*Gerente de soldados, 17 anos*

Um sub-gerente chegou a queixar-se de que menores eram difíceis de controlar, especialmente quando cresceram perto do tráfico na maior parte do tempo e querem sobrepujar traficantes mais velhos. Como *gerente*, ele achava que todos aqueles que entram para o tráfico sob suas ordens agem assim por opção pessoal. Como cresceram em meio ao tráfico, sabiam em que estavam se envolvendo. Aqui também está presente a noção de responsabilidade individual que tradicionalmente não é associada à noção de infância.

*“Pô, porque hoje já fica mais difícil controlar um... moleque de... 15 anos, porra, vive desde de ... dez anos... porra... o tráfico, vendo arma, vendo... porra, o bandido dando tiro, então quando ele entra... pô, ele entra mermo... aí para... prá metê bala mermo... menor sempre é mais... complicado de segurar do que os mais velho, mais velho sempre... tenta segurar os mais novos, mas fica meio difícil.”*

*Gerente de maconha, 23 anos*

### **Aceitando crianças**

Tendo observado o processo voluntário de recrutamento e como a infância é vista pelos traficantes, notamos que as crianças não são procuradas pelas facções do tráfico. No entanto, crianças e adolescentes que optam por entrar para o tráfico são aceitas pelas facções, pelas razões seguintes:

- A noção de infância não é avaliada pelo critério de idade, e sim pelo “preparo” para a função;

- Muitos gerentes de pontos de vendas são menores mas não identificam a si e aos outros como tais;
- Muitos adultos jovens que trabalham como gerentes entraram para o tráfico quando crianças;
- As crianças são consideradas mais competentes para muitas funções no tráfico, além de serem mais baratas de remunerar e serem mantidas presas por menos tempo, se detidas pela polícia;
- Os traficantes avaliam cada caso em termos de responsabilidade pessoal. Se a criança pode mostrar que está “preparada” para trabalhar no tráfico, conseqüentemente é capaz de ser responsável em suas opções de vida.

### **Tomada de decisões: por que crianças escolhem o caminho do tráfico**

Como já foi observado, as crianças não são coagidas ou forçadas a juntar-se às facções. Entram voluntariamente e precisam até demonstrar uma aspiração sustentada para serem aceitas para um emprego em tempo integral. Todavia, antes de estabelecer por que algumas crianças fazem essa opção, é preciso compreender alguns fatores pré-existentes, comuns a todas as crianças que cresceram nas favelas do Rio desde os anos 80. Então, será possível perceber que a combinação da atração exercida pelo tráfico e outras influências limitam extremamente as opções para muitas crianças das favelas. O que inicialmente parece ser uma “escolha voluntária”, pode então ser redefinido como “a melhor alternativa entre opções escassas”. Como comentou um vapor de 15 anos, “é isso que eu quero, eu não gosto não, mas é isso que eu quero, escolhi isso para mim.”

### **Fatores pré-existentes**

#### **1) Dominação pelas facções da droga**

Como vimos no capítulo 6.3, a territorialização das favelas e a dominação das comunidades pelas facções da droga têm sido uma realidade para quem cresceu nas favelas desde meados dos anos 80. Os traficantes se tornaram o maior grupo de poder nas comunidades faveladas, responsáveis pela tomada de decisões, pela manutenção da ordem, por resolver disputas e “defender” a comunidade. Os traficantes também estimulam a economia local em razão da pequena parcela do dinheiro da droga que é gasta na comunidade e em projetos que a beneficiem. Observamos também que sua dominação, seja apreciada ou não pelos moradores, é aceita, principalmente, por falta de escolha, e as regras estabelecidas pelos traficantes são compreendidas e geralmente cumpridas. Os traficantes tornaram-se assim legítimos detentores do poder e é assim que são vistos pelas crianças que crescem na comunidade.

#### **2) Pobreza**

A pobreza existente nas favelas do Rio de Janeiro estabelece um contraste cru com a riqueza das classes média e alta da cidade. Essa pobreza torna realidade o trabalho infantil, e na favela é considerado normal crianças trabalharem depois da escola para ajudar no orçamento familiar. Muitas crianças abandonam prematuramente a escola para trabalhar em tempo integral.

#### **3) Falta de acesso ao mercado de trabalho formal**

A participação bem sucedida no mercado de trabalho formal de uma sociedade moderna é retribuída aos membros dessa sociedade de várias formas: um bom emprego, dinheiro, perspectivas de ascensão social e status. Independentemente da inteligência e da energia do indivíduo, essa retribuição depende principalmente de ter pleno acesso ao mercado formal e de possuir os instrumentos para ser bem sucedido. Os jovens das favelas enfrentam algumas dificuldades que limitam muito seu pleno acesso ao mercado formal de trabalho e a ascensão social que o acompanha. Entre essas limitações figuram:

- A discriminação racial e contra favelados;
- A falta de bagagem educacional e de capacitação profissional;
- A falta de auto-confiança quando fora da favela, provocada pela sensação de rejeição e diferença, ainda exacerbadas pelo isolamento geográfico das favelas em relação à cidade, em razão da territorialização pelas facções.

#### **4) O tráfico como ocupação aceita**

Tendo crescido em meio ao tráfico e ainda que conscientes dos perigos a ele inerentes, muitas crianças não percebem o envolvimento com o tráfico como atividade anormal. Como comentou uma criança de 12 anos: *“Eu solto fogos, trafico pó. De vez em quando eu joga bola também”*.

Então, muitas crianças das favelas percebem o tráfico como o poder legítimo em seu espaço e têm a sensação de não participar do mundo “lá fora” ou ter acesso às suas retribuições. Apesar de conscientes do fato de o tráfico ser uma ocupação perigosa, as crianças não o percebem como anormal. Também passamos a compreender a pressão econômica, no sentido das crianças trabalharem para ajudar no orçamento familiar ou, pelo menos, de poderem comprar bens materiais, o que seus pais não podem se permitir. Identificamos assim mais dois fatores que determinam a opção da criança pelo envolvimento ou não com o tráfico: os atrativos e a influência.

#### **Atrativos:**

O tráfico é um padrão que dá oportunidades iguais a todos os moradores. Além disso, apresenta-se muito atraente para crianças e adolescentes, estejam eles conscientes ou não de sua exclusão de outras formas de ascensão sócio-econômica. O tráfico oferece aos jovens da favela tudo que a incapacidade de ingressar no mercado de trabalho formal lhes nega:

#### **1) Status**

A organização local das facções e seu domínio sobre a comunidade permitem que os traficantes bem sucedidos sejam considerados pessoas importantes e ser temido certamente tem seu papel nessa imagem.

*T – Ah... agora tá diferente. Agora não é como era, todo mundo fala na moral, muitos que já me bateu agora tem medo de mim, pensa que eu vô fazê alguma coisa. Fico revoltado...*

*E – Você acha que eles te respeitam agora?*

*T – Agora eles me respeita.*

*E – Mas é respeito ou medo?*

*T – Ah, agora eles conversa comigo, antigamente eles só esculachava, fazia vários negócio. Ah, aperta minha mão, fala comigo oi, oi. oi...*

*E – Agora você é homem de respeito?*

*T – É. Agora ninguém fica de gracinha, fica se metendo.*

*Fiel do gerente geral, 16 anos*

O status estava muitas vezes ligado ao armamento de alto poder. Como se detalha no capítulo 7.4, as facções armam crianças para defender os pontos de venda. Assim, ao entrarem para o tráfico, as crianças terão acesso a armas de fogo que poderão exibir abertamente na comunidade.

*E – Além de dinheiro tem outras coisas que tu acha legal nesse trabalho?*

*T - Pô claro, vários amigos, várias parada.*

*E – Que tipo de parada?*

*T – As armas*

*Vapor, 14 anos*

O status também está ligado com a possibilidade de ter várias namoradas lindas.

*E – Quais as três melhores coisas no seu trabalho?*

*T - Mulher, dinheiro e dá tiro em cima dos alemão.*

*Fiel do gerente geral, 17 anos*

## **2) Dinheiro e acesso aos bens de consumo**

Mesmo as crianças no escalão mais baixo dos empregos no tráfico (*olheiro*) podem ganhar o dobro do salário mínimo oficial. Além disso, a estrutura dos níveis inferiores do tráfico traz o benefício imediato, já que as crianças são pagas em dinheiro, diariamente ou por semana.

*E – E porque você entrou? Só para ajudar sua mãe? Você poderia ajudar sua mãe trabalhando em outra coisa, mas você escolheu isso...?*

*T - Por causa que eu vou ter dinheiro sem esperar o mês passar para receber.*

*Vapor, 14 anos*

*“Quando os jovens tá querendo entrar no crime hoje, ... [eles] vê, né... vê você andando de fuzil prá lá e prá cá, vê você andando de moto, cordão de ouro, essas coisas influenciam muito. Então o jovem vai e fala: pô, eu quero ter também aquilo. Quero ter muitas mulheres, quero ter carro. Isso é que tá influenciando o menor cada dia mais a entrar no crime: roupa nova, tênis novo, chapéu novo. Tá fazendo os menor sair da escola.”*

*Ex-gerente de boca, 18 anos*

*“Ah minha mãe trabalha e o dinheiro que ela recebe não dá prá comprar o negócio que eu quero, tinha que correr atrás mesmo e foi essa a vida que eu escolhi”.*

*Vapor, 14 anos*

## **3) Subcultura das facções**

Surgiu uma subcultura das facções entre os jovens das favelas fortemente dominadas pelo tráfico, semelhante à cultura das *gangues* encontrada em certos distritos urbanos nos Estados Unidos. Essa cultura jovem promove e glorifica abertamente os traficantes e as facções, que são reverenciados e vistos como ídolos e heróis poderosos que desafiam a

polícia tão temida e que se recusam a sofrer a pobreza comum aos demais residentes das favelas. Exemplos são evidentes nas letras de Cds de *funk de apologia* promovidos em festas *funk*. Tantos os CDs como as festas são patrocinados por facções da droga e os conjuntos homenageiam traficantes importantes e seus combates, denunciando facções rivais (conhecidas como *alemãos*). Palavras de gíria comuns entre jovens favelados também têm relação com as facções, nas favelas do *Comando Vermelho*, os jovens dizem “*vermelhou*” para se referirem a alguma coisa que aconteceu. Logo o que se torna vermelho (como uma comunidade do *Terceiro Comando* tomada pelo *Comando Vermelho*) é visto como positivo.

#### **4) Ascensão social através de sistema que recompensa a lealdade e a capacidade**

Em razão do relacionamento facção/comunidade, as crianças da favela compreendem as regras do tráfico desde uma tenra idade. Essas regras são muitas vezes muito melhor compreendidas do que as regras de ascensão social no interior do mercado de trabalho formal da cidade. Assim, se conseguem sobreviver aos primeiros anos, a ascensão social é uma opção para eles no tráfico.

*E – Qual é seu sonho?*

*T - Ser dono de boca.*

*Gerente de boca, 15 anos*

#### **4) Emoção e adrenalina**

Apesar de crianças e adolescentes não pensarem positivamente quando refletem sobre sua vida em geral, no tráfico, muitos confessam gostar de usar uma arma e da adrenalina secretada por um estilo de vida agitado.

#### **Influências:**

Os entrevistados admitiram algumas influências, além dos atrativos do tráfico, que podem ser consideradas importantes para sua opção de “escolher” o tráfico como trabalho.

#### **1) A influência dos grupos de referência**

Envolvimento dos pais ou parentes no tráfico:

Pelo fato da história das facções da droga e da posterior organização das comunidades remontar aos anos 80, como já vimos, vemos agora uma segunda geração de crianças entrando para o tráfico, a qual cresceu com membros da família envolvidos no tráfico. Quarenta por cento dos entrevistados declararam ter um parente próximo envolvido com uma facção.

*E – Qual foi sua principal razão para entrar nisso?*

*T - Acho que foi por causa de que eu convivi... convivi quando era menor... com meu primo... com os amigo do meu primo, que já era tudo formado e daí a minha convivência foi essa.*

*Soldado, 16 anos*

#### **Envolvimento de amigos com o tráfico**

Como já se observou, as crianças naturalmente ficam próximas a traficantes ao brincarem nas ruas da comunidade. Essa exposição obviamente conduz a amizades e é comum, numa comunidade, que crianças e adolescentes tenham amigos envolvidos com o tráfico.

As crianças desocupadas e que passam um tempo excessivo nas ruas estão sujeitas a um grau maior de exposição aos traficantes e têm mais probabilidades de serem influenciadas por eles. Isso se reflete fortemente no processo de “andar” com traficantes antes de pedir para ingressar no tráfico.

*“É, estudava, aí depois eu parei de ir prá escola. Aí comecei a me envolver lá com má companhia, aí chegava em casa tarde da noite, aí quando eu vi já tava no tráfico.”*

Soldado, 16 anos

## **2) Falta de unidade familiar estável**

Trinta por cento dos traficantes entrevistados – crianças e adultos – tinham perdido um ou ambos os pais ainda crianças. Sessenta por cento dos entrevistados (também crianças e adultos) passaram a viver sozinhos logo após entrarem para o tráfico (desde os 12 anos), e 30% continuaram a viver com a mãe solteira. A unidade familiar estável era um fator ausente para a maioria dos entrevistados.

*“Eu gosto [da minha família] mas eu nem falo com eles”.*

(Treze anos, saiu de casa com 12 e foi morar sozinho, depois de entrar para o tráfico)

## **Opção individual, “revolta” e responsabilidade pessoal**

Compreendendo os fatores pré-existentes, os atrativos e as influências acima, podemos agora perceber como o tráfico atrai crianças de espírito independente que se recusam a aceitar o pouco que a “corrente principal” da sociedade lhes oferece ou a pobreza e o sofrimento que são a sorte de muitos na favela. Sua busca de auto-definição, de ascensão social e de ganho material, comum a todos nós, conduz ao tráfico, caminho perigoso mas acessível para mudar sua situação. De “espírito independente”, não quer dizer que não são influenciados pelos fatores mencionados acima, pois isso ocorre, de fato, mas significa antes que estão dispostos a tomar uma decisão ativa e a dar os passos necessários para realizar o objetivo escolhido, declarando seu desejo de ser traficante e agindo em conseqüência.

Os entrevistados declararam que se sentiam “revoltados” pelas injustiças que sofriam como pobres e favelados, e as injustiças também sofridas por outros membros da comunidade. Entrar para o tráfico foi muitas vezes mostrado como sendo o caminho escolhido para não serem mais impotentes, pobres e vítimas dessa injustiça.

*T – Porra, tem criança que... porra, passa, passa fome, só entrar na favela aí e começar a olhar as casas aí, que... pô... a pessoa vê...*

*E – Mas tem muita gente que passa fome, e nem todo mundo vai pro tráfico?*

*T – Pô, mas aí depende da pessoa. Eu não vou passá fome, eu não vou ficar lá na rua pedindo comida pros outro, porra, que... prefiro metê a mão na arma, tá numa favela dando tiro, porra, vendendo droga do que ficá ali, pedindo comida pros outro que de repente já tá no mal e tudo.*

*E – Questão de não... não aceitar, então?*

*T – É, é isso... não aceitar... na minha mente eu não aceito, eu não quero isso aí pra mim não, já o mendinho, porra... eu não aceito não.*

Gerente de maconha, 23 anos

*“Não, te expliquei só entrei mesmo na vida mesmo porque pô fui atrás de emprego e ninguém me dava emprego... eu falei então o negócio mesmo é, ninguém me dá emprego vô sair saindo então vou entrar na vida do crime mesmo. Minha mãe me dava idéia ‘não meu filho entra nessa vida não que essa vida aí não é bom pá tu não.’ Falei, mãe não tem essa não, mãe, aí entrei na vida do crime mesmo. A gente corre atrás de emprego os cara não qué dá emprego fazer o que? Aí a gente começa a se revoltar mesmo.”*

Vapor, 16 anos

*E – Então você entrou no movimento só por causa do dinheiro?*

*T - Covardia da vida. A gente cansa de apanhar*

Gerente de soldados, 17 anos

*E - Mas se tu fala a vida é essa [tráfico], mas sua vida não era essa. Quando você estava estudando, tua vida não era essa, tua vida era outra, era estudar, família, e tal, agora, tu muda a tua cabeça, mas pô, tu vai entrar nessa. Mas o meu interesse é porque tu pensou em entrar?*

*T – Ah, por causa de que eu tinha uns problemas aí com uns alemão também, e é como eu tô te falando, como a mente do nada aí se revolta com a vida, é muitas coisas que a gente vê aí errado, polícia fazendo... batendo em morador, esculachando, então nós se revolta com isso, sacou, por isso que eu tô falando que é a vida de favela mesmo.*

Vapor, 16 anos

No entanto, juntar-se a uma facção como resultado das realidades da favela foi considerado uma reação que “depende da pessoa”. É interessante notar que essas noções de responsabilidade pessoal para mudar uma situação se refletem na responsabilidade pessoal, primordial na estrutura organizacional do próprio tráfico. Nas palavras de um *gerente de boca*, “*tem cinco pessoas que trabalham para mim mas não sou chefe de ninguém.*”

Isso, de novo, nos leva a refletir sobre como a estrutura organizacional do tráfico, de nível mais baixo, é tão adequado para crianças e menores que buscam assumir responsabilidades.

## **Conclusão**

Para concluir, vemos que as crianças são expostas ao tráfico desde muito cedo, na comunidade, e que aqueles que têm interesse começam “andando” com traficantes, e entram para trabalhar em tempo integral no tráfico entre 10 e 15 anos. As crianças entram voluntariamente e não são forçadas ou coagidas pelas facções a trabalhar como *olheiros*, a primeira função assalariada na hierarquia de trabalho. As crianças não são solicitadas, mas aquelas que optam por entrar são ativamente aceitas pelas seguintes razões: as noções de infância serem fundadas no “preparo” e não na idade; muitos gerentes de baixo escalão são menores e muitos adultos jovens que trabalham como *gerentes* entraram no tráfico ainda crianças; a capacidade, o custo e as vantagens legais das crianças empregadas; as noções de responsabilidade individual pelas opções de vida. “Escolher” entrar para o tráfico pode ser redefinido como sendo a “melhor alternativa entre opções limitadas.” As opções limitadas mostram-se em toda crueza num conjunto de fatores pré-existentes, comum a todas as crianças das favelas do Rio, incluindo o domínio

das comunidades pelas facções, a pobreza, a falta de acesso ao mercado de trabalho formal e o tráfico considerado uma forma aceita de emprego. A “escolha” também é afetada pelos atrativos do tráfico e por outras influências comuns a todos os já envolvidos. Concluindo, a estrutura organizacional do tráfico tem um apelo para crianças e menores de espírito independente, que buscam caminhos acessíveis para mudar de vida.

## 7.2 As funções: funções das crianças e jovens no tráfico; sua participação na segurança armada

Este capítulo examina as funções de trabalho de crianças e adolescentes nas unidades locais das facções, a ascensão social no interior da hierarquia, a divisão do trabalho nos escalões inferiores e a participação de crianças na segurança armada.

### Funções de trabalho de crianças e adolescentes em nível local

As curtas descrições abaixo são de funções de emprego nas facções geralmente abertas a menores. As funções estão em ordem hierárquica, apesar de não incluir a *endolação*, (processo de embalagem da droga para o varejo, também aberto a crianças e adolescentes) porque esse relatório trata de funções nas quais os empregados andam ou podem andar armados. Na hierarquia, *endolador* se situaria em nível inferior a *olheiro*.

- **Olheiro/Fogueteiro**

*“A primeira função no tráfico é soltar foguete”*

*Gerente de maconha, 23 anos*

Tendo solicitado permissão para trabalhar para uma facção, invariavelmente a primeira função confiada a uma criança é a de *olheiro*. Os *olheiros* são a primeira linha de segurança para defesa da facção, agindo como sistema de alerta antecipado contra invasões da polícia ou de uma facção inimiga. As crianças são colocadas em pontos de entrada das favelas para vigiar todos aqueles que entram na comunidade. Os *olheiros* usam rádios, foguetes ou ambos, e espera-se deles que soltem seus foguetes imediatamente ao perceberem a entrada da polícia ou de outra facção na favela, originando-se, dessa forma, a denominação de *fogueteiro*. Depois de avisar a seus superiores sobre a força invasora, os *olheiros* devem correr imediatamente de volta à boca para ajudar na defesa do território, ou então esconder-se para não serem detidos.

Os *olheiros* são pagos por dia ou por semana, ganhando de 20 a 50 reais por dia. Considera-se que estão no nível mais baixo da escala hierárquica das facções, sendo os que recebem menos e têm o menor *status* no tráfico, com exceção dos *endoladores*. No entanto, os *olheiros* são extremamente importantes e as informações sobre quem está na comunidade são fundamentais para a segurança da facção. “*Na contenção*” e “*marcar uma esquina*” são também expressões usadas para significar vigilante.

*“Tem que ter olho mesmo. Nós não sabe quem está do nosso lado, não sabe se é X9, não sabe se é alemão, tem sempre que ficar de olho à vista, olho aberto e só escutando.”*

*Soldado, 17 anos*

- **Vapor**

Uma vez considerado “preparado”, o passo seguinte na escala é a venda de droga, ou *vapor*. Uma favela pode ter até 15 *bocas de fumo* e cada uma dispõe de alguns *vapores* responsáveis pela venda da droga, distribuída em *cargas* pelo *gerente de boca*. Os *vapores* trabalham em turnos, sozinhos ou em equipe. Os pesquisadores entrevistaram alguns adolescentes que haviam começado a trabalhar como *vapores* e não como *olheiros*, ainda que isso seja pouco comum como primeiro trabalho no tráfico.

Os *vapores* são pagos por comissão, vendendo cargas que consistem em certo número de *papelotes* (pequenos embrulhos de cocaína ou maconha). A quantidade de cocaína ou de maconha num papelote varia, mas se baseia num valor que corresponde ao preço de venda ao consumidor, de R\$3, R\$5, ou R\$10.

As *cargas* (compostas de até 200 papelotes) são distribuídas aos *vapores* pelo *gerente de boca* e o *gerente geral* estabelece que valor o *vapor* deverá devolver por cada carga vendida. O preço que o *vapor* reembolsa por cada carga vendida é menor do que aquilo que o cliente paga, propiciando uma margem de lucro ao *vapor*. Dependendo do tamanho da comunidade e do volume de venda de droga, os *vapores* ganham entre R\$1500 e R\$3000 por mês.

- **Gerente de boca**

Se o *vapor* for considerado um bom vendedor e tiver demonstrado confiabilidade com o dinheiro e com a *carga*, ou mostrar outras capacidades, ele pode ser promovido a *gerente de boca*. Este é responsável pela supervisão das vendas de droga da *boca*, selecionando *olheiros* e *vapores* (apesar de que, dependendo da dimensão da favela, do volume de vendas e do número de empregados, o *gerente geral* pode ter essa responsabilidade), pela distribuição das cargas a seus *vapores*, pela coleta do dinheiro da venda no fim de cada dia e pelo pagamento do *subgerente* ou do *gerente geral* pelas vendas.

*T - ... eu comecei a vender, aí fui vendendo, vendendo, vendendo, na pista, aí os homens vinham, tinha que correr, não perder flagrante pros homem. Nisso, eu fui conquistando, né... aí eu passei... o amigo gerente geral foi, me deu uma resposta, me botou no rodízio do pó... pegava minhas cargas, dava pra um neguinho, né... aí ele distribuía pra mim, prestava comigo e eu prestava com o amigo que era gerente geral. Pô, eu fui conquistando a resposta. Fui levando a sério, o cara sentiu confiança em mim...*

*E - Você tinha que idade naquela época?*

*T - Pô, eu tinha 15 anos.*

*E- Então 15 anos você já foi gerente?*

*T - Já, 15 prá 16.*

*E - Você tinha quantas pessoas trabalhando para você?*

*T - Oh, era meus vapor, era boca, né. Cada um chegava, pedia que... falava que tava na dependência pra vender, eu ia dava uma carga, dava duas... pô, era muito amigo, porque eu também já fui vapor... o cara olheiro, né... pedia as cargas, eu dava umas prá eles também, vendia, mandava vender prá mim também.*

*E - Quantas pessoas mais ou menos?*

*T - Pô, mais de 10. Mais de 10 amigos.*

*Gerente de boca, 18 anos*

- **Soldado**

Os *soldados* são empregados pelo *gerente de soldados/gerente de segurança* que, por sua vez, se reporta diretamente ao *gerente geral*. Os *soldados* estão sempre armados (ver capítulo 6.5 sobre os tipos de armas utilizadas) e são responsáveis pela manutenção da ordem na comunidade, pela proteção dos empregados das facções e das *bocas de fumo* contra invasões de facções rivais ou batidas da polícia, assim como pela invasão de outras comunidades para tomar os pontos de venda de outras facções. Os *soldados* recebem um salário fixo mensal entre R\$1500 e R\$2500 e devem trabalhar em turnos, mas também devem defender a *boca* sempre que esta esteja ameaçada. Os *soldados* também podem se envolver em atividades criminosas mais tradicionais fora da favela, como roubos de carros, e podem usar as armas da facção para este fim. A maioria dos menores que trabalham como *soldados* têm entre 15 e 17 anos.

Geralmente, os *soldados* se concentram perto da *boca de fumo*, mas também efetuam patrulhas na comunidade, aos pares ou em grupos maiores. Um grupo maior de *soldados* que se movimenta na comunidade para fins de patrulhamento se chama *bonde*. Os pesquisadores viram bondes de até 50 *soldados* fortemente armados patrulhando a comunidade, em fila indiana, à noite. Os pesquisadores também receberam a informação de que, durante os últimos dez anos, aumentou o número de *soldados* que trabalham em favelas que não são a de origem, alinhadas com a mesma facção. Assim, tornaram-se uma força mais profissional e mercenária, com menos vínculos com as comunidades nas quais trabalham.

- **Fiel**

É uma função respeitada e ímpar que tem sido aberta a adolescentes há pouco tempo; é escolhido como guarda de segurança pessoal armado, de confiança do *gerente geral*, a quem obedece.

*T - Sou fiel do patrão.*

*E - O que é isso? Explica isso pra mim.*

*T - Ah, eu ando com ele e ele me dá um dinheiro por semana.*

*E - Explique pra mim a diferença entre um vapor e um fiel.*

*T - Ah, eu andava com o cara, né, aí ele começou a me dá umas cargas, eu fiquei passando, agora eu não passo mais não. Agora eu ando com ele. Já corto a peça dele, sou fiel dele... Fico com o patrão. Aí aonde o patrão vai, o bonde vai.*

*Fiel do gerente geral, 16 anos*

A função de *fiel* também foi mencionada por algumas pessoas com o nome de *gerente de confiança*.

*E - Qual é sua função atual? No início você era olheiro, agora você faz o que?*

*T - Sou gerente de confiança do cara.*

*E - Quais são as coisas que você tem que fazer? Quais são as suas responsabilidades?*

*T - Tenho que fazer a segurança do cara, ficar com ele direto.*

*E - Isso é todo dia?*

*T - É, todo dia.*

*E - Sete dias por semana ou tem dia de folga?*

*T - Não tem dia de folga não é 24 horas direto.*

*E - Quando é que você dorme?*

*T – De dia é que dorme.*

*Fiel do gerente geral, 17 anos*

*“O fiel é como o braço direito do gerente. Ele sabe que pode dormir porque o cara toma conta do sono dele. [Como] um cachorro fiel que fica acordado do lado do mendigo. O mendigo dorme e se você chegar perto, o cachorro avança em você e não deixa você chegar perto de jeito nenhum.”*

*Ex-traficante dos anos 80*

Os pesquisadores também falaram com um *fiel* que trabalhava para um *gerente de preto*. Esse *fiel* havia sido escolhido porque ele não tinha nada a ver com o tráfico e era considerado uma pessoa confiável para guardar dinheiro, armas e drogas. Nesse caso, a função de *fiel* tinha o valor de um abrigo e não um trabalho de segurança, e o *gerente* confidenciou a nossos pesquisadores que ninguém na facção sabia quem era seu *fiel*.

### **Ascensão social – Crescer na hierarquia**

O que é idêntico em toda as organizações das facções em nível local é o processo de mobilidade social vertical garantido a todos os empregados. Para crescer no emprego e no salário, aqueles que se afiliam às facções da droga são constantemente avaliados para saber se estão “preparados” para começar a subir na hierarquia. A criança, ou menor, considerado “preparado” a começar a sair das funções mais baixas terá demonstrado um número de qualidades similares àquelas necessárias em qualquer organização militar, tais como: confiabilidade; capacidade de seguir e cumprir ordens; habilidade no manejo das armas; saber matar; coragem; não falar, na polícia, se detido; frieza sob fogo e em situações de conflito armado. A maioria dos rapazes que entram para o tráfico sonha um dia ser *dono* ou *gerente geral* e isso pode acontecer, apesar de ser muito difícil e improvável, em razão do grande número de baixas.

*“Você começa... fogos, soltando fogos, fogueteiro, pra você... vai pegando a confiança. Aí você vai virando... passa a ser o vapor, vender droga, e aí se você mostrar dali que você tá vendendo, que você tem uma confiança, que você é... uma pessoa que pode guardar dinheiro, pode guardar os tóxicos, você vai pegar cargo e gerente, e daí vai. Então um dia você pode ser um dono... “*

*Gerente de maconha, 23 anos*

*E – Quando você entrou no bagulho, qual foi a sua primeira função? Quando você foi lá e pediu para o cara: “posso entrar?”*

*T – Marcar numa esquina, A primeira função foi marcar numa esquina, fazer a atividade dos amigo e pra no outro dia eu vender.*

*E – E quantos meses você passou ficando olhando?*

*T – Ah, duas semanas, três semanas...*

*E – E porque você acha que o amigo te mandou para fazer isso primeiro?*

*T – Pra ver se eu sou bom. Pra ver se eu sou bom na atividade.*

*E – Mas duas semanas são suficientes para saber?*

*T – É, é sabe, dá pra saber. A minha deu.*

*E – E depois dessas semanas? Qual foi o segundo passo?*

*T – Vender. Vender na boca*

*Vapor, 16 anos*

Saber subir assim na hierarquia tem como condições ser honesto e andar “certo”. São também habilidades primordiais para sobreviver e não ser morto pela sua própria facção

por crime de traição, traição real ou suspeita de traição. Mesmo achando que trabalhar para uma facção da droga é “errado”, os entrevistados acreditam que a sobrevivência no interior do grupo depende de “andar no caminho certo”.

*E - ... como você faz amizade nesse negócio?*

*T – Através de andando certo. Apesar que eu ando na vida errada, mas ando no caminho certo. Ai eu fui da confiança...*

Vapor, 16 anos

Novas funções na escala hierárquica se tornam disponíveis pelas seguintes razões: morte, prisão, ascensão funcional ou expulsão de um empregado; criação de uma boca nova em razão do incremento da demanda; invasão de novo território e, em consequência, necessidade de mais mão-de-obra; e disputas territoriais que aumentam a necessidade de segurança armada.

*“... pra você chegar a ser o dono do morro, dono de uma favela, tu passa por... pelo... pela parte que vem de baixo, do fogueteiro até o vapor. Até o gerente, você ser o gerente geral do dono da boca, pô, aí se o dono da boca vier a morrer, automaticamente a boca passa pra... pro gerente geral... porque o cargo mais alto depois do dono é o de gerente geral.”*

Soldado, 16 anos

### **Divisões do trabalho e participação de crianças na segurança armada: “somos todos soldados”**

Nos níveis mais baixos dos empregos nas facções, a divisão do trabalho não é sempre tão definida como mostra o **Diagrama 6c** (capítulo 6.1). Apesar de cada uma daquelas funções existirem em quase todas as estruturas locais das facções, são comuns as funções acumuladas, especialmente no início da escala hierárquica e, principalmente, nas funções de *olheiro* e *vapor*.

*E – Você faz outra coisa ou só solta fogos?*

*T – Solto fogos e vendo pó.*

Vapor, 13 anos

*E – Primeiro você foi olheiro, depois de olheiro o que você fez?*

*T – É tudo a mesma coisa, olheiro, traficante, contenção.*

*E – Hoje em dia você fica de olheiro ainda?*

*T – É.*

*E – E faz algumas outras coisas?*

*T – Eu trafico, olheiro, trafica e solta fogos.*

Olheiro, 17 anos

*“Hoje eu ainda vendo, de vez em quando a gente tem que ficar na contenção, e depois a gente ir e vender nossas cargas... se os homens vim a gente solta fogos, avisa, né... pros outros amigos que é superior acima da gente também conseguir ir embora, aí... o vapor não rodar. A mesma coisa acontece comigo, quando eu tô vendendo, tem outros amigos menor que ficam também na contenção.”*

Soldado, 18 anos

As divisões do trabalho são mais nitidamente delineadas na segurança da favela e a participação ativa de menores na defesa armada. Como já foi observado, *soldado* é uma função definida, diferente de outros papéis nas facções. Mas, de *olheiro* para cima, a grande maioria dos empregados das facções são armados, envolvidos na segurança e defesa da favela.

*E – Existe função soldado?*

*T – Existe, existe. Soldado é a segurança da boca. Em alguns lugares é assim.*

*E – Mas todos os lugares têm [soldados]?*

*T – É.*

*E – ... [soldado] é uma coisa específica, uma coisa que faz separadamente?*

*T – ... tem lugar que é separado, tem lugar que vapor é ... o soldado, é o segurança, é tudo. Tem lugar que é uma pessoa paga praquilo mesmo, pra fazer a segurança da boca, ser o soldado da boca.*

*E – Você já passou por essa fase? Ou ainda tá nessa fase?*

*T – Ah, aqui... eu tenho que tomar conta da minha vida, da vida dos amigos, da vida da comunidade. Aqui é assim, tem que ser soldado, tem que ser gerente...*

*E – Foi assim quando você entrou, há dez anos atrás?*

*T – Foi. Foi, foi porque, quando eu entrei, eu fiquei de fogueiteiro poucos dias, aí parei, aí aconteceu uns problema lá, aí eu me misturei de novo que aí estourou uma guerrinha lá, aí eu já tinha que estar de arma na mão mesmo, tinha que dá tiro mesmo... cair pra dentro mesmo.*

*Gerente de maconha, 23 anos*

*E – Você falou que andava armado, você foi responsável pela segurança da boca?*

*T – Não,. Eu fazia a segurança também, mas tinha minha responsa assim, tipo uma gerência assim mesmo... eu ficava na boca assim de arma. E eu tinha minha arma assim pistola assim, fuzil AR e eu que guardava, ficava comigo.*

*Gerente de boca, 16 anos*

*“Quando a gente não tá vendendo a gente fica ao redor da favela, fazendo a segurança da favela.”*

*Soldado, 18 anos*

Oficialmente, os *soldados* são responsáveis pela defesa da *boca de fumo* e a manutenção da ordem na comunidade por meio de patrulhas de bondes e de uma presença armada constante. Se eles têm as qualidades requeridas, os menores são promovidos a *soldados*. Os pesquisadores encontraram e entrevistaram um adolescente de 17 anos que havia até alcançado o posto de *gerente de soldados*, controlando assim as patrulhas da facção, a segurança e invasões a outros territórios.

Todavia, em razão da mencionada divisão do trabalho entre posições de mais baixo nível e segurança armada, a grande maioria das crianças e adolescentes empregados pelas facções, *soldados* ou não, andam armados, a fim de repelir uma invasão de facção rival e ou uma batida policial. Os pesquisadores encontraram *olheiros*, *vapores* e *gerentes* de categoria mais baixa, todos armados.

*“Todo mundo fica armado. Atividade total.”*

*Fiel do gerente geral, 16 anos*

À exceção de um entrevistado, todos os demais na comunidade estavam armados no momento da entrevista, imediatamente antes, ou depois.

Assim, por andarem armados, participando ativamente da segurança da facção e de conflitos armados quando estes ocorrem, quase todos os menores entrevistados se consideravam *soldados*, mesmo quando não tinham essa função e trabalhavam principalmente como *olheiros* ou *vapores*.

*“Soldado é nós mesmo. Vapor, contenção, gerente, é tudo soldado.”*

*Soldado, 16 anos*

*“A gente é soldado, a gente tá aí todo dia defendendo o que é nosso aí. Acho que a gente já passamos pelo quartel só isso daí já é um quartel geral.”*

*Fiel do gerente geral, 16 anos*

#### **7.4 Pontos em comum: crianças e adolescentes empregados no tráfico como grupo definido**

As 10 características seguintes, relacionadas com suas funções de trabalho, são específicas de crianças e adolescentes empregadas pelas facções da droga no Rio de Janeiro. As experiências compartilhadas e as funções que exercem os congregam em um grupo unificado, incluindo sua participação ativa na violência relacionada com armas leves e na disputas territoriais entre facções, como agressores e como vítimas.

##### **1) Recrutamento “voluntário”**

Como vimos no capítulo 7.2, as crianças não são forçadas ou coagidas pelas facções a entrar para o tráfico como profissão. São recrutadas voluntários, ativamente aceitos pelas facções. Todavia, a noção de voluntário pode ser redefinida como “a melhor alternativa entre opções limitadas”, já que “optar” pelo tráfico é uma decisão afetada por fatores pré-existentes, comuns a todas as crianças das favelas do Rio, tais como o domínio das comunidades pelas facções, a pobreza, a falta de emprego formal e o tráfico aceito como forma de emprego. A “escolha” é também afetada pelos atrativos do tráfico e por outras influências consideradas comuns a todos os envolvidos.

##### **2) Idade**

A idade média de entrada no tráfico como trabalho em tempo integral de crianças e adultos entrevistados é de 13 anos e um mês. No entanto, as crianças começam a “andar” com traficantes mais cedo e o processo de recrutamento “voluntário” delineado no capítulo 7.2 pode começar já aos 8 anos. Em geral, as crianças empregadas pelas facções não trabalham imediatamente armadas; só serão armadas quando consideradas capacitadas e “preparadas”. Apesar de não ser incomum o uso de armas aos 13 anos para segurança da facção, a faixa dos 15 aos 17 anos é a mais usualmente armada e utilizada como *soldados*.

##### **3) As crianças trabalham numa unidade hierarquicamente estruturada, aplicada através de ordens, de regras e de punições**

Trabalhar para uma facção numa comunidade significa estar sujeito a uma unidade hierarquicamente estruturada, fundada no posto. Como explicou um garoto de 13 anos:

*“Somos todos soldados e o chefe é nosso capitão”*

*Vapor, 14 anos*

Nessa estrutura, as ordens dadas têm de ser cumpridas. O mesmo garoto explicou, ao ser perguntado qual era sua função: *“Faço o que o amigo manda”*.

*E – Quantos chefes você tem?*

*T – Um só.*

*E – Aí, se ele te dá coisa pra fazer e tal...*

*T – Tem que fazer.*

*E – Se você não faz o que acontece?*

*T – Depende do que ele pedir[...] tipo assim, matar uma pessoa, vou ter que matar. Se eu não matar é minha vida que vai tá em risco, certo?*

*Soldado, 17 anos*

Além das ordens que devem ser obedecidas, existe uma série de regras chamadas de “regras do crime” ou “regras do tráfico”. As regras do crime são impostas para obrigar à lealdade com os superiores e ter certeza de que a droga não será roubada. Entre essas normas, existem aquelas que os membros da comunidade têm de seguir (ver capítulo 6.2), como nada de roubo dentro da comunidade, não falar com a polícia em nenhuma circunstância; outras ainda, como respeitar os moradores. Mas a regra mais importante para os traficantes de baixo escalão é que todas as *cargas*<sup>58</sup> recebidas têm de ser pagas. A falta de cumprimento de ordens ou regras implica em punições, que podem ir até a expulsão da facção ou da comunidade, surras ou mesmo a execução.

*E – Se uma pessoa pega uma carga e não der de volta o dinheiro, o que acontece?*

*T – Ah, aí ele embuliu na carga, aí ele morre, toma um pau, depende do patrão. Se o patrão fala que ele vai morrer, ele vai morrer, mano.*

*Soldado, 16 anos*

As punições são geralmente aplicadas pelos empregados de funções menos elevadas, podendo ser menores, e os infratores são punidos independentemente da idade.

*E – Prá morrer [depois de quebrar uma regra] se é jovem, se é menino ou criança, faz diferença?*

*T – Não faz não.*

*Gerente de maconha, 22 anos*

#### **4) As crianças são remuneradas**

Como vimos no capítulo 7.3, dependendo da sua função, as crianças e adolescentes empregadas pelo tráfico são pagas por dia, por semana, por mês ou trabalham por comissão, calculada pelo volume de droga que vendem. Tanto os assalariados como os comissionados recebem em dinheiro. Apesar da motivação econômica ser um fator

---

<sup>58</sup> *Carga*: carregamento de drogas já embaladas em papelotes para venda ao consumidor (papelote: embalagem individual da droga, em envelope ou saco plástico)

importante para uma criança decidir a entrar para o tráfico (ver cap.7.2), este não é o fator decisivo principal ou único. Todavia, as crianças podem ganhar mais dinheiro como simples olheiro do que o pai como motorista de ônibus ou como funcionário subalterno.

### **5) As crianças estão de prontidão 24 horas por dia**

Uma vez envolvidas nas atividades da facção da comunidade, independente das horas de expediente, crianças e adolescentes estão sempre de prontidão para defender a boca e sempre correm o risco de serem presas ou mortas por facções rivais ou pela polícia.

*E – Você falou que tem alguns menores trabalhando para você. Quais são seus horários de trabalho?*

*T – Quando o sol toca na favela, a gente começa, quando ele toca na favela de novo a gente recomeça. É 24 horas.*

*Gerente de segurança, 17 anos*

Por estarem sempre envolvidos e, assim, constantemente em perigo potencial, muitos menores já conhecidos da polícia ou de facções rivais não dormem duas vezes no mesmo lugar. Em razão de sua natureza, da prontidão de 24 horas e do nível elevado de violência e de morte, o tráfico é encarado pelos envolvidos com “opção de vida”, e não apenas como trabalho.

### **6) As crianças são armadas pelas facções**

Se forem considerados competentes e “preparados” pelo gerente geral, as crianças e adolescentes empregados pelas facções recebem armas para defender o território da facção. Como foi observado no capítulo 7.3, isso também inclui menores na função de *olheiro* e *vapor*. Com uma só exceção, todos os menores envolvidos no tráfico que foram entrevistados estavam armados no momento da entrevista, logo antes ou após. Nenhum deles era dono da arma que usava; todas pertenciam ao *dono* ou ao *gerente geral*. As armas usadas vão da pistola aos fuzis de assalto automáticos ou semi-automáticos, às metralhadoras e às granadas de mão. (Ver lista no capítulo 6.5).

*E – Qual foi sua primeira arma? ...você comprou?*

*T – Não, do amigo, ele me emprestou para ficar comigo na contenção pra tipo os homem entrar e eu dar uns tiro em cima dos homens.*

*Soldado, 16 anos*

*E – Essa arma você comprou?*

*T – Não... [é] da boca... prá ficar no meu porte.*

*Vapor, 13 anos*

*E – Você... hoje você está sentado na minha frente com uma arma, qual é o nome dessa arma?*

*T – Essa aqui é AR-15 baby.*

*E - ... e com que idade você começou de trabalhar com arma?*

*T – 14 anos*

*E – E você comprou sua primeira arma?*

*T – Não. A boca me deu. Deixava comigo. Ficava na segurança... é da boca. Mas o porte é nosso. Da boca, mas o porte é nosso.*

*Soldado, 18 anos*

## 7) As crianças estão ativamente envolvidas na violência com armas curtas e no conflito territorial armado

Em razão de sua utilização como segurança da facção e como soldados para invadir o território de facções rivais, crianças e adolescentes são ativamente envolvidos em conflitos armados territoriais com facções rivais e em tiroteios com a polícia. Seu envolvimento crescente é demonstrado de maneira gritante pelo número maior de mortes por arma de fogo de jovens de menos de 18 anos no Rio (ver capítulo 7.6). Os relatos seguintes de participação ativa em conflitos com uso de armas leves são extraídos de entrevistas com menores empregados pelas facções.

*E – Você já foi envolvido com tiroteio?*

*T – Já.*

*E – Como foi?*

*T – Ruim.*

*E – Por quê?*

*T – Muito tiro, várias balas passando perto de tu, quase te pegando, risco de morrer.*

*E – Estava com medo de morrer?*

*T – Não [...] eu estava com uma arma [...] eu fico na atividade, quem eu estou vendo que está mandando bala, eu vou dar em cima também [...] toma bala e acabou. Eu tive que correr na frente da bala,*

*E – E foi contra quem esse tiroteio?*

*T – Contra os polícia.*

*E – Você atirou também*

*T – Eu atirei.*

Vapor, 13 anos

*“... parei no alto do morro assim e estiquei. Eu estava com a granada assim na cintura e com o fuzil aqui assim, aí eu fiquei assim e comecei a fuma, fumar. Aí joguei um envenenado<sup>59</sup>, maconha com pó, fiquei fumando. Daqui a pouco eu vi subindo 6 GETAM [...] aí os moleques que tavam lá embaixo, fechados comigo, meteram bala, pá, pá, pá, pá, começaram a meter bala. Aí eu falei, jogo essa granada neles se eles subirem prá cá [...] aí fui tirando o pino que quando eles vim eu vou explodir eles. Aí eu fiquei lá [...] tava muito tempo dando tiro, mas eu não podia descer prá lá. Tinha que ficar lá. Quando veio o helicóptero daquele preto começou a dar tiro [...] parecia até filme [...] aí eu meti a mão e tein, tein, só de AR prá cima deles. Começou dar tiro eu dando tiro prá cima deles. Daqui a pouco eu ia jogar a granada, mas eles tavam no alto como é que eu ia jogar? Aí eu fiquei trocando, trocando, acabou o pente e peguei o outro já dei o golpe e tein, tein, tein. Só pentão de 60, 60 é muito tiro. Dando tiro faz o maior barulhão [...] Olhei pra rua assim a GETAM já vinha puxando solta. Porque os amigos que tava lá, não deu, tinham acabado as balas, tipo assim. Aí eu comecei a trocar tiro com a GETAM, pein, pein, pein [...] pulei outro muro, cheguei pertinho... Boom! Tremeu tudo. Foi a primeira vez que eu tinha jogado. É muito bom”*

Gerente de boca, 16 anos

<sup>59</sup> Envenenado, gíria para cigarro de maconha misturada com cocaína

*“... eles vem de caminhão, eles não vem de dia não, eles vem à noite. Mas aí a gente sabe quando eles entra. Quando eles entra no morro, eles já avisa, avisa pelo radinho, fala “a gente vai invadi o morro, a gente vai tomá agora [...] depois ... se tivé uma guerra mermo, até ponto 30 tem. Muitas faz tutrututututu”.*

*Fogueteiro, 12 anos*

Apesar das entrevistas tratarem de conflitos armados, principalmente defensivos, menores entrevistados também estiveram envolvidos em ofensivas de invasão de espaços controlados por outras facções.

*E – Você lembra a primeira vez que você usou a arma?*

*T - Ah, foi numa guerra [...] Contra os Terceiro Comando, outra facção.*

*E – E você é de qual facção?*

*T – Comando Vermelho.*

*E – Aí vocês estavam defendendo ou entrando?*

*T – Invadindo.*

*E – [...] mas porque vocês estavam fazendo essa invasão?*

*T – Hum, prá arrumá mais dinheiro.*

*E – [...] quantos estavam invadindo?*

*T – Ah, muito assim, uns 200.*

*E – Duzentos caras armados? Parece uma guerra então?*

*T – É uma guerra!*

*E – [...] quando você faz uma invasão, você é pago para fazer essa invasão?*

*T – Não, tu não recebe dinheiro, mas recebe assim um cargo. Dá condições melho.*

*E – Como a comunidade vê essas pessoas que fazem a invasão, depois que vocês invadem um lugar do Terceiro Comando?*

*T - Ah, fica assustado. Mas depois de uns ano vai confiando.*

*E – [...] e quantas pessoas ficaram depois da invasão?*

*T – Ah, ficaram lá uns 70, por aí.*

*E – [...] e muita pessoa morreu?*

*T – Pouca.*

*E – Quantos é pouca?*

*T – Uns 15.*

*E – A invasão demorou quanto tempo?*

*T – Quatro hora.*

*E – E você ficava com qual arma nessa invasão?*

*T - Duas pistola.*

*E - Duzentos de vocês e a polícia não viu?*

*T - Ah, a polícia sí chega tarde,*

*E – Porque eles chegam tarde?*

*T – Ih, eles tem medo, de sê baleado, sê morto, porque o bagulho é sério!*

*Soldado, 16 anos*

Um entrevistado de 12 anos, pequeno para sua idade, lamentou não poder participar de uma invasão por causa de sua estatura.

*E – E você já foi envolvido uma invasão, você já invadiu outra comunidade?*

*T - Não, não cheguei a invadi não.*

*E – E você queria?*

*T - Eu invado se eu tivé, se eu fosse maió um pouco, agüentasse segurá uma G3, mas eu pô, como?*

*Fogueteiro, 12 anos*

### **8) Mesmo crianças desarmadas se tornam alvo do fogo de armas leves**

Mesmo não estando armadas durante o trabalho, os empregados das facções ficam sob o fogo da polícia e de facções rivais.

*“O cara quase acertô em mim, tava tentando me atirá, foi de G3 pô, civil.”*

*Fogueteiro, 12 anos*

*T - ...leveí um tiro deles lá [...] no pesçoço.*

*E - O tiro que você levou foi de quem?*

*T - Daquele morro alí.*

*E - Mas você estava aonde?*

*T - Aqui mesmo, eles mandaram de lá prá cá.*

*E - E qual a distância que tem entre os dois lugares? (estimado pelo pesquisador em 1 km.)*

*T - Ah, eu não sei não.*

*E - Foi bala perdida ou eles estavam atirando mesmo prá cá?*

*T - Eles estavam mandando tiro de lá no Natal, na noite de Natal.*

*E - Isso aconteceu quando você já estava trabalhando no tráfico?*

*T - É.*

*Fiel de gerente geral, 17 anos*

### **9) As crianças sobrevivem numa realidade de matar ou morrer**

Estatísticas pertinentes sobre mortalidade e táticas de policiamento nas comunidades de favela (como foi visto nos capítulos 6.4 e 6.5) mostram claramente a pressão exercida sobre menores, armados ou não, em confrontos com a polícia. Um fogueteiro de 12 anos explicou como ele via as relações entre os traficantes e a polícia.

*T - ... os poliça [...] forjam os bandido lá prá matá.*

*E - Porque eles querem matar?*

*T - Ah, por causa que é o trabalho deles.*

*E - De matar pessoas.*

*T - É, eles mata os cara do tráfico. Por isso que a gente tem que trocá tiro com eles à noite.*

*E - Você já trocou tiro com eles?*

*T - Já.*

*E - Com que idade?*

*T - 12 anos*

*E - [...] e eles sabiam que você era menor?*

*T - Sabia, pô, eles sabia que eu era fogueteiro, eles quatro fogueteiro, aí o outro cara foi e pegô a .. assim e... a lá meu. Assim pápápápá...*

*E - E porque você acha que quer matar você?*

*T - Ah, porque eu sou fogueteiro. Porque a gente barulha eles prá avisá que a polícia tá no morro.*

*E - E tu já perdeu amigos nisso?*

*T - Já.*

*E – Quantos?*

*T – Vários, muitos.*

*E – Como eles morreram?*

*T – Ah, uns foram de tiro, outros foi trocaram tiro com os cara, outros na guerra.*

*Fogueteiro, 12 anos*

Muitos empregados das facções, inclusive menores, não saem das suas comunidades por medo de serem presos ou mortos pelas facções rivais.

*E – Mas é perigoso para você sair da comunidade?*

*T – É perigoso porque tem vários alemão que nos expulsa daqui, tem X9 que nos expulsa daqui, que não dá pra matar, eles vai e foge. Então nós lá fora, certo, tipo nossa vida tá em risco [...] Tipo se eles vê nós, eles vai matar nós, se nós vê eles primeiro, nós vai tentar matar eles porque nós tá na mão.*

*Soldado, 17 anos*

Em razão da aplicação das regras e ao repelirem batidas da polícia ou invasões de outras facções, matar é parte da realidade do trabalho para a maioria dos menores que trabalham no tráfico. Todos os entrevistados haviam perdido amigos e colegas de trabalho por morte violenta. Todos eles declararam que matariam se assim lhes fosse ordenado por um superior ou para defender seu território. Alguns menores entrevistados já haviam matado.

*E – E qual é a pior coisa sobre seu trabalho?*

*T – É matar alguém.*

*E – Você já matou alguém?*

*T – Já.*

*E – [...] E como você se sente quando faz isso?*

*T – Pô, como eu sinto? Sinto nervoso, porque não era pra eu tá fazendo isso com ninguém...*

*Soldado, 16 anos*

*E – Você já matou? Em qual circunstância?*

*T – Já, circunstância do tráfico, circunstância que porra não pode vacilar porque... se eu vacilar também porra morro [...] a maioria das vezes dentro do tráfico é essa, pessoa X9, pô às vezes o vapor mexeu na carga, então pô, tem certas coisas que às vezes não pode passar a mão por cima porque tá se fazendo várias vezes, uma vez, duas vezes aí é uma coisa, várias vezes [...] nós temos uma regra, porra, de andar armado [...mas] nós temos que ter muito cuidado pra não machucar alguém que... se ...porra, de repente a gente machucar alguém, a gente vai pagar com a vida, com nossa vida mesmo. Machucar um morador... porra, baleiar alguém, a gente paga com nossa vida mermo..*

*Gerente de maconha, 23 anos*

*E – E você já matou alguém?*

*T – Já.*

*E – Em qual circunstância?*

*T – Ah, ele meteu bronca na favela [...] ele robô uma loja de material dentro da favela. Ele deu azar que eu tava passando na hora [...] aí eu e mais um amigo próximo, aí eu chamei e levamos ele.*

*E – Levaram ele prá onde?*

T – Ah, pro cemitério.  
E – Na favela mesmo?  
T – É.  
E – Mas você matou o cara porque ele tava roubando uma loja.  
T – É, dentro da favela.

Soldado, 16 anos

E – Se uma pessoa pega uma carga e não dá de volta o dinheiro, o que acontece?  
T – Ah, aí ele embuliu na carga, aí ele morre, toma um pau, depende do patrão. Se o patrão falá que ele vai morrê, ele vai morrê, mano.  
E – E quem mata ele?  
T – Quem mata é nós mermo. Nós picota mermo, nós dá tiro na cara mermo, nós somo ruim mermo.  
E – Você já matou?  
T – Já, já matei. Já matei vários aí. Já matei vários.  
E – E como você se sente em relação a isso? Você acha isso normal?  
T – Acho normal. Já me acostumei, desde menor que eu via gente morrendo. Na guerra de 94 aí, vi muita gente morta, eu me acostumei, agora eu não ligo mais pra esses bagulho não.  
E – Como foi a guerra de 94? Foi entre quem?  
T – Entre os alemão e o Comando [Vermelho]. Aí o bagulho ficou cheio de gente morta no morro aí.  
E – Quanto tempo demorou essa guerra? Semanas, dias, meses?  
T – Uns três dias.  
E – [...] E você estava com quantos anos de idade nessa época?  
T – Tinha 10 anos.

Soldado, 16 anos

Algumas crianças que cresceram e trabalham nesse ambiente de **matar ou morrer** justificam o ato de matar se a vítima é considerada um inimigo.

T – A gente tem que matá os poliça e os terceiro<sup>60</sup>. Pros terceiro morrê.  
E – Você acha errado matar uma pessoa?  
T – Não, se for terceiro tem que matá.

Fogueteiro, 12 anos

## 10) As crianças são cada vez mais utilizadas em situações de combate armado

Como é discutido no capítulo 7.5, no Rio de Janeiro houve um aumento na utilização de crianças e adolescentes como combatentes armados pelas facções desde o início até meados dos anos 80, em razão da demanda maior por combatentes; aumentou o uso de armas leves pelas facções; ocorreram mudanças na divisão do trabalho de crianças empregadas pelo tráfico e um esforço concentrado entre os traficantes adultos, no sentido de “aceitar” crianças como combatentes armados.

---

<sup>60</sup> Membros do Terceiro Comando.

## 7.5 A utilização crescente de crianças e adolescentes como combatentes armados

À parte do aumento do emprego de crianças e jovens no tráfico desde o início dos anos 80, o que define claramente o diferencial de utilização de crianças, com o surgimento das facções, a fragmentação destas e os conflitos por territórios, é o fato de as crianças e adolescentes usarem armas e estarem envolvidos em combate armado. As crianças não eram armadas pelos traficantes antes da existência das facções e existem várias razões-chave para sua mais intensa utilização como combatentes armados nos últimos vinte anos.

### 1) Demanda maior por combatentes armados

*“[As mudanças] foi quando realmente se distinguiu facções de facções. Aí criaram outra facção pra tentar tomar o controle total de venda de drogas no Rio de Janeiro. Eu não sei até quando vai acabar, porque eles se matam entre si.”*

Morador da favela

A ocorrência crescente da violência armada e dos conflitos territoriais, como resultado da fragmentação das facções a partir de meados para fins dos anos 80, aumentou em muito a utilização de crianças como combatentes armados. Com a militarização das facções e mais mortes entre empregados adultos do tráfico, em razão da competição violenta entre grupos rivais, aumentou a demanda por funções armadas para defesa dos territórios das facções e contra batidas policiais, assim como para invasão de territórios rivais. Como foi dito no capítulo 7.1, as crianças estiveram mais envolvidas no tráfico depois dos anos 60. Com maior oferta de trabalho infantil no tráfico nas décadas de 80 e 90, os traficantes passaram a armar os menores para satisfazer as suas necessidades crescentes de soldados e seguranças armados. Essa demanda por novos recrutas também significou que a idade dos traficantes em funções mais graduadas, antes ocupadas somente por adultos, havia abaixado consideravelmente nesse período.

*“O cara que é o dono já prepara seu sucessor, certo. Então, quando ele morre, esse entra. Só que esse cara é mais novo porque ele está aprendendo. Aí vai sempre diminuindo a idade [...] e assim é isso mesmo, o cara vai saindo cedo e vai entrando outro mais novo.”*

Criança da favela

### 2) Uso mais intenso de armas leves pelas facções

O uso mais intenso de armas leves pelos empregados das facções, em razão de conflitos entre elas e em resposta à repressão mais violenta pela polícia, é demonstrado pelo crescimento brutal do número de armas apreendidas pela polícia entre o fim dos anos 60 e 2000, como se vê no Gráfico 6 B (ver capítulo 6.5). No mesmo capítulo, se observa, em 1999, que 10.017 armas ilegais foram apreendidas no Rio, contra 844 armas em 1960. Com tantas armas em circulação, a necessidade de combatentes e o envolvimento crescente de crianças no tráfico, armar crianças foi uma seqüência natural, para que elas tomassem parte nos conflitos territoriais entre facções.

*“... começa a se intensificar o comércio de arma, arma pesada pro tráfico, né, e aí indiscriminadamente, até pela própria quantidade de armas pesadas que tinham, que era muitas então não fazia sentido você ficá estocando aquela arma. Então alguém tem que usar, então pô ‘quer usar menor?’ ‘Quero.’ ‘Então toma! Usa!’ Eu*

*já vi várias metralhadoras sendo passadas pra crianças exatamente nesses termos. Não tinha quem usasse de grosso modo, então pô, vai ficar com a arma parada aí? [...] aquela submetralhadora que os policiais do Rio usavam, pegou, deu pro moleque e o moleque ficou fascinado com aquilo.”*

Ex-trafficante dos anos 80

Também houve um aumento das apreensões pela polícia e de uso pelas facções de armamento mais poderoso, de uso militar (ver cap. 6.4). Crianças e adolescentes trabalhando em funções armadas do tráfico, encontradas pelos pesquisadores no decorrer da pesquisa, estavam na posse de armas de guerra, como os fuzis automáticos Kalashnikov AK-47 e o Colt AR-15. Apesar de crianças poderem ter dificuldade no manejo correto de uma arma de repetição de grosso calibre, o poder de fogo é tal que, mesmo se incapazes de atingir o alvo deliberadamente, o número de tiros na direção aproximada do alvo tem o efeito desejado.

*“[...uma criança] não tem força prá ter precisão no tiro de uma metralhadora, uma AR-15 [...] mas só que a banalização dessa arma pesada é tão grande que também não vale a pena o garoto atirar com um 38, porque mesmo que ele erre [com a metralhadora] o estrago var ser grande. Se ele acertar o que ele tem que acertar beleza, maravilha, obrigação dele, errou, o estrago aonde bateu vai ser grande suficiente”.*

Ex-trafficando dos anos 80

### **3) Mudanças na divisão do trabalho de crianças empregadas pelas facções**

Como vimos no cap. 7.3, em muitas comunidades faveladas, a divisão do trabalho nas funções subalternas, especialmente ocupadas por crianças, mudou nos últimos anos, de modo que crianças na função de *olheiro*, *fogueteiro* ou *vapor* também podem receber armas para participar da segurança do território, isso, em parte, por uma combinação de motivos já assinalada: conflito mais intenso, forte demanda por empregados armados e grande número de armas em circulação. Uma combinação de fatores levou à banalização no uso de armas, com a maioria dos empregados das facções, crianças ou não, sendo armadas e, em consequência, envolvidos em situações de combate. O aumento do número de crianças dispostas a trabalhar, nos anos 80, facilitou muito o armamento desses menores pelas facções.

### **4) O esforço concertado dos traficantes para “aceitar” crianças como combatentes armados**

Como já vimos, as crianças não são forçadas a juntar-se às facções, mas entram “voluntariamente” (cap. 7.2). Mas existem razões pelas quais crianças e adolescentes são eficientes no combate armado e por que os traficantes adultos tomaram a decisão concertada de “aceitá-los” como combatentes e, logo, de armá-los para o combate.

“*Meio quilo*”, dono famoso e importante do início a meados dos anos 80, foi citado por um ex-trafficante que trabalhou com ele como sendo um dos primeiros a empregar crianças e a compreender o valor de combatentes crianças.

*“Eu posso até tá enganado em dizer que ele foi o primeiro, mas que ele foi um dos pioneiros a usar isso como arma, a presença da criança como arma, porque eu já*

*vi várias vezes o policial deixar de atirar porque era uma criança [...no] início, hoje em dia não tem mais isso, até porque a criança já perdeu aquela aura de que pô, “é só uma criança eu não vou atirar nela”, [agora é] “vou atirar mais” porque os ossos não são tão bem definidos e o corpo é mais delgado, é mais flexível, e o metabolismo da criança é mais acelerado, então “eu tenho que atirar para matar, se eu não tirar pra matar ele vai continuar vivo e vai atirar em mim.” Agora atiram pra matar. Como eles tentaram atirar pra matar em mim por exemplo. Te falei né, eu levei um tiro aqui, na altura dessa costela aqui.”*

Ex-trafficante dos anos 80

Deixando de lado as reservas quanto a atirar em crianças, quando começaram a ser usadas em combate, e considerando que hoje em dia ocorre o inverso, o fato é que as crianças são ágeis, rápidas, pequenas, muitas vezes intrépidas, podem usar armas leves com eficiência, se não com precisão, e são difíceis de manter presas quando detidas<sup>61</sup>. Mesmo não sendo tão eficientes em situações de combate como adultos ou jovens, por essas razões as crianças são vistas pelos *donos* como trunfos valiosos.

*“... [Meio-quilo] queria evitar a todo custo a perda de soldados e especialmente crianças, elas eram valiosíssimas para ele. Primeiro porque não ficavam presas, segundo porque as presas escapavam<sup>62</sup> [...] a criança era mais rápida, a criança corria mais, mais ágil, era menor, passava entre buraco dentro da favela [...] a criança era meio macaco mesmo, era usada que nem um macaquinho [...] e uma visão mesmo utilitária da coisa, o menor de idade, mesmo carregando uma arma pesada, ele consegue correr mais rápido do que o adulto [...] por ser pequena, se meter nos buracos e fugir com a arma, e não perder o armamento.”*

Ex-trafficante dos anos 80

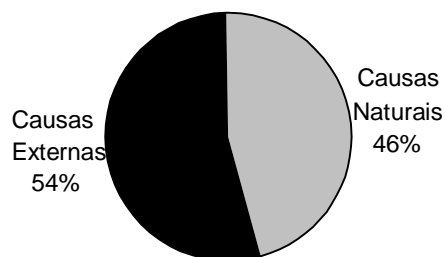
---

<sup>61</sup> O sistema judicial brasileiro para menores e como trata das crianças detidas por tráfico e delitos armados é examinado no cap. 9.3.

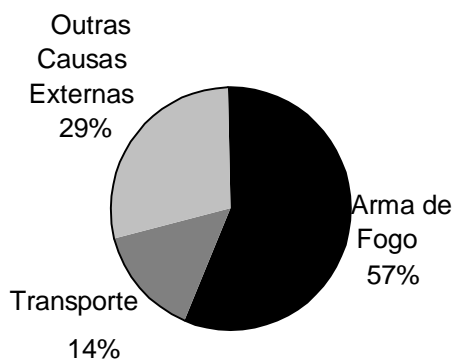
<sup>62</sup> Os centros de detenção juvenil na época, conhecidos como FUNABEMs, eram instituições das quais era notoriamente fácil fugir. Como se verá no cap. 9.3, os estabelecimentos “educativos” onde ficam detidos os jovens delinquentes, em particular os CRIAMs, também são considerados de fuga fácil, ocorrendo freqüentemente em massa.

## 7.6 Taxas de mortalidade de crianças e adolescentes no Rio de Janeiro

As causas externas foram responsáveis por 54% de todas as mortes de menores de 18 anos na cidade do Rio de Janeiro em 2000.

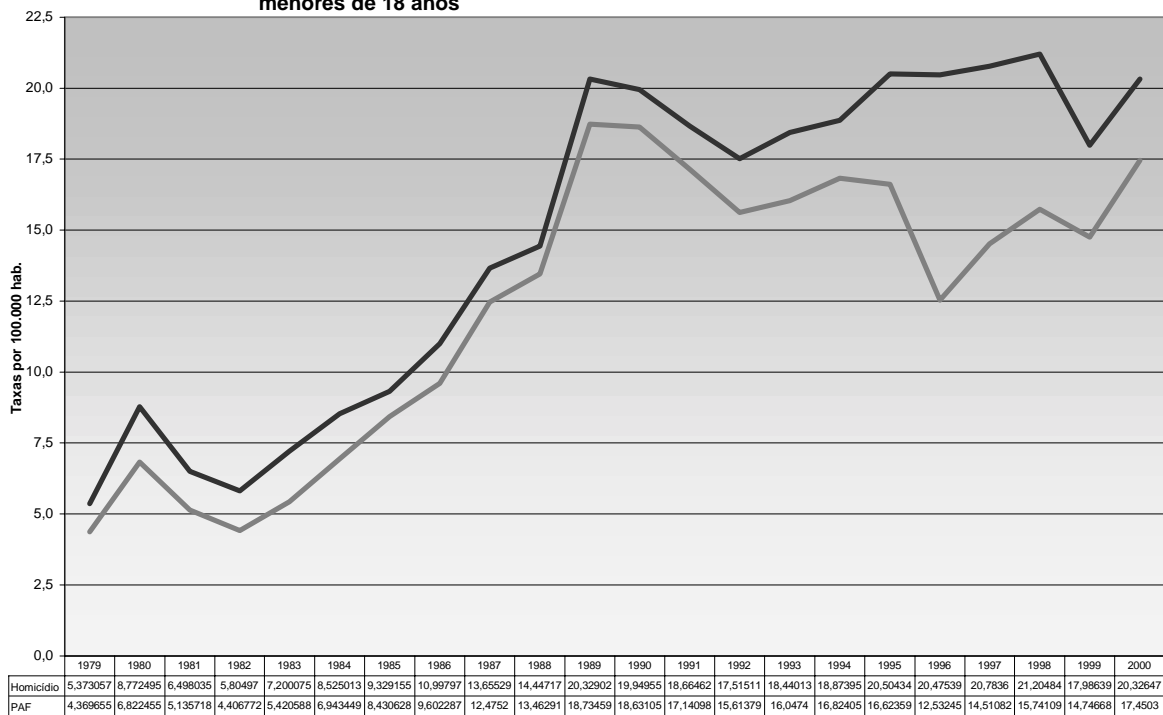


No mesmo ano, a maioria (57%) das causas externas de morte de menores de 18 anos no Rio de Janeiro foi por ferimentos provocados por balas.



Semelhante à evolução dos índices de homicídios da população em geral do Rio desde os anos 70 (ver cap. 6.5), a maioria dos homicídios de menores de 18 anos foi provocada por armas de fogo. Como se mostra no **Gráfico 7b** abaixo, esses índices subiram substancialmente desde o fim dos anos 70.

**Gráfico 7b** Taxas homicídio e PAF no município do Rio de Janeiro, menores de 18 anos



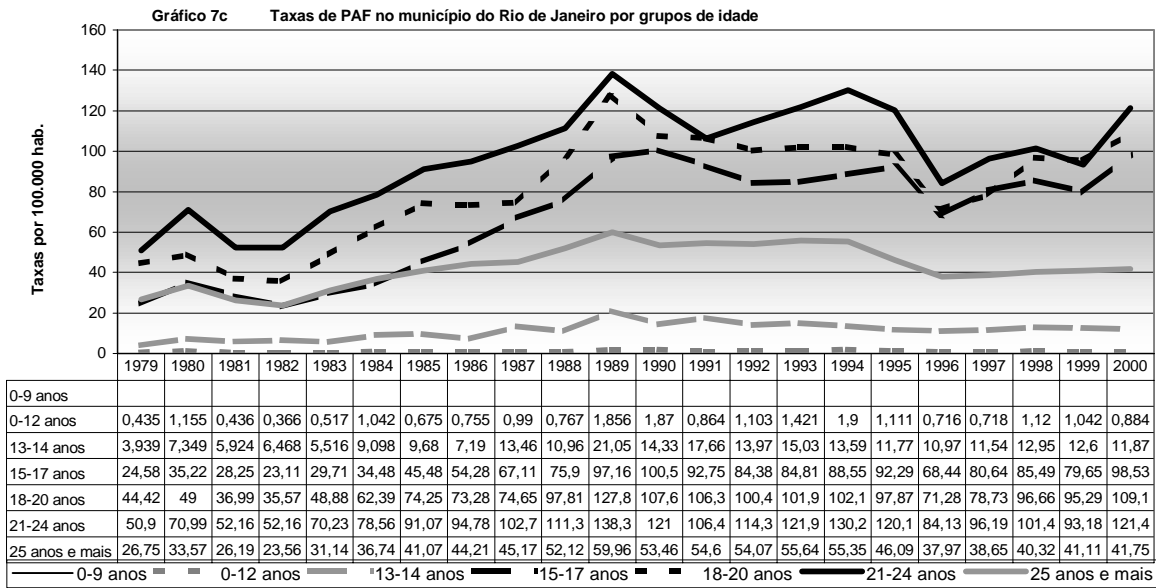
Fonte: DATASUS, SMS-RJ

— Homicídio — PAF

Em 1979 houve 92 homicídios de jovens de menos de 18 anos na cidade, uma taxa de 5,4 por 100.000. Oitenta e um desses homicídios (88% do total) fora causados por armas de fogo, ou seja, 4,4 por 100.000. Os homicídios de menores tiveram um pico em 1989, de 364 mortes, ou seja, 21,2 por 100.000. Desses, 276, ou 75,8% foram provocados por armas de fogo, dando um índice de 15,7 por 100.000. Em 2000, foram 352 homicídios de menores de 18 anos na cidade, ou seja, 23 por 100.000, sendo 307 (87,2%) provocadas por armas de fogo, isto é, 17,5 por 100.000.

As mortes por arma de fogo de menores de 18 anos alcançaram um máximo em 1989, com 329 mortes, e declinaram ligeiramente, chegando a 307 mortes em 2000. Assim, entre 1979 e 1989, houve um aumento de desse tipo de homicídio de 306,2%, com apenas um pequeno declínio de 1989 a 2000, de 6,7%.

A fim de pesquisar os níveis de mortalidade por armas de fogo entre menores mais amplamente, apresenta-se uma análise das seguintes faixas etárias, no **Gráfico 7c**: 0-12 anos, 13-14 anos, 15-17 anos, 18-20 anos, 21-24 anos e mais de 24 anos.



Ao analisarmos os dados do Gráfico 7c, vemos que as quatro faixas etárias mais vitimizadas por armas de fogo são 13-14, 15-17, 18-20 e 21-24 anos. Essas faixas são mais afetadas do que qualquer grupo, inclusive dos mais de 24 anos. Podemos então dizer que aqueles entre 13-14 anos e entre 15-17 anos têm maiores possibilidades de morrer por tiros no Rio do que adultos de mais de 24 anos.

O ano de 1989 foi pior para a faixa de 13-14 anos. As mortes por tiros chegaram a 21,1 por 100.000 habitantes, com 40 mortes. A faixa de 15-17 foi ainda mais tragicamente afetada no mesmo ano, com 265 mortes indicando um índice de 97,2% por 100.000 no mesmo ano de 1998. Mas o pior ano para a faixa de 15 a 17 anos foi 1990, com 274 mortes e um índice de 100,5 por 100.000.

Os dados mais recentes mostram que em 2000 essas faixas ainda são o terceiro e o quarto grupo mais afetados, respectivamente. Um total de 29 mortes por tiros na faixa de 13-14 anos em 2000 dá um índice de 11,9 por 100.000, e 267 mortes na faixa de 15 a 17 anos leva o índice para 98,5% por 100.000.

O aumento substancial no número de mortes por tiros da faixa de 13-14 anos para a faixa de 15-17 anos é considerável. Em 2000, o número de jovens entre 15 e 17 que morreram de ferimentos por armas de fogo foi 820,7% maior que entre os jovens de 13 e 14 anos no mesmo ano. Apesar do número de mortes por tiros continuar a crescer em cada faixa etária seguinte, não há aumento tão brutal entre grupos de idade como este dos 13-14 para os 15-17 anos.

Os números refletem o que se identificou no decorrer da pesquisa sobre os modelos de trabalho das crianças no tráfico, o número de menores empregados como *soldados* ou trabalhando na segurança armada do território da facção, é maior na faixa dos 15 a 17 anos. Isso demonstra que, à medida que as crianças que trabalham no tráfico ficam mais velhas, estão armadas com maior frequência e portanto, mais envolvidas em conflitos armados e, por isso, morrem baleadas em ritmo drasticamente maior.

Seguindo os padrões de mortalidade por armas de fogo da população em geral, as faixas etárias de 13-14, 15-17 e 18-20 anos morrem em determinadas regiões da cidade. Isso fica claro nos **Mapas 7a, 7b e 7c** (Anexo 2). Igualmente acompanhando os índices de mortalidade da população em geral (ver mapa **6c** – Anexo 2), essas regiões tendem a ser aquelas nas quais os conflitos de facções são mais comuns, isto é, onde as comunidades dominadas pelas facções rivais estão mais próximas umas das outras. Algumas regiões exibem índices de mortalidade na faixa de 13-14 anos entre 201-501 por 100.000; para a faixa de 15-17 anos, algumas regiões mostram índices de mortalidade por tiros de mais de 501 por 100.000.

Além do crescimento massivo do número de menores de 18 anos mortos por armas leves no Rio de Janeiro, também ocorreu um aumento no número de crianças feridas por balas.

Numa entrevista em grupo, no decorrer desta pesquisa, com a equipe cirúrgica da emergência do Hospital Souza Aguiar, os médicos explicaram que a idade dos pacientes atendidos por ferimentos à bala tem se reduzido fortemente nos últimos dez anos.

*“Vemos vítimas de tiros mais jovens mais jovens do que antes. Antes víamos pessoas [com ferimentos por bala] com 20, 30 anos”.*

Dr. Josué Kardek, Emergência, Hospital Souza Aguiar

*“Aqui no Souza Aguiar eu tenho dois casos de menores de 12 anos alvejados. Eu operei alguns casos no Getúlio Vargas [outro hospital do Rio] de crianças de cinco, seis anos [alvejadas]. Houve até o caso de uma menina de seis anos que havia sido alvejada que eu operei com um colega. Seis ou sete meses depois, ela voltou para o hospital durante meu turno com outra lesão provocada por bala, e eu a operei de novo. Houve uma menina há pouco envolvida num tiroteio no centro da cidade, ela chegou com uma bala na cabeça [...]. Há uma foto aqui no hospital de um garoto de 12 anos que foi alvejado [e operado aqui]. É uma foto que devia ser publicada. É chocante porque a bala arrancou a mandíbula. Ele está com a língua pendurada, sem queixo, o rosto demonstrando terror e pânico.”*

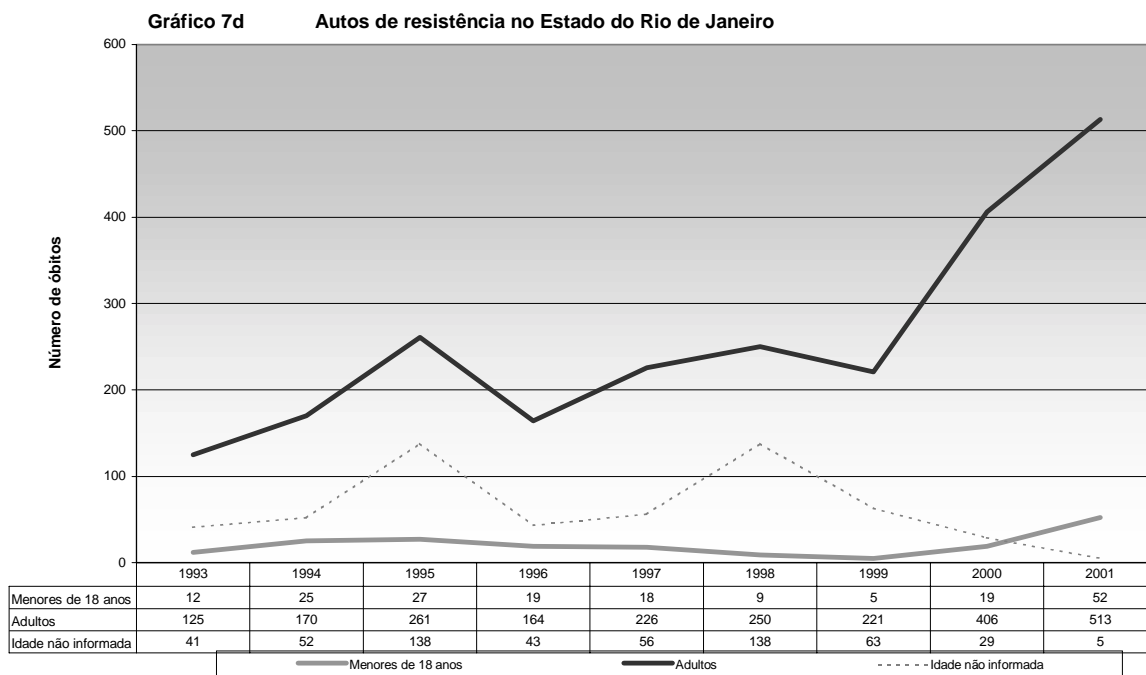
Dr. Martinelli, Emergência, Hospital Souza Aguiar

Acompanhando seu envolvimento crescente nos combates armados entre facções e com a polícia, crianças e adolescentes também se tornaram alvos legitimizados de execuções policiais, sendo alvejados abertamente durante os confrontos. Em razão do perigo que constituem crianças utilizando fuzis de assalto em confrontos armados, a polícia as vê como combatentes e não como crianças. Em alguns casos, são considerados mais perigosos que os adultos. O Major Antônio Carlos Carballo Blanco, da Polícia Militar, explicou aos pesquisadores:

*“O potencial ofensivo de uma criança ou de um adolescente com uma arma de fogo é muito superior ao de um adulto armado. [...] Em razão do nível de maturidade da criança ou adolescente, [...] a possibilidade do adulto atirar no policial é muito menor do que criança ou adolescente atirar.”*

O Major Carballo também declarou aos pesquisadores que um policial experiente sempre atira numa criança armada, enquanto o policial inexperiente hesita antes de atirar. Isso ocorre porque o policial experiente conhece o perigo oferecido por uma criança portando uma arma, mas o inexperiente ainda não aprendeu isso.

Em razão de tal mentalidade existente na polícia, em 2001 um total de 52 crianças e adolescentes, menores de 18 anos, morreram, oficialmente sob as balas da polícia. O número de vítimas fatais da ação policial é indicado no **Gráfico 7d**, abaixo.

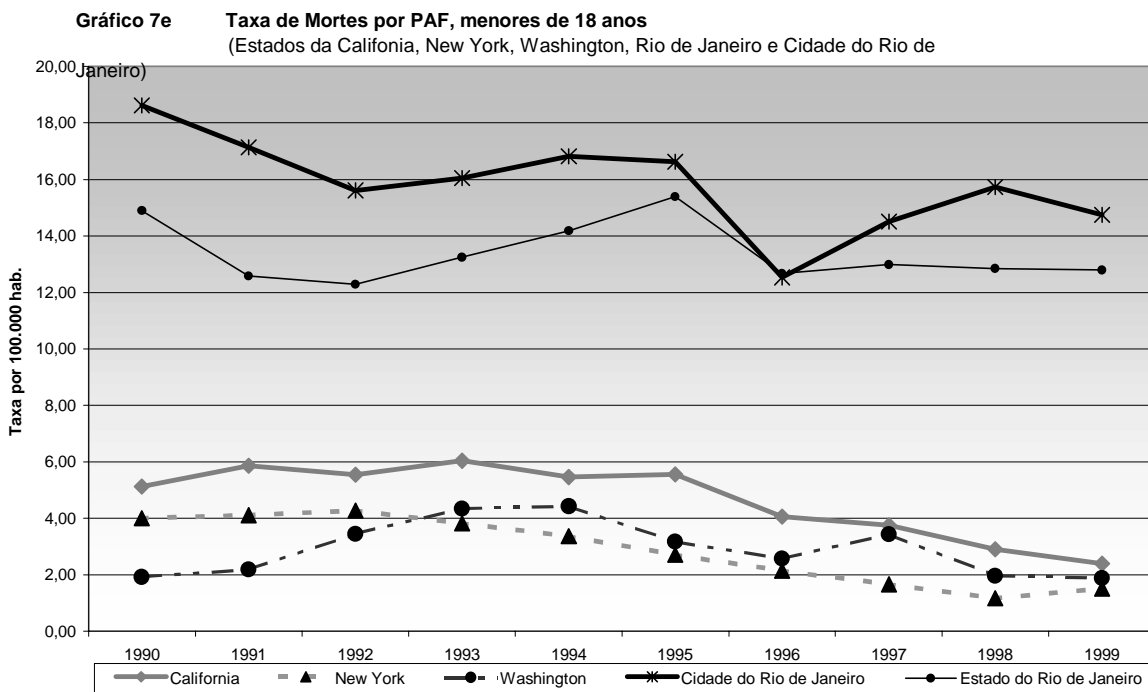


Ao analisarmos os dados do Gráfico 7 d, vemos que houve um aumento marcante de mortes por ação policial no Rio entre 1993 e 2001. Vemos ainda que, apesar da evolução do número de mortes de crianças e adolescentes em consequência da ação policial oscilar entre 1993 e 2001, também cresceu consideravelmente, de 12 mortes em 1993, para 52 mortes em 2001, uma diferença de 333,3%. Uma das razões possíveis para essa oscilação é que, nos anos em que poucos jovens de menos de 18 anos morreram vítimas da ação policial, o número de vítimas fatais com idade não-identificada foi elevado.

Por exemplo, os dois anos que mostram menos mortes de crianças e adolescentes – 1998, com nove menores mortos, 1999, com apenas cinco menores mortes pela polícia - foram também os anos que mostram o maior (138) e o terceiro maior (63) número de vítimas fatais da ação policial na qual a idade da vítima não é identificada. Em contraste, em 2001, quando se registra o maior número de mortes pela polícia, encontramos o menor número (5) de vítimas sem idade identificada. Isso daria a entender que, em certos anos, entre 1993 e 2001, a polícia não registrava a idade de suas vítimas menores de 18 anos, para que as estatísticas oficiais de menores mortos pela polícia parecesse menor.

É preciso também frisar que as estatísticas acima incluem apenas as mortes de menores por ação policial registradas pela polícia. Em razão da existência de cemitérios clandestinos, utilizados por policiais corruptos para dar destino aos cadáveres das vítimas de suas execuções, é possível que o número de crianças e adolescentes mortos pela polícia seja, na realidade, superior ao mostrado acima.

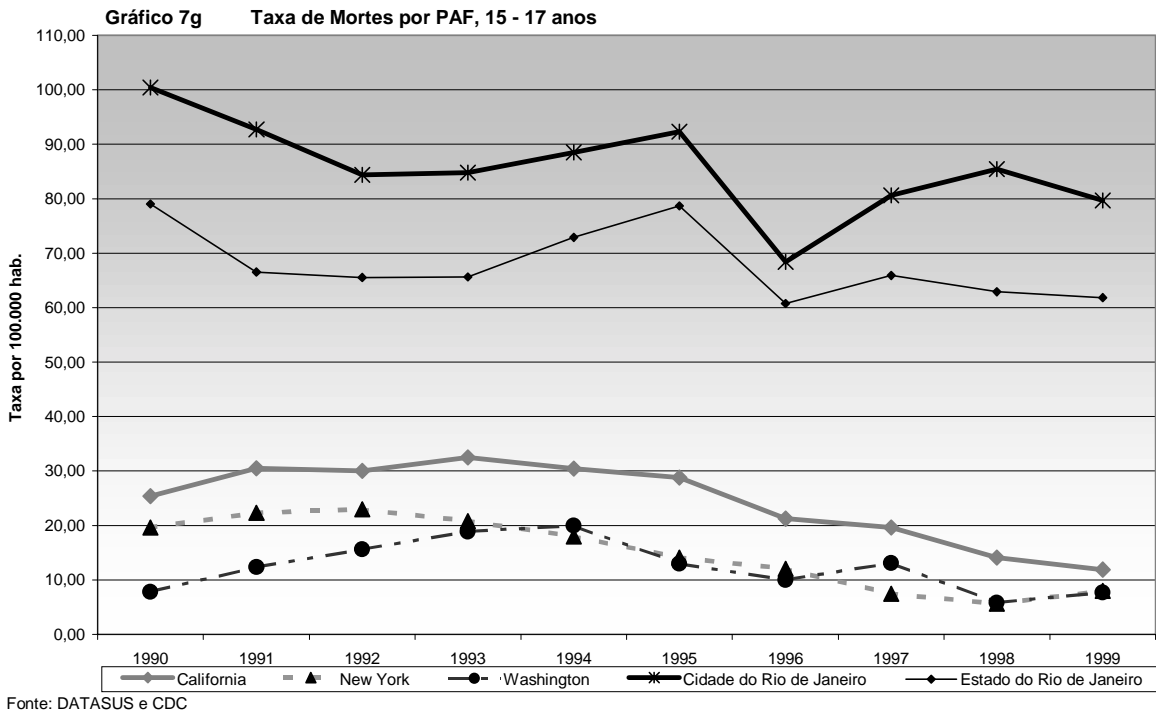
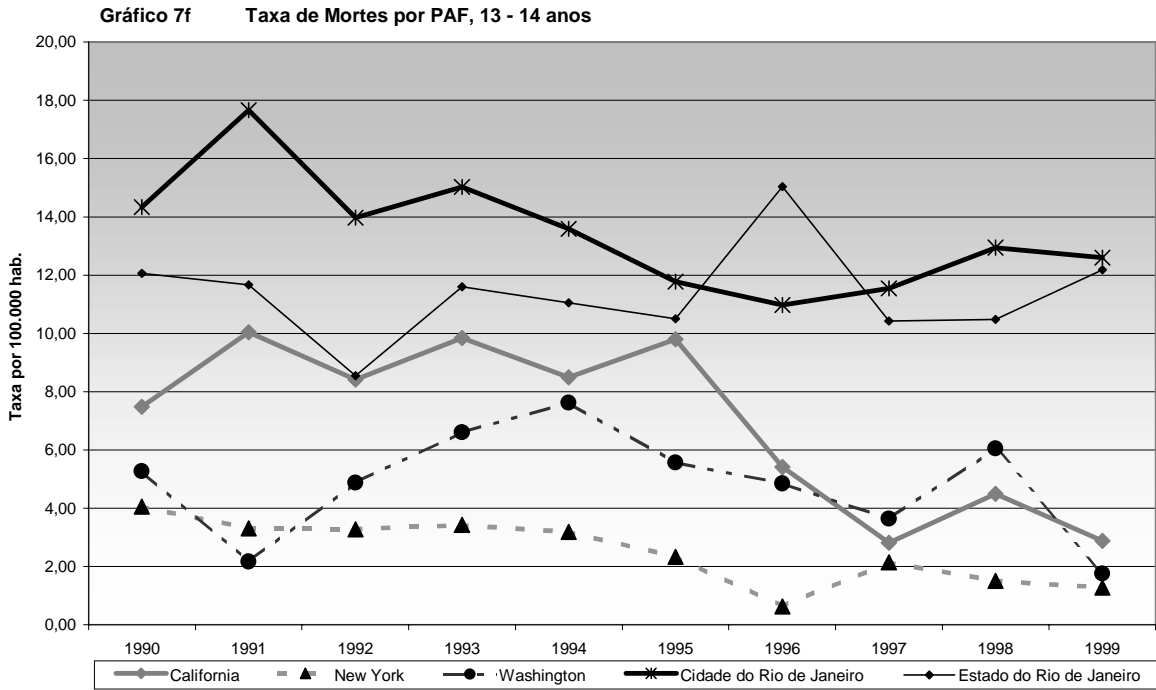
A fim de compreender totalmente o significado dos índices de mortalidade de menores por armas de fogo no Rio de Janeiro, apresentamos a seguir uma curta análise desses índices de mortalidade na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, e nos estados da Califórnia (EUA), Washington (EUA) e Nova York (EUA). Esses estados norte-americanos foram escolhidos por terem histórias documentadas de quadrilhas e violência com armas de fogo em seus centros urbanos.



Como se demonstra no **Gráfico 7e**, entre 1990 e 1991, os índices de mortalidade por arma de fogo entre os menores de 18 anos, tanto no estado como na cidade do Rio de Janeiro, eram consideravelmente mais elevados do que naqueles estados norte-americanos. O índice no estado da Califórnia em 1999, por exemplo, foi de 2,4 por 100.000, com 213 mortes; no mesmo ano, os valores no estado do Rio foram 12,8 por 100.000, com 563 mortes, enquanto a cidade do Rio de Janeiro registrava 14,7 mortes por 100.000, com 259 óbitos.

Igualmente em 1999, os números para o estado de Washington eram de 1,9 por 100.000, com 28 mortes, e no estado de Nova York, de 1,5 por 100.000, com 87 mortes. A mortalidade de menores de 18 anos provocada por armas de fogo em ambos os estados norte-americanos foi muito menor do que no estado e na cidade do Rio de Janeiro.

Ao examinarmos mais atentamente os números nesses lugares selecionados, vemos que tanto a faixa etária dos 13-14 anos como a faixa dos 15-17 anos – isto é, as faixas mais afetadas pelas mortes por tiros – são consideravelmente mais elevadas no estado e na cidade do Rio de Janeiro do que naquelas unidades federadas dos Estados Unidos. Ver **Gráficos 7f e 7g** abaixo.



O índice de mortalidade provocada por armas de fogo na faixa etária de 13-14 anos no estado da Califórnia em 1999, por exemplo, foi de 2,9 por 100.000, com 29 mortes. No

mesmo ano, o estado do Rio registrou, na mesma faixa de 13-14 anos, 12,2 por 100.000, com 59 mortes, e a cidade do Rio de Janeiro, 12,6 por 100.000 com 30 mortes.

Também em 1999, os números equivalentes para o estado de Washington foram de 1,8 por 100.000 e 3 mortes, e para o estado de Nova York, de 1,3 por 100.000 e 6 mortes; nos dois estados, os dados foram bem inferiores aos dados do estado e da cidade do Rio de Janeiro.

Quando examinamos os números da mortalidade provocada por armas de fogo na faixa de 15-17 anos, os dados são ainda piores no Rio de Janeiro do que naqueles estados dos EUA.. A mortalidade em 1999 no estado da Califórnia foi de 11,9 por 100.000, com 163 mortes, contra 61,8 por 100.000, com 482 mortes no estado do Rio de Janeiro, e 79,7 por 100.000 na cidade do Rio de Janeiro com 216 mortes.

Do mesmo modo, em 1999, sempre na faixa dos 15-17 ANOS, os números para o estado de Washington foram de 7,7 por 100.000, com 20 mortes, e de 8,0 por 100.000, com 56 mortes no estado de Nova York.

Como já foi observado em outra parte deste capítulo, os índices extremamente elevados de mortes por tiros na faixa dos 15 a 17 anos refletem as constatações desta pesquisa sobre os modelos de trabalho de crianças no tráfico: o número de menores empregado como soldados ou trabalhando na segurança armada do território da facção é mais elevado na faixa dos 15 a 17 anos.

Mesmo comparando os índice de mortalidade dessa faixa etária no estado do Rio de Janeiro com estados norte-americanos conhecidos por terem cidades com um histórico de drogas, quadrilhas e violência com armas de fogo, fenômeno que envolve adversamente os jovens na faixa dos 15 a 17 anos, encontramos índices de mortalidade muito mais elevados no Rio de Janeiro do que naqueles estados.

Mais chocante ainda é o fato de o número de mortes de menores de 18 anos provocadas por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro ser pior do que em algumas regiões do mundo que satisfazem a definição tradicional de “conflito armado” ou “guerra”. Por exemplo, no conflito entre Israel e a Palestina sobre os territórios ocupados, morreram 467 menores israelenses e palestinos entre dezembro de 1987 e novembro de 2001<sup>63</sup>. Durante o mesmo período, apenas no município do Rio de Janeiro, morreram 3937 menores por ferimentos à bala.

## **7.7 As perspectivas dos jovens: favelas, facções e identidade**

Este capítulo examina o efeito que tiveram 20 anos de domínio das facções e de territorialização das comunidades faveladas sobre a visão que os jovens da favela têm da violência armada e da comunidade. A fim de focalizar principalmente os jovens que eram crianças ou adolescentes nos anos 80 e 90, quando o domínio das facções tornou-se realidade na maioria das favelas do Rio, entrevistaram-se 100 jovens de ambos os sexos, de seis favelas, na faixa de 14 a 24 anos. As entrevistas foram aplicadas verbalmente por

---

<sup>63</sup> Dados fornecidos pelo Centro Israelense de Informação sobre Direitos Humanos nos Territórios Ocupados.

meio de um questionário. Foram realizadas igualmente duas entrevistas em grupo, com um total de 30 jovens de outras 3 favelas.

Doze jovens que participavam de um programa educativo do **VIVA RIO, Zeladores**<sup>64</sup>, e já estavam sendo capacitados para a aplicação de entrevistas para pesquisas, foram escolhidos para entrevistarem jovens que vivem em suas comunidades de favela. O questionário foi elaborado para pesquisar as opiniões dos jovens das favelas sobre os traficantes e sobre a polícia, quanto a violência, tratamento, proteção e identidade. Os jovens escolhidos para realizar a coleta dos dados trabalharam com pesquisadores da presente pesquisa para finalizar o modelo do questionário e, em seguida, receberam treinamento para aplicá-lo. O treinamento mostrava como escolher um grupo representativo de jovens na comunidade, a fim que os resultados não representassem apenas a opinião de um grupo social específico, o que poderia ter uma opinião comum sobre violência, tráfico ou polícia (como membros de uma mesma igreja, ou membros de uma mesma *gangue*). Nenhum dos jovens que respondeu ao questionário tinha envolvimento direto com o tráfico.

Dos 100 jovens, entre 16 e 24 anos, 55% eram homens e 45%, mulheres. Na época da entrevista, havia 70% de casados, 5% solteiros e 25% viviam com seus companheiros. Havia 41% de empregados e 50% de desempregados. Dentre aqueles que estavam empregados, as funções iam do trabalho manual à prestação de serviços, e incluíam funções administrativas, militares e trabalhos domésticos (com maior número em trabalho manual e prestação de serviços). Mais da metade dos entrevistados estudava, com 57% completando o primário e 43% o nível secundário. Dos que não estudavam, 51% haviam abandonado a escola antes de completar o primário. Do total, 2% dos entrevistados declararam não ter renda, 47% declararam uma renda familiar de menos de R\$350 por mês, e 34% uma renda familiar de mais de R\$350. Apesar de todos viverem em áreas urbanas definidas como comunidades faveladas, somente 81% declararam morar em favela, 19% declararam viver em espaço asfaltado<sup>65</sup>. Isso pode refletir o estigma social ligado a morar em favela, com alguns moradores preferindo declarar que moram em espaços asfaltados. Ou também pode significar que alguns dos entrevistados vivem em espaços fronteiros às favelas, adjacentes a vias públicas urbanizadas.

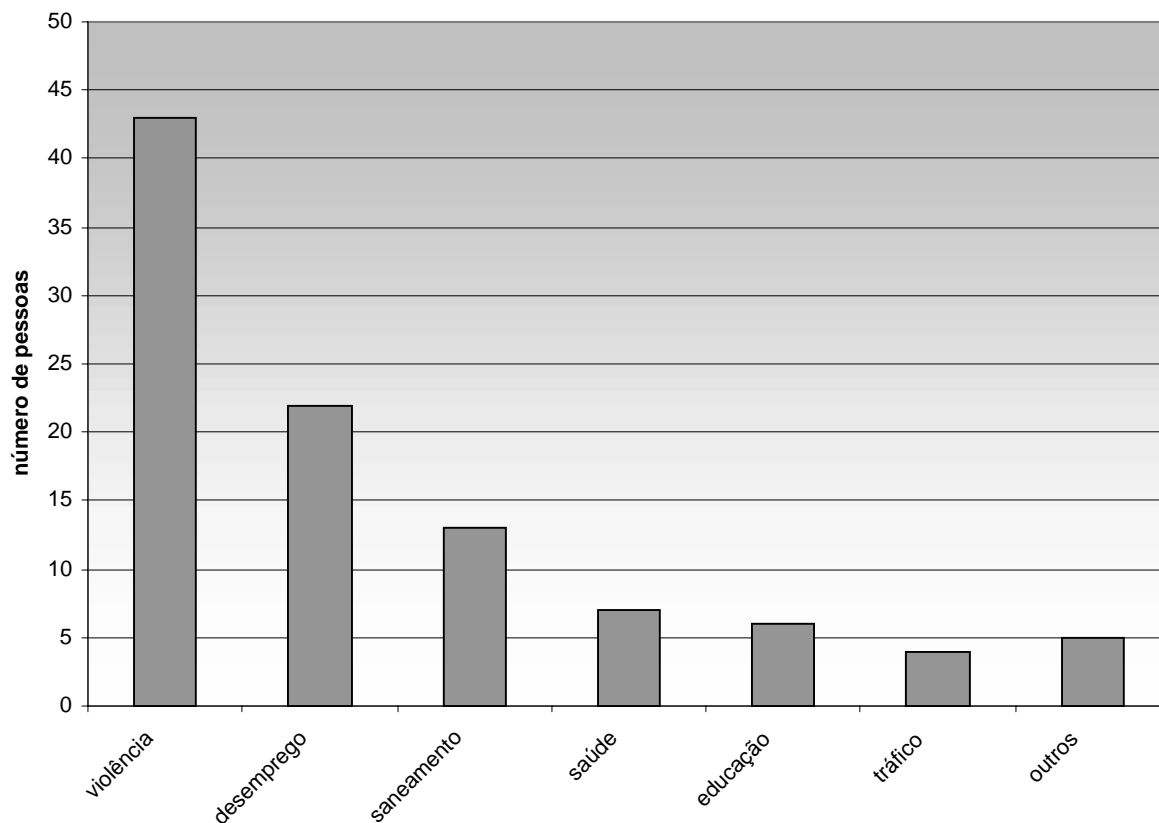
Quando perguntados sobre o maior problema de sua comunidade, um grande número (43%) respondeu a *violência* (ver **Gráfico 7h**).

---

<sup>64</sup> *Zeladores* organiza classes de educação de primeiro grau e coordena trabalho voluntário com base na comunidade para pessoas na faixa dos 18 a 24 anos nas favelas ou comunidades carentes, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>65</sup> Isto é, fora da favela.

**Gráfico 7h Qual é o maior problema na sua comunidade?**



Apesar da maioria considerar a violência como principal problema, um número significativo não considerou sua comunidade um lugar violento. A essa pergunta, 52% responderam que achavam sua comunidade violenta, mas 46% acham que não é violenta, e 2% não responderam.

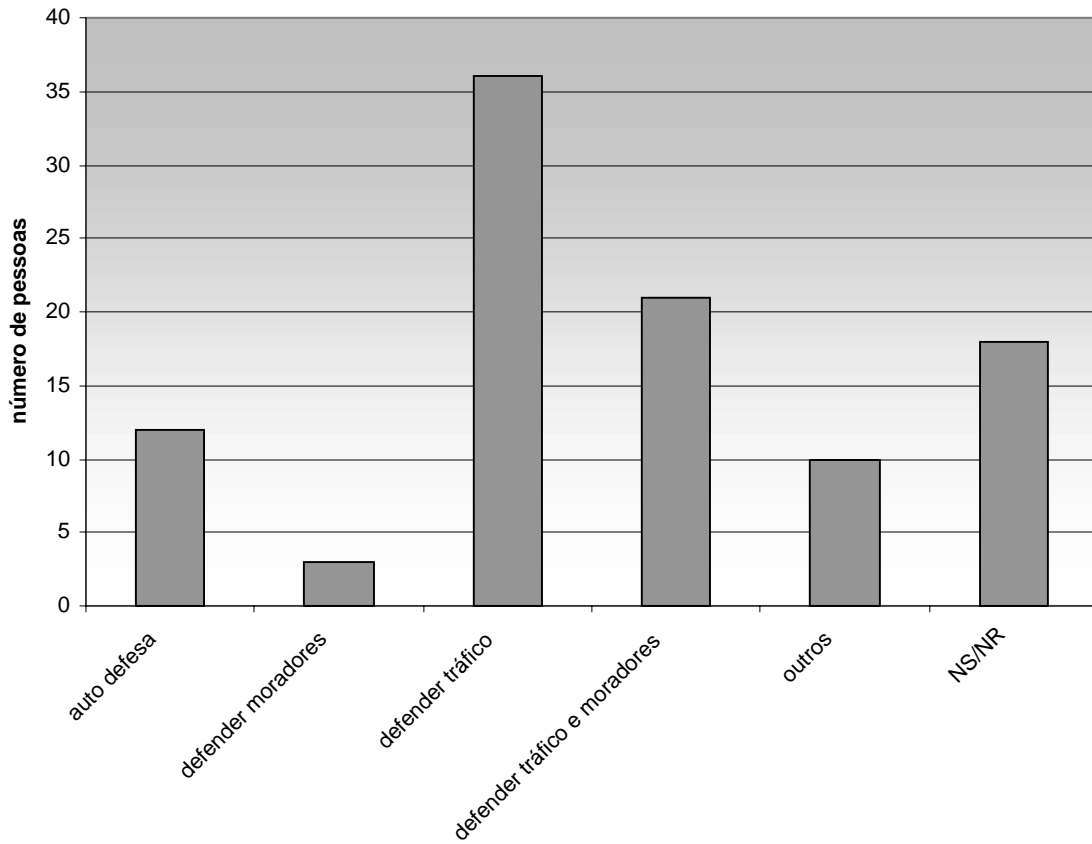
Em contraste, a maioria (68%) dos entrevistados conhecia ou sabia de alguém que tinha sido ferido por bala na comunidade, e 71% conheciam ou sabiam de alguém que havia morrido a tiros na comunidade. Em resposta à pergunta sobre a frequência de confrontos armados na comunidade, 33% responderam que os confrontos eram regulares, 29% disseram “às vezes” e 2% disseram que suas comunidades estavam em estado de guerra entre facções e os confrontos eram constantes. 27% declararam que os confrontos armados eram raros e somente 3% afirmaram que nunca havia confrontos armados. Além disso, 28% disseram que balas perdidas tinham acertado suas casas durante confrontos.

A maioria dos entrevistados (75%) também comentou que havia pessoas ostensivamente armadas em sua comunidade.

As duas razões principais, segundo os entrevistados, para essas pessoas andarem ostensivamente armadas, são a proteção do tráfico (36%) e a proteção do tráfico e dos

moradores (21%). Uma minoria de 12% acha que aquelas pessoas andam armadas para se defenderem e 3% dizem que é para defender os moradores das comunidades (Ver **Gráfico 7i**)

**Gráfico 7i** Por que existem pessoas visivelmente armadas na sua comunidade?

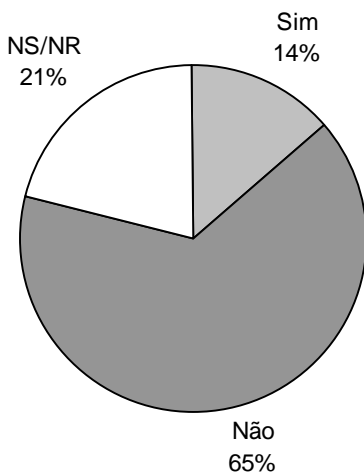


Quando perguntados contra quem estavam defendendo os traficantes ou os moradores, 12% responderam que era contra a polícia, 26% que era contra grupos armados de outras comunidades, e 56% que era tanto contra a polícia como contra grupos de outras comunidades.

Dos 71% de entrevistados que viam pessoas armadas em suas comunidades, a maioria, 65%, não se sentia protegida por elas e somente uma minoria de 14% se sentia protegida (ver **Diagrama 7a**).

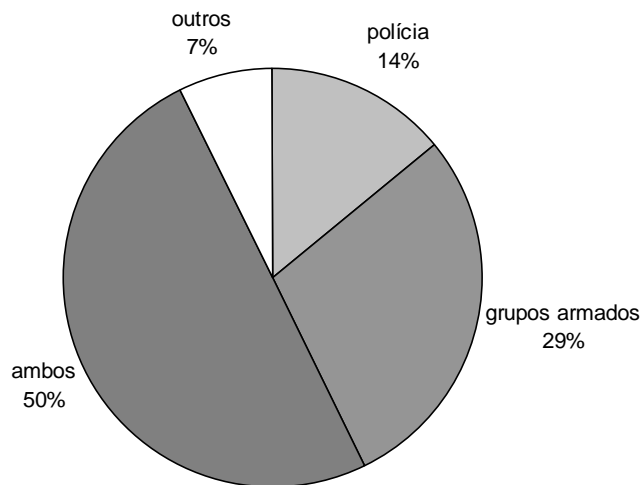
Diagrama 7a

Você se sente protegido pelos grupos armados na sua comunidade?



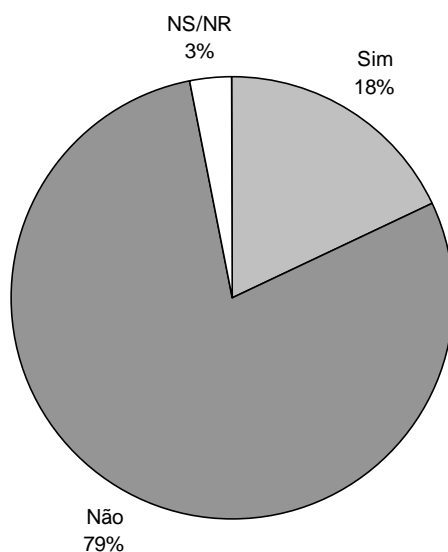
Dos 14% que se sentia protegida, quase todos achavam que estavam sendo protegidos da polícia (14%) de grupos armados de outras comunidades (29%) e de ambos (50%) (Ver **Diagrama 7b**).

Diagrama 7b De quem você está sendo protegido?



A ampla maioria (79%) dos entrevistados declarou que não se identificava com nenhuma facção da droga (ver **Diagrama 7c**). Mas, perguntados se poderiam freqüentar alguma outra favela do Rio, a metade disse que não poderia (ver **Diagrama 7 D**). Quase todos (92%) disseram que não poderiam freqüentar outra comunidade em razão da presença de facções rivais das que dominavam a sua própria comunidade (ver **Diagrama 7 E**).

**Diagrama 7c** Você se identifica com alguma facção de drogas?



**Diagrama 7d** Você pode freqüentar qualquer favela no Rio de Janeiro ?

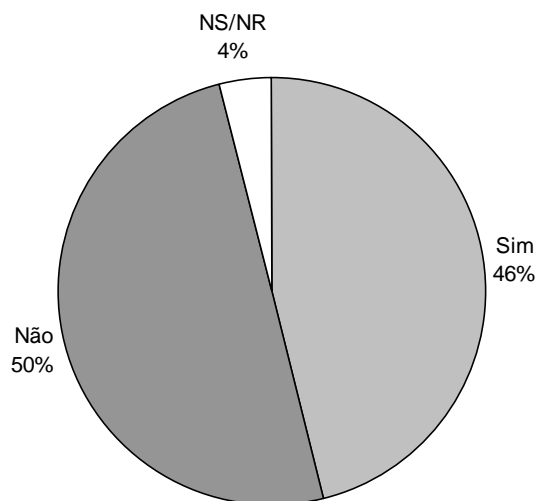
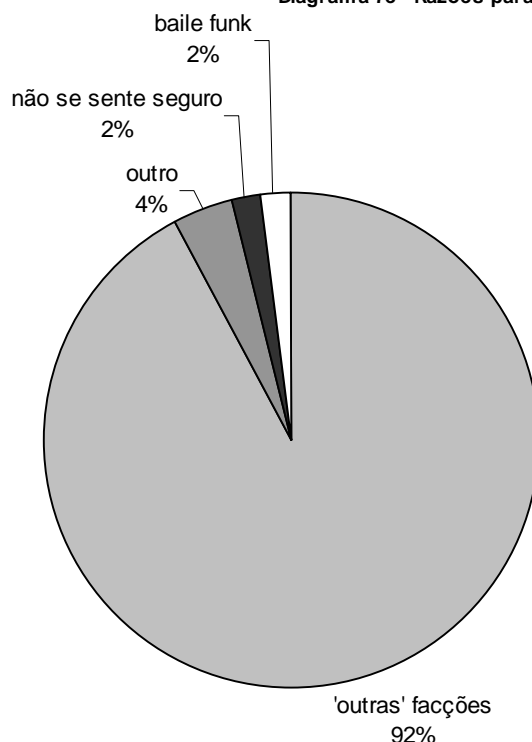


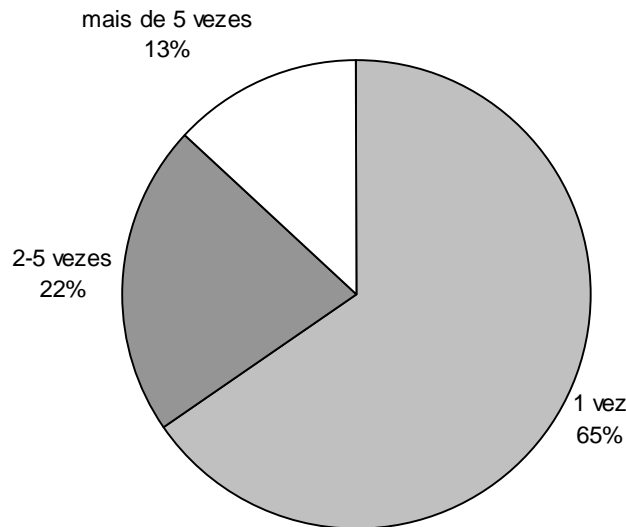
Diagrama 7e Razões para não frequentar qualquer favela



A maioria (72%) desses entrevistados não confiava absolutamente na polícia, enquanto a maioria dos demais (24%) só confiava parcialmente na polícia. Somente 2% confiavam muito na polícia e 2% não responderam. As razões dadas para não confiar na polícia, em termos absolutos ou parcialmente, foram: os policiais são corruptos (30%); os policiais não respeitam os moradores das favelas (17%); os policiais são criminosos (10%); os policiais são malandros (10%); os policiais são desonestos (7%); os policiais não são capacitados (7%); os policiais não dão nenhuma segurança (7%); os policiais estão envolvidos com o tráfico (6%); os policiais entram na favela atirando sem critério (4%); os policiais exploram as pessoas (2%).

Apesar da maioria (77%) não ter sido agredida pela polícia, uma proporção importante (23%) havia sido agredida; destes, 65% haviam sofrido uma agressão, 22% haviam sido agredido entre 2 e 5 vezes, e 13% haviam sido agredidos mais de 5 vezes. (Ver Diagrama 7f).

**Diagrama 7f Quantas vezes você já foi agredido pela polícia?**



**A análise desses questionários leva às seguintes conclusões:**

- 1) Quase todos os jovens reconhecem níveis elevados de violência em suas comunidades, mas uma proporção importante não considera violenta sua comunidade.  
Existem duas explicações possíveis: a) como a violência não é dirigida especificamente a eles, mas é um assunto entre traficantes e polícia, os jovens não se sentem em perigo pessoalmente, e não consideram a comunidade como violenta. b) a violência armada na comunidade tornou-se uma coisa normal para uma parte significativa dos jovens da favela.
- 2) Parcela importante desses jovens acredita que, além de defender o tráfico, as facções armadas, em suas comunidades, também defendem os moradores contra outros grupos armados e contra a polícia. Alguns jovens até acreditam que as facções defendem, principalmente, os moradores dessas ameaças externas.
- 3) Apesar de muitos jovens considerarem as facções como defensoras dos moradores, a maioria desses jovens não se sente protegida por elas, mas uma minoria pequena, mas significativa, tem a sensação de proteção.
- 4) Apesar de a ampla maioria dos jovens da favela, não envolvida com o tráfico, declarar não se identificar com nenhuma facção, a metade deles não frequenta comunidades controladas por “outras” facções (“rivais”).

- 5) A ampla maioria dos jovens não confia na polícia em razão da corrupção, desonestidade, violência ou incompetência. Uma proporção importante dos jovens foi agredida por policiais, alguns mais de 5 vezes.

As entrevistas em grupo com jovens das favelas não envolvidos no tráfico, de três outras favelas, confirmaram essas conclusões. Elas também mostraram que a presença de grupos armados que dominam, “defendem” e controlam as comunidades afetou negativamente as perspectivas de crianças, adolescentes e jovens nascidos em meados dos anos 80, no que diz respeito às relações sociais, a moradores de outras favelas e à legitimidade do governo e da polícia como sustentáculos da lei, da ordem e da justiça. Todavia, o que se tornou cada vez mais visível no decorrer desses grupos de discussão é que, apesar de quase todos os jovens terem os mesmos sentimentos de medo e desconfiança em relação à polícia, quando se trata de expressarem seus sentimentos sobre os traficantes, quanto à violência, ao tratamento, à proteção e à identidade, os jovens da favela não se apresentam como um grupo totalmente homogêneo.

Por exemplo, os rapazes tendem a se identificar muito mais com as facções do que as moças ou que os jovens de mais de 20 anos. Durante a discussão, muitos rapazes mostraram as facções sob uma luz romantizada e positiva, considerando-se a si mesmo como sendo do *Comando Vermelho* ou do *Terceiro Comando*, mesmo não estando envolvidos com o tráfico. Isso pode ser devido ao fato de que, provavelmente, adolescentes tenham amigos envolvidos com o tráfico, já que tantos membros das facções estão nessa faixa etária. Pode se dever também à forma com que os rapazes são tratados pela polícia ou mesmo por facções rivais de outras comunidades como se fossem traficantes, pelo simples fato de morarem numa favela controlada por uma facção, independente de seu grau de envolvimento real com o tráfico. Ao examinarmos as estatísticas de mortalidade no Rio (ver cap. 7.6), vemos que adolescentes e jovens adultos são os grupos mais afetados por morte provocada por armas de fogo. Sentindo-se ameaçados pela violência à sua volta e sendo tratados pela polícia e por facções rivais como se fossem “envolvidos”, não surpreende que muitos adolescentes do sexo feminino se sintam mais seguros em sua favela, protegidos pela facção local. O resultado é a identidade compartilhada com um grupo local, para muitos rapazes “não-envolvidos”.

Sem dúvida, as noções de comunidade e de identidade das facções locais estão entrelaçadas para muitas crianças e jovens que cresceram desde os anos 80 e 90. Quer se identifiquem ou não com a facção local, os jovens são o grupo social mais afetado pela violência relacionada com a droga: há lugares da cidade para os quais não podem ir, em razão da presença de “outras” facções, de facções “rivais”, e todos os jovens enfrentam maus tratos da polícia e o estigma da sociedade, quando saem das favelas, por terem uma imagem associada a facções, mesmo quando não estão envolvidos com o tráfico.

Os vínculos entre identidade, comunidade e facções também estavam muito presentes entre crianças e adolescentes envolvidos no tráfico. Algumas crianças mais jovens que trabalham para facções simplesmente não compreendem que a comunidade existe independentemente de sua facção, percebendo, ao contrário, a comunidade e a facção como sendo entidades mutuamente representativas uma da outra.

E - “[O que é o Comando Vermelho?”

T - *É, a pessoa que na favela, só mora Comando Vermelho então não pode encontrar com Terceiro... Se entra Terceiro, os cara do Comando Vermelho Mata.*

*E – Mas todo mundo na comunidade tem facção?*  
*T - Lá na favela do Comando Vermelho todo mundo tem.*  
*E – Aí, por exemplo, mãe, pai, filho, irmão, primo, todo mundo que mora numa comunidade do Comando Vermelho são Vermelho mesmo?*  
*T – São Comando Vermelho.*  
*E – Mesmo que ele é motorista de táxi, ou dona de casa,...*  
*T – É, mas eles são Comando Vermelho.*

*Olheiro, 12 anos*

Essas crianças em geral nasceram depois de meados dos 80 e, por isso, cresceram quando as divisões territoriais entre facções já estavam definidas e se disputavam nas fronteiras das favelas. Tendo crescido depois de 1990, este garoto tinha poucas outras referências além dos traficantes, visíveis e dominadoras, para refletir sobre quem representava e controlava sua comunidade e, dessa forma, o que representavam membros da comunidade não envolvidos. Como se viu nas discussões em grupo com jovens das favelas, a identidade, principalmente para jovens adolescentes do sexo masculino, das favelas dominadas por facções se define pela afiliação à facção local, mesmo que seja apenas pela situação geográfica.

## 8. **Violência Armada Organizada: perspectivas internacionais e definições propostas.**

### 8.1 **Definições tradicionais e conceitos novos: A Violência Armada Organizada**

Este documento trata principalmente do papel das crianças na violência com armas leves e provocada por disputas entre facções da droga no Rio de Janeiro. No entanto, para definir plenamente a posição das crianças nesse quadro, é preciso primeiramente definir o contexto no qual elas se movem. Aqui, parece importante abrir a discussão sobre a natureza dos conflitos territoriais entre facções da droga no Rio; estes conflitos assemelham-se mais com a definição de “guerra”, de “conflito armado” ou de crime organizado”? Este capítulo examina essas definições, comparando-as com a realidade de conflitos armados entre facções rivais e polícia no Rio de Janeiro. Em seguida, é apresentada uma nova categoria para definir os conflitos das facções, a Violência Armada Organizada.

#### **A retórica da guerra**

Desde o domínio das favelas pelas facções da droga, do início para meados dos anos 80, a violência com armas leves entre facções e com a polícia tem sido cada vez mais comparada com “guerra” pela mídia brasileira, por figuras públicas e mesmo pelo superintendente da Polícia Federal no Rio.

A imprensa tem repetidamente utilizado a palavra “guerra” em manchetes, ao relatar tiroteios duradouros ou o uso de granadas e bazucas entre facções rivais e a polícia. As seguintes notícias apareceram nos jornais do período de realização desta pesquisa.

#### **A rotina da guerra**

Relatório das Nações Unidas confirma que a polícia do Rio de Janeiro mata mais que qualquer outra no mundo.  
O Globo, 11/04/01

**Guerra de tráfico de drogas fecha o comércio no Catumbi:** morte de traficante na favela da Mineira causa luto forçado em três ruas comerciais.  
O Dia, 25/10/01

**Zona de guerra de tráfico de drogas:** bandidos matam quatro pessoas, ferem sete e aterrorizam as ruas do Estácio e Catumbi.  
O Globo, 11/03/02

Notícias recentes do site do Globo (23/04/02) mostraram reportagens de guerra sobre uma disputa armada entre facções rivais.

#### **Luta armada na favela Jorge Turco**

*Rio- traficantes de drogas de grupos rivais estão em conflito, trocando tiro na favela de Jorge Turco<sup>66</sup> em Rocha Miranda. A Polícia do 9º Batalhão está no local. Os residentes estão em pânico. Segundo a polícia no local, eles podem intervir. Eles afirmam que a*

---

<sup>66</sup> Jorge Turco é um dos fundadores do Comando Vermelho.

*luta armada é intensa. Carabinas, fuzis automáticos e metralhadoras de diferentes calibres estão sendo usados.*

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, declarou publicamente em janeiro de 2002 que,

*“... o governo deveria reconhecer o estado de guerra no qual o Brasil se encontra, pelo qual os grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas já controlam amplas áreas urbanas de cidades importantes brasileiras tais como Rio de Janeiro e São Paulo. Nessas áreas [...] a população civil segue as leis de comportamento impostas pelos traficantes que são mais bem armados que a polícia. A realidade não pode ser mais mascarada: estamos em estado de guerra”.*<sup>67</sup>

Esse terror é partilhado pelo público brasileiro. Numa pesquisa de opinião pública recente, 84% de brasileiros estavam a favor de solicitar o exército para combater a violência do crime.<sup>68</sup>

Numa entrevista, o superintendente da Polícia Federal do Rio de Janeiro, Marcelo Itagiba se referiu às facções de droga como,

*“... grupos que usam táticas e armas de guerrilha dentro das favelas do Rio de Janeiro. A polícia... pode entrar nas favelas, mas imediatamente ela é confrontada (por traficantes). Nós não podemos manter uma ocupação (da polícia) permanente, e quando saímos, a favela é novamente ocupada por esses grupos”.*<sup>69</sup>

A terminologia empregada por traficantes de droga e sua estrutura local, como descrito nos capítulos anteriores, é de unidades de luta altamente organizadas que normalmente seriam encontradas em situações de guerra ou conflito. Além disso, como os relatórios da imprensa seguintes demonstram, recentemente, um ex-membro do exército brasileiro foi contratado por facções de droga para treinar seus soldados nas táticas de guerrilha e defender contra o BOPE.<sup>70</sup> Há rumores de que ex-paraquedistas estão agindo como unidade mercenária dentro de conflito armado de facções de droga durante o ano de 2002.

### **Ex-militares do Exército treinam traficantes no Rio: Cursos dados por cabos e soldados da reserva custam até R\$8 mil por mês**

O Globo 03/02/02

*...em toda a cidade, pelo menos 15 ex-militares dão aulas a 265 bandidos, reunidos em turmas de até 20 alunos, sobre táticas de guerrilha urbana, sobrevivência na selva e manuseio de armas pesadas. Usando fardas e granadas desviadas do Exército, os*

<sup>67</sup> OAB/ Conselho Federal – Notícias, 22/02/2002

<sup>68</sup> Instituto Datafolha, Folha-on-line, 19/03/02

<sup>69</sup> O Globo, pág24, “Traficantes atuam com táticas de Guerrilha” 21/10/01

<sup>70</sup> Batalhão de Operações Especiais.

*instrutores recebem pagamentos que podem chegar a R\$3 mil por aula ou R\$8 mil por mês.*

### **Traficantes contam com ex-militares**

Jornal do Brasil 04/04/02

*Em uniformes camuflados, armados de fuzis, metralhadoras e granadas, 32 ex-militares, oriundos da Brigada Pára-quedista do Exército estariam cruzando as ruas do Rio em missões táticas encomendadas por facções criminosas, em guerra por pontos de venda de drogas. Apelidado de “bonde verde”, o grupo não guardaria fidelidade a qualquer facção, atuando sempre como mercenário.*

### **Definições tradicionais: guerra, conflito, e crime organizado**

Apesar da ampla preocupação da opinião, do uso constante de terminologia “guerreira” e do envolvimento de ex-militares em grupos mercenários, as definições existentes devem primeiro ser avaliadas antes de podermos definir com propriedade as disputas das facções da droga no Rio.

**Guerra:** 1. Violência sustentada entre grupos, da qual participam forças militares de um estado em, pelo menos, um dos lados<sup>7</sup>. Conflito armado com pelo menos 1000 militares mortos em combate, no qual pelo menos uma das partes é o governo de um estado<sup>8</sup>.

**Conflito Armado Importante:** 1. Utilização da força armada entre forças militares de dois ou mais governos, ou de um governo e, pelo menos, um grupo armado organizado, tendo como resultado a morte - relacionada com combates – de, pelo menos, 1000 pessoas em um único ano, e no qual a controvérsia diz respeito a controle de governo e/ou de território<sup>9</sup>.

**Crime Organizado:** 1. Qualquer associação ou grupo de pessoas participando de modo contínuo em atividades ilegais em busca de lucro, independentemente de fronteiras nacionais.<sup>10</sup> 2. Atividade ilícita com motivação econômica empreendida por qualquer grupo, associação ou corpo composto por dois ou mais indivíduos, organizados formal ou informalmente, motivadora de um impacto negativo importante do ponto de vista econômico, social, da geração de violência, da saúde e segurança e/ou meio ambiente.<sup>11</sup>

**Crime:** Ato cometido ou omitido em violação de uma lei que o proíbe ou o ordena, e pelo qual a punição é imposta por condenação. 2. Atividade ilegal em geral.<sup>12</sup>

---

<sup>7</sup> Silliman, G. Sidney, *International Conflict: War and Peace*, 2000, California State Polytechnic University

<sup>8</sup> The Nobel Foundation, *Wars in the 20<sup>th</sup> Century, Definitions and categories*, <http://www.nobel.se/peace/educational/conflictmap/about.html>

<sup>9</sup> Seybolt, Taylor B., *Major Armed Conflicts*, SIPRI Yearbook 2001: armaments, disarmament and international security, Oxford University Press, Oxford, 2001

<sup>10</sup> Interpol

<sup>11</sup> Porteous, Samuel D., *Organized Crime Impact Study Highlights*, Porteous Consulting, Public Works and Government Services of Canada, 1998, Cat.JS42-83/1998, ISBN 0-662-63748-8

<sup>12</sup> *The American Heritage Dictionary of the English Language*, American Heritage Publishing Co., 1971.

A fim de que as disputas territoriais armadas entre as facções da droga no Rio tenham uma melhor definição, propomos os seguintes pontos comuns relativos a sua estrutura e a seus objetivos:

- 1) **As facções são muito estruturadas em nível local:** elas são estruturadas hierarquicamente como uma unidade armada organizada em nível local (ver cap. 6.1).
- 2) **As facções são menos estruturadas no nível da cidade:** Apesar de se discutir se o *Comando Vermelho*, o *Terceiro Comando* ou *Amigos dos Amigos* são dirigidos por traficantes individuais, levando-se em conta toda a cidade, as facções não são unificadas através de uma hierarquia militar ou corporativa, como se entende tradicionalmente, existindo como grupo de *donos* independentes, unidos por alianças de ajuda mútua que propagam o nome de uma facção e lealdade (ver cap.6.1)
- 3) **As facções são motivadas economicamente:** As quatro facções principais do Rio não podem ser individualizadas quanto à ideologia ou ao objetivo. Apesar dos diferentes grupos poderem seguir códigos de comportamento, estruturas organizacionais e noções de justiça diferentes, têm um objetivo financeiro idêntico: o controle das vendas ilegais de droga na Cidade. As facções também têm estratégias quase idênticas para alcançar esse controle: a dominação da comunidade como base de poder. (Ver cap. 6.1, 6.2 e 6.3)
- 4) **As facções são financeiramente auto-sustentáveis:** Como grupo armado, são financeiramente auto-suficientes pela própria razão de seu objetivo, o controle das vendas ilegais de droga, e não dependem de outros crimes ou fontes para se armarem.
- 5) **Doutrinação dos jovens:** Apesar de não haver diferenças ideológicas entre elas, as facções demonizam ativamente seus rivais, doutrinando os membros da comunidade, especialmente os jovens, para que odeiem e temam facções rivais e pessoas das comunidades dominadas por elas.
- 6) **As facções são territoriais:** As facções se definem geograficamente através da dominação das favelas onde se baseiam suas vendas (cap. 6.3)
- 7) **As facções controlam as comunidades de favela:** As facções controlam as comunidades por um domínio quase político. Esse controle é praticado através de regras e punições clandestinas (Cap. 6.2).
- 8) **As facções são uma presença armada constante na comunidade:** As facções são uma presença armada constante nas comunidades que dominam, apresentando material bélico de guerra (Ver cap. 6.5)
- 9) **As facções participam da violência com armas leves em níveis elevados:** essa violência prolongada resulta em mais mortes por armas leves do que em áreas tradicionalmente definidas como de “guerra” ou de “conflito”. (ver capítulo 6.5).
- 10) **As crianças são empregadas pelas facções e utilizadas em disputas territoriais armadas:** Crianças e adolescentes têm estado cada vez mais envolvidos em confrontos armados com facções rivais e com a polícia (Ver parte 7).

Comparando-se as definições acima com estes pontos, que definem as facções no Rio, vemos que esta cidade não pode ser considerada como estando em estado de “guerra” ou de “conflito armado”, segundo as definições tradicionais dessas expressões, pela simples razão de que o estado não está sob ataque deliberado. As facções da droga são motivadas economicamente, por definição. Apesar da sua organização paramilitar local, do domínio territorial e político de espaços geográficos, do elevado número de combatentes armados (inclusive ex-militares) e da sua presença constante nas comunidades que dominam, das armas de uso militar e dos níveis de violência armada

que matam muito mais de 1000 civis e combatentes a cada ano, as facções do tráfico não têm interesse em assumir o lugar do estado.

Ocorreram alguns incidentes no Rio de Janeiro no período de realização desta pesquisa, quando os traficantes foram acusados de atacar a infra-estrutura do estado e órgãos o poder de estado. O escritório da Secretaria Estadual de Direitos Humanos foi metralhado e uma granada foi lançada contra o prédio por dois homens na noite de 14 de maio de 2002. Os jornais e a polícia afirmaram que o ataque era resultado da ordem de um traficante de alto nível, descontente por não receber algumas regalias na prisão, apesar disso nunca ter sido provado. Na noite de 24 de junho, os escritórios da Prefeitura da cidade também foram metralhados por homens não identificados, sendo lançada uma granada (que não chegou a explodir) contra o edifício. Também desta vez foram acusados traficantes pelo ataque ao prédio, o que não ficou provado. Em ambos os casos, não houve danos pessoais e nenhuma organização, criminosa ou não, assumiu a responsabilidade dos ataques. Os jornais do Rio, após essas ocorrências, escreveram repetidas vezes que o Rio estava em estado de guerra com as facções da droga, pois o governo estava sob ataque. No entanto, mesmo se esses ataques tiveram como autoras<sup>13</sup> as facções, isso não muda o fato delas não terem interesse em assumir o lugar do estado, como o faria uma força militar adversa em estado de guerra tradicionalmente definido.

Além disso, as facções nunca estão verdadeiramente em oposição ao estado, a despeito da retórica em contrário, pois não são grupos unificados. Apesar de existir uma organização interna, códigos de conduta e uma cadeia de comando frouxa, as facções não estão estruturadas como uma organização militar, onde todos os membros servem sob o mesmo chefe, independentemente de qual unidade local representam. Por essa razão, apesar de compartilharem um objetivo econômico, não podem ser comparadas a grupos militares organizados, como as FARC (*Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*), um movimento de guerrilha que luta contra o estado de maneira unificada e com uma cadeia de comando militar.

As facções são altamente estruturadas de maneira paramilitar, em nível local, sendo uma presença armada constante na comunidade apenas para defender seus pontos de venda contra facções rivais igualmente bem organizadas e contra batidas policiais. São armadas com equipamentos de uso militar e estão envolvidas em altos níveis de violência provocada por armas leves, a fim de proteger o comércio ilegal de drogas, seu objetivo econômico básico. A territorialização é uma questão econômica, na medida em que as favelas proporcionam bases de poder defensáveis, nas quais os pontos de venda podem ter sua base. O território é dominado simplesmente em razão do lucro econômico, e não em oposição direta ao estado<sup>14</sup>. A dominação quase política das comunidades de favela

---

<sup>13</sup> É preciso observar que existem grupos politicamente interessados em desestabilizar o governo ou, pelo menos, em mostrá-lo publicamente como incapaz de controlar a onda de crimes no Rio. O ano de 2002 é de eleições e esse tipo de ocorrência pode ter utilidade política para alguns partidos.

<sup>14</sup> Traficantes entrevistados disseram que, ao lutarem contra invasões por facções rivais ou contra batidas da polícia, estavam defendendo sua vida, os pontos de venda de sua facção e a própria comunidade. Muitos traficantes cresceram na comunidade na qual trabalham e sabem que, se uma facção rival assume a comunidade ou se a polícia é bem sucedida em dominar sua área, seus amigos e suas famílias correm o risco de violentas represálias, de expulsão (no caso de facção rival) ou mesmo de morte (em ambos os casos, facção rival e polícia). Mas, apesar disso, a territorialização das facções, em princípio, é uma estratégia econômica, desenvolvida para aumentar os lucros e não para se opor ao estado.

(ver cap. 6.2) é, principalmente, uma questão de segurança, para que as facções possam se entrenchear nas comunidades para defenderem sua atividade ilegal e a si mesmas.

Em razão de seu controle sobre as favelas, tem havido algumas referências na mídia brasileira sobre as facções serem um “poder paralelo”, que assumiu o lugar do governo do estado nas favelas dominadas pelas facções. Se fosse o caso, as facções poderiam ser vistas como estando em competição direta e, dessa forma, em conflito com o governo do estado. Mas, como se viu no cap. 6.2, o controle das comunidades pelas facções só pode ser visto como simultâneo ao do estado, não suplantando ou concorrendo com este, já que não há espaços no Rio onde o estado seja incapaz de entrar ou ocupar, se assim o decidir. Além disso, o estado tem uma presença (reconhecidamente limitada) nas comunidades faveladas. A aceitação do controle das facções pelos moradores de favelas (ver cap.6.2) não se deve à ausência completa do estado, mas antes à falta de alternativas legítimas de governo. O estado fracassou na afirmação de um contrato social com os moradores das favelas, o que as facções fazem com muita eficiência. As facções assumiram o espaço sócio-político que o estado fracassou em ocupar. Mas, se o estado assim decidir, ele pode resgatar essas áreas do “controle das facções”; assim, não se pode ver as facções em concorrência ou conflito direto com o governo do estado.

A doutrinação de crianças e jovens na comunidade no sentido de odiar e temer as facções rivais é uma medida defensiva para garantir o apoio da comunidade e também para motivar os jovens *soldados* a matar, se necessário. É uma tática motivacional que garante apoio a fim de promover o lucro econômico, não representando nenhuma diferença religiosa, étnica, social ou ideológica entre comunidades ou facções. Mas é preciso observar que, em razão de disputas territoriais constantes entre facções, desde meados dos anos 80, e o grande número de mortes inocentes que se seguiram, as pessoas que cresceram nas comunidades dominadas pelas facções desde os anos 80 provavelmente perderam um parente, um amigo ou um conhecido como resultado de algum tipo de violência relacionada com as facções (inclusive ação policial). Assim, existe, especialmente entre as crianças e jovens, um compreensível medo verdadeiro das comunidades dominadas por facções rivais.

### **O papel “secundário” do Estado**

Apesar do estado poder não ser o objeto específico de ataques, é um ator nessa situação de “conflito”, em razão do contínuo confronto armado com facções organizadas. Mas seu envolvimento é secundário. Os agentes do estado, como a Polícia Militar, são alvos de ataques armados apenas a título defensivo, quando traficantes importantes são caçados, nos casos de execuções clandestinas ou quando policiais corruptos não cumprem sua parte em algum trato<sup>15</sup>, isto é, quando o estado interfere com a capacidade da facção progredir economicamente.

Como o estado não é objeto de ataque, é impossível definir as disputas territoriais das facções como “guerra” ou como “conflito armado importante”. Relendo as definições acima, parece que “crime organizado” define melhor a situação. Mas, em razão da escala incomum, do número de mortos, da dominação quase política das comunidades, do nível elevado de violência armada e do material bélico envolvido, seguramente a situação transcende as noções tradicionais de “crime” e de “crime organizado”. E, mais importante,

---

<sup>15</sup> As mortes por vingança também ocorrem quando policiais morrem como retaliação pela morte de um traficante. Pode se tratar da morte de um determinado policial ou, indiscriminadamente, de qualquer policial.

as funções armadas ocupadas por crianças e adolescentes (ver cap. 7.3) estão mais próximas da retórica da guerra, e não verdadeiramente definidas se colocadas em um contexto de crime organizado, como se entende tradicionalmente. É preciso procurar uma nova definição para dar conta da gravidade da situação em que estão envolvidas crianças e adolescentes.

### “Nova guerra”

Aceitando-se que o Rio de Janeiro não está em estado de guerra, ainda assim é útil compreender as tendências cambiantes da guerra moderna, a fim de encontrar uma definição abrangente para os conflitos das facções na cidade. Existe uma escola de pensamento que tem proposto mudanças de método de guerra nos últimos 40 anos. Acontecimentos recentes envolvendo os Estados Unidos e o Oriente Médio mostraram novas táticas e novos atores não-estatais tendo um papel decisivo em conflitos internacionais. Os analistas militares definiram essas guerras como **guerras de quarta geração**.

“Se observamos o desenvolvimento das guerras nos tempos modernos, encontramos três gerações diferentes... A guerra de terceira geração foi conceitualmente desenvolvida pela ofensiva alemã na primavera de 1918... Já não é tempo de aparecer a guerra de quarta geração? <sup>16</sup> *A Guerra de Quarta Geração* é diferente de suas antecessoras por transcender as fronteiras de países, e normalmente uma das partes não é um exército de estado, operando sob controle de um governo nacional.

Além de atores não-estatais terem um papel decisivo em conflitos internacionais, nos temos internacionalizado mais nos 40 últimos anos (Graça 2000, Klare 2001). Apesar de se situarem no interior de fronteiras nacionais, Graça (2000) identificou várias razões de conflitos internos com ligações internacionais que ocorreram desde o fim da Guerra Fria, tais como:

- Lutas por recursos naturais (diamantes, petróleo, narcóticos);
- Cumplicidade internacional por meio do mercado global receptor de recursos naturais exportados;
- Perpetuação de conflitos pelo comércio internacional de armas e a acessibilidade de armas leves;
- Enfraquecimento das economias nacionais em razão da dívida externa e abertura de espaço para atores nacionais não-estatais em busca de vantagens.

Klare (2001) também distinguiu “características diferentes” dos conflitos contemporâneos. Analisando 45 conflitos atuais, Klare mostrou os seguintes pontos comuns entre eles:

- Os conflitos atuais são geralmente demorados (duram muito tempo);
- São internos e ocorrem em países pobres.
- Envolvem questões de identidade (evocadoras de problemas étnicos ou religiosos), atores não-estatais, algum tipo de atividade econômica ilegal e terrorismo – ou táticas de terror.
- Há um predomínio do uso de armas curtas e leves.

Tanto Graça como Klare afirmam que tais guerras modernas são muito prejudiciais para crianças e jovens, que se tornam alvo do recrutamento para serviço armado,

---

<sup>16</sup> Lind, Nightingale, Wilson et al., Marine Corps Gazette, October 1999.

especialmente quando o estado não os atendeu satisfatoriamente em suas necessidades de serviços de saúde, educação e capacitação profissional.

Essas características diferenciais podem ser vistas como “expressões de uma dinâmica ou sistema de conflito comuns” (Klare 2001:6), que focalizam guerras internas e proveitos econômicos ilegais que envolvem o mercado global. “Essencialmente, assistimos a uma forma de conflito interno no qual vários componentes do tecido social... lutam pelo controle do estado ou de determinados espaços dentro dele. Para sustentar essas operações, essas facções geralmente invocam velhas reivindicações étnicas e/ou se dedicam a atividades econômicas ilegais que, por sua vez, proporcionam outro motivo de violência contínua” (Klare 2001:6).

Klare cita Kaldor (1999), da London School of Economics, ao referir-se à “nova guerra”. Kaldor também vê o componente econômico do conflito moderno como primordial para seu início e prosseguimento, culpando principalmente o processo de globalização. Kaldor explica que, “durante os anos 80 e 90 desenvolveu-se um novo tipo de violência organizada” e que essa nova guerra é diferente porque torna indistintas as “... diferenças entre guerra (geralmente definida como violência entre estados ou grupos organizados por motivos políticos), crime organizado (violência empreendida por grupos de organização privada, para objetivos privados, geralmente o proveito financeiro), e violações dos direitos humanos em larga escala (geralmente empreendida por estados ou por grupos politicamente organizados contra indivíduos)”(Kaldor 1999:1-2).

As motivações financeiras por trás de conflitos internos modernos também são vistas como de importância primordial pelo economista Paul Collier, do Grupo de Pesquisas sobre Desenvolvimento do Banco Mundial (Collier, 2000). Collier sugere a *teoria da predação* ao determinar a causa real das guerras civis modernas: “é a viabilidade da predação que determina o risco de conflito”. O que ele quer dizer é que a motivação ou “o motivo de queixa” não é importante para determinar se um conflito civil vai ocorrer, mas o que importa é se uma organização armada pode se sustentar financeiramente. Serra Leoa é um bom exemplo. Apesar das forças rebeldes terem mais de 20.000 soldados e muitos motivos de queixa autênticos, o conflito interno contra o exército do estado só era possível graças aos fundos obtidos com a exportação ilegal de diamantes. “Os rebeldes podem ser motivados pelas reivindicações, reais ou imaginárias, mas as rebeliões ocorrem quando os rebeldes podem se dar bem graças à guerra”(Collier, 2000:4).

Collier analisa 47 guerras civis entre 1965 e 1999 e pretende que, dadas as seguintes condições, as rebeliões predatórias são mais lucrativas:

- Forte dependência do país da exportação de produtos primários (por ser uma fonte fácil para as forças rebeldes explorarem para garantir rendimentos em moeda forte);
- Baixa renda média no país;
- Crescimento econômico reduzido (Collier, 2000:9-11)

Collier faz comparações entre crime organizado e grupos rebeldes em guerras civis, referindo-se às organizações rebeldes como “agentes econômicos racionais”, e sugere que são maiores do que grupos tradicionais de máfia somente porque terão que fazer contato com forças do governo para progredir em seus proveitos econômicos através do controle de produtos primários. Assim, “... é porque as organizações rebeldes precisam ser grandes e enfrentar forças do governo para agirem como predadores que os conflitos

podem provocar índices de mortalidade cumulativa de mais de 1000 e serem empiricamente qualificados como guerras civis” (Collier, 2000:10).

Assim, ao avaliarmos o que foi definido como “nova guerra”, vemos principalmente conflitos internos que dependem de comércio ilícito vinculado ao mercado global, e o foco na participação armada de crianças e jovens. Se também aceitamos a explicação de Collier de que as reivindicações, legítimas ou não, são secundárias em relação ao proveito predatório, começamos a ver o objetivo econômico como parte fundamental da guerra civil moderna. A esta altura podemos começar a traçar semelhanças válidas com a atual situação no Rio de Janeiro, as disputas territoriais das facções.

### **Abrindo o debate: violência armada organizada**

As similitudes entre o que se descreveu como sendo a “nova guerra” e o conflito de facções no Rio são impressionantes.

- **Pobreza:** o Brasil não é um país pobre, mas a desigualdade da riqueza no país é uma das piores do mundo e as disputas entre facções concentram-se nas favelas muito pobres que estas dominam. O crescimento econômico é lento, a economia está em crise (dependente de empréstimos do FMI) e o rendimento médio é baixo, especialmente para os moradores das favelas<sup>17</sup>.
- **Dívida externa:** o Brasil tem um forte endividamento externo, tendo como resultado o enfraquecimento da economia nacional.
- **Atividades econômicas ilegais:** O principal objetivo das facções é o controle das vendas de droga na cidade. O Rio de Janeiro também é grande foco de exportação da cocaína; o mercado local é a sua principal fonte de renda e não há vínculos diretos com o mercado global. O Brasil não depende da exportação de produtos primários, mas a venda ilegal da droga torna as disputas das facções economicamente viáveis, já que podem se permitir estarem muito bem armadas.
- **Utilização de armas leves:** o uso predominante de armas leves e sua acessibilidade fácil perpetuam e intensificam as disputas das facções.
- **Grupos armados organizados:** as unidades armadas das facções em nível local são em número suficiente para defesa contra grupos rivais e contra agentes do estado (polícia). Por isso, esses confrontos geram índices de mortalidade acumulados acima de 1000 civis e combatentes.
- **Territorialização geográfica e domínio político das favelas:** apesar de não buscarem substituir o estado, as facções são definidas em termos de território, controlam efetivamente comunidades inteiras no interior da cidade.
- **Diretrizes de identidade:** apesar de não existirem diferenças ideológicas, religiosas ou étnicas entre elas, as facções demonizam ativamente seus rivais e doutrinam crianças e jovens, no sentido de desprezar facções rivais e “outras” comunidades, por meio da música e de outros meios culturais.
- **Envolvimento de crianças e adolescentes:** utilização de crianças e jovens como combatentes armados.

Apesar do estado continuar sendo um “jogador secundário”, e não um objeto direto a ser tomado, em vista da definição de “nova guerra” e, em consequência, da indefinição do que seja “guerra” e “crime organizado”, estaremos prontos a abrir o debate para incluir situações de conflito em que não há sinal de discurso ou motivação políticos? Essas

---

<sup>17</sup> O salário mínimo no Estado do Rio de Janeiro é de R\$220 (R\$200 no restante do país) (Agosto 2002).

situações são aquelas nas quais o ganho econômico é o princípio declarado, mas em que são utilizadas táticas de guerra e existe uma organização militar, em escala similar à de muitos conflitos armados contemporâneos, exclusivamente para proveito econômico.

Vimos exemplos de guerras civis modernas, nas quais o comércio ilegal sobrepujou objetivos políticos, tornando-se um fim em si. Poderemos agora abrir o debate para situações de conflito que nunca alardearam objetivos políticos mas sempre declararam abertamente sua vontade progresso econômico? É preciso uma conscientização sobre a seriedade das situações de conflito nas quais atores não-estatais se organizaram segundo um modelo militar e participam de violência armada extremamente forte, contra o estado, se necessário, em busca apenas de objetivos econômicos. Situações de conflito que não podem ser apresentadas, realmente, como “crime organizado”, nem como “guerra”. É um passo necessário, pois as definições corretas nos ajudam a compreender tais fenômenos e, conseqüentemente, a sugerir soluções, a conscientizar, a compartilhar experiências com conflitos similares em outras partes do mundo e a atacar o problema principal levantado por este relatório: a participação de crianças e adolescentes - e sua morte - nessas situações de conflito, novas e antes indefinidas, que chamamos aqui de *Violência Armada Organizada*.

### **Violência Armada Organizada**

A partir do que foi dito acima, podemos agora definir os conflitos das facções da droga no Rio de Janeiro. Aceitando que as noções tradicionais de “crime organizado” e de “guerra” são insuficientes, temos confiabilidade para definir que a realidade das disputas territoriais das facções situa-se em algum ponto intermediário entre essas duas noções. Propõe-se *Violência Armada Organizada* como uma nova categoria para definir melhor os conflitos das facções da droga, e no cap. 8.4 apresentam-se critérios interculturais, a fim de incluir no debate outros lugares do mundo onde exista o mesmo fenômeno.

*Violência Armada Organizada: é uma situação intermitente de conflito armado envolvendo mais de 1000 mortes de combatentes e civis no período de um ano, resultante da ação de grupos armados não-estatais, organizados ou semi-organizados, sem motivação política, religiosa, étnica ou ideológica, territorialmente definidos e tendo controle efetivo sobre as comunidades que dominam, utilizando armas leves e tendo organização paramilitar em nível local, principalmente para ganhos econômicos ilegais, utilizando crianças e adolescentes como combatentes armados e eventualmente enfrentando o Estado com uso da violência armada quando seu progresso econômico estiver ameaçado, mas sem intenção de substituir o governo de estado, nem de atacar o aparelho de governo em busca de vantagens políticas ou territoriais.*

### **8.3 Criminosos ou “crianças soldados”: como definir as crianças empregadas pelas facções da droga no Rio de Janeiro**

Este capítulo tem por objetivo descrever adequadamente as crianças empregadas – e armadas – pelas facções da droga no Rio de Janeiro, estabelecendo comparações proveitosas com as “crianças soldados” definidas tradicionalmente e, por fim, provocar a conscientização sobre a condição das crianças que trabalham como combatentes armados na *Violência Armada Organizada*.

#### **A comparação com as “crianças soldados”**

Tendo definido o contexto no qual trabalham crianças e adolescentes empregados pelas facções da droga, podemos agora tentar definir as próprias crianças. É uma definição importante, porque a categorização correta é um passo fundamental para compreender, e em conseqüência, ajudar os menores envolvidos na *Violência Armada Organizada*. As funções das crianças e seu envolvimento nos níveis de violência descritos nas Partes 6 e 7 tornam sua qualificação como “delinqüentes juvenis” ou “criminosos” irrealista. Apesar de as crianças que trabalham para as facções do tráfico não estarem numa situação de “guerra”, a definição como “criança soldado” está certamente mais próxima de sua realidade de trabalho do que a definição de “delinqüente juvenil” ou “criminoso”.

*Criança soldado é qualquer criança – menino ou menina – menor de 18 anos compulsoriamente, à força, recrutada voluntariamente ou de algum modo usada em hostilidades por forças armadas, paramilitares, unidades de defesa civil ou outros grupos armados. As crianças soldados são usadas para fins sexuais, como combatentes, como “esposas” forçadas, mensageiros, carregadores ou cozinheiros<sup>71</sup>.*

A lista de pontos em comum típicos de crianças e adolescentes empregados pelas facções no Rio (ver capítulo 7.4) é utilizada (abaixo) para estabelecer uma comparação direta entre crianças nas facções da droga no Rio e as experiências de “crianças soldados” em situações de guerra como definidas tradicionalmente. É uma comparação útil, mesmo o Rio não se encontrando em estado de “guerra” e apesar de os níveis de violência armada e a participação de menores em homicídios provocados por armas leves e nos conflitos territoriais não serem comparáveis com os índices de cidades em paz, independente da gravidade do problema da criminalidade que possa ser o seu. Também se faz a comparação para enfatizar a seriedade do problema dessas crianças e adolescentes, e ressaltar o fato de que não devem ser vistos ou tratados como “delinqüentes juvenis” apenas porque o Rio não está em estado de guerra, segundo as definições tradicionais.

### **1) Recrutamento “voluntário”**

O processo de recrutamento de crianças nas facções é muito semelhante àquele de muitas crianças soldados em outros lugares. Apesar de algumas crianças-soldados serem recrutadas à força, ou seqüestradas, do mesmo modo que ocorre com as crianças das facções da droga no Rio, muitas crianças aderem “voluntariamente”. Isso tem sido documentado em numerosos estudos de caso, inclusive um relatório da Human Rights Watch sobre crianças soldados na Libéria<sup>72</sup>. Além disso, do mesmo modo como questionamos aqui (cap. 7.2) a noção de recrutamento “voluntário” de crianças entrando para empregos no tráfico, pressões culturais, sociais, econômicas e políticas também tem sido citado para questionar a natureza “voluntária” do recrutamento de crianças-soldados em zonas de guerra (Brett & McCallin, Coalition, 1998).

Os tipos de crianças recrutadas no Rio também têm semelhança com aquelas recrutadas como crianças-soldados: basicamente, pobres e menos favorecidas, habitantes de zonas de conflitos, e crianças separadas das famílias. No Rio, todas as crianças empregadas em funções armadas pelas facções são de comunidades faveladas pobres dominadas pelas facções, e ainda que geralmente não separadas das famílias, em grande maioria não participam de uma unidade familiar estável: 30% dos traficantes, adultos e crianças,

---

<sup>71</sup> Coligação contra a Utilização de Crianças Soldados, 2000.

<sup>72</sup> *Easy Prey: Child Soldiers in Liberia*, Human Rights Watch, Nova York, 1994.

entrevistados, haviam perdido um ou ambos pais quando ainda crianças; 60% dos traficantes, tanto adultos como crianças passaram a viver sozinhos logo após terem entrado para o tráfico (muitos desde os 12 anos) e outros 30% continuavam a morar com a mãe solteira.

## 2) Idade

“Apesar da maioria das crianças soldados ter entre 15 e 18 anos, uma parcela importante do recrutamento começa aos dez anos, e há registros de utilização de crianças ainda mais jovens”<sup>73</sup>

O interesse por essa faixa etária também foi documentado pela Human Rights Watch em Uganda, onde a Lord's Resistance Army preferiu utilizar combatentes entre 14 e 16 anos<sup>74</sup>. Isso também foi documentado em El Salvador onde “... crianças de dez anos se tornavam combatentes, apesar de principalmente serem crianças de 14, 15 anos para cima que participavam da luta”<sup>75</sup>.

Encontramos a mesma tendência para menores armados pelas facções da droga. Apesar do processo de recrutamento poder começar já aos oito anos, os combatentes armados em geral têm entre 15 e 17 anos. O que não quer dizer que crianças mais jovens não sejam armadas e participem de combates, mas apenas que a maioria dos menores tem entre 15 e 17 anos. Isso é bem demonstrado nas estatísticas da cidade do Rio sobre mortes provocadas por tiros, que assinalam um crescimento massivo de 820,7% da faixa dos 13-14 para a faixa dos 15-17 anos; em 2000 houve 29 homicídios por tiros na faixa dos 13-14, contra 267 homicídios por tiros na faixa dos 15 a 17 anos.

## 3) As crianças trabalham numa unidade hierarquicamente estruturada, onde existem ordens, regras e punições

As crianças empregadas pelas facções a nível local trabalham no interior de unidades hierarquicamente estruturadas, nas quais elas obedecem a ordens de seus superiores. Apesar de entrarem “voluntariamente” nas facções, elas estão sujeitas a regras e a punições que se aplicam indistintamente a crianças e adultos. Para aqueles que não seguem as regras, surras, torturas, tiros nas mãos ou nos pés, e a execução, são punições comuns nas facções, mesmo para crianças (ver cap.6.2).

Isso pode ser comparado diretamente com crianças-soldados em atividade em organizações militares não-estatais. Quando castigados ou punidos, muitas crianças soldados são tratadas como seus colegas adultos<sup>76</sup>. Em Moçambique, existem relatos de crianças soldados haverem sido “... severamente punidos se desobedecem a ordens de seus superiores. As punições variavam de simples castigo corporal, privação de alimentos, amputação de dedos, do nariz, das orelhas e mesmo a execução por uma das crianças ‘mais maduras’”<sup>77</sup>

---

<sup>73</sup> *Stop the Use of Child Soldiers* (p.1), Coalition to Stop the Use of Child Soldiers 1998.

<sup>74</sup> *The Scars of Death: Children abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda*, Human Rights Watch, Nova York, 1997.

<sup>75</sup> Brett & McCallin, *Children, The Invisible Soldiers*, Radda Barnen, 1998.

<sup>76</sup> Brett & McCallin, op.cit., p.99-108

<sup>77</sup> Brett & McCallin, op.cit., p.100

Nas facções da droga do Rio, as crianças também são empregadas para executar empregados das facções ou moradores que tenham rompido regras, como se viu nas entrevistas citadas em 7.4 (9) (As crianças sobrevivem numa realidade de matar ou morrer).

#### **4) As crianças são remuneradas por seus serviços**

As crianças das facções são pagas em dinheiro por seus serviços. As crianças-soldados podem ser pagas em dinheiro, com o fruto das pilhagens ou, no caso de crianças seqüestradas, apenas com alimentação e com a recompensa de não serem mortas. Todavia, o aspecto comparável entre os dois grupos é que ambos são utilizados para prestar um serviço – pago ou forçado – dentro de grupos estruturados dirigidos por adultos.

Durante o processo de recrutamento para serviços armados, as crianças-soldados “... podem começar como carregadores, mensageiros ou espiões, mas muitas vezes acabam na linha de frente, em situações de ataque armado...”<sup>78</sup>. Como se observou no cap. 7.2, as crianças das facções também crescem na hierarquia até serem combatentes armados, quando ganham a confiança e demonstram capacidade e “preparo” para usar armas. Os serviços seguintes realizados por crianças soldados foram levantados pela Human Rights Watch na Libéria<sup>79</sup>. Entre parênteses, após cada tipo de serviço, está a função equivalente executada pelas crianças das facções no Rio:

- Fazer incumbências (idem)
- Carregar munições (idem)
- Guarda-costas (*fiel*, ou *gerente de confiança, soldados*)
- Espiões e informantes (*olheiros*)
- Guarnecer pontos de controle (segurança armada da favela no *bonde*)
- Participar de emboscadas (invasão de territórios de facções rivais)
- Lutar na frente de combate (confronto prolongado com facções rivais e polícia em condições defensivas e/ou ofensivas)
- Carrasco de suspeitos de serem inimigos (carrasco daqueles que violam as regras e de membros de facções rivais)

#### **5) As crianças estão em prontidão de 24 horas**

Depois de empregados numa função armada, espera-se dos empregados das facções, inclusive dos menores, que defendam a *boca de fumo* a qualquer hora do dia ou da noite, sete dias por semana. Estão em risco constante de ataque por facções rivais, de execução ou de detenção pela polícia. Comparável à situação da criança-soldado, o trabalho para uma facção é uma ocupação constante que define inteiramente a situação da criança na comunidade e em relação a facções rivais ou à polícia.

#### **6) As crianças são armadas pelas facções**

As crianças empregadas pelas facções recebem armas leves para defender o território da facção. Entre as armas vistas e identificadas pelos pesquisadores nas mãos de crianças e adolescentes havia:

---

<sup>78</sup> *Stop the Use of Children Soldiers* (p.1), Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, 1998.

<sup>79</sup> *Easy Prey: Child Soldiers in Liberia*, Human Rights Watch, Nova York, 1994.

Kalashnikov AK-47  
Colt AR-15  
K&K G3  
Pistola Glock 9mm  
Pistola automática Berreta .45  
Revólver Magnum .38

Outras armas utilizadas foram citadas por crianças traficantes entrevistadas, como granadas de mão, bazucas, R-18, metralhadoras calibre. 762, e submetralhadoras Uzi.

As crianças-soldados também recebem armas de uso militar dos grupos armados ou pelos militares para os quais trabalham. Essas armas são simples de usar e leves o bastante para que crianças as manipulem em situações de combate. Como observou Graça Machel em seu relatório às Nações Unidas sobre *O Impacto dos Conflitos Armados sobre as Crianças* (1996), a proliferação e a acessibilidade de armas leves e baratas é um fator que contribui fortemente para o uso mais intenso de crianças soldados. O fato de serem funcionalmente hábeis em combate armado, em razão de sua capacidade no uso de armas leves, torna atraente para as facções da droga do Rio empregar crianças.

#### **7) As crianças estão ativamente envolvidas na violência com armas leves e nos conflitos territoriais armados**

Do mesmo modo que crianças-soldados em grandes conflitos armados e em guerras, o envolvimento das crianças das facções do Rio em situações de conflito - que provocam mais de 1000 mortes por armas leves por ano são fatos bem documentados (ver capítulos 6.5 - 7.3 - 7.4 - 7.5).

#### **8) Mesmo crianças desarmadas se tornam alvo de armas leves.**

Como resultado do envolvimento de crianças empregadas pelas facções da droga em combate armado - com a polícia ou com facções rivais - todas as crianças das comunidades dominadas pelo tráfico se tornam suspeitas de envolvimento e, por isso, se tornam alvo de fogo hostil das facções rivais, bem como de detenção policial, tortura e execução.

Isso também ocorre no caso das crianças soldados "... como membros de forças armadas, em situações de conflito armado, as crianças se tornam alvo legal de ataque"<sup>80</sup>, e assim toda criança se torna suspeita. "Quando crianças estão envolvidas em conflitos, todas as crianças são vítimas em potencial, sendo tratadas como adultos".<sup>81</sup>

#### **9) As crianças sobrevivem numa realidade de matar ou morrer**

Ao trabalharem para exércitos ou para organizações militares em conflito, as crianças-soldados matam e morrem.

Apesar de não estarem numa situação de guerra (cf. cap.7.4), por causa da aplicação das regras das facções, e ao repelirem batidas policiais ou invasões de facções rivais, matar é

---

<sup>80</sup> *Stop the Use of Child Soldiers*, p.1-1.

<sup>81</sup> Brett & McCallin, op.cit., p.108.

parte da realidade do trabalho para a maioria dos menores das facções da droga; todos os entrevistados haviam perdido amigos e colegas por morte violenta. E todos os entrevistados afirmaram que matariam se assim lhes fosse ordenado por um superior, ou em defesa de seu território. Alguns dos menores entrevistados já haviam matado.

Como vimos no cap. 7.3, apesar de empregados em variadas funções, em razão de um certo desdobramento na divisão do trabalho de crianças e adolescentes empregadas em funções de nível baixo, elas tendem depois de um certo período a serem armadas e envolvidas em combates com armas leves. Em situações de guerra tradicional, o termo “crianças soldados” pode se referir a menores utilizados em atividades não-armadas, como mensageiros, “esposas” forçadas, carregadores ou cozinheiros. Como a maioria dos menores das facções da droga no Rio serve como combatentes armados, eles têm até maiores probabilidades de matar ou morrer do que “crianças-soldados” não combatentes em situações de “guerra” e “conflito armado”.

Como vimos no cap. 7.6, estatísticas pertinentes sobre mortalidade demonstram que, no Rio, os índices de morte de crianças em confrontos com armas de fogo são alarmantes. Muitas dessas mortes podem ser consideradas resultados de punições violentas por desobediência às regras e envolvimento nos confrontos armados entre facções ou contra a polícia.

#### **10) As crianças são cada vez mais usadas em situações de combate armado**

Quanto mais dura um conflito, maiores as possibilidades de serem recrutadas crianças soldados, pois “... a escassez de mão de obra, em razão das perdas e da escalada do conflito, conduz a uma busca cada vez mais desesperada por novos recrutas para preencher as fileiras”<sup>82</sup>.

Como foi visto no cap. 7.1, apesar de ter havido menores trabalhando no tráfico desde os anos 70, em razão do conflito mais intenso entre facções e da divisão do trabalho nas funções mais baixas, as crianças têm sido cada vez mais utilizadas em situações de combate armado territorial desde meados dos anos 80. Do mesmo modo que em qualquer situação de conflito prolongado, a utilização de crianças como combatentes armados também pode ser considerada resultado das numerosas detenções e mortes entre membros adultos das facções, e a conseqüente procura por novos empregados armados.

Além das semelhantes quanto a funções e quanto ao envolvimento em intensas disputas armadas, se comparamos os índices de mortalidade por armas de fogo de crianças no Rio de Janeiro com outras situações, de guerra e não-guerra, encontramos maiores relações com situações de guerra, do que com ocorrências em outros centros urbanos com problemas de violência relacionados com quadrilhas, mas que não estão em guerra (ver capítulo 7.6).

#### **Crianças combatentes na Violência Armada Organizada**

Como vimos, existem semelhanças impressionantes entre as crianças empregadas nas facções do Rio e “crianças-soldados”, sob quase todos os aspectos funcionais e

---

<sup>82</sup> Stop the Use of Child Soldiers, p.5

definitivos. Mas as crianças das facções do Rio são, principalmente, trabalhadores armados em grupos economicamente definidos no interior da categoria Violência Armada Organizada. Não são “soldados” lutando nos limites tradicionalmente definidos de “conflito armado” ou “guerra”. Daí ser muito problemático, apesar das semelhanças, referir-se a elas como “crianças soldados”, pois isso poderia:

- 1) Legitimizar o uso da força do estado contra elas; como se discute no cap. 9.2, essa não parece uma estratégia produtiva para lidar com o problema;
- 2) Ter sérias conseqüências sobre o modo como seriam tratadas por uma sociedade que ainda tem um sistema de justiça para jovens em funcionamento. Se a definição de “criança-soldado” fosse aceita, haveria implicações para sua situação legal quando detidos pelo estado. Por exemplo, uma “criança-soldado” deveria ser julgada por uma auditoria militar e enfrentar punições militares, ou as punições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, (de 1991)?

Definir crianças empregadas pelas facções como “crianças-soldados” não transmite a realidade ímpar da Violência Armada Organizada e é contraproducente quando se imaginam estratégias e programas destinados a ajudá-las. Assim, há problemas e perigos sérios na categorização dessas crianças como “crianças soldados” e assim sendo, não-civis.

Apesar desses problemas, as crianças empregadas pelas facções da droga têm uma atividade muito semelhante à dos “soldados”, combatendo em unidades locais organizadas e continuando a morrer em grandes números, em conseqüência de conflitos armados que provocam mais mortes que muitos “conflitos armados importantes”. Por essa razão, existem também sérios problemas semânticos e práticos na sua categorização como “criminosos” ou “delinqüentes juvenis”.

Em razão da necessidade de reflexão sobre as semelhanças entre sua vida e a das “crianças-soldados” em situações de guerra, e também em razão do fato, já discutido, do Rio de Janeiro – ainda que muito violento – não se encontrar em estado de guerra, propõe-se aqui que as crianças (menores de 18 anos) trabalhando armadas nas facções da droga do Rio, sejam referidas como **crianças combatentes da Violência Armada Organizada**.

#### **8.4 Perspectivas internacionais: os direitos das crianças em situações de conflito, e como ocupar-se das crianças combatentes na Violência Armada Organizada**

##### **Direito humanitário internacional e os direitos da criança em situações de conflito**

Desde a publicação do relatório de Graça Machel sobre o *Impacto dos Conflitos Armados sobre as Crianças* (1996), membros da comunidade internacional, inclusive organizações não-governamentais, fundações assistenciais, agências de governo e organizações internacionais como as Nações Unidas e a Unicef, têm tomado cada vez mais consciência da situação das crianças soldados e de outros grupos de crianças afetados pela guerra.

O relatório de Graça Machel ajudou a proporcionar às crianças em situações de conflito uma maior proteção sob a égide do Direito Humanitário Internacional<sup>83</sup>. As diretrizes do

---

<sup>83</sup> Direito que governa a proteção das pessoas nos conflitos armados

direito humanitário pertinentes às crianças afetadas por hostilidades estão listadas abaixo<sup>84</sup>, em ordem cronológica:

1949	Convenção de Genebra sobre o Tratamento a Prisioneiros de Guerra (arts.16, 49)
	Convenção de Genebra Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra (Parte II, artigos 14, 16, 17, 18, 21-26; Parte III Seção I artigo 27, Seção II artigo 38, Seção III artigos 49-51, 68, 76, Seção IV artigos 81, 82, 85, 89, 91, 94, 119, 127, 132, Seção V artigos 136-140)
1977	Protocolo Adicional Relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais (Artigos 8, 52, 70, 74-78)
	Protocolo Adicional Relativo à Proteção das Vítimas de Conflitos não-Internacionais (Artigos 4-6)
1989	Convenção sobre os Direitos das Crianças (artigo 38)
1990	Carta Africana sobre os Direitos e o Bem Estar da Criança (artigo 22)
	Estatuto do Tribunal Criminal Internacional sobre a Ex-Iugoslávia (Artigo 4)
1994	Estatuto do Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (Artigo 2)
1998	Estatuto de Roma sobre a Corte Criminal Internacional (Artigos 6, 8) <sup>85</sup>
1999	Convenções sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (Artigos 1,3)
2000	Protocolo Opcional sobre Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (Artigos 1-6) <sup>86</sup>

Os principais objetivos da legislação acima incluem garantir às crianças uma proteção especial em tempo de guerra, além da proteção abrangente garantida aos civis pelas convenções de Genebra.

Essa legislação internacional também fixa a exigência de uma idade mínima para recrutamento nas forças armadas e participação em hostilidades. Depois da Segunda Guerra Mundial, a Convenção de Genebra estabeleceu a idade limite em 15 anos, principalmente porque essa idade coincidia com a idade até a qual a escolarização era então obrigatória na maioria dos países ocidentais. O artigo 77 do Protocolo Adicional (1977) estipula ainda que os estados devem adotar “todas as medidas cabíveis” para impedir que crianças de menos de 15 anos participem diretamente de hostilidades e que no caso de existir recrutamento de jovens entre 15 e 18 anos, deve-se priorizar o recrutamento dos mais velhos.

A idade mínima de 15 anos para participação ativa em conflitos armados foi mantida pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) apesar do artigo 1º da convenção definir criança como “todo ser humano de menos de 18 anos, a menos que este, nos termos da lei aplicável à criança, tenha a sua maioridade atingida mais cedo.”

A Carta Africana dos Direitos e do Bem Estar da Criança (1990) foi a primeira lei internacional a elevar a idade mínima para recrutamento nas forças armadas para 18 anos. O artigo 2 define todo ser humano de menos de 18 anos como criança, e a Carta estipula que os estados africanos devem se abster de recrutar crianças nas forças armadas e “tomar todas as medidas necessárias para assegurar-se que nenhuma criança participa diretamente de hostilidades”.

<sup>84</sup> Tal como são citadas pela Cruz Vermelha Internacional.

<sup>85</sup> Ainda não está em vigor.

<sup>86</sup> Ainda não está em vigor.

O artigo 8 do Estatuto de Roma sobre a Corte Criminal Internacional (1998) mantém a idade limite em 15 anos, tornando crime de guerra alistar crianças de menos de 15 anos nas forças armadas (ou em grupos armados), ou utilizá-las para participar efetivamente de hostilidades, em conflitos seja internacionais ou não-internacionais.

Os artigos 1-3 da Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho (1999), determina que as partes devem “tomar medidas imediatas e efetivas para garantir a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, como assunto urgente, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para utilização em conflitos armados”.

O Protocolo Opcional sobre Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (2000) é o mais longe que se foi até agora, em termos de direito humanitário internacional, para estabelecer uma exigência de idade mínima para recrutamento e participação direta em hostilidades. Ele estipula que as partes devem “tomar todas as medidas cabíveis para assegurar-se de que as pessoas que não atingiram a idade de 18 anos não participem diretamente de hostilidades” (Art. 1), e de que menores de 18 anos não sejam recrutados compulsoriamente nas forças armadas (Art.2). O protocolo opcional também menciona o recrutamento por grupos armados não-estatais e estipula que “os grupos armados distintos das forças armadas de um estado não devem, em nenhuma circunstância, recrutar ou utilizar em hostilidades pessoas de menos de 18 anos. As Partes Contratantes devem tomar todas as medidas cabíveis para prevenir tais práticas, inclusive pela adoção de medidas legais necessárias para proibi-las e criminalizá-las”(Artigo 6).

Após a criação da *Coligação para Impedir a Utilização de Crianças Soldados* e seus esforços incansáveis, 92 países assinaram e 11 ratificaram o Protocolo Opcional à Convenção dos Direitos da Criança, até 24/05/02.

Além da legislação internacional que concede proteção especial às crianças em situação de guerra, e a fixação de uma idade mínima para recrutamento e participação em hostilidades, o Conselho de Segurança da ONU aprovou três resoluções sobre crianças e conflitos armados:

- A Resolução 1261 condena o recrutamento de crianças para utilização durante a guerra e insta os Estados Membros a facilitar sua reintegração;
- A Resolução 1314 solicita que os acordos de paz levem em conta a necessidade de desmobilizar e reabilitar as crianças soldados;
- A Resolução 1379 solicita que as agências da ONU e o Banco Mundial financiem a desmobilização e a reabilitação, e insta as organizações regionais a fechar o recrutamento de crianças soldados<sup>87</sup>.

### **Perspectivas internacionais: as *crianças combatentes* na *Violência Armada Organizada***

Apesar do número extremamente elevado de crianças morrendo de ferimentos provocados por tiros nas disputas territoriais das facções do Rio de Janeiro e das semelhanças de função e de definição entre *crianças combatentes* nas facções do Rio e *crianças-soldados* nas zonas de conflito tradicionais (ver cap. 8.2), as mencionadas

---

<sup>87</sup> As três resoluções também mencionam questões relativas a refugiados, a crianças deslocadas de guerra e a moças em guerra.

disposições do direito internacional humanitário podem ter pouco ou nenhum efeito no caso da *Violência Armada Organizada* no Rio, por duas razões:

- 1) O Direito Humanitário Internacional rege conflitos armados, e por todas as razões citadas no Cap. 8.1, o Rio de Janeiro não está em guerra.
- 2) As facções da droga não são grupos completamente unificados e representados por uma única estrutura hierárquica de liderança. Por isso, seria complicado determinar a quem responsabilizar, a nível organizacional, pelo envolvimento de crianças em situações de combate.

Esta pesquisa não propõe que as leis internacionais mencionadas sejam aplicáveis ao caso do Rio e de outros lugares do mundo onde crianças estejam envolvidas como combatentes em situações de não-guerra semelhantes. No entanto, a legislação internacional é útil para fixar uma agenda destinada a trazer aditivos às convenções já existentes, como a Convenção para os Direitos da Criança, no sentido de levar em conta a situação de *crianças combatentes* na *Violência Armada Organizada* (VAO).

Atualmente, o Representante Especial para Crianças e Conflitos Armados do Secretário Geral da ONU está levantando uma lista de lugares do mundo nos quais crianças-soldados estão em maior atividade, e onde as crianças são mais afetadas por conflitos. A lista deve ressaltar áreas importantes que precisam de atenção específica, tanto sob o ponto de vista da pressão do direito internacional sobre governos e grupos rebeldes armados, como por meio de uma abordagem mais pragmática de prevenção no terreno e de programas de reabilitação.

Em razão das restrições impostas pelo Conselho de Segurança, o escritório do Representante Especial não pode ampliar seu mandato para incluir áreas que não estejam oficialmente definidas como estando em guerra, apesar da participação de crianças como combatentes em disputas territoriais armadas, caso das favelas do Rio de Janeiro. Mas, mesmo se o Representante Especial pudesse incluir lugares como o Rio na lista, a especificidade da situação do Rio é tal que, apesar das semelhanças entre *Violência Armada Organizada* e a guerra, ter sucesso em parar o recrutamento de crianças combatentes ou desmobilizar as crianças atualmente engajadas depende de várias medidas diferentes das necessárias num cenário de conflito tradicionalmente definido. É preciso desenvolver medidas específicas para lidar com a questão das *crianças combatentes* da VAO, já que as estruturas legais e os programas humanitários existentes para situações de guerra não são adequados para lidar com esse fenômeno muito particular.

Esta pesquisa propõe que a comunidade internacional seja alertada para a seriedade do problema da VAO e o papel das crianças combatentes em seu bojo. Lembrar também à comunidade internacional que, desta maneira, outros lugares do mundo nos quais crianças participam de situações semelhantes sejam documentados, realçados e visados para investimentos sociais e econômicos adequados e para medidas de segurança pública necessárias à eliminação dessa ameaça emergente mortífera.

Do ponto de vista internacional, esta pesquisa requer:

- 1) O reconhecimento internacional da seriedade do problema da *Violência Armada Organizada* e das *crianças combatentes*, por ser comparável, quanto ao nível de violência, de utilização armada de crianças e dos índices de mortalidade, ao das

crianças-soldados em zonas tradicionalmente definidas como em guerra ou áreas de conflito armado.

- 2) A documentação de outras regiões do mundo onde crianças são utilizadas como combatentes armados na *Violência Armada Organizada* ou situações similares.
- 3) O desenvolvimento de medidas econômicas, sociais e de segurança pública adequadas para lidar com sucesso com o problema das *crianças combatentes* na *Violência Armada Organizada*<sup>88</sup>.
- 4) Protocolos adicionais à legislação internacional, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, a fim de dar conta da situação das crianças na *Violência Armada Organizada*, no sentido de que os governos e da comunidade internacional possam ser responsabilizados pela implementação das medidas necessárias para a solução efetiva do problema.

### 8.5 Critérios interculturais para estudos regionais e internacionais

A definição de *Violência Armada Organizada (VAO)* proposta nesta pesquisa baseia-se nas disputas entre facções da droga no Rio de Janeiro. Todavia, se for destinada a definir com proveito a participação de crianças como combatentes em situações semelhantes de não-guerra em outras regiões, essa definição talvez precise ser modificada. É importante documentar outros casos no mundo de crianças utilizadas como combatentes fora de zonas de guerra pelas razões seguintes:

- 1) Determinar se a **VAO** é específica apenas ao Rio de Janeiro ou se é um fenômeno recorrente em outras partes do mundo;
- 2) Se a **VAO** for, de fato, um tema regional ou global, documentar suas ocorrências e variações é uma medida importante para despertar a consciência internacional para o problema, e fixar uma agenda internacional para eliminá-lo;
- 3) Compartilhar o conhecimento de projetos populares existentes que trabalham com crianças participantes de situações semelhantes é um processo necessário para resolver efetivamente o problema.

Como a *Violência Armada Organizada* pode assumir formas variadas segundo os diferentes países, seria útil, ao documentar esse fenômeno em outros lugares, estabelecer critérios para comparações interculturais, em vez de depender de alguma definição fechada. Dadas as possíveis variações da **VAO** em diferentes países, tais critérios devem estar abertos para debate. Todavia, apresentamos aqui alguns possíveis.

#### **Violência Armada Organizada: critérios para análise intercultural**

Os critérios seguintes estão abertos a debate, para que possam corresponder a variações por países, correspondendo à denominação de *Violência Armada Organizada*. Critérios sugeridos para situações no mundo que podem ser definidas como **VAO**:

- A existência de disputas armadas de natureza não-política, religiosa ou étnica entre grupos armados territorialmente definidos, organizados ou semi-organizados, não-

---

<sup>88</sup> No caso do Rio de Janeiro, soluções são investigadas na Parte 9.

estatais (e/ou grupos armados não-estatais e autoridades estatais) nas quais o objetivo do conflito não envolve a substituição das autoridades existentes;

- A existência de grupos armados organizados ou semi-organizados não-estatais, que mantém o controle de fato e/ou o domínio sobre populações locais nos limites de áreas territoriais dominadas, por meio da violência ou da ameaça de violência;
- A utilização de armas leves de guerra em conflitos que provocam mais de 1000 mortes de civis e combatentes no período de um ano;
- O envolvimento de *crianças combatentes* em disputas armadas entre grupos armados não-estatais (e/ou grupos armados não-estatais e autoridades do estado).

## 9. Soluções locais: tratando do problema das crianças no tráfico no Rio de Janeiro

### 9.1 A saída: perspectivas futuras das crianças traficantes

O mito que envolvia o tráfico, de que um traficante não consegue sair dessa atividade, foi negado por todos os que entrevistamos. Se ele não deve nenhum dinheiro, ele, ou ela, pode conversar com o gerente geral e pedir permissão para sair do tráfico. E se não há dívida, essa permissão é invariavelmente concedida.

Perguntadas se elas queriam sair do tráfico mais ou menos metade das crianças entrevistada durante esta pesquisa expressou pouco ou nenhum desejo de mudar de vida e parar de trabalhar no tráfico.

A outra metade das crianças entrevistadas expressou uma preferência por sair do tráfico. Mas, quando falavam dessa preferência, a maioria não conseguiu dizer quando iam sair ou explicar quais os passos que deveriam tomar para que isso se tornasse realidade. Além disso, tiveram dificuldade em imaginar em que atividade se envolveriam depois dessa decisão, falando genericamente em “*arranjar um trabalho*” ou “*estudar mais*”. Essas crianças expressavam mais um desejo vago do que um plano elaborado para que pudessem alcançar esse objetivo.

Mas o que quase todas as crianças do tráfico tinham em comum era uma visão muito negativa do tráfico como modo de vida. Aqueles adolescentes que já eram pais insistiam que não deixariam seus filhos se aproximarem do tráfico quando crescessem. Outras crianças e adolescentes entrevistados declararam que se tiverem filhos, no futuro, não queriam que eles se envolvessem com drogas.

Em contraste com a visão negativa que têm de sua vida, crianças e adolescentes entrevistados foram muito claros em sua afirmação de que consideravam sua vida “boa” ou “melhor” daquela que tinham antes. A citação seguinte é um exemplo da resposta típica dada, quando eram perguntados sobre qual era a vida ideal que imaginavam.

*“Uma vida certa é você trabalhar, estudar, ter a sua família, tudo isso, criar seu filho numa ordem certa, que estude, que trabalha, que tudo isso.”*

Vapor, 16 anos

Apesar de saberem claramente o que consideram uma vida correta ou boa, quase todas as crianças e adolescentes entrevistados tinham uma visão muito pessimista de seu futuro e não esperavam viver até a idade adulta.

*“Meu futuro, só vendo mesmo aí [na boca] qual vai ser meu futuro. Se eu vou conseguir ficar aí até 18 anos. Se eu não dé mole eu fico, se eu não dé mole aí pros polícias me agarrar à toa e me matar eu fico.”*

Olheiro, 14 anos

*“Eu durmo pensando no que vem amanhã, o que depois vai vim, se eu posso tá vivo hoje e tá morto amanhã. Isso daí é o dia a dia [do tráfico].*

Soldado, 16 anos

*“Meu futuro? Meu futuro, eu estou contigo, agora, te dando esse papo aqui. Posso sair dessa porta aqui, você pode me ver caído, estirado no chão.”*

Apesar do fato de entrar para o tráfico talvez ser uma "escolha", sair só pode também ser uma opção se existirem alternativas realistas. Como já foi discutido nesta pesquisa, o tráfico surge, para muitas crianças e adolescentes, como "a melhor alternativa entre opções limitadas". Aproximadamente metade das crianças traficantes entrevistadas não expressou o desejo de parar de traficar; no entanto, expressavam sua visão negativa do tráfico. Conseguiram claramente imaginar um modo de vida melhor e viam uma morte prematura e violenta como a conclusão provável do trabalho escolhido. Isso sugere que não expressar o desejo de "sair" tinha mais relação com a incapacidade de perceber alternativas realistas do que com alguma afinidade com o tráfico como ocupação. Isso foi confirmado pelo fato de que aqueles que expressaram o desejo de sair não conseguiam explicar como seria essa saída ou o que fariam quando não estivessem mais envolvidos, expressando apenas um desejo muito genérico.

Crianças e adolescentes precisam do apoio certo e de opções alternativas para "escolher" não se envolverem no tráfico, ou escolher a saída, se já envolvidos. Como ajudá-las é discutido no capítulo 9.2

## **9.2 Soluções: investimento social - opções para a comunidade, as crianças e adolescentes**

*"Tá faltando pessoas que trabalhem com projetos na comunidade, ouvir a comunidade."*

Morador da favela

Este capítulo examina soluções possíveis para o problema das crianças no tráfico. O capítulo se baseia em entrevistas com moradores das favelas, crianças traficantes, crianças da favela não-envolvidas e assistentes sociais que trabalham com jovens em "situação de risco". Baseando-se nessas entrevistas, este capítulo tem por objetivo salientar temas comuns e recorrentes que surgiram ao serem discutidas soluções ao problema do envolvimento de crianças no tráfico.

Os pesquisadores visitaram os seguintes programas sociais relevantes coordenados por ONGs e fundações: Afroreggae, Aldeias Infantis SOS Brasil, Associação Beneficente Rio Criança Cidadã - ABRCC, Fundação São Martinho, Casa do Menor São Miguel Arcanjo, CRIAA – Centro Regional Integrado de Atendimento ao Adolescente, Fundação ABRAPIA, Fundação Bento Rubião, FIA - Fundação da Infância e Adolescência, Viva Rio (Tele Salas; Zeladores; Jardineiros do Bairro; Criança Esperança; Luta pela Paz).

Programas sociais relevantes do poder público também foram visitados: Projeto Rio Jovem (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social); Vida Nova/Jovens pela Paz (Secretaria Estadual de Ação Social) Programa Acompanhamento com Pais e Responsáveis; PASF - Programa de Acompanhamento Socioeducativo (2ª Vara da Infância e Adolescência); Pólos de Liberdade Assistida; Centro de Tratamento para Dependentes Químicos; Centros profissionalizantes; Projeto "Nossa Casa"; Projeto Preservada (DEGASE); CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar.

Numa abordagem inicial do problema do envolvimento de crianças, dois temas comuns são imediatamente identificados: **prevenção e reabilitação**.

O que também ficou aparente no decorrer desta pesquisa é que, apesar do combate armado, da utilização de armas leves de uso militar, do alto índice de mortalidade provocada por armas de fogo e de outros fatores próprios tanto à Violência Armada Organizada como a situações de conflito tradicionalmente definidas, tratar a questão da participação de crianças nas disputas entre facções no Rio não é uma questão militar ou basicamente de segurança pública.

Sendo econômico o objetivo das disputas territoriais entre facções e a violência armada com elas relacionadas, não pode existir solução militar para o problema. A procura por drogas ilegais continuará a existir enquanto os membros da sociedade continuarem a garantir mercado para seu consumo. Enquanto houver mercado, sempre haverá concorrência para vender e, logo, disputas pelo controle territorial do varejo.

Além disso, as principais forças de segurança do Rio, principalmente a Polícia Militar e a Polícia Civil, são cúmplices na violência relacionada com a droga e continuam a apoiar o comércio desta e de armas leves por meio de sua colaboração com traficantes desses dois setores. A reforma da polícia e a criação de um policiamento honesto com bases na comunidade são, sem dúvida, partes da solução. No entanto, as crianças combatentes das facções do Rio não podem ser tratadas estritamente como criminosos. Elas não podem ser vistas como delinqüentes juvenis ou desviados, que devem ser segregados da sociedade para que se resolva o problema.

Como perceberam os entrevistados, já que o tráfico não dá sinais de estar acabando e a polícia encontra-se permanentemente envolvida em sua continuação, se a prevenção da participação de crianças como combatentes armados nas disputas entre facções do Rio vier a ser bem sucedida, então o investimento social na comunidade para colocar alternativas ao tráfico é a resposta, e não o reforço de diretrizes de policiamento repressivo, tendo por alvo traficantes crianças e adolescentes.

Outro tema que foi identificado durante a pesquisa é que, ao tratar de problemas ligados ao tráfico e ao envolvimento de crianças nesse tráfico, o que deve ser encarado é a questão da violência armada relacionada com o tráfico, mais do que o fato da venda de droga, por si só.

Drogas ilegais são consumidas em todas as grandes cidades do mundo. E cada uma delas enfrenta os problemas relacionados com o consumo e a venda ilegal, seja a violência ou problemas médicos. Mas, mesmo em cidades como Washington ou Nova York, que são consideradas mercados importantes de drogas ilegais, o comércio da droga nas ruas não gera, nem de longe, a violência e as mortes provocadas por armas de fogo provocadas pelo tráfico no Rio de Janeiro. É possível comprar drogas em quase todos os centros urbanos do mundo, é um ponto comum nos modernos assentamentos urbanos. Mas a diferença notável em relação ao Rio é que a violência gerada pelas disputas pelo controle dos pontos de venda assume proporções semelhantes à guerra.

O que é preciso compreender é por que isso ocorre no Rio de Janeiro, mais especificamente nas favelas do Rio, e não em outros lugares do mundo que também têm um mercado da droga florescente e competitivo. E também é preciso entender por que, na própria cidade, é possível comprar droga nas ruas de Copacabana, bairro de classe

média do Rio, e não encontrar, como nas favelas, grupos de traficantes armados patrulhando as ruas e aplicando regras de comportamento, que a população local é obrigada a seguir.

Esta pesquisa focaliza o envolvimento de crianças nas disputas armadas do tráfico, e não a ilegalidade da venda e do consumo de drogas. Para tratar este problema de modo efetivo, é importante compreender que os níveis de violência "relacionada com a droga", específica das favelas do Rio, têm a ver com alguns fatores não relacionados à droga, como:

- ✓ A presença muito limitada do estado nas favelas e o fracasso do poder público em cumprir sua parte do contrato social;
- ✓ Estruturas desenvolvidas historicamente para o controle social e a manutenção dessa ordem nas favelas do Rio, que foram estabelecidas por atores não-estatais, em razão do fracasso do poder público a esse respeito;
- ✓ A pobreza e as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho para pessoas das favelas, com pouca educação e socialmente excluídas, o que significa que, para muitas delas, há poucas outras alternativas ao envolvimento com o tráfico;
- ✓ O policiamento repressivo, corrupto e violento, que aumentou a alienação das populações faveladas em relação ao estado como protetor dos direitos do cidadão e estimulando a militarização das facções e suas táticas cada vez mais violentas.

Tornou-se visível durante esta pesquisa que o tráfico e a violência a ele relacionados nas comunidades faveladas do Rio é um sintoma desses problemas. Além disso, o que leva crianças a escolher o emprego no tráfico como "melhor alternativa entre opções limitadas" reflete as limitações que as comunidades, em geral, enfrentam. Assim, a fim de prevenir o envolvimento de *crianças combatentes* no tráfico, o que ficou claramente exposto pelos entrevistados é que, além de investir na criança, é necessário o investimento na comunidade como um todo.

Os entrevistados ressaltaram a necessidade de investimentos sociais nas comunidades de favela. Essa necessidade foi identificada principalmente em dois setores:

- 1) A existência de uma infra-estrutura física e social básica na favela para fazer face à falta de saneamento, de habitação, de atenção à saúde, educação, etc.
- 2) A existência de policiamento preventivo, protetor e honesto na comunidade, controlado por policiais que não sejam corruptos e que não estejam envolvidos com o tráfico ou outros atos ilícitos.

Uma criança entrevistada sugeriu que o presidente Fernando Henrique Cardoso fosse obrigado a viver uma semana numa favela. Com isso, disse ela, o presidente ia ver por ele mesmo a agressão policial contra moradores e a falta de estrutura social na comunidade, resultado de décadas de negligência do governo.

Além de focar esses problemas identificados, que são de todos os moradores de favelas, os dois temas já ressaltados, **prevenção** e **reabilitação**, são discutidos mais adiante. Mas é preciso assinalar que, sem investimento social na comunidade como um todo, os projetos específicos destinados a prevenir a participação de crianças no tráfico ou a reabilitar os já envolvidos terão um alcance limitado.

Sem investimento substancial do poder público nas comunidades de favela nos dois setores acima assinalados, para cada criança que sair do tráfico em razão de programas de reabilitação bem sucedidos, haverá vinte para tomar seu lugar, independentemente da concretização de programas de prevenção.

## 1) Prevenção

Compreender o significado do tráfico oferecido como trabalho para a criança, é crucial para prevenir que futuras gerações de crianças sejam envolvidas como combatentes nas disputas das facções no Rio de Janeiro.

Como já foi demonstrado aqui, o tráfico oferece às crianças e adolescentes o que a sociedade falhou em oferecer-lhes: status, dinheiro, acesso a bens de consumo e a perspectiva de ascensão social num mundo que as crianças da favela compreendem. O tráfico é emocionante, tem sido glorificado pela música *funk* e, para muitas crianças, os *donos* do lugar são os heróis e têm namoradas lindas; são poderosos e se recusam a aceitar a pobreza que lhes é concedida pela sociedade.

Muitas crianças são também influenciadas a entrar para o tráfico pelo envolvimento de pais ou amigos que já estão nele ou pela falta de uma família estável. Além disso, entrevistas com crianças traficantes mostraram que aquelas mais individualistas, que procuram assumir responsabilidades próprias para sua vida, têm uma maior atração pelo tráfico. Elas o vêem como veículo para melhorar de vida e "escolhem" esse caminho como o melhor meio de progredir e de satisfazer as suas necessidades. As entrevistas com crianças traficantes também mostraram que a cólera contra a polícia, provocada por abusos de autoridade ou execuções clandestinas, torna muitas crianças iradas e indefesas. Um dos meios de resolver esses sentimentos de impotência e de injustiça é se tornar parte de um grupo percebido como forte, neste caso a facção local, e assim estar na posição de poder vingar-se ou, pelo menos, de se sentir menos vulnerável e mais protegido.

As crianças "escolhem" trabalhar para uma facção. Como o tráfico sempre existirá, enquanto houver mercado para o consumo de substâncias ilegais, as tentativas de impedir as crianças de trabalhar no comércio de drogas não serão bem sucedidas. Como identificaram os entrevistados, o que terá êxito será dar a elas as alternativas certas, apoio e diretrizes, de modo que o tráfico se torne a pior opção, em vez da melhor entre as ruins.

Segundo os entrevistados, os projetos sociais implementados nas comunidades de favelas que terão sucesso na prevenção da participação de crianças no tráfico devem associar os aspectos seguintes. Cada aspecto listado abaixo é acompanhado de exemplos de projetos considerados bem sucedidos.

- ✓ **Começar cedo:** Crianças jovens são influenciadas pelo domínio do tráfico na comunidade e começam a "andar" com traficantes desde pequenas. Os programas sociais também devem ser abertos a crianças em baixa idade, começando com a existência de creches e atividade para crianças pequenas.

A Instituição Aldeias Infantis, presente em todo o Brasil, é exemplo de ação preventiva, oferecendo educação a crianças a partir dos dois anos, proporcionando atividade de desenvolvimento sócio-educacional que elevam a auto-estima. Essas

atividades acompanham a criança durante toda a sua participação no programa. Outro exemplo é a Instituição São Martinho, que também trabalha com crianças pequenas por meio de atividades pedagógicas e de lazer.

- ✓ **Alternativas culturais:** O tráfico é mais um modo de vida do que apenas um trabalho. Devem ser oferecidas às crianças alternativas culturais mais atraentes que a subcultura das facções.

No entanto, essa alternativa não deve existir em concorrência direta com o tráfico. As facções são uma realidade poderosa nas favelas. Elas não podem ser demonizadas pois muitas crianças têm parentes e amigos envolvidos e difamá-las seria contra-producente. Em vez de mostrar o tráfico como "ruim", as crianças devem compreender o quanto elas têm a perder ao se envolverem e, ao mesmo tempo, o quanto elas têm a ganhar ao escolher outro tipo de vida.

As crianças precisam de alternativas culturais emocionantes com as quais se identifiquem e que possam transformar em opção de vida. Como exemplos, a música, os esportes ou a dança. Como disse um morador, o trabalho social precisa incluir "lazer, prazer e cultura".

Para adolescentes, ter um estilo de vida ou uma identidade determinadas é muito importante. O programa desenvolvido pelo Afroreggae focaliza essas necessidades ao colocar os jovens em contato com a arte e a cultura como alternativa possível ao tráfico.

- ✓ **Auto-estima:** a cólera e a baixa auto-estima são reações naturais à agressão policial e a estigmatização dos moradores de favelas como cidadãos de segunda classe pela sociedade brasileira. Claro, os abusos de poder e a discriminação são problemas que também devem ser focalizados separadamente. Mas os projetos bem sucedidos devem provocar a auto-estima e a autovalorização nas crianças, como cidadãos importantes que merecem o mesmo tratamento pela sociedade do que as pessoas de fora da favela.
- ✓ **Ser parte de algo valioso:** fazer parte de uma facção quer dizer ser parte de alguma coisa, o que dá à criança um sentido de identidade e de valor. É preciso oferecer às crianças a possibilidade de ser parte de algo mais, que lhes dê orgulho.

É importante suscitar lideranças jovens que, proporcionando modelos positivos, as crianças possam respeitar. As facções e os traficantes têm sido vistos como ídolos pelas crianças em muitas favelas. As crianças precisam de outros ídolos e, tão importante quanto, de meios para que se tornem como eles. Isso também foi percebido pelos entrevistados como passo importante para combater os problemas de influências negativas dos grupos de referência das crianças, especialmente pais e amigos.

Os jovens precisam sentir que pertencem a um grupo, que sua identidade é reconhecida, que são "alguém". Algumas instituições e projetos estimulam as crianças a se tornarem líderes juvenis, convidando-os a se juntarem a programas nos quais podem desenvolver suas habilidades como coordenadores, monitores e mesmo como professores, compartilhando com outros jovens o conhecimento que adquiriram

naquele programa. Afro Reggae, Luta pela Paz (Viva Rio), IBSS e Casa do Menor são exemplos de tais instituições e projetos.

- ✓ **Apoiar e integrar a família:** esta pesquisa identificou a ausência de estabilidade familiar como fator que influi no envolvimento inicial da criança com o tráfico. Visitas domiciliares ou reuniões regulares com uma equipe social, assim como palestras pertinentes e grupos de discussão, foram algumas sugestões dos entrevistados. O fornecimento de cestas básicas à família foi ressaltado por muitos moradores como medida importante para compensar a perda de renda familiar, quando as crianças participam de um projeto social em vez de trabalhar.

O Centro Regional Integrado de Atendimento ao Adolescente (CRIAA) trabalha com as famílias de crianças e adolescentes envolvidos no tráfico e na criminalidade. O CRIAA abre novas perspectivas e apoio para as famílias desses jovens. Os assistentes sociais do CRIAA avaliam a situação econômica das famílias, tentam identificar oportunidades de trabalho e oferecem assistência jurídica.

- ✓ **Educação:** proporcionar educação primária e secundária ou aulas extras também foi considerado importante. Assegurar-se de que as crianças estão freqüentando a escola e que compreendam por que isso é importante pode se tornar responsabilidade da equipe do projeto social.

Alguns entrevistados também declararam que o sistema de educação formal do estado precisava melhorar os processos de desenvolvimento do pensamento cognitivo das crianças. Os projetos sociais podem realizar isso fora do currículo da escola formal, através de grupos de discussão e de oficinas em torno de temas que interessem a crianças e adolescentes.

A Casa do Menor São Miguel Arcanjo trabalha com educação, a partir do momento em que a criança ingressa na instituição. Além de prover educação formal ao matricular os jovens na escola pública, a instituição também ensina noções de auto-respeito e de respeito mútuo. O Viva Rio também provê ensino formal através do projeto educativo das Tele Salas, que busca dar ao jovem, através da educação básica, um fundamento para exercer seus direitos de cidadão, preparando-o para a vida adulta. Esse projeto também assiste a jovens em centros em detenção ou menores infratores. O projeto Luta pela Paz incentiva-os a continuar a estudar ou a voltar para escola, facilitando sua matrícula na escola pública ou provendo ensino extracurricular.

- ✓ **Ensino profissionalizante:** proporcionar programas de capacitação que ensinem habilidades a serem aplicadas no mercado de trabalho formal. Os entrevistados perceberam como é fundamental escolher setores profissionais em expansão ou estáveis, para que a capacitação resulte efetivamente em emprego.
- ✓ **A perspectiva de uma vida melhor e meios realistas de alcançá-la:** o tráfico oferece a crianças e adolescentes status e recompensa pela participação bem sucedida, como dinheiro e ascensão social. Os projetos sociais não devem tentar concorrer com o imediatismo do lucro material e o melhor status, oferecido pelo tráfico. Todavia, as melhorias de vida possíveis de se conseguir e claramente perceptíveis, mesmo se apenas ao completar um curso de capacitação ou um programa educativo,

foram ressaltados como fundamentais para o sucesso de qualquer programa preventivo.

O maior problema de muitos projetos sociais, como foi identificado pelos membros das comunidades entrevistados, é que deixam de conduzir diretamente a melhorias perceptíveis e de longo prazo na qualidade de vida dos participantes. Mais especificamente, deixam de levar a um emprego.

A percepção de que ainda é muito difícil entrar para o mercado de trabalho formal, mesmo depois de completar um curso educativo ou profissionalizante, foi visto por muitos entrevistados como fator principal para que crianças e adolescentes não terminem projetos sociais ou para que entrem para o tráfico, onde a retribuição é clara e imediata.

Se a participação em projetos preventivos não conduzir claramente a melhorias alcançáveis na qualidade de vida e na capacidade de ter um rendimento, os projetos sociais continuarão em lugar secundário, perdendo para o tráfico, para crianças e adolescentes que buscam melhorar de vida.

As parcerias com empresas ou com o poder público foram vistas como método possível para esse fim. As parcerias podem proporcionar trabalho em tempo parcial, enquanto o adolescente ainda está na escola. Naturalmente, esse trabalho não será tão bem remunerado quanto o tráfico. Mas, apesar do salário mais baixo, muitas crianças do tráfico vêm um trabalho “honesto” como mais válido que o tráfico. Disseram em entrevista que o dinheiro ganho honestamente vale mais: *“dinheiro limpo dura mais”*

Sem criar falsas expectativas, o projeto Afro Reggae mostra aos jovens que, para “ganhar”, precisam ter talento e força de vontade. O Afro Reggae criou o seu próprio mercado de trabalho e as bandas do projeto são a vitrine do trabalho social que ele realiza. Elas mostram a crianças e adolescentes que trabalhar com música, em vez de participar do tráfico, torna possível ganhar dinheiro, comprar roupas e tênis de “grife”, ganhar o respeito da comunidade.

✓ **Não criar vítimas ou dependência, mas deixar que crianças e adolescentes se realizem com dignidade**

Muitos entrevistados consideraram importante que o apoio a crianças que participam de projetos sociais com vales-alimentação ou bolsas não deve criar dependência. Ao contrário, os projetos sociais devem preparar os jovens para participar ativamente do mercado de trabalho, em vez de dar-lhes favores temporários.

*“Alguns jovens nos projeto social do governo ganha R\$240 por mês. Ele começa de sustentar a família. De repente deixa de ganhar aquele R\$240 quando sai do projeto porque é uma bolsa-auxílio. A comunidade é muito acostumada pelo assistencialismo e fica dependendo do tráfico e dos políticos.”*

Morador da favela

O projeto Casa do Menor proporciona aos jovens participantes cursos profissionalizantes, oportunidades reais de trabalho remunerado e, assim, a capacidade de ganhar a vida de maneira honesta e digna. O projeto também trabalha

para conscientizar de que essa ajuda é somente parte do programa e que ninguém deve ficar sentado e contar somente com ela. O projeto Luta pela Paz indica jovens participantes para estágios profissionais, que proporcionam assistência financeira por quatro horas de trabalho diário, antes ou depois da escola.

## 2) Programas de reabilitação

Há dois caminhos para crianças combatentes trabalhando para facções da droga:

- 1) Tomar a decisão pessoal de sair do tráfico
- 2) Detenção e posterior privação de liberdade

A primeira depende de que o menor não deva dinheiro aos superiores no tráfico, da vontade de tomar essa decisão e do apoio adequado de órgão do governo ou ONGs. Além desses fatores, o segundo caminho, no caso de infratores com mais de 12 anos<sup>89</sup>, também depende da capacidade do estado, através do sistema de justiça para jovens<sup>90</sup>, de se interessar pela reabilitação do infrator por meio da aplicação das medidas sócio-educativas definidas no Estatuto da Criança e Adolescente.

Muitos programas de prevenção visitados durante a pesquisa tentavam reintegrar com sucesso as *crianças combatentes*, adaptando estratégias preventivas às necessidades individuais dos menores que haviam tomado a iniciativa de sair do tráfico. Alguns exemplos de organizações da sociedade civil nas quais testemunhamos essa abordagem fora o Afro Reggae, Luta pela Paz (Viva Rio), Crianças Soldados Nunca Mais (IBISS) e Casa do Menor São Miguel Arcanjo.

Todavia, há, sem dúvida, falta de investimento financeiro em programas de reabilitação e é necessária uma maior integração entre o sistema de justiça para menores e as organizações da sociedade civil, como as mencionadas acima, para reintegrar crianças e adolescentes que saem dos centros de detenção (estabelecimentos educacionais). O fracasso dessas medidas terá como resultado os adolescentes saindo da detenção e voltando a trabalhar, armados, no tráfico.

Como vimos acima, alguns programas sociais, ainda que limitados em número, estão reabilitando com sucesso crianças e adolescentes traficantes que optaram por deixar o tráfico. Mas não há investimento suficiente para tratamento psicológico de ex-combatentes envolvidos em matanças e tortura ou dos que haviam testemunhado matanças e torturas.

Além do mais, compartilhar soluções locais para a reabilitação de crianças e adolescentes que estiveram envolvidos em situações de combate, seja em situações de *Violência Armada Organizada* ou em zonas de combate tradicionais, é um passo importante para a

---

<sup>89</sup> Se detido por alguma infração, os menores de 12 anos são levados ao *Conselho Tutelar* e não podem ficar detidos. Como se discute mais adiante, os menores entre 12 e 18 anos são levados à *2ª Vara da Infância e da Juventude*. O juiz que avalia o caso pode condenar o infrator à detenção ou semidetenção em estabelecimento educativo.

<sup>90</sup>2a., Vara da Infância e da Juventude e DEGASE (Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas).

criação de canais mais eficientes bem sucedidos para a reabilitação e a desmobilização de *crianças combatentes* e crianças-soldados, respectivamente.

Como vimos no cap. 8, as disputas territoriais das facções no Rio, definidas como *Violência Armada Organizada*, têm semelhança com as noções comuns tanto de crime como de guerra. Se os programas de prevenção acima podem ser vistos como similares a programas de prevenção e afastamento das quadrilhas existentes em regiões urbanas dos Estados Unidos, por exemplo, então a reabilitação de jovens e adolescentes combatentes nas disputas entre facções da droga no Rio deve ter mais em comum com programas de desmobilização para crianças-soldados em situações de conflito.

Essa semelhança é resultado de:

- 1) As *crianças combatentes* no Rio são muitas vezes combatentes que participaram de disputas armadas intensas;
- 2) As *crianças combatentes* no Rio estão acostumadas a sobreviver numa estrutura quase militar, baseada em regras que são aplicadas através de punições, inclusive a morte;
- 3) As *crianças combatentes* no Rio mataram, torturam ou testemunharam mortes e torturas;
- 4) As *crianças combatentes* no Rio são muitas vezes estigmatizadas pelas comunidades onde vivem e/ou pela polícia por terem trabalhado, armadas, para uma facção.

Em razão desses antecedentes comuns, a reabilitação ativa de *crianças combatentes* no Rio significa, como no caso de crianças-soldados sendo desmobilizadas de grupos armados, que, além da implementação das estratégias acima mencionadas para programas de prevenção, as seguintes medidas de reabilitação devem ser tomadas:

- 1) Treinamento de *crianças combatentes* em outras profissões as quais possam ganhar a vida sem participar de combate armado;
- 2) Reintegração na sociedade e a adaptação necessária para se adaptar às escolas e ao emprego, não fundado em estruturas quase militar, como aprenderam quando trabalhavam para facções;
- 3) Tratamento psicológico para encarar a participação em situações de combate, matanças e torturas ou por terem testemunhado morte e tortura de terceiros;
- 4) Reintegração na comunidade local e encarar o problema da estigmatização pela população local e a polícia local, depois, por exemplo, do envolvimento da criança ou adolescente na matança de moradores ou em confrontos armados com a polícia.

Os entrevistados consideraram a reintegração na comunidade local de crianças combatentes que querem sair do tráfico fundamental para o sucesso de qualquer programa de reabilitação.

Os pesquisadores conheceram dois casos durante a pesquisa de adolescentes que não conseguiram sair do tráfico por causa da incapacidade de serem reintegrados com sucesso na comunidade.

Um adolescente conhecido dos pesquisadores foi assassinado por um membro de facção rival dois anos depois de sair do tráfico e de ter passado um tempo num centro de detenção. Apesar de não estar mais trabalhando no tráfico e de ter um trabalho fixo como faxineiro, a facção rival não acreditou que ele não fosse mais traficante e o matou para

vingar a morte de um de seus membros, que havia sido assassinado pela facção para a qual o jovem trabalhou.

Outro adolescente encontrado pelos pesquisadores, que saiu da facção local depois de sua mãe pagar o dinheiro que ele devia a seus superiores, era constantemente agredido e surrado pela polícia, quando já trabalhava como entregador na favela, pois a polícia também não acreditava que ele não estivesse mais envolvido com o tráfico. O rapaz perdeu algumas entregas e, temeroso de perder o emprego e de nunca mais ser aceito como cidadão “normal”, ele voltou a trabalhar para a facção local.

### **9.3 O sistema de justiça juvenil no estado do Rio de Janeiro; a 2ª. Vara da Infância e Juventude e o DEGASE- Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas**

#### **A legislação brasileira sobre crianças e adolescentes**

O Brasil tem uma longa história de legislação sobre a situação de crianças e adolescentes e o sistema penal, que vem de 1693 e da aplicação da Carta Régia.

Até 1921, os critérios para estabelecer a responsabilidade penal de crianças e adolescentes infratores fundavam-se na descrição do juiz, mais do que numa idade cronológica específica. A decisão do juiz se baseava na suposta capacidade da criança ou adolescente de compreender o caráter do ato cometido.

Em 1921, o Governo Federal pela primeira vez unificou o tratamento dado a crianças abandonadas e a delinqüentes juvenis no mesmo sistema, com a implementação de “medidas reeducativas”. Mas foi somente em 1927 que o juiz José Cândido de Albuquerque Mello Martins<sup>91</sup> apresentou um projeto unificando a legislação de menores. A lei viria a ser conhecida como Código Mello Mattos e sua implementação instituiu um sistema de proteção e assistência aos menores de 18 anos, no qual eles eram classificados em dois grupos: abandonados ou delinqüentes (Leal 2001).

O Código Mello Mattos foi a base de toda legislação do que era conhecido como *Direito de Menores*, até a aplicação do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, em 1990. O Código Mello Mattos dava a todo juiz o direito de perdoar as crianças ou adolescentes a ele apresentados, e as medidas a aplicar aos menores dependiam da idade<sup>92</sup>.

Após a aplicação do Código de Menores em 1979, a terminologia considerada depreciativa utilizada no Código Mello Mattos, foi revista. As categorias definidoras de situação, “abandonadas” e “delinqüentes” foram substituídas pela expressão abrangente “menores em situação irregular”, divididos em seis grupos distintos no artigo 2 do código:

“A forma pela qual definiram a situação irregular foi dividida em seis categorias que estão no artigo 2: I – privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução

---

<sup>91</sup> O primeiro juiz de menores da América Latina

<sup>92</sup> Até 14 anos, a criança não podia ser processada (exceto se considerada “perversa” ou “doente”). Entre 14 e 16 anos, os adolescentes recebiam tratamento específico para o caso, acompanhamento médico ou eram internadas em reformatório. Entre 16 e 18 anos, os infratores considerados perigosos eram internados em estabelecimentos especiais.

obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II – vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III – em perigo mortal, devido ao fato de se encontrar, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes, exploração contrária aos bons costumes; IV – privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V – com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal.”

Pelo Código de Menores, os menores que infringiam a lei eram isentos da aplicação do código penal, mas estavam sujeitos a medidas prescritas por “legislação especial” . Essas medidas baseavam-se em elementos: a pessoa (avaliação psicológica; escala social e econômica); o ato (divididos em “atos tipicamente anti-sociais” e “atipicamente anti-sociais”); na própria legislação especial. As medidas prescritas dependiam muito da vontade do juiz, e podiam variar, da devolução do menor a seus pais ou responsável à liberdade condicional ou à detenção numa instituição autônoma chamada FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor. Se não houvesse espaço adequado na FUNABEM, os menores podiam ser internados em prisões para adultos, ainda que segregados da população adulta da prisão.

Esta realidade mudou substancialmente a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi elaborado por juristas e várias instituições brasileiras e enviado ao Congresso com a assinatura de 200.000 crianças e adolescentes. Com sua aplicação em 1990, o Estatuto substituiu inteiramente o Código de Menores e é atualmente a base do sistema judiciário para jovens. O Estatuto voltou a mudar a terminologia anterior, substituindo expressões como “menor” e “situação irregular”, considerados pejorativos; é dividido em Parte Geral, que estipula os direitos fundamentais de todas as pessoas de menos de 18 anos, e a Parte Especial, que estipula políticas para atender e assistir a crianças e adolescentes em situações de risco pessoal ou social.

Os menores de 18 anos que infringem a lei, referidos como crianças e adolescentes “em conflito com a lei”, são tratados segundo a idade. Abaixo de 12 anos, são avaliados pelo Conselho Tutelar, segundo previsão do artigo 101, parágrafos I a VIII, e não podem ser detidos em “estabelecimento educacional”;

Aqueles entre 12 e 18 anos são apresentados a um tribunal especial que decide em que grau o adolescente acusado é responsável pela execução de qualquer ato criminoso. Se for considerado responsável, ele pode ser condenado a medidas sócio-educativas, que podem ser:

- 1) Advertência
- 2) Obrigação de compensar ou reparar o dano causado
- 3) Serviço à comunidade
- 4) Liberdade vigiada
- 5) Semidetenção
- 6) Detenção em “estabelecimento educacional” (não há pena fixa; os casos são reavaliados a cada seis meses e o tempo máximo de permanência é de três anos).

## **A 2ª. Vara da Infância e da Juventude**

A 2ª. Vara da Infância e da Juventude está situada no bairro do Cais do Porto no Rio de Janeiro e é responsável pela aplicação das medidas sócio-educativas para menores de 12 a 18 anos que cometeram infrações no município do Rio de Janeiro.

Durante esta pesquisa, um dos pesquisadores recebeu permissão do juiz Guaracy<sup>93</sup> para acompanhar os processos de adolescentes detidos por tráfico ou por infrações relacionadas ao tráfico. O acompanhamento se deu a partir do momento em que o adolescente entrou no prédio da 2ª. Vara, até ser apresentado ao juiz e receber a sentença, referida como “medida sócio-educativa”.

O sistema funciona da seguinte maneira:

- 1) O adolescente é trazido de uma DPCA<sup>94</sup> ou CTR<sup>95</sup>, acompanhado por policiais ou agentes.
- 2) O adolescente é apresentado aos funcionários do Ministério Público com relatório escrito (boletim de ocorrência) relativo ao ato pelo qual foi detido, quando o processo é preparado para apresentação ao promotor e ao juiz;
- 3) O adolescente é ouvido pelo promotor em presença de seus pais ou responsáveis, se puderam ser contatados; o promotor faz uma recomendação ao juiz;
- 4) O adolescente é, então, examinado por uma equipe do Plantão Interinstitucional, que faz uma curta avaliação sócio-psicológica e, em seguida, redige-se um laudo, que é enviado ao juiz com o relatório do promotor;
- 5) O adolescente é ouvido pelo juiz, com ou sem a presença de pais ou responsáveis, que decide as medidas sócio-educativas que devem ser aplicadas.

Se o adolescente é condenado à detenção ou a outra forma de observação, é enviado ao DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas.

### **DEGASE – Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas**

No decorrer da pesquisa, os pesquisadores visitaram as seguintes instituições mantidas pelo DEGASE:

- ✓ Pólo de Liberdade Assistida da Ilha do Governador;
- ✓ CRIAM – Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor, em Santa Cruz, Bangu, Ricardo de Albuquerque, Penha e Ilha do Governador;
- ✓ Educandários de Internação: Educandário Santo Expedito (ESA) e Escola João Luís Alves (JLA)

O sistema judiciário juvenil tem muitos problemas, mas alguns dos piores deles se encontram nos programas de semidetenção e detenção.

---

<sup>93</sup> Juiz titular da 2ª. Vara da Infância e da Juventude.

<sup>94</sup> Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente

<sup>95</sup> Centro de Triagem

O programa de semidetenção (CRIAM) foi criado em 1986 como parte de um esforço de descentralização e reformulação das políticas públicas relativas a menores infratores. Segundo Sidney Telles da Silva, antigo diretor do João Luís Alves e atual diretor geral do DEGASE:

*“O CRIAM foi totalmente desmantelado. O projeto foi sucateado em relação à proposta inicial do CRIAM. Porque o CRIAM veio junto com a proposta da política da década de 80 de descentralização do atendimento. Então no Rio foram construídas 16 unidades do CRIAM, quatro a mais na capital além dos 12 existentes, 3 na Baixada Fluminense e nove nas demais regiões do estado. O que aconteceu? Nesse período, de 90, 91 para cá, as equipes dos CRIAM foram perdendo seus elementos, perdendo assim o rumo do seu projeto inicial que era atender a semiliberdade, a liberdade assistida, atender à prestação de serviço à comunidade e do apoio à comunidade, servir como um elemento de conscientização e até de organização da comunidade em torno do CRIAM”*

Os problemas estruturais eram evidentes na unidade de semidetenção visitada pelos pesquisadores. A infraestrutura é pobre: falta de móveis e utensílios, paredes precisando de pintura, barras corroídas nas janelas, etc. Além disso, os infratores podem sair da unidade quando quiserem e as próprias instituições são divididas por facções, de maneira que somente infratores de uma determinada facção são enviados a determinada unidade. Isso legitima a força das facções na cabeça dos infratores e inibe tentativas de integração.

Os educandários de internação foram planejados para segregar os jovens infratores da sociedade durante um tempo determinado, durante o qual o infrator participa de programas correcionais (medidas sócio-educativas). No Rio existem quatro dessas instituições: Santo Expedito – para adolescentes do sexo masculino de 16 a 21 anos, João Luís Alves, para adolescentes do sexo masculino de 12 a 15 anos, Santos Dumont, para adolescentes do sexo feminino, e Instituto Padre Severino, para adolescentes do sexo masculino do interior do estado e outros esperando decisão judicial, o que pode demorar até 45 dias.

Os pesquisadores encontraram muita dificuldade para ter acesso ao Instituto Padre Severino e não conseguiram visitar essa unidade. O relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, no ano 2000, sugere uma situação de abandono total, havendo inclusive relatos de violência e tortura (física e psicológica) pela equipe. Outro problema comentado é que a unidade acolhe os que já foram julgados e também os que aguardam julgamento; o Estatuto da Criança e do Adolescente proíbe qualquer contato entre os dois grupos.

O Educandário Santo Expedito foi construído como unidade prisional para jovens infratores primários entre 18 e 25 anos. No fim da construção, uma violenta rebelião ocorreu no João Luís Alves, com várias mortes. Assim, o Santo Expedito se tornou “provisoriamente” uma unidade correcional para adolescentes entre 16 e 21 anos antes alojados no João Luís Alves. Ao longo do tempo, com a falta de recursos para a construção de nova unidade e de vontade política pelo estado, a unidade permaneceu como unidade correcional para jovens infratores, apesar de suas irregularidades estruturais. A unidade foi planejada como prisão e, por isso, não é adequada como instituição para aplicação de medidas correcionais sócio-educativas, como prevê o Estatuto.

Também é diretriz da equipe do Santo Expedito separar infratores pertencentes a facções diferentes. Isso tem como resultado reforçar a divisão entre esses grupos. Por causa dessa falta de integração, muitos conflitos já ocorreram. Por exemplo, em março de 2002, durante uma rebelião na unidade, um grupo de membros de uma facção matou um adolescente de facção rival. Segundo relatório da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, têm ocorrido freqüentes rebeliões desse tipo na unidade.

No que os pesquisadores puderam avaliar, o João Luis Alves é a unidade que mais se aproxima da satisfação de critérios mínimos para implementação de medidas de correção sócio-educativa. Essa instituição pode ser considerada a vitrine do sistema judiciário para jovens no Brasil, tanto em termos de estrutura como de organização.

O sistema judiciário juvenil é incapaz de atingir seus objetivos em muitas áreas. Sem dúvida, o sistema merece um estudo mais aprofundado e maiores pesquisas para a descoberta e o detalhamento dos problemas aqui apontados. As necessidades seguintes foram ressaltadas durante entrevistas com jovens infratores e membros de equipes de unidades de detenção e semidetenção:

- 1) Necessidade de melhor estrutura física** - a maioria das unidades visitadas pelos pesquisadores estavam superlotadas. Além disso, o mobiliário e os equipamentos são poucos e antigos.

*“O mobiliário do refeitório é da época da FEBEM, nós conseguimos algumas doações, mas o mobiliário é muito antigo. Nós pedimos uma doação de cadeiras, estas aqui são as únicas que tem, para a Petrobrás, e estamos aguardando porque nós não temos nada, nem lugar pra sentar. Eu já pensei até em comprar uma cadeira prá mim, porque tenho de ficar o dia inteiro.”*

- 2) Necessidade de equipes mais numerosas e melhor capacitadas** – O número de adolescentes nessas unidades cresceu consideravelmente nos cinco últimos anos, sem aumento correspondente das equipes. Além da demanda maior por tratamento, o perfil dos jovens infratores também está mudando e requer pessoas mais qualificadas nas equipes.

*“São vários os fatores que diferenciam os jovens de 7 anos atrás dos de hoje. Principalmente com relação à escolaridade. A maioria dos jovens era analfabeta. Hoje nós encontramos até jovens de 14 anos com 5ª, 6ª ou 7ª. Então mudou o perfil desses garotos e podemos dizer que mudou até a cultural. Antigamente a educação era a necessidade urgente. Hoje a gente encontra entre esses meninos alguns que idolatram até o traficante, aquele pessoa que tem o poder na comunidade, e encontra também com a miséria do lado, com os poucos recursos do lado e até a falta de estrutura familiar.”*

Funcionário

*“Agora outra coisa que me chamou a atenção de 98 prá cá é que naquela época nós recebíamos mais adolescentes do artigo 157 e hoje em dia houve uma troca do adolescente 157 (roubo)... eles passaram a vir com muito mais incidência pelo artigo 12 que é o tráfico e geralmente no 12 ele está armado então ele vem com o 10 também. Então essa mudança de padrões foi a que eu percebi, a mudança do artigo 157 e 155 para agora a incidência muito grande do artigo 12 e 10 que normalmente eles são presos com uma arma.”*

- 3) Necessidade de projetos coordenados e unificados que alcancem todas as unidades do sistema** – Há poucos programas de educação e reabilitação no sistema. Os que existem são implementados esporadicamente e não existem uniformemente em todas as unidades.

*“Os projetos do DEGASE que são da instituição são poucos, são os que temos acesso direto é a profissionalização e o sistema profissionalizante que é do departamento, que são as oficinas de mecânica, de silk screen, de informática.*

Funcionário

*“... nós esbarramos na estrutura da falta de investimento de novo. Porque aí não se compra material pra fazer as oficinas funcionarem, não tem funcionário suficiente pra parte de vigilância e orientação. A instrução dos educadores, na parte de instrução. Então na verdade é aquele investimento que é barato pro estado, que fica mais caro quando o garoto retorna à comunidade e reincide.”*

Funcionário

- 4) A necessidade de integração completa dos infratores:** As unidades do DEGASE dividem a distribuição e alojamento dos infratores segundo a facção. Os infratores de diferentes facções são mantidos separados ou em unidades diferentes. Os CRIAM são claramente divididos segundo linhas da facção. Por exemplo, a unidade de Bangu só recebe adolescentes do *Terceiro Comando*. Isso reforça e legitima a importância das facções da droga, na percepção dos infratores, e não ajuda na reabilitação dos detidos por infrações relacionadas com o tráfico.

*“Nesses últimos três anos, dois anos e meio né, a gente não gosta de colocar a divisão de facção, mas ela existe é real e transpassa todo o sistema tanto relativo aos menores quanto aos maiores. Logo assim que nós chegamos aqui a maioria dos meninos pertencia ao Comando Vermelho eles tinham um código de ética entre eles muito claro quer dizer para que nós possamos perceber e eles sempre resolviam as coisas entre eles e a maioria das vezes realmente no papo, sempre tinha um líder que articulava e dominava, aí houve uma época de transição entre Comando Vermelho e o Terceiro, convivendo aqui dentro e agora é basicamente, unicamente Terceiro Comando. E o que eu percebi é que eles não têm uma... aqui dentro eles não conseguem formar uma liderança, o código de ética deles é muito difuso e eles são extremamente violentos, houve um crescente de violência entre eles que é uma coisa de louco.”*

Funcionário

**5) Outras necessidades:**

- unidades mais seguras (os infratores fogem dos CRIAM com relativa facilidade);
- mais iniciativas do poder público para estimular a participação da sociedade civil;
- investigações mais amplas sobre abusos de autoridade e tortura por membros das equipes no interior do sistema;
- investimento em projetos da sociedade civil que continuem a trabalhar com crianças e adolescentes depois que estes saiam do âmbito do sistema judiciário.

## 10. Conclusões

### 1) **Por meio desta pesquisa, propõe-se que as disputas territoriais armadas entre facções da droga no Rio de Janeiro sejam denominadas Violência Armada Organizada**

A especificidade do comércio de droga a varejo no Rio de Janeiro envolve organização paramilitar em nível local, dominação territorial e quase política de espaços geográficos controlados pelas facções por meio de um sistema de “reciprocidade forçada”, uma estimativa de 10.000 combatentes armados que trabalham para as facções, a presença constantemente armada das facções nas comunidades que dominam, a utilização de armas de guerra e níveis de violência que são, em grande parte, responsáveis por tornar os índices de mortalidade por arma de fogo registrados no Rio mais elevados que os índices de mortes de civis e combatentes em muitos conflitos armados importantes de nosso tempo. Todavia, apesar das semelhanças, à diferença da chamada “nova guerra”, as disputas entre facções no Rio não satisfazem um critério fundamental para serem chamadas de guerra ou de conflito armado importante: o governo brasileiro não é objeto deliberado de ataque e as facções da droga não têm interesse em assumir o lugar do estado.

As facções da droga têm uma orientação economicamente dirigida e a utilização de armas de guerra, o controle quase político das comunidades de favela e suas disputas pelo controle dos territórios das favelas têm ocorrido principalmente para controlar e defender a venda ilegal de maconha e de cocaína na cidade. O envolvimento do estado é secundário, pois suas forças (principalmente a polícia) são atacadas somente quando interferem na possibilidade de progresso econômico de uma facção.

Apesar do ganho econômico ilegal ser também o objetivo do crime organizado, as disputas entre facções no Rio são responsáveis pela morte de mais de 1.000 civis e combatentes por ano, critério usado para definir “importante conflito armado”. Além disso, os tipos de combate armado de que participam as facções, como está documentado nessa pesquisa, são semelhantes a grupos armados não-estatais em muitos conflitos civis. Certamente, tal situação vai muito além das noções definidas de crime organizado.

É preciso categorizar adequadamente as disputas entre facções no Rio, a fim de compreender e focar corretamente tais fenômenos. Além do mais, definições conceituais e práticas corretas são fundamentais para desenvolver estratégias adequadas para o problema focado neste relatório: a participação e a conseqüente morte por tiros de crianças e adolescentes em situações novas e antes não documentadas.

### 2) **Também é proposto nesta pesquisa que crianças e adolescentes menores de 18 anos que trabalham para facções da droga no Rio e participam de disputas territoriais armadas sejam categorizadas como *crianças combatentes* numa situação de *Violência Armada Organizada*.**

As mudanças de escala e de estrutura do tráfico de drogas a varejo no Rio de Janeiro desde os anos 80 conduziram a empregar mais intensamente crianças e adolescentes no comércio de drogas. Além disso, apesar das funções hierárquicas nas facções serem específicas, são comuns as responsabilidades cruzadas nas funções mais baixas, ocupadas por traficantes de idade também mais baixa, resultando na participação ativa da maioria dos menores que trabalham para as facções na segurança e defesa das favelas

contra invasões de facções rivais e contra batidas policiais. Em consequência, crianças e adolescentes morrem de ferimentos por tiros em proporção alarmante. O fenômeno se nota principalmente na faixa de 15 a 17 anos, e quando se comparam os índices de mortalidade desse grupo, são muito mais elevados do que os índices para o mesmo grupo, tanto em estados norte-americanos conhecidos por níveis elevados de violência armada relacionada com a droga e o banditismo, como também se comparados aos níveis em situações de conflito armado, como nos territórios palestinos ocupados.

Em razão de semelhanças impressionantes entre as crianças empregadas pelas facções da droga no Rio e as “crianças-soldados”, sob quase todos os aspectos funcionais e instrumentais, existem problemas semânticos e práticos importantes na categorização de crianças que trabalham para facções como “criminosos” ou “membros de quadrilhas”. Mas definir essas crianças como soldados, mesmo aquelas em papel especificamente centrados no combate, é problemático e contraproducente, pois poderia legitimizar o uso desastroso de forças militares do estado contra eles, criando o problema de como um país que não está em guerra lidar com a situação desses menores. Além disso, apesar de termos muito a aprender quanto a soluções destinadas a focar tanto o problema das crianças soldados em conflitos armados como o problema dos membros de quadrilhas em meio urbano, definir as crianças que trabalham para o tráfico no Rio de Janeiro, seja como crianças-soldados, seja como membros de quadrilhas, falha em qualificar seu trabalho ilegal e sua realidade orientada para o combate numa situação de *Violência Armada Organizada*.

**3) Esta pesquisa solicita mais investimentos para desenvolver e implementar programas específicos destinados a prevenir a participação de crianças combatentes nas disputas entre facções da droga no Rio de Janeiro e a reabilitar aqueles já envolvidos.**

Estima-se que entre 5 e 6 mil crianças combatentes estejam atualmente trabalhando nas comunidades faveladas para as facções da droga do Rio. Apesar de seu envolvimento em situações de combate muitas vezes intenso, considerando que o objetivo das facções da droga é econômico, a participação de crianças nas disputas das facções não pode ser tratada como assunto militar ou unicamente de segurança pública. Enquanto existir mercado para consumo de drogas ilegais, também existirão as disputas pelo controle das vendas. As crianças “escolhem” juntar-se ao tráfico como sendo “a melhor opção entre escolhas limitadas” e assim haverão de continuar a participar dessas disputas.

O envolvimento de crianças como empregados das facções nas favelas do Rio é um sintoma de problemas relacionados, como a pobreza e a incapacidade do poder público de cumprir sua parte do contrato social. Além disso, muitos agentes das maiores forças de segurança públicas, basicamente a polícia militar e a polícia civil, são cúmplices da violência relacionada com a droga, e continuam apoiando o comércio ilegal de drogas e de armas por meio de sua colaboração com traficantes de drogas e armas.

Para prevenir o envolvimento de crianças combatentes no comércio das drogas do Rio, é preciso investir na comunidade como um todo, principalmente por meio de investimentos do estado na infra-estrutura física e social, proporcionando policiamento preventivo, protetor e não-corrupção. Sem tais investimentos substanciais do governo nas favelas, para cada criança que sair do tráfico graças a um programa bem sucedido de reabilitação, haverá muitos outros prontos a ocupar seu lugar, apesar dos programas de prevenção que se criem. Além de focar tais problemas, já identificados, as crianças que vivem nas

favelas precisam do apoio adequado e de opções alternativas para “escolherem” não se envolverem no tráfico, ou optar por sair, se já estiverem envolvidas.

Compreender porque as crianças entram para o tráfico é um passo fundamental para prevenir com sucesso que elas assim ajam. Para serem bem sucedidos, os programas de prevenção devem oferecer uma combinação de alternativas culturais e econômicas autênticas ao tráfico: educação, inclusão real no mercado de trabalho formal e a perspectiva de uma vida melhor, com métodos realistas para alcançá-la. Existem atualmente no Rio de Janeiro vários programas da sociedade civil, bem sucedidos na combinação desses métodos preventivos. É necessário apoiar e multiplicar esses programas.

Apesar de alguns poucos programas de prevenção existentes no Rio estarem sendo bem sucedidos em retirar *crianças combatentes* do tráfico, existe a necessidade real de criar e desenvolver programas específicos de reabilitação no Rio, inclusive com a capacitação de *crianças combatentes* em outras profissões, estratégias para reintegração na sociedade e na comunidade local e tratamento psicológico para lidar com sua participação anterior em situações de combate ou seu envolvimento com matanças e torturas.

A reabilitação de *crianças combatentes* no Rio também deve incluir medidas específicas de reforma do sistema judiciário para jovens, principalmente dentro do sistema de unidades educacionais gerido pelo DEGASE<sup>96</sup>, onde ficam detidos jovens infratores. Sem dúvida, o sistema merece pesquisas ulteriores, mais profundas do que aquilo que aqui se efetuou. No entanto, as medidas de reforma aqui ressaltadas incluem a melhoria da estrutura física, mais equipes, com melhor treinamento, a integração completa dos jovens infratores, projetos coordenados e unificados dentro de todas as unidades, e desenvolvimento de projetos, pela sociedade civil ou pelo poder público, que continuem a trabalhar com as crianças e os adolescentes depois que eles saem das unidades de detenção. Do contrário, os adolescentes continuarão a sair das unidades para voltar a trabalhar, armados, no tráfico.

Os programas de prevenção e reabilitação no Rio de Janeiro têm muito a aprender e a oferecer, compartilhando as soluções locais com situações de violência urbana relacionada com quadrilhas e com crianças soldados em situações de guerra.

**4) Esta pesquisa solicita o reconhecimento internacional da sina das *crianças combatentes* que participam da *Violência Armada Organizada*, assim como a documentação de outros lugares do mundo onde se utilizam crianças como combatentes armados em situações semelhantes de não-guerra, assim como as emendas adequadas às convenções internacionais pertinentes, para enfocar este problema.**

Além da enorme pobreza, a população das favelas do Rio vive em meio a confrontos armados diários de facções rivais da droga entre si e com a polícia, a punições de revide, como expulsão da comunidade e assassinato por não cumprir os códigos de comportamento impostos pelas facções, o abandono quase absoluto pelo estado e os contínuos abusos de autoridade, tais como tortura e execuções clandestinas. Os moradores das favelas do Rio são vítimas de uma situação pela qual não são responsáveis, e contra a qual recebem pouca ajuda ou proteção das autoridades

---

<sup>96</sup> Departamento Geral de Ações Socio-Educativas

responsáveis por sua proteção. Além do mais, parece que essas mesmas autoridades têm tido um papel ativo na criação desse dilema social, tanto por não tomar medidas sérias para enfocá-lo como por participar ativa ou indiretamente na sua perpetuação.

A gravidade da situação é demonstrada muito claramente pelo fato de que morre mais gente no Rio de Janeiro por causa da violência armada do que soldados e civis em seis grandes conflitos apresentados aqui, tendo todos recebido cobertura mundial da mídia e atenção da comunidade internacional. O trágico da situação é talvez apresentado com cores mais vivas pelo fato das histórias de assassinato, de tortura, dos intensos tiroteios, do envolvimento de crianças – como atores e como vítimas das perdas – que parecem tão chocantes aqui, terem se tornado uma realidade aceita e normal para os moradores das favelas, forçados a suportar esse destino em silêncio. Talvez ainda mais trágico é o fato de tantas crianças e adolescentes da favela encararem a entrada para o tráfico como sua melhor opção, apesar de saberem que a morte é o desfecho mais provável de tal “escolha”.

Como as disputas entre facções da droga no Rio não podem ser definidas como guerra, o sofrimento e as perdas de vida suportados pela população das favelas e pelas crianças que participam das disputas das facções não têm sido reconhecidos pela comunidade internacional e o problema não é enfocado pelo governo brasileiro. O reconhecimento internacional da sina das *crianças combatentes* que participam da *Violência Armada Organizada* é um passo importante para lidar com a situação, tanto em termos de ajuda internacional como para pressionar o governo brasileiro a assumir sua responsabilidade por aquilo que ajudou a criar.

O atual direito humanitário internacional que garante proteção a crianças afetadas por hostilidades tem pouca ou nenhuma relação com a situação da *Violência Armada Organizada* no Rio de Janeiro. Mas essa legislação internacional pode oferecer diretrizes importantes para emendar adequadamente as convenções existentes, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, para levar em conta a situação das *crianças combatentes* na *Violência Armada Organizada* e facilitar seu enfoque.

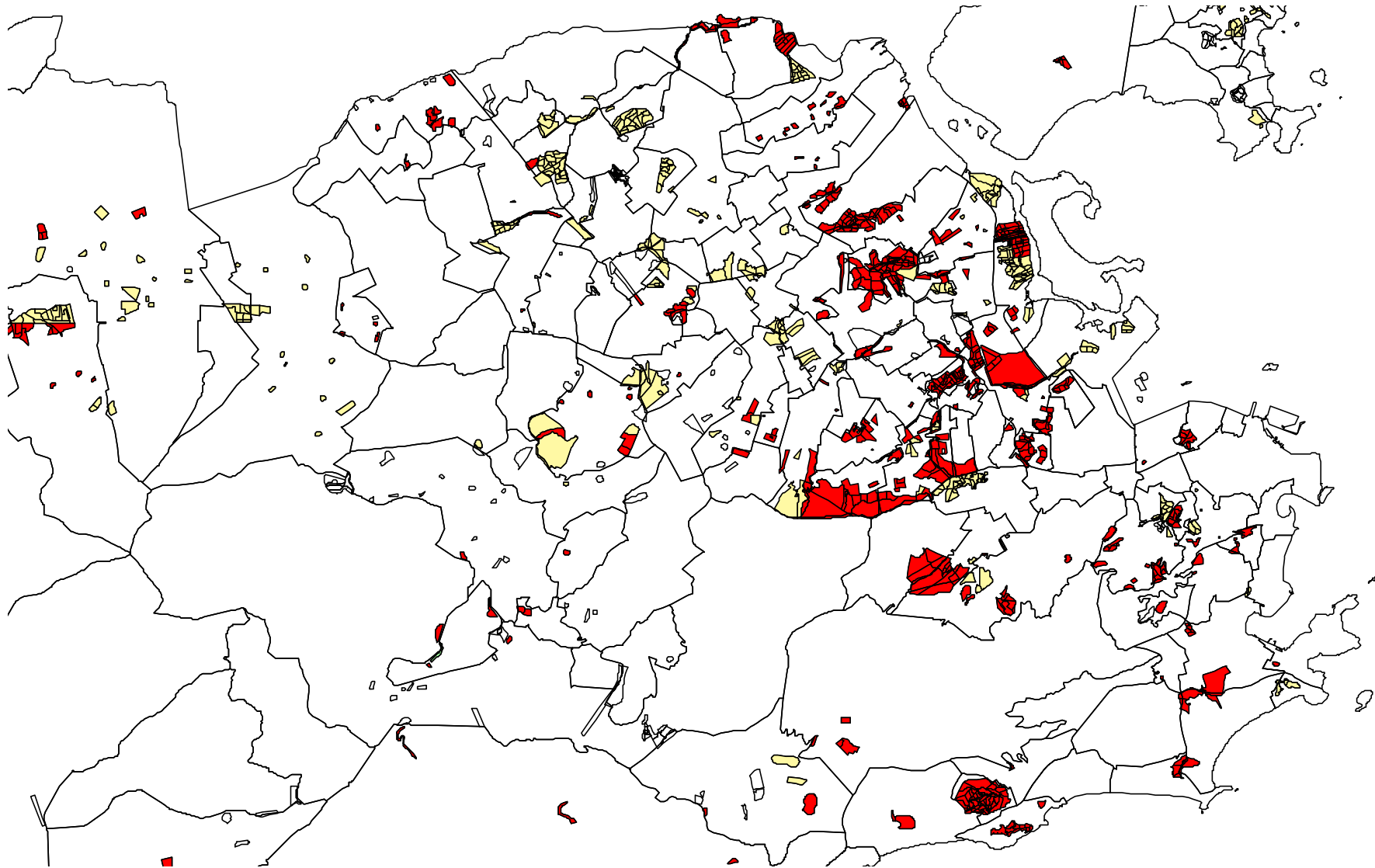
Além de tudo, ao aceitar a evidência da gravidade da *Violência Armada Organizada* no Rio de Janeiro, a comunidade internacional pode iniciar um processo de reconhecimento de ocorrências similares em outros lugares e começar a elaborar uma agenda internacional para sua eliminação.

## Anexo 1. Glossário

<b>Alemão</b>	Usado pelos traficantes e pelos moradores para designar o “inimigo”, em geral um membro de outra facção.
<b>O Amigo</b>	Usado por traficantes para se referir ao titular do posto mais elevado da facção na favela. Também se usa <i>dono</i> .
<b>Os Amigo</b>	Gíria, com sua incorreção gramatical, significando aqueles que trabalham no tráfico a nível da favela.
<b>Amigos dos Amigos</b>	A terceira maior facção da drogas do Rio de Janeiro
<b>Asfalto</b>	Espaços da cidade que não são considerados da favela.
<b>Atacadista</b>	Atacadista de drogas ou armas, que vende aos <i>donos</i> . Tem contatos internacionais para importação de drogas e/ou armas.
<b>Atividade</b>	Usado pelos traficantes para significar comércio de drogas ou outras atividades relacionadas com o tráfico.
<b>Aviãozinho</b>	Transportador de pequena quantidade de drogas, ou mensagens, entre traficantes e/ou clientes. Geralmente criança ou adolescente.
<b>Baile Funky</b>	Festas, geralmente nas comunidades faveladas, nas quais se toca música funk. Algumas festas funky são patrocinadas por <i>donos</i> do lugar como meio de aumentar as vendas de droga.
<b>Boca de Fumo</b>	Ponto de vendas de drogas numa favela.
<b>Bonde</b>	Automóveis roubados no <i>asfalto</i> , geralmente perto das favelas. Com eles forma uma carreata capaz de resistir à polícia, usada para transportar drogas ou pequenas armas entre favelas. Bonde também pode se referir a uma patrulha defensiva de <i>soldados</i> da facção no interior da favela.
<b>O Cara</b>	Usado por traficantes para referir-se à pessoa de maior hierarquia da facção, numa favela. Também se diz <i>dono</i> .
<b>Comando Vermelho</b>	A primeira, e maior, das facções da droga no Rio de Janeiro.
<b>Comando Vermelho Jovem</b>	Uma cisão do Comando Vermelho que se tornou uma facção separada e independente nos anos 90.
<b>Contenção</b>	Traficante com base em favela em serviço de vigilância.
<b>Dono/Dono do Morro</b>	Refere-se à pessoa de maior hierarquia da facção numa favela.
<b>Dono da boca</b>	Gerente de um ponto de vendas ( <i>boca de fumo</i> ) na favela.
<b>Endolador</b>	Responsável pela embalagem da droga para venda na favela ou na rua.
<b>Favela</b>	Conjunto de habitações ilegais construídas em área urbana.
<b>Fiel</b>	Guarda pessoal de segurança armado e de confiança e obediência do gerente geral ou de um subgerente.
<b>Fogueteiro</b>	Vigilante que usa fogos de artifício para avisar os outros traficantes sobre invasão por outra facção ou sobre batida policial.
<b>Funk de apologia</b>	Música funky com letra relacionada a facções da droga, a confrontos de facções ou a traficantes famosos.
<b>Gerente da boca</b>	Gerente de um ponto de vendas ( <i>boca de fumo</i> ) na favela.
<b>Gerente geral</b>	Gerente geral do dono para venda de droga e com outras responsabilidades na favela.
<b>Gerente de maconha</b>	Gerente responsável por todas as vendas de maconha numa comunidade. Também chamado <i>gerente de preto</i> ou <i>subgerente</i> .

<b>Gerente de pó</b>	Gerente responsável por todas as vendas de cocaína numa comunidade. Também chamado <i>gerente de branco</i> ou <i>subgerente</i> .
<b>Gerente de soldados</b>	Gerente responsável por toda a segurança armada numa comunidade, inclusive gerência dos <i>soldados</i> da facção. Também chamado de <i>subgerente</i> .
<b>Olheiro</b>	Vigilante. São colocados em pontos estratégicos em volta da favela para avisar da invasão por facção rival ou de batida policial.
<b>Matuto</b>	Transportador de grande quantidade de drogas e/ou armas de um <i>atacadista</i> para um <i>dono</i> .
<b>Morro</b>	Usado pela população do Rio em geral para designar <i>favela</i> .
<b>Movimento</b>	Durante os anos 80, o tráfico no Rio ficou conhecido como o <i>movimento</i> .
<b>Quadrilha</b>	Usado para referir-se a um bando de traficantes.
<b>Soldado</b>	Função das facções, a nível da favela, responsável pela segurança do território da facção e a invasão do território da facção rival.
<b>Subgerente</b>	Hierarquicamente, uma função abaixo do <i>gerente geral</i> , inclui <i>gerente de maconha</i> , <i>gerente do pó</i> e <i>gerente de soldados</i> .
<b>Terceiro Comando</b>	A segunda maior facção do tráfico no Rio de Janeiro
<b>X-9</b>	Informante da polícia.
<b>Vapor</b>	Trabalha para o gerente de boca e é responsável pela venda de drogas diretamente ao cliente na <i>boca de fumo</i> .

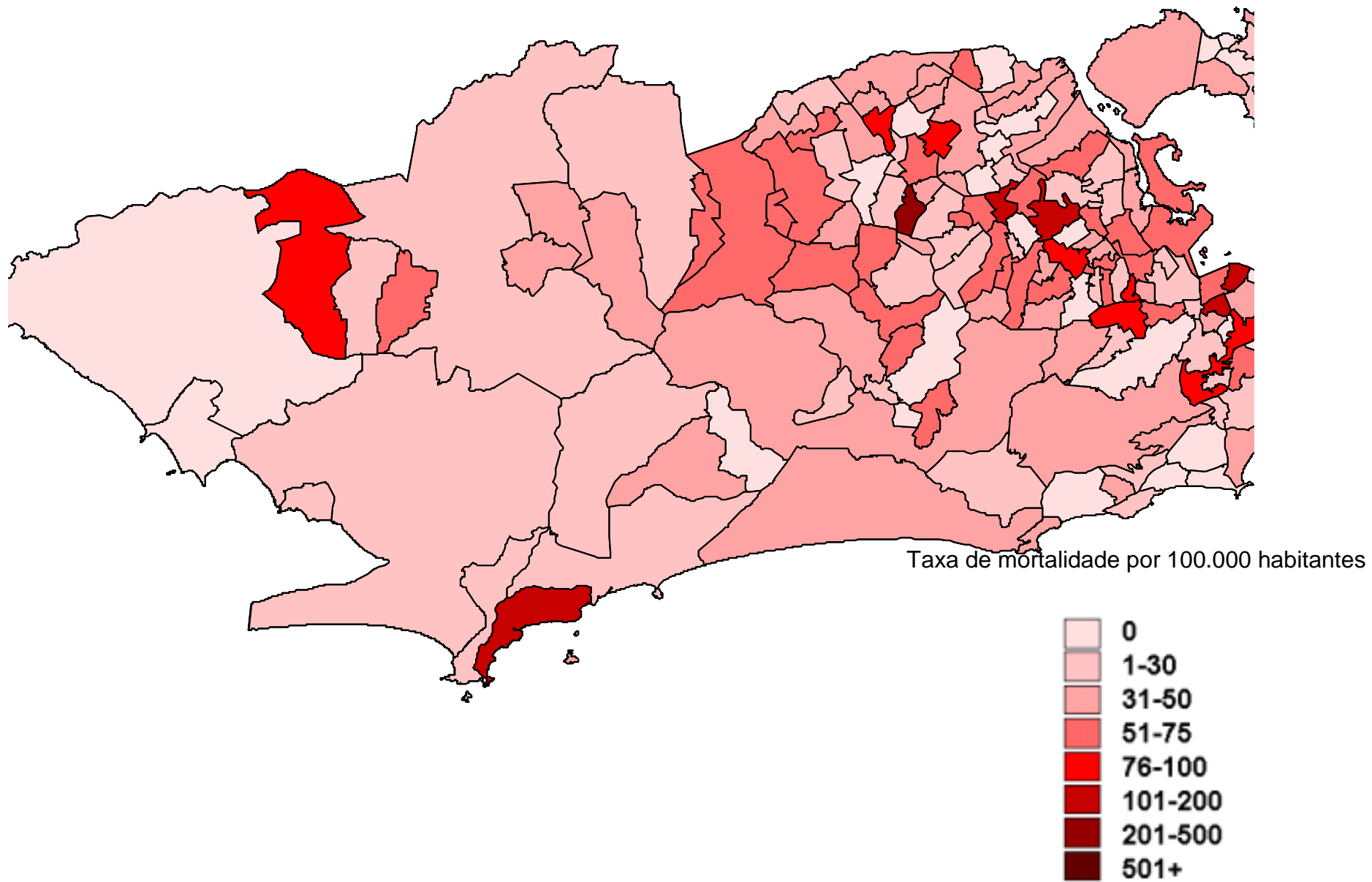
**Mapa 6a Favelas dominadas pelas facções de drogas rivais no município do Rio de Janeiro**



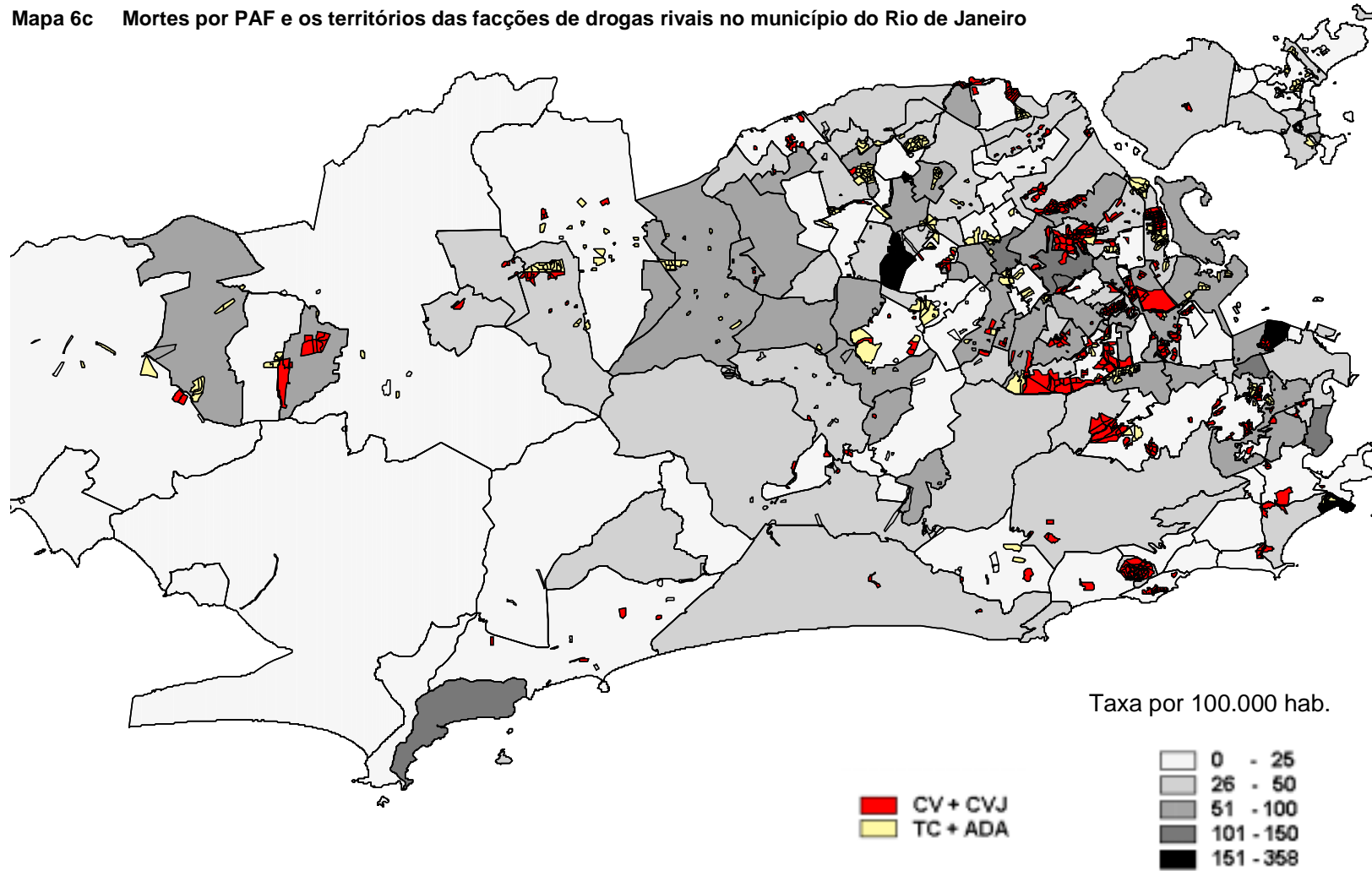
Obs. CV – Comando Vermelho  
TC – Terceiro Comando

CVJ – Comando Vermelho Jovem  
ADA – Amigos dos Amigos

Mapa 6b Taxas de mortalidade por arma de fogo por bairro no município do Rio de Janeiro (população geral)

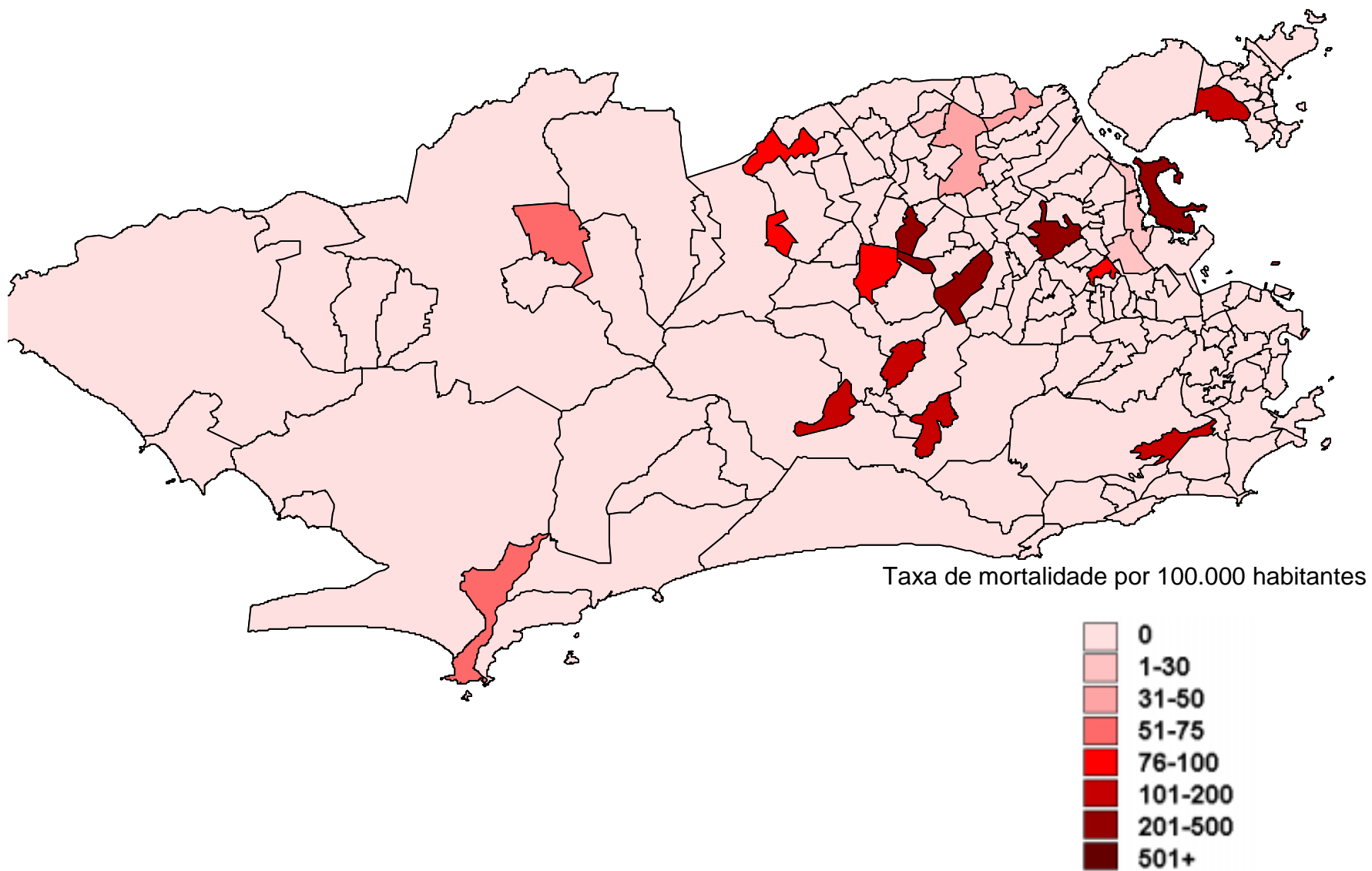


Mapa 6c Mortes por PAF e os territórios das facções de drogas rivais no município do Rio de Janeiro

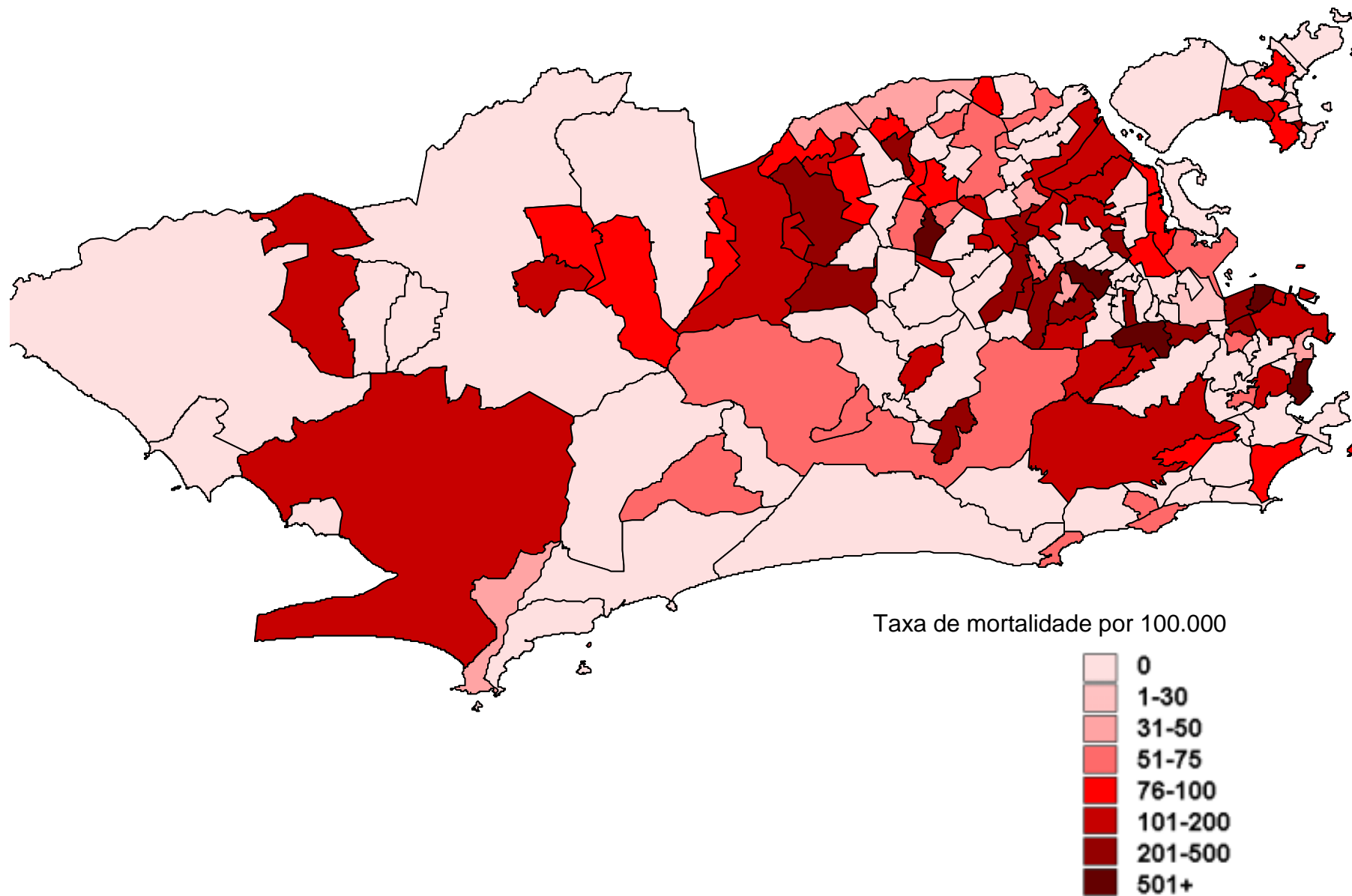


Obs. CV – Comando Vermelho      CVJ – Comando Vermelho Jovem  
TC – Terceiro Comando      ADA – Amigos dos Amigos

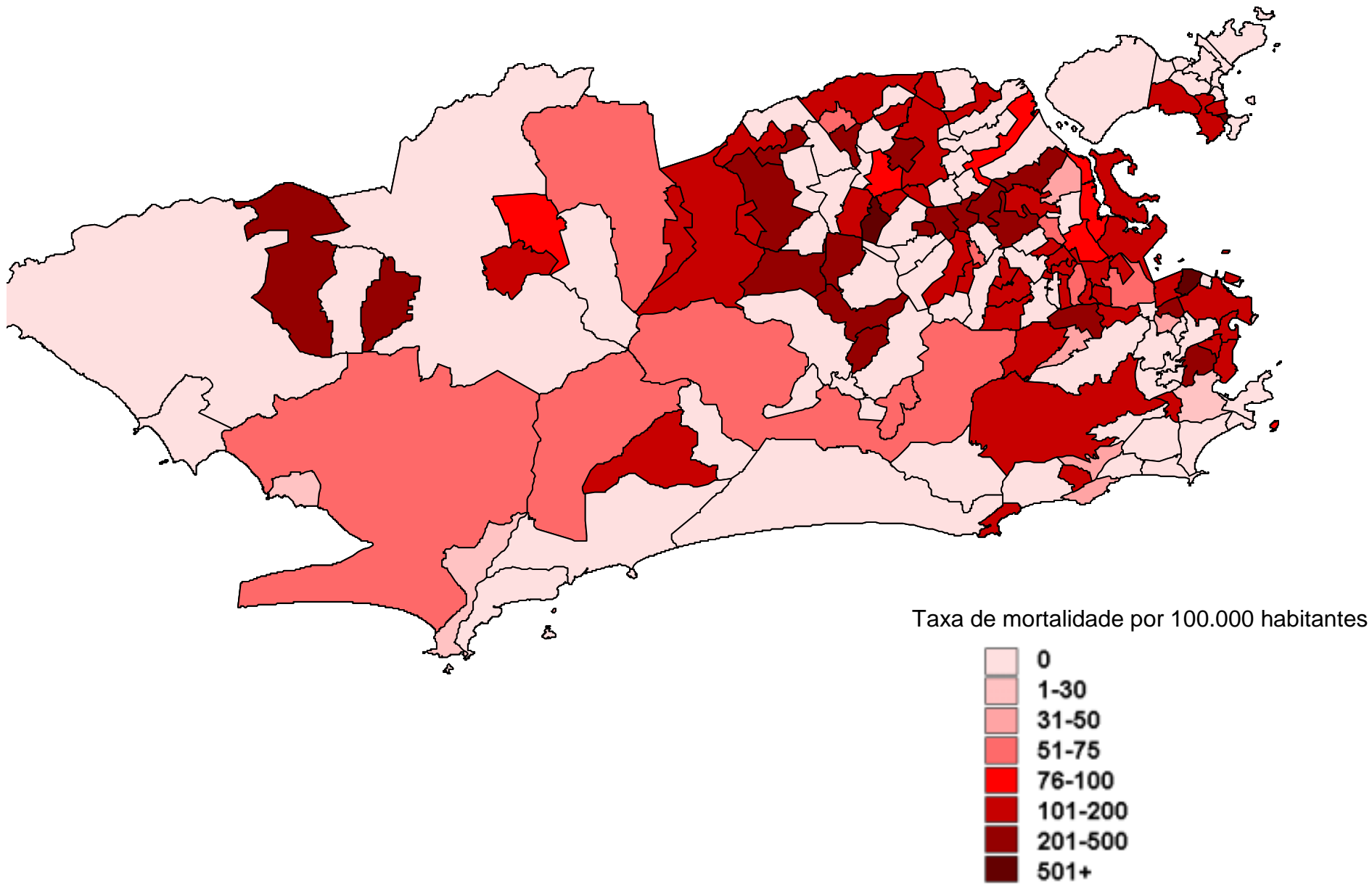
**Mapa 7a Taxa de mortalidade de adolescentes (13-14 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro**



Mapa 7b Taxa de mortalidade de adolescentes (15-17 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro



Mapa 7c Taxa de mortalidade de jovens (18-20 anos de idade) por bairro no município do Rio Janeiro



## Bibliography

Amnesty International, Uganda "Breaking God's commands: The destruction of childhood by the Lord's Resistance Army", AI Index: AFR 59/01/97, London, 1997.

Amorim Carlos, *Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado*, 5ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1993.

Barbosa Antônio Carlos Rafael, *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*, Niterói, EDUFF, 1998.

Becker, H., "Problems of Inference and Proof in Participant Observation" in Filstead, William J., ed. *Qualitative Methodology. Firsthand Involvement with the Social World*. Chicago, Markham Books, 1970.

Brett, R., & McCallin, M., *Children: The Invisible Soldiers*, Radda Barnen, Second Edition, Stockholm 1998.

Cano, Ignacio, "The Use of Lethal Force by Police in Rio de Janeiro", ISER, Rio de Janeiro, 1997.

Coalition to Stop the Use of Child Soldiers – "Stop Using Child Soldiers", Radda Barnen, London, 1998.

Coalition to Stop the Use of Child Soldiers – "Child Soldiers Global Report", Coalition to Stop the Use of Child Soldiers, London, 2000.

Collier, Paul, "Economic Causes of Civil Conflict and Their Implication for Policy", Development Research Group, World Bank, 2000.

Dutli, M.-T., and Bouvier, A., "Protection of Children in Armed Conflicts: The Rules of International Law and the Role of the International Committee of the Red Cross", *The International Journal of Children's Rights*, No. 4, 1996.

Governo Federal, "Estatuto da Criança e do Adolescente", Lei Federal 8.069 / 1990.

Graça, Machel. "The Impact of Armed Conflict on Children", Report of the expert of the Secretary-General, Ms. Graça Machel, submitted pursuant to General Assembly resolution 48/157, United Nations, 1996.

Graca, Machel. "The Impact of Armed Conflict on Children: A Critical Review of Progress made", September 2000.

Human Rights Watch, "Children in Combat", New York, January 1996.

Human Rights Watch, "Easy prey: child soldiers in Liberia", New York, 1994.

Human Rights Watch, "Sudan, The Lost Boys, Child Soldiers and Unaccompanied boys in Southern Sudan.", Children's Rights Project, New York.

Human Rights Watch, "The Scars of Death, Children Abducted by the Lord's Resistance Army in Uganda", New York, 1997.

IELTS, "Formas Precárias de Trabalho de Crianças", (Relatório Parcial da Equipe de Pesquisa), Rio de Janeiro, 2000.

ISER, "Magnitude, custos econômicos e políticos de controle da violência no Rio de Janeiro", Série Documentos de Trabalho R-347, Rio de Janeiro, Novembro 1998.

International Labour Organisation (IPEC), "Brazil, Children in Drug Trafficking: A Rapid Assessment.", Dr. Jailson de Souza e Silva, Dr. André Urani, Geneva, 2002.

Kaldor, Mary, *New and Old Wars*, Stanford, California, Stanford University Press, 1999.

Klane, Michael, "Trends in Armed Conflict as they Affect the Vulnerability of Children to Death, Injury, and Suffering", United Nations seminar, Special Representative to the Secretary General for Children in Armed Conflict, *Filling Knowledge Gaps: A Research Agenda on the Impact of Armed Conflict on Children, Florence, 2-4 July 2001*, Assorted papers, 2001

Leal, César Barros, "O Ato Infracional e a Justiça da Infância e da Juventude", in <http://www.neofito.com.br/artigos/civil>, 2001.

Leeds, Elizabeth, "Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira", in Alba Zaluar e Marcos Alvito (orgs.), *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro, Edit. FGV, 1998

Lind, Nightingale, Wilson, et. Al., "4<sup>th</sup> Generation War", Marine Corps Gazette, October 1989

Misse, Michel, "As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio", *Contemporaneidade e Educação*, ano 1, n. 1, 1997.

Misse, Michel, *Malandros, marginais e vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*, Tese de Doutorado em Sociologia, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

Misse, Michel, "O Movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência", Rio de Janeiro, NEPAD/UERJ, 2001.

NEPAD & CLAVES (UERJ / FIOCRUZ), "Estudo Global Sobre O Mercado Ilegal de Drogas no Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, October, 2000.

Souza, Josinaldo Aleixo de, *Sociabilidades emergentes – Implicações da dominação de matadores na periferia e traficantes nas favelas*, Tese de Doutorado em Sociologia, UFRJ, 2001.

United Nations, General Assembly Security Council, Report of the Secretary General, Fifty Fifth session, Agenda item 110 of the provisional agenda, Promotion and Protection of the Rights of Children, *Protection of Children affected by Armed Conflict*, 2000.

Zaluar, Alba, "A lógica do ferro e do fumo", 1983 in Zaluar, 1995.

Zaluar, Alba, *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

Zaluar, Alba, *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.